



AIRAN DOS SANTOS BORGES  
RAQUEL DE MORAIS SOUTELO GOMES  
*(Organizadoras)*

# ESCRITO PARA A ETERNIDADE

*A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade*

*Appris*  
editora

## **ESCRITO PARA A ETERNIDADE**

A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade

Catálogo na Fonte Elaborado por: Josefina A. S. Guedes Bibliotecária CRB

E748 2018

Editora e Livraria Appris Ltda. Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês Curitiba/PR –

Airan dos Santos Borges  
Raquel de Moraes Soutelo Gomes  
Organizadoras

## **ESCRITO PARA A ETERNIDADE**

A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade

*Appris*  
editora

Curitiba - PR  
2018

Editora Appris Ltda.

1ª Edição - Copyright© 2018 dos autores

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.

Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.

Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

## FICHA TÉCNICA

|                         |                                           |
|-------------------------|-------------------------------------------|
| EDITORIAL               | Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sar |
| COMITÊ EDITORIAL        | Andréa Barbosa Gouveia - USP Edmeire C.   |
| EDITORAÇÃO              | Giuliano Ferraz                           |
| ASSESSORIA EDITORIAL    | Bruna Fernanda Martins                    |
| DIAGRAMAÇÃO             | Isabelle Natal                            |
| CAPA                    | Tarliny da Silva                          |
| REVISÃO                 | André Luiz Cavanha                        |
| GERÊNCIA COMERCIAL      | Eliane de Andrade                         |
| GERÊNCIA DE FINANÇAS    | Selma Maria Fernandes do Valle            |
| GERÊNCIA ADMINISTRATIVA | Diogo Barros                              |

COMUNICAÇÃO

Carlos Eduardo Pereira | Igor do Nasciment

LIVRARIAS E EVENTOS

Milene Salles | Estevão Misael

CONVERSÃO PARA E-PUB

Carlos Eduardo H. Pereira

## **COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO LINGUAGEM E LITERATURA**

**DIREÇÃO CIENTÍFICA**    Maria Aparecida Barbosa (USP) Erineu Foerste (UF

**CONSULTORES**            Alessandra Paola Caramori (UFBA)

Leda Cecília Szabo (Univ. Metodista)

Alice Maria Ferreira de Araújo (UnB)

Letícia Queiroz de Carvalho (IFES)

Célia Maria Barbosa da Silva (UnP)

Lidia Almeida Barros (UNESP- Rio Preto)

Cleo A. Altenhofen (UFRGS)

Maria Margarida de Andrade (UMACK)

Darcília Marindir Pinto Simões (UERJ)

Maria Luisa Ortiz Alvares (UnB)

Edenize Ponzio Peres (UFES)

Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB)



## Historiador

*Veio para ressuscitar o tempo  
e escalar os mortos,  
as condecorações, as liturgias, as espadas,  
o espectro das fazendas submergidas,  
o muro de pedra entre membros da família,  
o ardido queixume das solteironas,  
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas  
nem desfeitas.*

*Veio para contar  
o que não faz jus a ser glorificado  
e se deposita, grânulo,  
no poço vazio da memória.*

*É importuno,  
sabe-se importuno e insiste,  
rancoroso, fiel.*

Carlos Drummond de Andrade, in 'A Paixão Medida'.

## Apresentação

*Escrito para a Eternidade: A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade é uma coletânea de artigos que têm como tema a utilização dos monumentos epigráficos para a construção dos estudos históricos. Os capítulos que compõem o presente volume oferecem ao público trabalhos de onze pesquisadores brasileiros e portugueses que se dedicam ao estudo da Antiguidade em diferentes espaços e temporalidades, e que se destacam nas áreas de Epigrafia, Arqueologia e História. Os enfoques escolhidos pelos autores colocam em perspectiva profusas e diferentes abordagens investigativas, sobretudo pela sutileza das interpretações advindas do encontro entre os estudos históricos e a análise epigráfica.*

Os leitores têm em mãos uma reunião de estudos que colocam em evidência a riqueza da intercessão entre essas ciências. Tais trabalhos apresentam, fundamentalmente, os caminhos e possibilidades que os estudos epigráficos viabilizam para as pesquisas a respeito de incontáveis temas da Antiguidade. Observa-se, portanto, uma tarefa ousada dada a amplitude do tema e sua importância na historiografia clássica. Cientes disso, as organizadoras não têm a pretensão de transcrever o longo trajeto de ambas as disciplinas, mas sim mapear as intercessões de seus percursos, seus possíveis diálogos e publicizar a fertilidade desses encontros para o estudo da História Antiga.

A abrir os debates está o capítulo do Prof. Dr. José d'Encarnação intitulado Os Estudos Epigráficos Em Portugal, no qual apresenta um estudo panorâmico e atualizado sobre as investigações mais recentes em Epigrafia em Portugal, além de enriquecer-nos com o estudo de uma epígrafe recém-publicada no Fichero Epigráfico.

Na sequência, o Prof. Dr. Luis Eduardo Lobianco em seu capítulo Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como Testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade, utiliza uma pluralidade de fontes – dentre elas as epigráficas – para a construção da história do Antigo Oriente Próximo, provenientes do Egito Ptolomaico e Romano e da Judeia Romana.

Já a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Senna Garraffoni e o Me. Alexandre Cozer, na terceira

contribuição a esta obra, discutem as contribuições da ciência epigráfica para a criação de novas metodologias para o estudo da poesia e lírica do início do Principado Romano. Para tanto, escolhem como objeto de análise os grafitti, um dos tipos de inscrições ainda pouco trabalhados no campo da Epigrafia.

O Prof. Me. Carlos Eduardo da Costa Campos, em seu capítulo, nos transporta para a cidade de Sagunto, na Hispania Citerior Tarraconensis, em uma temporalidade específica: o período referente aos séculos I a.C. – I d. C. Definindo-a como uma cidade provincial com fortes marcas da administração e da presença romana na região, Campos dedica-se ao estudo da documentação epigráfica com a proposta de levantar novas possibilidades de leituras sobre a dinâmica política local.

Os Profs. Drs. Gilvan Ventura da Silva e Érica Cristhyane Moraes da Silva, por sua vez, propõem um estudo sobre a construção da paisagem urbana do Império Romano durante a Antiguidade Tardia, a saber, entre os séculos IV e V d.C. No texto intitulado Evergetismo e a Vida Urbana em Antioquia: Considerações à luz da Epigrafia (séc. IV-V), os autores confrontam as interpretações que observam a transição para o medievo como um período de declínio ou ruína e propõem um olhar renovador no estudo das inscrições tardo-antigas ao buscar outros elementos para problematizar e compreender a prática do evergetismo, bem como sobre as instituições cívicas, as atividades cotidianas e o ritmo de vida na polis.

Avançando na temática da práxis cotidiana, os Prof. Drs. Luciane Munhoz de Omena e Pedro Paulo de Abreu Funari, no capítulo O Fio da Memória: O Condutor dos Mortos nos Parentalia, apresentam um estudo sobre as relações de afetividade e de pietas familiar a partir da celebração dos Parentalia. Para tanto, destacam a estela funerária dedicada à Vrsilia Ingenua, encontrada na Via Manzoni-Giardino, em Milão, datável entre os séculos II e III d. C.

Já a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Airan dos Santos Borges em sua contribuição denominada As Formas de Integração, as Redes de Comunicação e Promoção Política das Elites Provinciais Lusitanas no Alto Império, apresenta as potencialidades da epigrafia jurídica para o estudo das elites provinciais lusitanas ao longo do Alto Império Romano.

O estudo de inscrições poéticas volta à cena com o capítulo dos Profs. Drs. Maricí Martins Magalhães e Álvaro Alfredo Bragança Júnior. No capítulo

intitulado A Inscrição do Poeta Lucceius Conservada em Stabiae: As Fabulae Atellanae e o Exodium Atellanicum, esses autores apresentam um rico estudo dividido em duas partes. A primeira, assinada por Magalhães, intitula-se A inscrição do Poeta Lucceius e o Centro Samnítico-Romano de Atella e é dedicada à inscrição deste artista e suas relações com o centro mencionado. A segunda seção, A Fabula Atellanae o Exodium Atellanicum, de Bragança Junior, realiza uma breve conceptualização do gênero da fabula atellana e apresenta um estudo de caso centrado nos dados biobibliográficos de Lucius Pomponius.

Nosso percurso histórico-epigráfico chega à cidade de Roma pelas mãos da Prof.<sup>a</sup> Me. Débora Casanova da Silva, com o capítulo Magistri Vici: A Autopromoção dos Vicomagistri nos Bairros de Roma sob o Principado de Augusto. O século I a.C. é o período analítico escolhido para o estudo, especificamente durante o período das mudanças físicas da cidade de Roma, entre os anos 12 e 7, executadas por Augusto e seu cunhado Agripa (Marcus Vipsanius Agrippa), com a ajuda de outros colaboradores. O objetivo geral de Casanova consiste em analisar a inclusão da plebe nos rituais oficiais da cidade de Roma a partir da nova função que adquirem no Festival das Compitalia, resgatados e ressignificados no governo de Augusto (Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus).

Enriquecendo o volume, a Prof.<sup>a</sup> Me. Raquel de Moraes Soutelo Gomes nos apresenta o capítulo O Culto ao Marte Romano-Indígena no Ocidente Brácara: A Epigrafia no Auxílio dos Estudos dos Contatos Religiosos em Período Romano. Nele, a autora apresenta algumas características do culto a um possível Marte romano-indígena verificado nas inscrições votivas encontradas na faixa atlântica do Conuentus Bracaraugustanus, localizado no Noroeste da Península Ibérica, comparando as informações advindas destas com aquelas de manifestações religiosas ao Marte romano, a fim de individualizar cada deidade.

Por fim, o capítulo do Prof. Dr. Armando Redentor, intitulado Nótula sobre Representações Zoomórficas nas Estelas Funerárias Romanas Transmontano-Zamoranas, conclui, com maestria, a presente obra. Em seu estudo, o autor traz à baila as representações zoomórficas apresentando-as como um aspecto peculiar sobre a epigrafia funerária romana de Trás-os-Montes Oriental e da Zamora Ocidental.

Esses capítulos mostram, portanto, os profícuos diálogos que podem surgir ao analisarmos em conjunto as fontes epigráficas, históricas, literárias e

arqueológicas para a produção de conhecimento sobre a Antiguidade. E, como o seu homônimo, Escrito para a Eternidade: A Literatura no Egito Antigo de Emanuel Araújo, apresentar também um conjunto de fontes e textos da Antiguidade por vezes pouco conhecidos do público brasileiro e internacional.

## **Prefácio<sup>1</sup>**

Claudia Beltrão da Rosa

*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*

A Epigrafia nos fornece uma ampla gama de tipos distintos de textos escritos em diversos suportes materiais: textos gravados em pedra ou metal, em pinturas, relevos, vidros, mosaicos, ou textos escritos em outras superfícies, como paredes de edifícios públicos ou privados, túmulos, enfim, uma grande variedade de inscrições traçadas em algum suporte durável.<sup>2</sup> Os achados arqueológicos naturalmente determinam nosso conhecimento sobre esses diferentes tipos de escrita no passado, mas a pesquisa antiquista vem revelando o mundo antigo, especialmente no chamado período imperial romano, como um mundo no qual a elaboração e a disposição pública de textos os mais diversos era uma prática rotineira, seja no âmbito institucional, no religioso, ou na quotidianeidade. De certo modo, as inscrições podem ser vistas como um fenômeno de massa no mundo antigo, e isso se aplica não somente às regiões de língua grega e latina, mas também a outros idiomas que compuseram a tradição epigráfica do Império romano, como o púnico, o siríaco, o hebraico, o aramaico ou o demótico. As inscrições de diversos tipos existem em tal quantidade que, mesmo no que tange às inscrições latinas e gregas, é impossível fornecer números precisos. E, se levarmos em consideração que a maior parte das inscrições imperiais romanas foi feita em madeira e bronze, percebemos com clareza que a maior parte das inscrições antigas não chegou até nós.<sup>3</sup>

Este livro, cujo tema central é a relação entre monumentos epigráficos e a construção do conhecimento histórico, traz onze contribuições de pesquisadores brasileiros e portugueses que permitem ao leitor compreender tanto o potencial quanto as limitações das inscrições como fonte material e textual para o estudo da história, considerando a diversidade da cultura epigráfica no mundo romano e o material que chegou até nós. Para uma boa compreensão da cultura epigráfica, é importante reconhecer a plasticidade da escrita que foi preservada e seus diversos suportes – notando que o tipo de suporte utilizado para um texto nem

sempre depende da intenção de seu autor, mas simplesmente do próprio material à disposição, e que o pesquisador precisa conhecer não apenas o texto, sua função e seu suporte, os métodos de escrita e o contexto arqueológico, o que requer um bom esforço de comparação não apenas entre diferentes inscrições e de objetos do registro arqueológico, mas também um sólido conhecimento de outras formas e estilos de escrita da época e do lugar estudados, e as variações derivadas por mudanças culturais, sociais ou políticas.

Mais ainda, é necessário ter sensibilidade para escapar aos limites impostos pelas tradicionais categorizações do conhecimento epigráfico que estudamos nos manuais de epigrafia latina, que dividem a análise das inscrições em sagradas, sepulcrais, honoríficas, públicas, legais, sacerdotais/colegiais, fasti, instrumentum domesticum, inscrições parietais etc.<sup>4</sup> Tais divisões, se têm uma justificativa didática no uso da epigrafia na pesquisa de diferentes temas históricos, talvez não reflitam adequadamente, ou nem sempre refletem, as motivações que levaram as pessoas da antiguidade a criar inscrições de natureza variada. Um exemplo é uma inscrição em base de estátua de um ser humano que, se pode ser categorizada como “honorífica” em seu propósito, a classificação tradicional é desafiada quando se observa quem a patrocinou (uma municipalidade, um colégio, um liberto, um parente etc.), ou se a estátua foi feita para ser disposta em um lugar público – e que tipo de lugar público... –, ou em uma casa, ou um túmulo.<sup>5</sup> Inscrições permitem conhecer imagens de um indivíduo, de uma ocupação, de um grupo social, de rituais, de cerimônias etc.

Sem uma boa base metodológica e como muitas vezes apenas a inscrição chegou até nós, corre-se o risco de tomá-la como a própria “honra”, esquecendo que o texto na base é geralmente apenas o texto explicativo que acompanha a honra propriamente dita, a estátua. Em suma, as inscrições realizavam um amplo espectro de funções que devem ser levadas em conta na pesquisa.

Uma das maiores contribuições dos estudos epigráficos, inegavelmente, é a ampliação do uso das inscrições como documentos históricos, e avanços significativos foram feitos nas últimas décadas quando se passou a insistir que, mais do que textos “objetivos”, são também “subjetivos” e “seletivos”. Esta coletânea reúne estudos inéditos de “monumentos” epigráficos, e esse destaque liga-se ao que pode ser chamado “memorialização”, seja de cidades, governos, grupos particulares ou de um único indivíduo.<sup>6</sup> Como os capítulos mostram, a inscrição é, de um modo ou de outro, monumento. A comemoração é um aspecto importante da inscrição, e essa função podia ser intensificada (por leituras públicas, rituais etc.). Com isso, amplia-se para nós a noção da inscrição ao

permitir que pensemos em sua subjetividade. A questão da autoria é particularmente relevante aqui, pois longe de oferecer relatos objetivos, a inscrição revela como indivíduos e grupos humanos queriam ser lembrados.<sup>7</sup>

Ao estudarem os contextos cultural, político, religioso e social das inscrições, as contribuições aqui presentes também mostram o quanto é importante observar como elas eram recebidas e percebidas. Se muitas ou poucas pessoas podiam ler, de fato, as inscrições eram frequentemente apresentadas junto com imagens e/ou em contextos espaciais precisos. Assim, mesmo que em certas regiões poucas pessoas realmente pudessem ler uma inscrição monumental em latim, independente de saberem ler ou não, essa não passaria despercebida.<sup>8</sup> O estudo da localização das inscrições nos espaços públicos e dos conjuntos visuais- arquitetônicos que ajudavam a compor, uma conquista relativamente recente nos estudos epigráficos, fizeram com que se compreendesse que, mesmo sem conseguir efetivamente ler uma inscrição, as populações imperiais não ficavam imunes a ela, e a ela respondiam, inclusive fazendo que caísse na obscuridade ou fosse, mesmo, destruída.<sup>9</sup> Além do seu material, a aparência geral de uma inscrição era cuidadosamente escolhida e calculada, incluindo o design e a linguagem do texto.<sup>10</sup> Por exemplo, a tradução grega das *Res Gestae* de Augusto difere significativamente da inscrição latina, explicando e simplificando termos técnicos latinos, incluindo dados topográficos da cidade de Roma e modificando o “tom imperialista” da inscrição latina para seu público provincial na Galácia.<sup>11</sup>

Personagens literárias muitas vezes fornecem ricas impressões sobre a vida dos grupos humanos no passado, e uma personagem em especial pode nos dar uma vívida ideia do envolvimento potencial dos antigos com suas inscrições. Trata-se do mais famoso *nouveau riche* da literatura, o Trimalchio do *Satyricon* (Petron. Sat. 71). O riquíssimo liberto não apenas dita, palavra por palavra, o texto que quer ter em seu epitáfio, mas também especifica em detalhes os relevos esculpidos que deveriam decorar seu túmulo. É possível que parte do humor da passagem seja derivada do excesso de zelo e o controle de design e estilo demonstrado pela personagem em relação ao seu túmulo, mas é também possível que fosse o excesso de imagens – uma cena de banquete público, navios carregados com suas velas abertas, a imagem de Fortunata segurando uma pomba, um escravo chorando sobre um jarro de vinho quebrado –, o que divertia o público romano. É de se notar que o texto de seu epitáfio mescla fórmulas usuais de epitáfios com outras frases menos usuais, compondo uma inscrição muito extravagante, para o deleite da plateia.<sup>12</sup>



Obviamente, nem todas as pessoas podiam cuidar com tanto esmero de seus túmulos, e é bem conhecida a produção “em massa” de objetos funerários romanos, mas a cena literária permite imaginar que as inscrições eram parte integrante da vida das pessoas, seja nos espaços públicos, seja nos ambientes privados no chamado período imperial romano. E a ascensão do cristianismo, ainda que elementos tradicionais das inscrições clássicas persistissem, levou ao desenvolvimento de uma nova cultura epigráfica, adotando novas fórmulas linguísticas que refletiam valores cristãos, e alterando padrões onomásticos e figurativos de modo a refletir símbolos exclusivos de grupos cristãos.

Se em Portugal a epigrafia é uma ciência e um conhecimento muito bem consolidados, com obras que são referências internacionais, são ainda recentes as pesquisas que lidam com inscrições no Brasil, mas o interesse é crescente e com produção de alta qualidade. De fato, o interesse pelas inscrições no Brasil certamente é fruto da consolidação dos estudos da antiguidade, mas é também um sintoma da ampliação e do amadurecimento geral da pesquisa em ciências humanas em nosso meio acadêmico e, sobretudo, das novas questões que colocamos a nós mesmos e ao passado. Este livro é, portanto, muito bem-vindo, oferecendo estudos inéditos em língua portuguesa que interessarão aos antiquistas em particular e aos interessados nos estudos de Humanidades em geral.

## Sumário

### Os Estudos Epigráficos em Portugal

*José d'Encarnação (Universidade de Coimbra)*

### Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como Testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade

*Luis Eduardo Lobianco (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*

### Espaços da Escrita: Um Diálogo entre a Poesia Romana e as Inscrições Urbanas no início do Principado

*Renata Senna Garraffoni (Universidade Federal do Paraná)*

*Alexandre Cozer (Universidade Federal do Paraná)*

### O Estatuto Municipal de Sagunto e a Inserção de seus Municipales na Dinâmica Romana: Um Estudo de Caso sobre os Séculos I a.C. – I d.C.

*Carlos Eduardo da Costa Campos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

**Evergetismo e a Vida Urbana em Antioquia: Considerações à luz da Epigrafia (séc. IV-V)**

*Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)*

*Érica Cristhyane Moraes da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)*

**O Fio da Memória: O Condutor dos Mortos nos Parentalia**

*Luciane Munhoz de Omena (Universidade Federal de Goiás)*

*Pedro Paulo A. Funari (Universidade Estadual de Campinas)*

**As Formas de Integração, as Redes de Comunicação e Promoção Política das Elites Provinciais Lusitanas no Alto Império**

*Airan dos Santos Borges (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)*

**A Inscrição do Poeta Lucceius Conservada em Stabiae: As Fabulae Atellanae e o Exodium Atellanicum**

*Maricí Martins Magalhães (Centro di Studi e Ricerche Bartolomeo Capasso Sorrento)*

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

**Maistri Vici: A Autopromoção dos Vicomaistri nos Bairros de Roma sob o Principado de Augusto**

*Debora Casanova da Silva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

**O Culto ao Marte Romano-Indígena no Ocidente Brácaro: A Epigrafia no Auxílio dos Estudos dos Contatos Religiosos em Período Romano**

*Raquel de Moraes Soutelo Gomes (Universidade do Minho)*

**Nótula sobre Representações Zoomórficas nas Estelas Funerárias Romanas Transmontano-Zamoranas**

*Armando Redentor (Universidade de Coimbra)*

**Sobre os Autores**

# Os Estudos Epigráficos em Portugal

*José d'Encarnação (Universidade de Coimbra)*

## **Introdução**

Pode dizer-se que se encontra praticamente feita a história da ciência epigráfica em Portugal, na medida em que várias têm sido as publicações que a abordam.

Pouco a pouco, aliás, se colmatam lacunas, se levantam questões e assim se vai avançando. Ainda recentemente (18 de julho de 2016) Pedro Correia Marques defendia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a tese *A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos*, que veio trazer nova luz acerca desses finais do século XIX e do modo como se encaravam então os monumentos, amiúde mais numa tónica filológica e linguística, que a histórico-arqueológica que hoje preconizamos.

Recomeçam, designadamente, as reflexões sobre as referências que os historiadores dos séculos XVII, XVIII e, até, XIX faziam acerca de inscrições que aduziam a comprovar as histórias assaz mirabolantes que contavam. André de Resende (1500? – 1573), Frei Bernardo de Brito (1569-1617) ou Luís Marinho de Azevedo (†1652) terão sido voluntariamente falsários, deram abrigo a falsidades ou era essa a mentalidade da época e poderão, porventura, ter-se servido de textos concretos, autênticos, copiando-os na totalidade ou adaptando- os à sua maneira?

Enfim, há toda uma panóplia de questões para que já se encontrou explicação, que acarretou, por seu turno, outras reflexões e outros modos de encarar o ambiente histórico-geográfico em que determinada epígrafe «nasceu».

Perante este panorama, tomei a liberdade de optar pela seguinte metodologia, não isenta, naturalmente, objecções:

– Numa primeira parte, retomei, em traços largos, essa história, situando-me, de modo especial, nos anos mais próximos.

– Na segunda parte, quase em jeito de anexo, reuni bibliografia seleccionada, apresentando-a não – como é hábito – por ordem alfabética do apelido dos autores, mas sim por ordem cronológica, para que se fique com uma ideia mais exacta da evolução verificada.<sup>13</sup> Para essa segunda parte vou, por conseguinte, remeter implicitamente na primeira, porque nela serão indicados os textos previamente citados; essa opção permitirá aligeirar o discurso, uma vez que se trata de referências bibliográficas de fácil identificação.

– Reproduzo, na terceira parte, o estudo de uma epígrafe publicada há poucos meses no Fichero Epigráfico e comento, de seguida, os seus aspectos mais relevantes.

### **Para uma história da Epigrafia em Portugal**

Ciência que procura decifrar e interpretar os textos gravados em materiais duradouros, para, contextualizando-os, os utilizar como fonte histórica, a Epigrafia conheceu, desde o Humanismo e o tempo das Academias, mui importantes cultores entre nós, porque, apresentando a epígrafe textos sintéticos

e, por esse motivo, pensados e entremeados de siglas e abreviaturas, despertavam essas «pedras com letras» uma curiosidade imensa: que enigmática mensagem aqui se ocultará? Na verdade, como muito bem sugeriu Giancarlo Susini<sup>14</sup>, a Epigrafia é o estudo da forma como, em determinado momento, o Homem seleccionou ideias para, por escrito, as transmitir aos vindouros!...

Epígrafes houve-as, pois, em todos os tempos; foi, porém, sem dúvida, a época romana que, nesse domínio, maior atenção despertou, não apenas por serem abundantes as epígrafes desse tempo, mas, sobretudo, porque assim se completava capazmente a história haurida nos livros clássicos, uma história, essa – de Tácito, de Tito Lívio ou Dión Cássio...–, sempre susceptível de ter passado antes pelo crivo de uma censura qualquer.

Será uma academia, a Academia das Ciências de Berlim, que chamará a si a tarefa de reunir num monumental corpus – segundo critérios comprovadamente científicos – todas as inscrições conhecidas do mundo romano. Os volumes foram organizados geograficamente: do II, referente aos textos da Península Ibérica, ficaria encarregado Emílio Hübner, que visitou Portugal durante o ano de 1861. Viu museus, recolheu ampla bibliografia impressa e manuscrita, relacionou-se com os nossos académicos. Sistematizados os materiais, a Academia publicou, em 1869, o primeiro tomo do Corpus Inscriptionum Latinarum II (= CIL II); o 2º, de suplemento, viria a lume em 1892; um primeiro volume de «Additamenta» foi publicado em 1896<sup>15</sup>. Hübner faleceu em 1901; no entanto, os materiais que coligira foram apresentados por H. Dessau em novo volume de «Additamenta»<sup>16</sup>.

E é, sem dúvida, a figura de Leite de Vasconcelos (falecido em 1941) que, no campo da Epigrafia, preenche quase por completo a primeira metade do séc. XX, quer como director do seu museu (onde procurou reunir todos os monumentos epigráficos de que foi tendo conhecimento e que teve possibilidade de para aí fazer transportar) quer mediante a publicação regular d'O Archeologo Portuguez, cuja publicação prévia em fascículos permitia dar a conhecer rapidamente o que se ia encontrando.

Finda a Segunda Grande Guerra, os estudos epigráficos ganham, necessariamente, novo alento.

Na década de 50, a Epigrafia Romana conhece, em Portugal, um decisivo impulso. Além de se preconizar um regresso à pedra para, com melhores fotografias e decalques, se encontrar a leitura exacta, o avanço dos conhecimentos veio permitir comparações susceptíveis de atribuir a cada monumento uma dimensão histórica maior.

Nesse movimento ocupou lugar de relevo Scarlat Lambrino (1891-1964), professor de Epigrafia na Faculdade de Letras de Lisboa. Lambrino preparou os catálogos do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e do Museu de Odrinhas e, fundado nas novas leituras, lançou ombros a trabalhos de reflexão e síntese sobre, nomeadamente, divindades, governadores da Lusitânia, povos, aculturação onomástica... Prosseguiu essa tarefa, devotadamente ainda que com menos fôlego, o seu directo colaborador, D. Fernando de Almeida, insigne mestre a cujo entusiasmo e nunca desmentida dedicação devo o estar hoje aqui, a escrever sobre Epigrafia.

Será, todavia, na década de 70 que essa ciência antiga tomará rumos ainda mais inovadores.

O incremento de salutar intercâmbio com os investigadores estrangeiros; a crescente permuta com revistas da especialidade; o interesse manifestado por epigrafistas europeus, designadamente franceses, espanhóis e alemães – em relação aos monumentos do nosso território; a possibilidade de, mediante a reestruturação dos cursos universitários, a Epigrafia passar a ser cadeira anual – são alguns dos factores responsáveis por esses novos rumos.



Veio a lume, em 1976, o tomo II das Fouilles de Conimbriga, dedicado precisamente à epigrafia dessa cidade romana. Foram Georges Fabre (da Universidade de Pau) e Robert Étienne (da Universidade de Bordéus III) os grandes mentores dessa nova forma de encarar a epígrafe como monumento, a partir de agora analisado na sua totalidade, integrado num contexto arqueológico, como objecto cultural onde tudo foi pensado: o texto, sintético, intencional, preciso; a decoração; a tipologia; o material... Inclusive os grafitos, até aí totalmente descurados, passaram a ser tidos como eloquente fonte de informação.

Acabara, por outro lado, de se criar, na Faculdade de Letras de Coimbra, a Pré-Especialização em Arqueologia (1974-1975), em cujo currículo a Epigrafia figurava como disciplina anual e obrigatória. Logo os primeiros estudantes foram particularmente dotados e receptivos, de maneira que cedo a revista Conimbriga passou a incluir regularmente artigos de Epigrafia. E o aparecimento, em cada vez maior número, de novos documentos, mercê sobretudo do trabalho de campo levado a efeito por esses estudantes universitários e pelos membros das associações de defesa do património – quantas inscrições romanas não estavam à vista de todos, há longos anos, e ninguém as procurava decifrar! – postulou, inclusive, a edição dum suplemento à revista, a que se deu o nome de Ficheiro Epigráfico, com a finalidade de inserir, rapidamente, nos circuitos científicos as epígrafes inéditas que se encontrassem. Desde 1982 até julho de 2016, o Ficheiro publicou 139 números, em que se deram a conhecer perto de 600 textos novos – o que dá uma ideia do dinamismo que se logrou imprimir. Aliás, isso mesmo se passava na Europa, onde, para além do projecto, gizado a partir de dezembro de 1977, de se fazerem novas edições regionais do CIL, uma vez que tantos novos testemunhos se iam descobrindo, as universidades criaram projectos de publicações sistemáticas. Assim, a Universidade de Bordéus III, através do Centre Pierre Paris, concebeu, inclusive, um programa informático próprio para apresentar os textos nas edições em papel (com sinais diacríticos específicos) e, sob orientação de Robert Étienne, gizou-se um plano de publicar por núcleos toda a epigrafia peninsular<sup>17</sup>. O plano teve relativo êxito na Catalunha, com a publicação de cinco volumes, e em Lugo<sup>18</sup>; as próprias IRCP<sup>19</sup> nele se inseriam, assim o corpus de Ávila<sup>20</sup>. Contudo, em Espanha, as Diputaciones Provinciales depressa incitaram e apoiaram os especialistas locais a prepararem, eles próprios, os respectivos corpora epigráficos provinciais.<sup>21</sup>

Dir-se-á que, nos dois últimos anos da década de 70 e por toda a década de 80 e, ainda, 90, os estudos epigráficos ganharam na Europa um desenvolvimento invulgar, tendo-se deixado definitivamente de parte a ideia de ser a Epigrafia mera «ciência auxiliar» da História. A esse movimento também não terá sido alheio o facto de os congressos da Associação Internacional de Epigrafia Grega e Latina (VII, Constantza, 1977; VIII, Atenas, 1982; IX, Sófia, 1987; X, Nîmes, 1992; XI, Roma, 1997 etc), continuarem a reunir-se regularmente de cinco em cinco anos e com cada vez maior número de participantes, que facilmente estabeleciam laços de camaradagem e procuravam gizar projectos internacionais em comum. Por outro lado, além da «escola de Bordéus», o saudoso Professor Giancarlo Susini, em Bolonha, contribuiu mui eficazmente para essa concepção da epígrafe como «monumento cultural», quer por já ter chamado, há bastante tempo, a atenção para as fases de preparação da epígrafe<sup>22</sup>, quer, de modo especial, por ele próprio ter dado substancial exemplo através das sugestões que deixou no seu manual<sup>23</sup> quer nos inúmeros escritos que nos legou.

Houve, ainda, domínios específicos que se criaram, precisamente por serem específicas as questões que determinado tipo de epígrafes levantavam. No que respeita a Portugal, é de realçar o significativo papel que teve o estudo das enigmáticas inscrições que, desde o século XVI, se haviam identificado no Sudoeste, com uma escrita por completo desconhecida e para cuja decifração ainda hoje se não encontrou uma... «pedra de Roseta»! Para esse estudo se criou expressamente uma comissão internacional encarregada de organizar periodicamente os Colóquios Internacionais sobre Línguas e Culturas Paleo-Hispânicas. Cito em nota<sup>24</sup> apenas os mais recentes, para se ficar com uma ideia do dinamismo que esse tipo de estudos provocou, nomeadamente se tivermos em conta que as comunicações neles apresentadas têm sido regularmente publicadas: primeiro, pelos serviços editoriais da Universidade de Salamanca; agora, pelo Institución «Fernando el Católico», de Zaragoza.

Esse extraordinário desenvolvimento da disciplina obrigou, de certo modo, à elaboração de manuais – tanto em Portugal como em Espanha e mesmo em França<sup>25</sup> – pois se tornava necessário, para cada país, uniformizar critérios de

classificação e de nomenclatura. Nesse aspecto, é com orgulho que refiro ter sido Portugal pioneiro desta nova era com a 1ª edição da Introdução ao Estudo da Epigrafia datada de 1979.

Começaram a preparar-se dissertações de mestrado e teses de doutoramento sobre temas epigráficos específicos, movimento que desembocou, pode dizer-se sem medo de errar, na grande exposição Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa, que, inaugurada a 27 de Junho de 2002, deveria ter, no máximo, um ano de apresentação no Museu Nacional de Arqueologia e ainda hoje se considera a exposição principal do Museu. Eloquente, o número de peças aí reunidas, seguramente as mais significativas, vindas de todos os pontos do País; mais eloquente, todavia, o catálogo que, sob orientação científica de José Cardim Ribeiro, se divide em duas partes: numa, os diferentes aspectos dos cultos, das devoções, das divindades são abordados por especialistas nessas respectivas áreas; noutra, o catálogo propriamente dito, em que de cada foi elaborada mui circunstanciada ficha. E se há, naturalmente, peças escultóricas, são, no entanto, as peças epigrafadas as que ocupam o grosso da exposição. Um marco na investigação epigráfica em Portugal.

## **Bibliografia seleccionada sobre a temática epigráfica**

### **Manuais (mais recentes)**

- Susini, Giancarlo. Il Lapidario Romano – Introduzione all'Epigrafia Latina. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1966. (Inserido na recolha de textos do autor Epigraphica Dilapidata. Faenza: Fratelli Lega, 1997, 7-69).
- Encarnação, José d'. Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina. Coimbra: Instituto de Arqueologia, <sup>1</sup>1979, <sup>2</sup>1987, <sup>3</sup>1997, <sup>4</sup>2013. [http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub\\_online/pdfs\\_online/2013\\_Epigrafia](http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/2013_Epigrafia).

- Susini, Giancarlo. Epigrafia Romana. Roma: Jouvence, 1982.
- López Barja, Pedro. Epigrafía Latina: Las Inscripciones Romanas desde los Orígenes al Siglo III d. C. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións, 1993.
- Iglésias Gil, José Manuel e Santos, Juan. Manual de Epigrafía Latina. Santander, 2000.
- Corbier, Paul. Epigrafía Latina. Traduzido por Maurício Pastor Muñoz. Granada: Universidad de Granada, 2004.
- Donati, Angela. Epigrafia Romana: La Comunicazione nell'Antichità. Bolonha: Il Mulino, 2004.
- Lassère, Jean-Marie. Manuel d'Épigraphie Romaine. Paris: Picard, 2005.
- Cébeillac-Gervasoni, Mireille, Maria Letizia Caldelli e Fausto Zevi. Épigraphie Latine. Saint Just La Pendue: Armand Colin, 2006.
- Buonopane, Alfredo. Manuale di Epigrafia Latina. Roma: Carocci editore, 2009.
- Andreau Pintado, Javier, ed. Fundamentos de Epigrafía Latina. Madrid: Ediciones Liceus, 2009. [http://www.liceus.com/cgi-bin/ediciones\\_portada.asp?opcion=1](http://www.liceus.com/cgi-bin/ediciones_portada.asp?opcion=1)
- Cooley, Allison. The Cambridge Manual of Latin Epigraphy. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

**Teses de doutoramento [α] e dissertações de mestrado [β] em Portugal (por ordem cronológica)**

### **De investigadores portugueses**

- Encarnação, José d'. Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Coimbra:

Universidade de Coimbra, 1984, Z2013. <http://hdl.handle.net/10316/578> [α]

- Fernandes, Luís. “A Presença da Mulher na Epigrafia do Conventus Scallabitanus”. *Portugalia* 19-20 (1998-1999): 129-228. [β]
- Repas, Fernanda Cristina de Jesus. “Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos: Subsídios para o Seu Estudo”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2001. [β]
- Redentor, Armando. *Epigrafia Romana da Região de Bragança*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002. [β]
- Ferreira, Ana Paula Ramos. *Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior: Inovação ou Continuidade?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004. (Trabalhos de Arqueologia, 34). [β]
- Vaz, João L. Inês. *A Civitas de Viseu: Espaço e Sociedade*. 2 vols. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. [α]
- Bernardes, João Pedro. *A Ocupação Romana de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve, 2007. [α]
- Sá, Ana Marques de. *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Idanha-a-nova: Município de Idanha-a-Nova, 2007. [β]
- Redentor, Armando José Mariano. “A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012 (em vias de publicação pela Imprensa da Universidade). [α]
- Ferreira, Ana Paula Ramos. “Património e Cidadania: dos Vestígios Arqueológicos à Ação Pedagógica”. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2014 [α].Z<sup>6</sup>
- Reis, Sara Henriques dos. “Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2015. [β]
- Marques, Pedro Miguel Correia. “A Epigrafia da Hispania na Correspondência Epistolar entre Emílio Hübner e José Leite de Vasconcelos”. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2016. [α]

## **De investigadores estrangeiros, que estagiaram em Portugal para preparação das suas teses**

- Oria Segura, Mercedes. *Hércules en Hispania: Una Aproximación*. Barcelona: Departament Filologia Llatina Universitat de Barcelona, 1996.
- Baratta, Giulia. *Il Culto di Mercurio nella Penisola Iberica*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2001.
- González Herrero, Marta. *La Promoción Social de las Elites del Poder Lusitanorromanas y su Presencia en los Círculos Dirigentes de Roma. Siglos I–III*. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 2001.
- Olivares Pedreño, Juan Carlos. *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2002.
- Andreu Pintado, Javier. *Munificencia Pública en la Provincia Lusitania (Siglos i-iv d.C.)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2004.
- Soutelo, Raquel. “Interação Cultural e Interpretatio na Epigrafia Votiva: O Caso da Fachada Ocidental do Conuentus Bracaraugustanus”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2015. (Preparada e defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho).
- Borges, Airan dos Santos. “A Paisagem Imperial em Cidades da Lusitânia: Um Estudo sobre as Formas de Integração da Elite Provincial entre os Séculos II a. C. e III d. C”. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. (Após estágio de pesquisa com duração de um ano na Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Jorge Fabião).

## **Para uma história da Epigrafia**

- Étienne, Robert, Georges Fabre, Lévêque, Pierre e Lévêque, Monique. *Fouilles de Conimbriga. Vol. 2, Épigraphie et Sculpture*. Paris: De Boccard, 1976.

- Étienne, Robert. “Le Centre Pierre Paris (ERA 522) et la Révision des Inscriptions Grecques et Latines de la Péninsule Ibérique”. *Conimbriga* 16 (1977): 83-88.
- Encarnação, José d’. *Sociedade Romana e Epigrafia*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia, 1979.
- Arias Vilas, Felipe, Patrick Le Roux, e Alain Tranoy. *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo (=IRPL)*. Paris: Diffusion De Boccard, 1979.
- Encarnação, José d’. “Epigrafia: Contributo para o Estudo da Romanização”. *Trebaruna* 1 (1981): 47-49.
- Encarnação, José d’. “O Ensino da Epigrafia em Portugal”. *Munda* 3 (Maio 1982): 23-26.
- Encarnação, José d’. “Epigrafia”. *Arqueologia* 7 (Junho 1983) (ficha extratexto).
- Encarnação, José d’. “Pinho Brandão, Epigrafista”. In “Colectânea de Estudos de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão”. Edição Especial, Lucerna (1984): 203-211.
- Le Roux, Patrick. “Émile Hübner ou le Métier d’Épigraphiste”. In *Épigraphie Hispanique: Problèmes de Méthode et d’Édition*, editado por Robert Étienne, 17-31. Paris: E. De Boccard, 1984.
- Encarnação, José d’. “L’Épigraphie au Portugal”. In *Épigraphie Hispanique: Problèmes de Méthode et d’Édition*, editado por Robert Étienne, 353-354. Paris: E. De Boccard, 1984.
- Encarnação, José d’. “Epigrafia, uma Leitura Diferente”. *Munda* 7 (Maio 1984): 31-35.
- Fabre, Georges, Marc Mayer e Isabel Rodà. *Inscriptions Romaines de Catalogne (= IRC)*. Vol. 1, Barcelone (sauf Barcino). Vol. 2, Lérida. Vol. 3, Gerone. Vol. 4, Barcino. Vol. 5, Suppléments aux Volumes I-IV et Instrumentum Inscriptum. Paris: E. De Boccard, 1985-2002.
- Encarnação, José d’. “Ficheiro Epigráfico: Uma Experiência em Curso em

Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 27 (1988): 245-247

- Encarnação, José d'. “Epigrafia em Portugal, Ciência Antiga, Rumos Novos”. *Arqueologia* 17 (Junho 1988): 204-207. <http://hdl.handle.net/10316/26253> (inserido no livro *Epigrafia: As Pedras que Falam*, 44-54).
- Encarnação, José d'. “Arqueologia e Epigrafia: Uma Complementaridade a potenciar”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 33, no. 1-2 (1993): 313-327. <http://hdl.handle.net/10316/28710>
- Encarnação, José d' e Catarina Cunha Leal. “Technique et Métiers dans l'Épigraphie Romaine de l'Occident Hispanique”. In *L'Africa Romana*. Vol. 11, *Atti dell'XI Convegno di Studio*, editado por Mustapha Khanoussi, Paola Ruggeri e Cinzia Vismara, 175-181. Ozieri: Editrice Il Torchiello, 1996. <http://hdl.handle.net/10316/22777>
- Encarnação, José d'. “La Contribution de l'Épigraphie à l'Étude des Divinités Indigènes dans la Péninsule Ibérique”, in “L'Afrique, la Gaule, la Religion à l'Époque Romaine: Mélanges à la Mémoire de Marcel Le Glay”, *Latomus: Revue d'Études Latines* 226 (1994): 551-559, editado por Yann Le Bohec.
- Encarnação, José d'. *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1994, 2001.
- Encarnação, José d'. “Epigrafia Romana em Portugal: Balanço e Perspectivas da Investigação”. In *Portogallo e Italia: dialogo tra culture*, editado por Maurizio Fabbri, 71-86. Bolonha: n.p., 1996.
- Encarnação, José d'. “A Epígrafe Latina como Elemento Didáctico”. *Boletim de Estudos Clássicos* 25 (Junho de 1996): 48-52. [Início de uma série, primeiro semestral e depois anual, devido à periodicidade do Boletim, e que vai no nº XXXV (Boletim nº 60, 2015)].
- Encarnação, José d'. “Epigrafia Latina e História Romana”. *Phoênix* 2 (1996): 101-108.
- Encarnação, José d'. “Sobre a Menção de Profissões em Epigrafia”. *Munda* 33 (Maio 1997): 19-23.
- Encarnação, José d'. “La Recherche sur l'Épigraphie Romaine au Portugal”. In



Actes du Xe Congrès International d'Épigraphie Grecque et Latine, editado por Michel Christol e Olivier Masson, 461-472. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997.

- Encarnação, José d'. "Epigrafia e Território". *Espacio, Tiempo y Forma*, 2ª série, 10 (1997): 79-89. <http://hdl.handle.net/10316/25528>
- Encarnação, José d'. "Epigrafia e História de Roma". *Máthesis* 6 (1997): 33-39.
- Encarnação, José d'. *Estudos sobre Epigrafia*. Coimbra: Edições Minerva, 1998.
- Encarnação, José d'. "O Ensino da Epigrafia". *Arqueologia e História* 51 (1999): 197-203.
- Encarnação, José d'. "Abade de Baçal, Epigrafista". In *Actas do Colóquio O Abade de Baçal*, coordenado por João Manuel Neto Jacob, 17-23. Bragança: Museu do Abade de Baçal, 1999.
- Encarnação, José d'. "Epigrafia: Leituras Novas de um Livro Eterno". In *As Oficinas da História*, coordenado por José d'Encarnação, 99-102. Coimbra: Edições Colibri, 2002.
- Encarnação, José d'. "André de Resende, Epigrafista". In *Cataldo & André de Resende: Congresso Internacional do Humanismo Português*, 305-310. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2002.
- Encarnação, José d'. "Muros Velhos, Eloquentes Letras...". In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, 187-193. Amadora: Câmara Municipal de Amadora, 2003.
- Encarnação, José d'. "Bandeira Ferreira, um Labor de Epigrafista". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 122ª série, no. 1-12 (jan/dez 2004): 111-120. <http://hdl.handle.net/10316/15880>
- Hernando Sobrino, María del Rosário. *Epigrafia Romana de Ávila (=ERAv)*. Bordeaux: Ausonius Éditions, 2005.
- Encarnação, José d'. "D. Fernando de Almeida, o Mestre, o Epigrafista".

Eburobriga 3 (Primavera/Verão 2005): 35-39.

- Encarnação, José d'. *Epigrafia: As Pedras que Falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, 2010.
- Encarnação, José d'. "L'Épigraphie au Portugal – Enseignement: La Bataille et la Guerre". In *Acta XII Congressus Internationalis Epigraphiae Graecae et Latinae*, editado por Marc Mayer I Olivé, Giulia Baratta e Alejandra Guzmán Almagro, 363-364. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2007.
- Encarnação, José d'. "A Disciplina de Epigrafia na Faculdade de Letras de Coimbra". *Biblos*, nova série, 9 (2011): 109-123. <http://hdl.handle.net/10316/18325>
- Encarnação, José d'. "A 'Escola Alemã' e os Estudos de Epigrafia Romana em Portugal". In *Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille*, coordenado por Maria Teresa Delgado Mingocho, Maria de Fátima Gil e Maria Esmeralda Castendo, 869-884. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. <http://hdl.handle.net/10316/15398>
- Encarnação, José d' e Ana Isabel de Sá Caessa. "Epigrafia de Olisipo: 66 Anos Depois!". In *L'Officina Epigrafica Romana: In ricordo di Giancarlo Susini*, editado por Ângela Donati e Gabriella Poma, 403-420. Faenza: Fratelli Lega Editori, 2012. <http://hdl.handle.net/10316/20019>
- Encarnação, José d'. "Da Epigrafia como Ciência". *Antrope* 1 (dezembro de 2014): 144-159. <http://hdl.handle.net/10316/28145> (versão inglesa: 160-170).

## **O estudo de uma inscrição inédita**

### **O estudo<sup>27</sup>**



## FIGURA 1- ESTELA FUNERÁRIA DE ATELLIVS CLEMES (OURIQUE – CONVENTUS PACENSIS)

FONTE: Elaborada pelo autor

Estela funerária romana de grauvaque bege acinzentado, proveniente da Horta do Vale, freguesia da Conceição, concelho de Ourique. Esteve no Museu da Lucerna, em Castro Verde, onde a estudámos; vai ser depositada no Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão, em Ourique.

Dimensões: 58 x 42 x 10 cm.

D(is) MA(nibus) S(acrum) / ATELLIVS / CLEMES / TANGINA

Consagrado aos deuses Manes. Atélio Clemente, Tangina.

Altura das letras: c. 6 cm. Espaços entre as linhas de pauta: 6/6,5 cm.

A inscrição foi gravada num campo epigráfico alisado, sem ter havido, porém, por parte do lapicida, preocupação em alindar o resto do suporte, que, embora se apresente vagamente rectangular, mantém as suas irregularidades formais.

Houve, contudo, o cuidado – frequente, aliás, em monumentos epigráficos da região, como que dando continuidade ao que se observa nas estelas epigrafadas da II Idade do Ferro com a chamada «escrita do Sudoeste» – de se traçarem prévias linhas de pauta (cinco ao todo) para facilitar a paginação e dar graciosidade ao conjunto.

Paginação a obedecer, na l. 1, a um eixo de simetria; nas linhas seguintes, alinhamento à esquerda. Gravação cuidada, com goiva (atendendo ao sulco arredondado dos caracteres), regular, geometricamente conseguida.

Na l. 1, do D inicial subsiste o arranque inferior da barra vertical e do seu traço arredondado; do M, que é largo, a fractura levou apenas o primeiro vértice superior e o pequeno traço horizontal pegado à última perna justifica que se interprete como nexos MA; o S mais se adivinha do que se vê, sendo possível, com determinada iluminação, ter até a sensação de se distinguir o seu traçado.

Na l. 2, A simétrico, com travessão horizontal um tudo-nada acima de linha média; T de barra breve e levemente oblíquo para cima, como o são também, de resto, as barras dos EE e a dos LL seguintes; o V não é simétrico: a haste esquerda oblíqua bastante para trás; o S final, de traçado simétrico sofreu os efeitos da erosão, mas distingue-se bem.

A l. 3 não oferece dificuldade de leitura. Registe-se apenas o C ovalado.

Na l. 4, que denota um ductus lançado para diante, o A não tem travessão, sendo de sublinhar o paralelismo bem patente nos traços do A e do N, a demonstrar o requinte posto na gravação; o G tem perna vertical muito curta; o travessão oblíquo no interior do N (de que falta o trecho superior esquerdo) evidencia a presença do nexos AN.

Quer a consulta a HEpOLZ<sup>8</sup> quer ao livro de AbascalZ<sup>9</sup> nos dão conta de que o nome Atellius não estava presente, até este momento, na epigrafia da Lusitânia. Dos 15 testemunhos atestados, há sete em Cartagena (mais um também na zona de Múrcia), seis em Granada<sup>30</sup> e um em Valência. A maior parte identifica

cidadãos romanos, mas também há libertos, dos quais poderemos destacar o nome de Cn. Atellius Bulio gravado num lingote de chumbo, ligado, portanto, à mineração.<sup>31</sup>

*Clemes está por Clemens, não sendo rara a síncope do n antes do s, no caso do sufixo –ens<sup>32</sup>. Em HEpOL registam-se sete testemunhos dessa ocorrência. Aliás, Kajanto<sup>33</sup> refere-se-lhe escrevendo sempre Cleme(n)s, tão costumeira é essa síncope. No Atlas antroponímico da Lusitânia,<sup>34</sup> mencionam-se 18 ocorrências deste cognomen, que é latino e de que Kajanto nota a grande frequência do uso (mais de 500 casos no conjunto do CIL!) entre os cognomes referentes a qualidades mentais.*

*Tanginus é nome típico da área lusitana: mais de uma centena de testemunhos!<sup>35</sup> Abascal, na estatística que apresentou<sup>36</sup>, indica-o em 15º lugar, sendo o 2º dentre os nomes indígenas mais frequentes (o 1º é Ambatus, o 3º Boutius). Cremos que Tangina não é mais uma defunta, mas sim a dedicante. A ausência de uma fórmula final – do tipo F(aciendum) C(uravit) – pode ter duas justificações: a falta de espaço ou o incipiente conhecimento das regras habituais.*

Datável da 1ª metade do século I – pela estrutura textual simples, pelo modo de identificação dos personagens (apesar da falta do praenomen na identificação do defunto) e pela paleografia – esta epígrafe documenta, na sua singeleza, a aculturação: Clemes veio, mui provavelmente, da Bética ou é descendente de imigrantes vindos de lá e a dedicante é uma indígena.

MANUEL MAIA & JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

## Os comentários

## **– O título**

Tal como numa notícia de jornal, o título escolhido quer-se apelativo e deve conter os elementos fundamentais para que, de imediato, se compreenda de que se vai tratar. Assim, neste caso, caracterizou-se logo o tipo de monumento (estela funerária); indicou-se o que a distingue, ou seja, Atellius Clemes, a identificação do defunto. Acrescentaram-se dois dados: a divisão administrativa actual em que foi localizada (Ourique) e a divisão administrativa romana (Conventus Pacensis).

## **– A descrição**

O propósito a que importa obedecer é o seguinte: que, através dos elementos que fornecemos, o monumento possa ser virtualmente reconstituído na sua totalidade, se desaparecer por completo no momento seguinte. Importante, o tipo de material: calcário, granito, mármore, xisto... explicitando-se, sempre que possível, os elementos, como a coloração, que possibilitem uma informação sobre o local donde esse material foi extraído. Importante, a caracterização do tipo de monumento: estela, placa, ara... porque nos ajuda a compreender o contexto para que foi pensado.

## **– Local e circunstâncias do achamento**

O espaço e o tempo são fundamentais em História; por isso, dar-se-á informação o mais rigorosa possível do local e das circunstâncias em que a epígrafe foi encontrada. Não se hesite em acrescentar pormenores à primeira vista dispensáveis, como é o caso da identificação do achador, da data em que o achado se deu...

## – Localização actual

A inscrição pode continuar no local onde foi encontrada ou dar entrada num museu ou numa outra instituição cultural. Explicitar-se-ão esses dados, datando- os; e, se – no caso de um museu – lhe for atribuído um número de inventário, assinalar-se-á também esse elemento, para mais fácil identificação posterior.

## – Dimensões

São normalmente as dimensões máximas, em centímetros, pela ordem usual: altura x largura x espessura. Também convém indicar a altura das letras, linha por linha, e a dos espaços interlineares (que são sempre um a mais do que o número de linhas). Perguntar-se-á o porquê. Porque a epígrafe é para ser lida... onde? O modo como é feita a paginação proporciona-nos responder a essa pergunta, isto é, tornar explícito o contexto arqueológico para que foi originalmente pensada. Por isso falamos também de campo epigráfico, o espaço previamente preparado para receber o texto. Como Giancarlo Susini muito bem explicou, o encomendante vai à oficina do canteiro, escolhe o tipo de monumento e combina com o técnico qual o texto que quer ver gravado; o técnico (ordinator) organiza o espaço (pagina, como se faz nas publicações actuais) de acordo com os objectivos que lhe foram fixados.

## – A leitura

Costumo acrescentar «leitura interpretada», porque, em meu entender, apresentando-se uma boa fotografia – já falaremos disso –, não vale a pena reproduzir o que se lê: interessa logo desdobrar as siglas e as abreviaturas (inserindo em parêntesis curvos e em itálico o que se subentende) e preencher as



lacunas (que habitualmente se põem dentro de parêntesis rectos).

Convém esclarecer que há vários modos – ia a escrever «escolas» – de apresentar a leitura, todos eles defensáveis, desde que obedeam a regras claras e constantes e facilmente se compreenda qual a opção de leitura tomada pelo epigrafista. Em Coimbra, preferimos (note-se que escrevi «preferimos») indicar em maiúsculas as letras como estão na pedra e fazer uma leitura seguida, indicando a separação das linhas por uma barra oblíqua. Poupa-se espaço e, insisto, como há a fotografia ou o desenho, facilmente se fica com uma ideia do que está na «pedra».

Aponta-se, de ordinário, uma bateria de «sinais diacríticos», isto é, aquelas convenções que permitem, de imediato, saber se a letra foi reconstituída e dela nada havia na «pedra» a não ser o espaço para ela ou o lapicida a esqueceu; se apenas se enxerga um traço e não a letra na totalidade; ou se há dúvida de interpretação. Da minha parte, opto cada vez mais pela simplificação: como, de seguida, há que explicitar como as letras se mostram linha a linha, não se me afigura necessário usar artifícios, nem sempre graficamente fáceis de adoptar. Tem-se dúvida? – Põe-se um ponto de interrogação! Não se sabe que letra estaria ali? – Põem-se reticências entre parêntesis recto.

### – A tradução

Optou a escola de Coimbra por apresentar, sempre que possível, a tradução. Na verdade, nem toda a gente compreende a língua latina e, por outro lado, a maioria das pessoas nada sabem (ou muito pouco) de Epigrafia, de modo que pôr a tradução é excelente forma de tornar acessível o que, em princípio, oferece alguma dificuldade. E propuseram-se duas regras: a primeira, usar uma linguagem epigráfica também na tradução; a segunda, traduzir para vernáculo os antropónimos latinos, pois, de facto, a grande parte, se não a totalidade, tem equivalente na língua portuguesa.

Exemplifico o que quero significar com «linguagem epigráfica»:

– hic situs est tem equivalente em português: «aqui jaz»; por conseguinte, use-se o «aqui jaz»!;

– de um modo geral, quando termina por faciendum curavit a inscrição não explicita o que é que se ‘mandou fazer’, pois se subentende que é a própria inscrição e, inclusive, o próprio sepulcro; ora, se se subentende em latim, por que razão se há-de explicitar em português, acrescentando algo como «este sepulcro»?

#### – Os comentários

Há o comentário sobre o modo como foi feita a paginação e como se apresentam os caracteres. Chama-se a este último o comentário «paleográfico». Não é que a paleografia seja um critério rigoroso de datação da epígrafe, mas há hábitos de escrever que variam ao longo dos séculos, como nos manuais de Epigrafia se explica; por conseguinte, vale a pena indicar se estamos perante capitais quadradas, monumentais, actuárias (a denunciar maior leveza no traçado) ou cursivas.

Como o exemplo citado documenta, o que, de seguida, interessa verificar é a identificação de paralelos para o texto que está a ser estudado: esses antropónimos são frequentes (na província, na Hispânia, no Império...)? Se for um ex-voto, trata-se de uma manifestação religiosa isolada ou pode enquadrar-se num conjunto mais vasto e significativo? Enfim, é aqui que se manifesta a capacidade do epigrafista de levantar questões. Disse bem: levantar questões! Não é obrigatório resolvê-las! O mais importante é mesmo saber colocá-las!

Verifique-se, no exemplo citado, apenas para ilustrar o que se acaba de dizer, que temos aqui um testemunho isolado, até ao momento, no conjunto da epigrafia da Lusitânia, da família (em latim, gens) Atellia. Isso levou-nos a procurar saber algo mais sobre o que se conhecia acerca dessa gens e o resultado afigurou-se-nos deveras interessante para uma zona caracterizada pela afluência, logo nos primórdios da época romana, de pessoas vindas de fora e ligadas à mineração, pois que em zona mineira se está. E não foi sem admiração que confirmámos a sua ligação a esse tipo de actividade.

Uma palavra ainda sobre a grafia Clemes em vez de Clemens. Como se viu, não optámos por ver aí um erro ou uma distração do lapicida, atendendo a que há outros exemplos. Reafirme-se que os eventuais erros são também um elemento cultural a ter em conta. O ‘erro’ pode derivar de má compreensão da minuta, que ao ordinator foi apresentada, naturalmente, em cursiva e, na eventualidade, até em siglas e abreviaturas; pode resultar de insuficientes conhecimentos ortográficos para passar a escrito palavras oralmente transmitidas;<sup>37</sup> pode ter sido mera distração. E, nesses casos, porque não se corrigiram tais ‘erros’? Pelo mesmo motivo que, na actualidade, há erros de distração em cartazes de eventos e não se corrigem, porque ou já não há tempo ou sairia tudo muito mais dispendioso!

## – A datação

Escreveu-se, logo a princípio deste ensaio, que o objectivo de uma epígrafe é ser... imorredoura! Compreende-se, pois, que, de um modo geral, as inscrições que dizem respeito à maioria das pessoas e os ex-votos a divindades não denunciem minimamente quando foram feitas. Reveja-se a simplicidade do epitáfio que nos está a servir de exemplo: nem sequer a idade com que Clemes morreu ali foi exarada! E nós estamos hoje a falar dele e de Tangina (terá sido sua mãe, sua esposa, sua filha ou sua amante?...), como se os conhecêssemos desde sempre! Claro: uma epígrafe comemorativa, ou a homenagem solene a um personagem ilustre poderão estar datadas com o ano consular, porque se quer

perpetuar a efeméride; mas esses casos não são frequentes. Por isso, o grande desafio que se coloca ao epigrafista é o de usar de todos os argumentos (a paleografia, o modo de identificação, o contexto arqueológico, os dados mais ou menos complexos do texto...) para propor uma datação. Sim: é uma proposta. Veja-se o que escrevemos: «Datável da 1ª metade do século I...». Não temos garantias, apenas uma hipótese de trabalho, atendendo aos elementos de que dispomos.

## – A fotografia

Evidentemente que preferiríamos apresentar sempre uma fotografia a preto e branco, porque mais fiel (os líquenes, amiúde, perturbam a leitura). Na actualidade, porém, o recurso às máquinas digitais trouxe a possibilidade de se fazerem, sem custo, inúmeras fotografias, de diferentes ângulos e escolher depois a melhor. Pensamos cada vez mais que os sulcos das letras das inscrições romanas eram originalmente pintados (acham-se, de vez em quando, vestígios dessa coloração); por consequência, desaparecida a tinta, a visibilidade das letras advém do efeito do claro-escuro, digamos assim, obtido por uma iluminação oblíqua, quer a epígrafe tenha sido gravada com goiva (e o sulco resulte, por isso, côncavo) ou com badame (e, nesse caso, o bisel realça a visibilidade).

Por vezes, porém, não há fotografia que valha e, por isso, abandonado já o processo de decalque por papel mata-borrão – papel que deixou, aliás, de ser fabricado, porque já se não usam canetas de tinta permanente – !..., outras estratégias se estão a adoptar. O método bicromático foi um deles: ‘pinta-se’ a superfície epigrafada com alvaiade ou outro produto semelhante, não corrosivo, e procede-se depois, cuidadosamente, à remoção dessa camada superficial, a fim de apenas ficar o que se depositou nos sulcos da «pedra». Também se procuraram fazer moldes em material sintético, mormente para epígrafes de mais difícil interpretação. Uma sofisticada manipulação das fotografias digitais tiradas de diversos ângulos está a produzir resultados satisfatórios, embora nem sempre convincentes. Refiro-me ao processo «técnica de contraste 3 D\_Polychrome» que Hugo Pires está a aperfeiçoar e à utilização do 3 D – esse, sim, com

resultados surpreendentes! –, que Manuel Ramírez Sánchez, professor na Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, já pôs em prática, por exemplo, em relação às epígrafes do Museo Nacional de Arte Romano, de Mérida, em que, através de uma aplicação, se torna possível analisar virtualmente um monumento de todos os ângulos. Este é, porém, um método útil para epígrafes que já se conheçam, porque, para os monumentos inéditos, a fotografia é útil, sim, mas o mais importante é a cuidadosa observação a olho nu (digamos assim) por parte do epigrafista.

## **Conclusão**

Entusiasmadas com o que haviam aprendido em Portugal e com as novas perspectivas que a introdução dos estudos epigráficos nas duas universidades do Rio de Janeiro – a UFRJ e a UNIRIO – haviam escancarado (passe a expressão) num domínio em que, até (ousar dizê-lo!) 1989,<sup>38</sup> os textos clássicos constituíam a fonte predominante, e praticamente exclusiva, de análise da História Antiga, Raquel de Moraes Soutelo Gomes e Airan dos Santos Borges desafiaram-me a traçar uma panorâmica dos estudos epigráficos em Portugal.

Idêntico entusiasmo tivera eu nos finais da década de 70 do século passado perante uma disciplina que, na verdade, tinha tanta informação a prestar que desmerecia o lugar de mera «ciência auxiliar» da História, estatuto menor que lhe conferia, quando muito, a possibilidade de ser leccionada num semestre (de três efectivos meses), o que não poderia – de jeito nenhum! – despertar nos estudantes alguma curiosidade por essas «pedras com letras» que enxameavam, de facto, o seu trajecto quotidiano (nos nomes das ruas, nas legendas dos monumentos, nas placas comemorativas...), mas a que se não atribuía uma importância maior.

Terei certamente exagerado no entusiasmo, que me levou a tanto escrever, ao longo destes 40 anos, sobre o que ousaria designar por «minha dama». Se

exagerei de facto, peço desculpa; se, ao invés, logrei manifestar quanto, afinal, essa excelsa «dama» merece o maior apreço – sinto-me compensado e agradeço a Raquel Gomes e a Airan Borges a oportunidade que me foi concedida.

1. Ar 2. Ar 3. Ar 4. Ar 5. Ar 6. Ar 7. Ar 8. Ar 9. Ar 10. Ar 11. Ar 12. Ar 13. Ar 14. Ar 15. Ar 16. Ar 17. Ar 18. Ar 19. Ar 20. Ar 21. Ar 22. Ar 23. Ar 24. Ar 25. Ar 26. Ar 27. Ar 28. Ar 29. Ar 30. Ar 31. Ar 32. Ar 33. Ar 34. Ar 35. Ar 36. Ar 37. Ar 38. Ar 39. Ar 40. Ar 41. Ar 42. Ar 43. Ar 44. Ar 45. Ar 46. Ar 47. Ar 48. Ar 49. Ar 50. Ar 51. Ar 52. Ar 53. Ar 54. Ar 55. Ar 56. Ar 57. Ar 58. Ar 59. Ar 60. Ar 61. Ar 62. Ar 63. Ar 64. Ar 65. Ar 66. Ar 67. Ar 68. Ar 69. Ar 70. Ar 71. Ar 72. Ar 73. Ar 74. Ar 75. Ar 76. Ar 77. Ar 78. Ar 79. Ar 80. Ar 81. Ar 82. Ar 83. Ar 84. Ar 85. Ar 86. Ar 87. Ar 88. Ar 89. Ar 90. Ar 91. Ar 92. Ar 93. Ar 94. Ar 95. Ar 96. Ar 97. Ar 98. Ar 99. Ar 100. Ar

Cascais, 15 de julho de 2016

## **Referências Bibliográficas**

Abascal Palazón, Juan Manuel. Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania. Murcia: Universidad de Murcia, 1994.

Arias Vilas, Felipe, Patrick Le Roux, e Alain Tranoy. Inscriptions Romaines de la Province de Lugo (=IRPL). Paris: Diffusion De Boccard, 1979.

Domergue, Claude. Les Mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine. Rome: École Française de Rome, 1990.

Encarnação, José d'. "Da Epigrafia como Ciência". Antrope 1 (dezembro de 2014): 144-159. <http://hdl.handle.net/10316/28145> (versão inglesa: 160-170).

Encarnação, José d'. Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1975.

Encarnação, José d'. Epigrafia: As Pedras que Falam. Coimbra: Imprensa da Universidade, 12006, Z2010.



Encarnação, José d'. Incrições Romanas do Conventus Pacensis. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, Z2013. <http://hdl.handle.net/10316/578>.

Étienne, Robert. "Le Centre Pierre Paris (ERA 522) et la Révision des Inscriptions Grecques et Latines de la Péninsule Ibérique". *Conimbriga* 16 (1977): 83-88.

Hernando Sobrino, María del Rosário. *Epigrafia Romana de Ávila (=ERAv)*. Bordeaux-Madrid: Ausonius Éditions, 2005.

"Hispania Epigraphica Online Database". Última modificação 15 novembro, 2013. <http://eda-bea.es/>

Hübner, Emilio. *corpus Inscriptionum Latinarum*. Vol. 2, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Chico: Classical Micropublishing, Inc., 1869.

Hübner, Emilio. *Ephemeris Epigraphica*. Vol. 8 e Vol. 9. Rome: Instituto Berolini, 1899 e 1913.

Kajanto, Iiro. *The Latin Cognomina*. Roma: Giorgio Bretschneider Editore, 1982 (reimp.).

Maia, Manuel e José d'Encarnação. "Estela Funerária de Atellius Clemes: (Ourique- Conventus Pacensis)". *Ficheiro Epigráfico* 134 (2016): nº 559.

Navarro Caballero, Milagros e José Luís Ramírez Sábada, coord., Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana. Mérida: Fundación de Estudios Romanos, 2003.

Pastor Muñoz, Maurício e Angela Mendoza. Inscripciones Latinas de Granada. Granada: Universidad de Granada, 1987.

Susini, Giancarlo. Epigrafia Romana. Roma: Jouvence, 1982.

Susini, Giancarlo. Il Lapidario Romano – Introduzione all'Epigrafia Latina. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1966. (Inserido na recolha de textos do autor Epigraphica Dilapidata. Faenza: Fratelli Lega, 1997, 7-69).

Vives, José. Inscripciones Latinas de la España Romana : Antología de 6.800 textos. Barcelona : Universidad de Barcelona, 1970-1971.

# Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como Testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade

*Luis Eduardo Lobianco (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)*<sup>39</sup>

## Introdução

Pesquisar a Antiguidade é fascinante, tanto pela longa distância temporal que dela nos separa quanto pelas descobertas que um historiador, que se propõe a pesquisá-la, encontra. E um dos elementos essenciais, para tal estudo, são as fontes produzidas na época escolhida pelo pesquisador para trabalhar, seja no tempo seja no espaço, dentro da História Antiga. No entanto, como em quaisquer outros recortes cronológicos e espaciais, os historiadores sabem que sempre se deve ter desconfiança das informações presentes nas fontes as quais manipula, posto que não é nada incomum haver uma intenção – nem sempre à primeira vista clara – daqueles que elaboraram a fonte hoje analisada, salvo as epigráficas, como se verá mais adiante na definição de André Paul.

Portanto, como este capítulo pretende trazer a seu leitor algumas poucas, embora relevantes fontes epigráficas, uma papirológica e uma iconográfica provenientes do Egito Ptolomaico e Romano e da Judeia Romana, faz-se necessário, a meu juízo, desde logo esclarecer o que vem a ser uma fonte epigráfica e fazer o mesmo quanto à papirológica e, por fim, à iconográfica.

Desde já, deixo registrado que o Egito é o grande celeiro das fontes aqui trabalhadas, a saber: a) um papiro cujo texto é uma decisão judicial – grafado em grego – pela maior autoridade romana no Egito, só estando subordinada ao Imperador; b) uma epigrafia do Egito governado pelos Ptolomeus, a qual

possibilitou a decifração dos hieróglifos, c) outra epigrafia, desta feita da Judeia Romana, relevante para o estudo do Jesus Histórico e, por fim, d) uma quarta e última fonte, esta funerária, que contém uma pequena epigrafia em grego, abaixo de uma detalhada iconografia.

Entendo ser fundamental, já na presente Introdução, chamar a atenção do leitor, quanto a uma questão bastante, no mínimo, interessante. As epigrafias, o papiro e a iconografia / epigrafia os quais trabalharei e analisarei neste texto, embora todas estas fontes tenham sido produzidas no Antigo Oriente Próximo (Egito e Judeia), estão grafadas em grego (caso do Egito) e em latim (caso da Judeia), posto que se tratam de fontes produzidas na altura em que ambos – Egito e Judeia – estavam sob o domínio das duas grandes civilizações da Antiguidade Clássica ou de seus descendentes diretos.

O parágrafo acima esclarece, portanto, o título do presente capítulo: Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade.

## **Epigrafia, Papirologia e Iconografia**

Antes, porém, de apresentar e analisar estas fontes, faz-se necessário aqui lançar uma tripla pergunta: o que é Epigrafia, o que é Papirologia e o que é Iconografia? A indagação parece óbvia, mas julgo relevante definir tais fontes, as quais, também na Antiguidade, somadas à Arqueologia, à Numismática e às Fontes Literárias, todas juntas compõem, um grande conjunto de documentação de época, sem o qual pouco ou talvez nada saberíamos sobre a Idade Antiga. Por este motivo, a meu juízo, é importante a resposta à tripla pergunta formulada no início deste parágrafo.

Portanto: O que é Epigrafia e o que é Papirologia e o que é Iconografia? Em sua célebre obra Fontes e métodos em história antiga, Jean-Nicolas Corvisier<sup>40</sup> apresenta-nos os tipos de fontes, já supracitados, a saber e na ordem sequencial que este autor dispõe em seu livro acima mencionado: a) as fontes literárias, os papiros e a papirologia, a epigrafia, a arqueologia, a numismática e as fontes figuradas, ou seja, as iconografias. Por conseguinte, para este mesmo autor, o que vem a ser papirologia, epigrafia e iconografia? Quanto aos papiros, por exemplo, a resposta, dada por Corvisier, é bastante interessante, pois ao contrário do que muitos pensam, os primeiros papiros não foram achados no Egito (indubitavelmente o maior celeiro desta fonte escrita), mas sim em Herculano, cidade às margens do vulcão Vesúvio e soterrada juntamente com Pompeia, na famosa erupção do ano 79 de nossa era.

Esclarece-nos, acerca da papirologia, portanto, o autor já supramencionado:

As origens da papirologia são antigas. Foi com efeito em 1752 que foram encontrados em Herculano papiros semicarbonizados. A erupção do Vesúvio os havia de algum modo fossilizado, porém os tornou difícil de serem utilizados. Seu desenrolar foi de fato quase impossível e foi necessário esperar mais de dez anos para que a máquina de Piaggio permitisse o desenrolar sem os destruir. Foi em 1793 que saiu o primeiro volume das Herculanensia volumina.<sup>41</sup>

Prossegue, Jean Corvisier neste seu mesmo livro e igual página já indicados em nota de rodapé, afirmando que somente em 1778 foram achados os primeiros papiros no Egito e são estes que nos interessam no presente capítulo, sobretudo do período da dominação romana, mas também há papiros do Egito Ptolomaico<sup>42</sup>. Antes, porém, de mergulharmos a fundo na questão da papirologia, é necessário aqui apresentar, desde logo, como Jean-Nicolas Corvisier define o que vem a ser epigrafia. Informa-nos Corvisier<sup>43</sup> a este respeito:

A ciência das inscrições ou epigrafia (do grego epí grapheîn, escrever ou gravar

sobre) não é, entretanto, uma simples técnica de leitura e de edição de textos gravados sobre pedra ou sobre qualquer outro material durável. Ela se preocupa também com sua interpretação. Por que e como elas foram gravadas, como se pode datá-las e o que nos elas nos ensinam sobre seus autores e seus períodos? Estas são as perguntas que se fará ao epigrafista.

O termo já transliterado na transcrição acima, de autoria de Corvisier, é em grego clássico: epi/ - epí (sobre) + grafei=n – grapheîn (infinitivo do verbo escrever), portanto epigrafia é, a princípio, escrever sobre, mas em cima do que, exatamente? Materiais duráveis e a pedra são o melhor exemplo, tal como vemos, até hoje, nos Arcos Triunfais da cidade de Roma, ou em achados que nos indicam placas ou estelas de caráter político ou religioso, em geral. São fontes epigráficas, com este conteúdo, que trabalharei mais adiante neste capítulo.

Em um breve estudo comparado, transcrevo a seguir como André Paul<sup>44</sup> define tanto epigrafia quanto a papirologia. Este autor não trata das iconografias.

Para Paul, a epigrafia:

É uma das ciências mais importantes que sustentam a história. Estuda as inscrições (em materiais não perecíveis) sobre a pedra ou o metal, os grafitos ou os desenhos traçados nos muros (os óstracos são incluídos habitualmente na papirologia [...]). As inscrições que constituem o material propriamente dito da epigrafia podem ser classificadas em duas categorias: 1. os documentos públicos, ligados a assuntos religiosos ou civis: dedicações oficiais, listas de funcionários, honras prestadas etc. [...]; 2. Os documentos privados: peças funerárias ou epitáfios, ex-votos, preces etc. [...]. As inscrições têm um valor peremptório de autenticidade. São testemunhos diretos dos fatos e dos procedimentos: nada e ninguém as modificou, a não ser o tempo e o uso; a sua transmissão não tem nenhum outro intermediário técnico que não seja o ato da descoberta. O seu estado é, todavia, muitas vezes defeituoso; nestes casos, impõe-se a tarefa de reconstituição com sua parte de hipótese.

Observa-se, portanto, que as epígrafias estão inseridas dentre os tipos de fontes mais confiáveis, não quanto às intenções do autor de seu texto grafado em material tão duradouro – não sejamos tão inocentes –, mas, ao menos, como nos lembrou a transcrição acima, as epígrafias podem ser significativamente confiáveis no sentido de imutabilidade de seu texto original, ou seja, não é possível a inserção de interpolações, as quais seriam facilmente detectáveis, como o são, por exemplo, em fontes literárias. Portanto, o grande valor da ciência epigráfica está no fato dela manter ao longo de séculos e mesmo de milênios, que é o caso da Antiguidade, seu texto original. Como acima transcrito, se levarmos em conta que “nada e ninguém as modificou”, temos uma sensação de maior confiança no texto grafado sobre pedra ou metal. Em suma, até certo ponto a epígrafia é solidamente confiável.

Prossegue este autor referindo-se à papirologia ao sustentar que, para ele:

É uma disciplina relativamente recente: o termo foi usado pela vez na Inglaterra, em 1898. A papirologia se tornou independente por causa das consideráveis descobertas efetuadas no Egito no fim do século XIX. Afirmou-se que o século XX seria o século da papirologia, como o século XIX tinha sido o da epígrafia. A papirologia estuda os documentos escritos em materiais perecíveis: papiros, “cacos” (em grego, óstraka) de terracota ou pedaços de madeira servindo de suporte a um escrito. Os papiros são cartas privadas, atos legais e contratos, faturas e recibos etc. O seu conteúdo se caracteriza pela espontaneidade das informações, ligadas a fatos ocasionais e a destinatários pontuais. Eles transmitem um eco direto da vida social no que ela tem de instituído, mas também de concreto e de particular. Já aconteceu de a sua descoberta vir a modificar e até contradizer opiniões fundadas apenas em fontes literárias.

A última frase da transcrição acima é significativamente interessante ou mesmo absolutamente relevante. Um texto grafado em papiro chegar a contradizer outro presente em fonte literária. Ainda acerca da transcrição acima, nota-se que, embora grafado em suporte perecível, uma incalculável quantidade de papiros

foi encontrada, sobretudo no Egito, com textos majoritariamente em grego, portanto advindos do Egito Ptolomaico e Romano, e é por esta razão que a fonte papirológica estudada neste capítulo vem de uma localidade no que podemos entender como Médio Egito, para alguns já Alto Egito: Oxyrhynchus, berço de incontáveis papiros, os quais embora a princípio perecíveis, escaparam de grandes alterações, devido à secura dos desertos que cercam o vale do Nilo.

Quanto às iconografias, por fim, voltemos aos ensinamentos de Jean-Nicolas Corvisier<sup>45</sup>, que as denomina de “as fontes figuradas”. Para ele:

[...] existem numerosas fontes figuradas. A publicação delas e seus comentários são incumbidos ao historiador da arte. Todavia, na medida na qual elas estão conectadas às suas épocas, elas também são documentos para o historiador. Confeccionadas pelos homens, elas nos permitem perceber as técnicas e sua evolução. Comportando representações, elas são uma chave sobre a vida cotidiana [...]. Enfim, testemunhas dos gostos e dos usos de seu tempo, elas podem ser [...] da maior utilidade [...]. Contudo, o historiador não esquecerá que está diante de objetos de arte e não de imagens que se pretendam fiéis à realidade, como por exemplo as fotografias.

De fato, as iconografias não são retratos, salvo as pinturas dos rostos dos mortos, que contenham o aspecto mais próximo possível da pessoa, durante sua vida, como é o caso, no Egito Romano, dos célebres “Retratos do Fayum”, localidade a menos de 100 quilômetros a oeste do Rio Nilo, em seu vale. Para além disso, quaisquer iconografias antigas só conseguem representar o mais próximo possível, mas jamais fielmente, o aspecto perfeito que o defunto tivera em sua vida. No entanto, como se verá na última fonte trazida e analisada neste capítulo, pode-se perceber fortes traços, que o artista tomou o cuidado de produzir, buscando a imagem mais próxima possível do morto. Mas a mesma imagem, em hipótese alguma, é um “retrato” do falecido.

Levando em conta o que foi escrito logo acima, para dar coerência ao presente



capítulo, decidi retomar a papirologia, mais especificamente um papiro do Egito Romano, durante o Alto Império, antes de tratar das epígrafias, em grego e em latim, que trarei, mais adiante, neste mesmo trabalho, assim como a iconografia /epigrafia (a última fonte), bem como promoverei suas análises. Aliás, analisar o fragmento de papiro mais adiante apresentado, também é objetivo deste texto.

## **Helenismo, Romanização e Egipcianização/Faraonização nas Fontes**

Antes de tratar dos conceitos de “helenismo” e de “romanização”, desde logo apresento o último acima indicado, apenas ali posto devido à sua presença somente na última fonte analisada neste capítulo. Portanto, o que seria “Egipcianização” ou mais especificamente “Faraonização”? Nada mais do que a permanência da cultura faraônica, em geral no campo religioso em, pelo menos, iconografias funerárias do Egito já sob o domínio romano.

Prossigo, destacando neste item, já antes de estudar as fontes deste artigo, pois em todas elas há aspectos claros do helenismo e do processo de romanização, inclusive na última fonte. Não nos esqueçamos de que as quatro fontes aqui operadas são oriundas do Egito Ptolomaico ou Romano e da Judeia Romana. Portanto passo a comentar o que vem a ser helenismo e romanização.

Pensar em Papirologia remete-nos automaticamente ao Egito e, por sua vez, tratar de papiros egípcios conduz-nos a uma localidade – um fundamental celeiro de papiros – que está aproximadamente a duas centenas de quilômetros ao sul do moderno Cairo: Oxyrhynchus. Ademais, de igual modo não posso deixar de citar que, dentro do campo da cultura, um dos itens que aparece abundantemente em textos, cujos suportes são papiros egípcios, é o Direito e, há mais, o Direito no Egito Romano.

Por tudo exposto no parágrafo acima, necessito – neste momento do presente capítulo – ilustrá-lo com um quadro teórico composto por três conceitos que o iluminam e, ao fim e ao cabo, encerrar minhas reflexões sobre a papirologia e, posteriormente, acerca da epigrafia, com uma importante fonte papirológica do Egito Romano e relevantes fontes epigráficas do Egito Helenístico<sup>46</sup> e da Judeia Romana, além da iconografia / epigrafia do Egito sob o domínio do Alto Império.

É Andre Paul<sup>47</sup>, citando J.G. Droysen, quem nos informa o que vem a ser o conceito de helenismo, o qual, embora cunhado por Droysen no século XIX, ainda é, a meu juízo, perfeitamente cabível ao que se entende por helenismo. Relata-nos, portanto, André Paul:

Mas foi Droysen que, no decorrer do século XIX, deu a “helenismo” um conceito histórico de contornos precisos e estendeu seu campo ao período que vai da derrota do império persa dos Aquemênidas, por Alexandre Magno (331 a.C.), até o fim do reino dos Ptolomeus, marcado pela batalha de Áccio (31 a.C.).<sup>48</sup> Este período particular da história da antiguidade se caracterizava também aos seus olhos pelo encontro e até pela mistura de elementos culturais gregos e orientais [...].

Quanto ao conceito de romanização, há que se citar três diferentes autores, um dos quais, Ramsay MacMullen escreveu um livro, e os outros dois, a Professora Doutora Norma Musco Mendes e Yuri Correa Araujo redigiram, a quatro mãos, um mesmo artigo. Macmullen<sup>49</sup> defende que:

Líderes e Porta-Vozes romanos pareciam ser pessoas civilizadas, ou seja, como os próprios gregos. Certamente por isso, eles não trouxeram consigo política alguma de imperialismo cultural.

No entanto, apesar desta afirmação recém-transcrita, a Profa. Dra. Norma Mendes e Yuri Corrêa Araujo, em artigo para a Revista Phoênix, do Laboratório de História Antiga da Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>50</sup>, apresentam-nos, no início de seu texto, um trecho no qual se encontra a parte teórica, o surgimento e as modificações do conceito de romanização, da passagem do século XIX para o XX, ao longo de todo o século passado e chegando até o início do século XXI. Após transcrever os fragmentos principais sobre esse conceito, eu comentarei as quatro fases, que percebo durante todo o período acima referido. A cada um dos quatro excertos abaixo transcritos, acrescentarei minha opinião sobre os mesmos. Defendem, portanto, Norma Mendes e Yuri Araujo<sup>51</sup>:

O conceito de Romanização surgiu no final do século XIX, imbuído de noções positivistas e eurocêntricas. Foi utilizado [...], para analisar o contato entre os Romanos e os outros povos. Cunhado no mesmo período das experiências imperialistas e das teorias raciais europeias, o termo ficou marcado pelas noções de aculturação e pela perspectiva de civilização versus barbárie, seguindo o pressuposto básico de que a cultura nativa, considerada inferior, havia sido extinta, frente à superioridade da cultura Romana.

O fragmento acima é a 1ª fase, ou seja, aquela que, para justificar o imperialismo europeu dominando a África e parte da Ásia, nos séculos XIX e XX, sobretudo do Reino Unido e da França, se um Império na Antiguidade tinha civilizado povos bárbaros e inferiores (Roma e suas províncias, respectivamente), então romanização emerge como um conceito que justifica igual domínio sobre África e Ásia, já no século XIX, mas também no XX, a ponto de citar-se o termo “aculturação”. Ora, não se pode jamais pensar em aculturação nas províncias do Império Romano, sobretudo as do Oriente, como é o caso tanto do Egito quanto da Judeia, trazidas a este meu capítulo, já que tanto aquele quanto esta eram civilizações muito mais antigas do que a própria Roma e tinham sólidas estruturas culturais. No máximo houve um hibridismo cultural envolvendo egípcios, gregos, judeus e romanos, mas jamais qualquer forma de aculturação.

Prosseguem Norma Mendes e Yuri Araujo<sup>52</sup>:

A percepção de desníveis culturais no interior das sociedades consideradas “civilizadas”, e o nascimento da Antropologia Cultural, em meados do século XX, nos Estados Unidos, contribuiu para o questionamento da ideia de uma evolução cultural e da elaboração de modelos dicotômicos entre culturas, sendo umas superiores, baseadas no padrão cultural Europeu, e outras inferiores.

De fato, não é possível admitir-se culturas superiores, considerando os padrões europeus e inferiores, nem no caso do imperialismo da Idade Contemporânea, nem no de Roma, na Antiguidade. Como já acima apontado, tanto a cultura egípcia (ou faraônica) quanto a hebraica e judaica eram muito mais antigas e sólidas do que a de Roma. E, a meu ver, isso não se restringe a aspectos culturais, mas atinge questões tanto no campo do poder quanto na esfera social. Retomando o texto de Norma Mendes e Yuri Araujo, a 3ª fase da romanização vem a ser, segundo meu entendimento, a mais importante delas, para alterar a proposta teórica inicial desse conceito. Relatam, portanto, os dois autores já supracitados<sup>53</sup>:

A partir de meados da década de 1970, vemos uma mudança de postura nas análises das relações entre culturas. Esta modificação permitiu que surgissem novas formas de abordagem [...]. Por conta disso, os indivíduos submetidos deixaram o tradicional lugar de nulidade a eles legado, para uma posição de agentes capazes de construírem diferentes respostas e escolhas frente à dominação.

Pronto! Aí estão os aspectos do poder e da sociedade – e não apenas cultural –, no que se refere aos povos dominados, seja nos séculos recentes seja na Idade Antiga. Jamais os judeus e os egípcios tiveram uma posição que os anulava frente à cultura romana, tal qual igualmente ocorrera quanto ao helenismo. No máximo houve uma mescla, bem maior no Egito politeísta do que na Judeia monoteísta, na qual grande parte da população jamais se helenizou ou se romanizou, embora uma minoria tenha sido influenciada pelas culturas grega e romana, porém a maioria dos judeus manteve sua milenar tradição, sobretudo da Torá.<sup>54</sup> Isso é nítido nas iconografias híbridas do Egito Romano, misturando

aspectos culturais faraônicos, gregos e romanos e, no caso da Judeia, embora parte dos judeus houvesse se helenizado e, por conseguinte se romanizado, a maioria da população judaica sobretudo na Judeia, mas também no nordeste da África (Cirenaica e Alexandria no Egito), chegou a promover três guerras contra Roma e, ainda que os judeus tenham sido derrotados em todas elas, tal fato demonstra uma clara resistência ativa judaica frente ao domínio romano, em termos de cultura, sociedade e, sobretudo, do poder. Para finalizar e aqui apresentar a quarta e atual fase do entendimento do que vem a ser romanização, a Professora Doutora Norma Mendes e Yuri Araujo, complementam<sup>55</sup>:

Tais princípios nos levaram a entender o termo Romanização como processos de mudanças socioculturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos, resultantes do relacionamento entre os padrões culturais romanos e a diversidade provincial.

Exatamente esse é o ponto. O conceito de romanização (inclusive atualmente já contestado por vários especialistas), nada mais é do que a explicação dos povos conquistados por Roma, em suas províncias, de modo plural e diverso, inclusive no que tange à reação dos povos por ela dominados, como já citei anteriormente. Podemos definir romanização, também, como um caminho de mão dupla em um Império diversificado em suas províncias, portanto Roma jamais foi um todo monolítico. A presença da deusa Ísis até na literatura latina de Apuleio, por exemplo, revela-nos uma “faraonização” na própria Roma.

Decidi trazer a este capítulo os conceitos de egipcianização/faraonização, mas sobretudo de helenismo e de romanização, visto que as fontes, que serão mais adiante apresentadas e analisadas, são dos períodos das dominações greco-macedônica (Ptolomaica) e romana do Egito, assim como igualmente do domínio de Roma sobre a Judeia. Portanto, entendendo ter sido relevante apresentar os conceitos acima para dar suporte à análise das fontes do presente capítulo, as quais são da Judeia Romana (epigrafia que cita Pôncio Pilatos como Prefeito romano na Judeia), do Egito Ptolomaico (a Pedra Roseta), do período romano de domínio do Egito (uma sentença, grafada em papiro) ou uma iconografia com

inscrição sobre pedra (epigrafia) do Egito Romano, como já citado acima. Começarei com o Papiro de Oxyrhynchus no qual há grafada Sentença Judicial redigida pelo Prefeito, maior autoridade de Roma no Egito e lá representando o Imperador.

### **A fonte Papirológica e Oxyrhynchus – a “cidade dos papiros”**

A primeira fonte a ilustrar o presente capítulo não será uma epigrafia, mas uma sentença prolatada pelo prefeito romano do Egito Sulpicius Similis, no início do século II d.C., portanto quando Roma estava sob o comando do Imperador Trajano, sentença judicial esta, que foi grafada em grego e em papiro, por conseguinte trata-se de uma fonte papirológica. Contudo, antes de apresentar e analisar o Papiro que iluminará este capítulo, é altamente relevante que eu aqui esclareça o que é, para a papirologia, a cidade de Oxyrhynchus, no Vale Ocidental do Nilo.

A mais do que reconhecida e renomada Egypt Exploration Society (Sociedade de Exploração Egípcia), de Londres, no Reino Unido, publicou um fascinante livro intitulado *Oxyrhynchus: a city and its texts* (Oxyrhynchus: uma cidade e seus textos), editado por Alan K. Bowman et al.<sup>56</sup> em cuja folha de rosto já temos uma clara descrição do objetivo desta obra:

Este volume fornece um relato compreensível de um dos mais fascinantes sítios antigos. Oxyrhynchus [...], a cidade do peixe de nariz pontiagudo no Egito central, é bem conhecida como a única e mais prolífica fonte de antigos manuscritos em papiros [...], majoritariamente em grego mas também em latim, copta e árabe.

Mas não é só. Um dos renomados autores dessa obra, o Professor Revel A.

Coles, presenteia-nos com uma introdução bastante clara desse imenso e importante livro. Afirmo Revel A. Coles<sup>57</sup>:

*Oxyrhynchus no Egito, a cidade do peixe de nariz pontiagudo [...]. Atualmente chamada de Bahnasa, repousa à cerca de 200 quilômetros ao sul do Cairo moderno, em uma ramificação do Nilo denominada Bahr Yussuf – Canal de José. Sua história inicial é mais obscura, entretanto ao tempo de Augusto ela já era um importante centro comercial, a “metrópole” ou capital de seu distrito, o nome de Oxyrhynchus..”*

[...]

Todavia, um século depois aquelas colinas de detritos atraíram a atenção de dois jovens especialistas de Oxford, Bernard Grenfell e Arthur Hunt. [...]. Ambos já haviam passado um período no Fayum, a sudoeste do Cairo, para o Fundo de Exploração Egípcio (agora Sociedade) e tinham adquirido um gosto por montes de lixos e detritos. Eles desenvolveram uma compreensão da qualidade do solo de detritos em montes de lixo e tinham aprendido por experiência o que eles poderiam esperar encontrar lá. Papiros eram o que eles estavam procurando: rolos originais, documentos, e livros, preservados pelo clima seco e pelas condições especiais do solo, escritos em uma forma de papel feita do caule do papiro, o qual naqueles dias crescia rapidamente nos pântanos do Delta. Agora ele cresce selvagem e de modo escasso no norte do Sudão, e no Egito ele é majoritariamente encontrado somente onde ele é cultivado por empresas privadas. Na antiguidade, ao contrário, a manufatura do papel de papiro pode ter sido um monopólio do Estado. O processo em essência envolvia cortar o interior do caule em longas faixas finas as quais eram postas paralelamente, e então outra camada similar era posta por cima [...] e toda a porção era prensada. Do Egito Romano, os papiros que sobreviveram para nós não foram aqueles que os antigos tentaram guardar, mas aqueles os quais eles jogaram fora – em montes de detritos, ou deixaram em casas abandonadas, ou de fato sepultaram em túmulos.

O volume de papiros, que foram jogados fora, acabaram por se tornar de extrema relevância para os pesquisadores atuais e não foram em pequena quantidade. A Sociedade de Exploração Egípcia, sediada em Londres – Reino Unido,

catalogou milhares de papiros do Egito Potlomaico e Romano e os publicou em centenas de volumes.

### **O Papiro de Oxyrhynchus 3015: Fragmentos de Registro do Tribunal**

Tanto é verdade que o número de papiros ultrapassou a casa do milhar, que o texto do Papiro, o qual apresentarei e analisarei a seguir, recebeu o número 3.015 ou Papiro de Oxyrhynchus (= POXY) 3015, cujo título é “Fragmentos de Registros do Tribunal”. Essa fonte papirológica – da qual extrairei, traduzirei de seu original grego, e analisarei, pouco mais adiante – está contida no volume XLII da Coleção *The Oxyrhynchus Papyri*, editado com traduções e nota de P. J. Parsons.<sup>58</sup> Como se vê por seu título, trata-se de uma Sentença prolatada pela maior autoridade romana no Egito, logo abaixo do Imperador. Nesse caso, por se tratar do início do século II d.C., reitero aqui o que já citei acima, ou seja, o soberano em Roma era Trajano, que reinou de 98 a 117 d.C. e seu máximo representante político no Egito era o Prefeito Sulpicius Similis, a quem foi levado um julgamento, que deveria obter, ou não, mas obteve, a aprovação de um testamento grego, que estava corretamente elaborado no entendimento deste Prefeito-Juiz.

Aqui julgo ser válida uma observação a enriquecer o presente capítulo: desde que Otávio conquistou o Egito para Roma, logo após o duplo suicídio de Marco Antônio – seu último grande rival no apagar das luzes da Roma Republicana – e de Cleópatra VII Philopátor<sup>59</sup>, uma vez que somente três anos depois – 27 a.C. – iniciava-se o período imperial em Roma, o então Imperador Augusto tornou o Egito uma província privada do Imperador, devido à sua importância econômica – abastecimento maciço de trigo à Roma.

Desse modo, os três primeiros escalões do governo romano no Egito eram formados por cidadãos da ordem equestre, jamais por senadores os quais, aliás, necessitavam pedir autorização para entrar no Egito. E tal província foi sempre



relevante para Roma, tanto que alguns imperadores, como Adriano e Settimio Severo a visitaram pessoalmente, além de, obviamente, Augusto, e isso era uma atitude incomum do Império, que em geral buscava cooptar as elites locais para auxiliá-lo no comando de suas províncias, mas com o Egito, pelas razões acima descritas, isso foi diferente.

A célebre sentença de Sulpicius Similis encontra-se, por conseguinte, no Papiro de Oxyrhynchus 3015, como já antes citado, e tal decisão judicial nos informa, na língua grega, utilizada no Oriente do Império Romano, o seguinte (na parte que aqui nos interessa):

[...] ka/llijto/n e)stin au)tou\j dik]aiodotei=n p[ro\]\j tou\j Ai)gupti/wn no/mouj [...].

[...] é melhor eles próprios fazerem justiça com as leis dos egípcios [...].

Passando a uma análise mais concreta do fragmento acima, P.J. Parsons<sup>60</sup>, autor das notas e comentários dessa fonte, informa-nos que:

O édito e as decisões em 3015 ajustar-se-iam à tese de Taubenschlag no que concerne a oi( tw<sup>a</sup>n Ai)gupti/wn no/moi. [...]. Ele sugeriu que a expressão designa um novo código, introduzido no segundo século e aplicável a todos os “egípcios” no sentido romano (incluindo [...] os gregos das metrópoles).

Ora, e o que significa a expressão oi( tw<sup>a</sup>n Ai)gupti/wn no/moi”? Resposta: “as leis dos egípcios”. Assim sendo, a ideia que Taubenschlag, lembrado por P.J. Parsons, quer nos passar, é a de que para os romanos não havia diferença entre gregos e egípcios ou, com mais clareza, os dominadores romanos consideravam “população nativa do Egito” ou simplesmente “egípcios”, não só estes, mas também ao menos os gregos que habitavam as quatro metrópoles do Egito

Romano, a saber: Alexandria, Naucratis, Ptolemaida e Antinoopolis (esta última ainda não existia ao tempo do Imperador Trajano, posto que edificada por seu sucessor Adriano).

No entanto, o cerne da análise deste papiro não se encontra no fato de pensarmos quais segmentos do tecido social do Egito eram considerados grego ou egípcio pelo Império dominador, mas sim uma questão muito mais importante pode ser extraída da análise da fonte papirológica acima: o fato do Prefeito e maior autoridade romana no Egito, apenas subordinado ao Imperador, exercia poder não apenas político, mas também judiciário. Sulpicius Similis julgou e prolatou uma sentença que lhe foi apresentada na Corte, naturalmente, em um Tribunal máximo de Alexandria. Esse fato nos faz constatar a força da dominação imperial sobre o Egito, que ia muito além de dele extrair seu trigo, mas sim decidir sobre a vida dos súditos do Império Romano ali residentes, fossem romanos, gregos ou egípcios. Esse é o âmago do fragmento do Papiro recém analisado. Ademais, outro ponto a ser considerado bastante relevante é o fato deste Papiro estar grafado em grego.

### **A Fonte Papirológica do Egito Romano e as Teorias do Direito Romano: Reichsrecht - Direito do Império / Provinzialrecht – Direito da Província / Volksrecht – Direito do Povo**

Levando-se em conta, as devidas alterações necessárias para este capítulo, todo este item é redigido com base no fragmento que extraí de minha própria tese de doutorado,<sup>61</sup> orientada pelo Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), em Niterói, estado do Rio de Janeiro, defendida e aprovada em 19 de julho de 2006.

É incontestável que, em algum nível no Egito, ao longo dos últimos séculos da Idade Antiga, sobretudo naqueles nos quais esta província esteve sob o domínio

romano, nela instalou-se, ainda que parcialmente, o já acima descrito processo de “romanização”. A fim de melhor avaliar-se em que grau isso aconteceu no Egito, quanto ao direito romano e à manutenção das práticas jurídico-legais locais, necessito esclarecer uma “tipologia do direito” não apenas em nível empírico, bem como também teórico.

Ancorando-me na fonte papirológica egípcia, logo acima trazida para embasar este trabalho, entendo ser essencial, no que concerne ao direito, a abordagem teórica proposta por Joseph Mélèze Modrzejewski<sup>6Z</sup> o qual sustenta que há três segmentos de normas jurídicas, quanto ao direito romano e aos direitos de suas províncias, a saber: *Reichsrecht* = Direito do Império; *Provinzialrecht* = Direito da Província e *Volksrecht* = Direito do Povo ou da Nação.

As fontes revelam que os direitos locais permaneceram ativos, como se viu no Papiro de Oxyrhynchus 3015 acima, ou seja, persistiram em ação, no Oriente já helenizado, inclusive no Egito, durante o domínio romano, sobrevivência esta que permaneceu mesmo após a promulgação do Édito de Caracalla. Tratando da interação e coexistência entre o direito romano e os direitos locais, doravante prosseguirei percebendo a relação Direito – Romanização no Egito, não mais obrigatoriamente irrigada pela documentação primária, selecionada para este capítulo, embora o Papiro de Oxyrhynchus 3015 seja um excelente exemplo, neste trabalho, papiro o qual proporciona clara adequação ao quadro teórico escolhido para embasar a questão dos direitos romano e, em regra geral, provinciais.

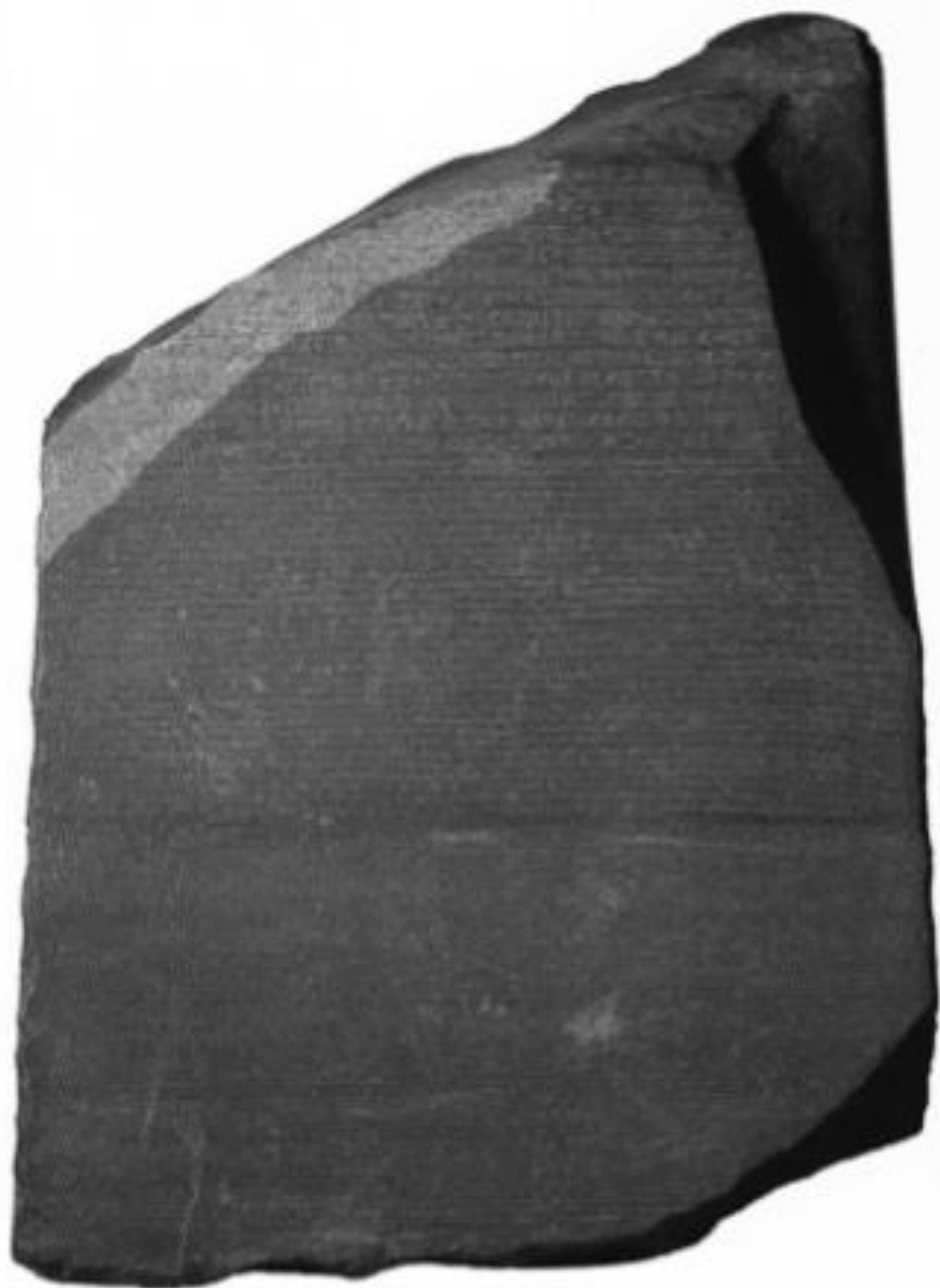
O fato dos direitos egípcios locais, portanto pré-romanos, haverem sido preservados no Egito, sejam faraônicos, sejam gregos, não foi uma exceção no contexto do Oriente Próximo. Tal postura de Roma, com verniz administrativo, fazia parte de sua política de cooptação político-cultural das províncias, a partir da qual é possível detectar-se que, na prática, em todo o Mediterrâneo Oriental, parece ter havido um florescimento, apenas parcial, na realidade pouco invasivo do processo de romanização, mesmo no Egito, embora suas iconografias funerárias demonstrem a presença da cultura romana para além da grega e da

faraônica. Contudo a cultura romana está presente, tal qual se verá na última fonte analisada no presente capítulo e, sobretudo, nos célebres “Retratos dos Fayum”, os quais nos revelam, em forma romanizada, o aspecto do morto mais próximo ao qual ele tinha em vida. Pela importância econômica do Egito, essa foi a única província cuja elite local não foi cooptada por Roma, ao contrário, os primeiros escalões do governo eram compostos por membros romanos da ordem equestre, como já antes apontado, e o clero local perdeu imensa força a partir da conquista do Egito por Otávio. Os direitos locais, de origem peregrina<sup>63</sup>, sobreviveram no Egito durante o domínio romano, mesmo após ser proferido, pelo Imperador Caracalla, o Édito do ano 212 d.C. Por conseguinte, o Império permitiu a manutenção da vigência de direitos locais no Egito, tal qual exemplificado no Papiro de Oxyrhynchus 3015, já analisado acima. Portanto, foram mantidas por Roma as práticas legais do Egito, sobretudo ptolomaicas, mas também faraônicas apesar da presença e aplicação do direito romano.

Retomando os três segmentos de normas jurídicas propostos por Joseph Modrzejewski, já acima descritos, *Reichsrecht*, *Provinzialrecht* e *Volksrecht* revelam, portanto, uma classificação do direito, a qual, desta feita, eu denominaria de “sócio-político-legal”, por vincular as atividades jurídico-legais ali exercitadas, com a sociedade egípcia, sob domínio de Roma, e com o papel do poder, na interação do Império com sua província do Nilo. Com relação ao que chama de progressos e lentidões da Romanização, Joseph Modrzejewski<sup>64</sup> sustenta que há uma oposição entre os hábitos peregrinos e o direito romano. Este compõe-se de dois segmentos de normas jurídicas: de um lado as regulamentações do *Reichsrecht*, ou seja, do direito romano propriamente dito, direito imperial estendido às províncias, e de outro, no caso do Egito e a ele se limitando – e isto é muito relevante –, o *Provinzialrecht*, isto é, o direito provincial, que reúne as medidas tomadas por meio de decretos do Imperador e de editos do Prefeito, exatamente como foi o caso do Papiro de Oxyrhynchus 3015. Lembra o autor, no que concerne a este *Provinzialrecht*, que ele difere tanto do *Reichsrecht* oficial quanto do *Volksrecht* peregrino. Acrescenta ainda que esse direito provincial é, na fonte, romano, e revela uma profunda e dupla interferência na política legislativa e judiciária. Em primeiro lugar, em geral introduziu no Egito regras de acordo com as soluções que são romanas, portanto é um direito provincial romanizador. Em segundo lugar, ao contrário, há atos normativos tanto dos Imperadores quanto dos Prefeitos, que dão apoio às regras locais e este é o caso do Papiro aqui estudado.

Passemos daqui em diante a tratar de fontes epigráficas.

### **Fonte Epigráfica do Egito Ptolomaico:**



© Éditions Alternatives : 33 rue Saint-André-des-Arts Paris VI, 2003.  
Musée Champollion, Ville de Figéac, 2003.

## FIGURA 1 – A PEDRA ROSETA

FONTE: Devauchelle, Didier (trad.) *La Pierre de Rosette*, 4. Fig. 1

Descoberta por acaso durante a expedição napoleônica ao Egito, em 1799, na localidade de Rosetta (a cerca de 70 quilômetros a leste de Alexandria, portanto no Delta Oriental do Nilo e próxima às margens do Mediterrâneo), embora inicialmente tenha sido parte do acervo francês da “redescoberta” do Egito no início da Idade Contemporânea, posteriormente foi tomada pelos ingleses e levada a Londres, onde até hoje se encontra exposta no British Museum (Museu Britânico).

Embora o conteúdo do texto em si dessa epigrafia datada do início do século II a.C. (ano 196 a.C.) – portanto produzida no Egito Ptolomaico e não no Romano – não seja de imensa relevância histórica – visto que a estela conhecida por Pedra Roseta contém um decreto sacerdotal, que conclamava os egípcios a comemorar a ascensão ao trono, do rei Ptolomeu V –, sua relevância é imensa, posto que o mesmo texto foi grafado em duas línguas e três formas de escrita: egípcia (hieroglífica e demótica) e grega (em alfabeto grego), e foi a partir desse registro mais inferior dessa epigrafia (a tradução para grego do texto em língua egípcia, sobretudo do registro mais superior, grafado em hieróglifos), que Champollion, no início do século XIX, pôde decifrar os hieróglifos egípcios, abrindo caminho, diria eu iluminando os antes “obscuros” hieróglifos e isso foi feito sobretudo observando-se os nomes de reis e rainhas registrados dentro de cartuchos, tanto na parte hieroglífica quanto na grega dessa fonte epigráfica.

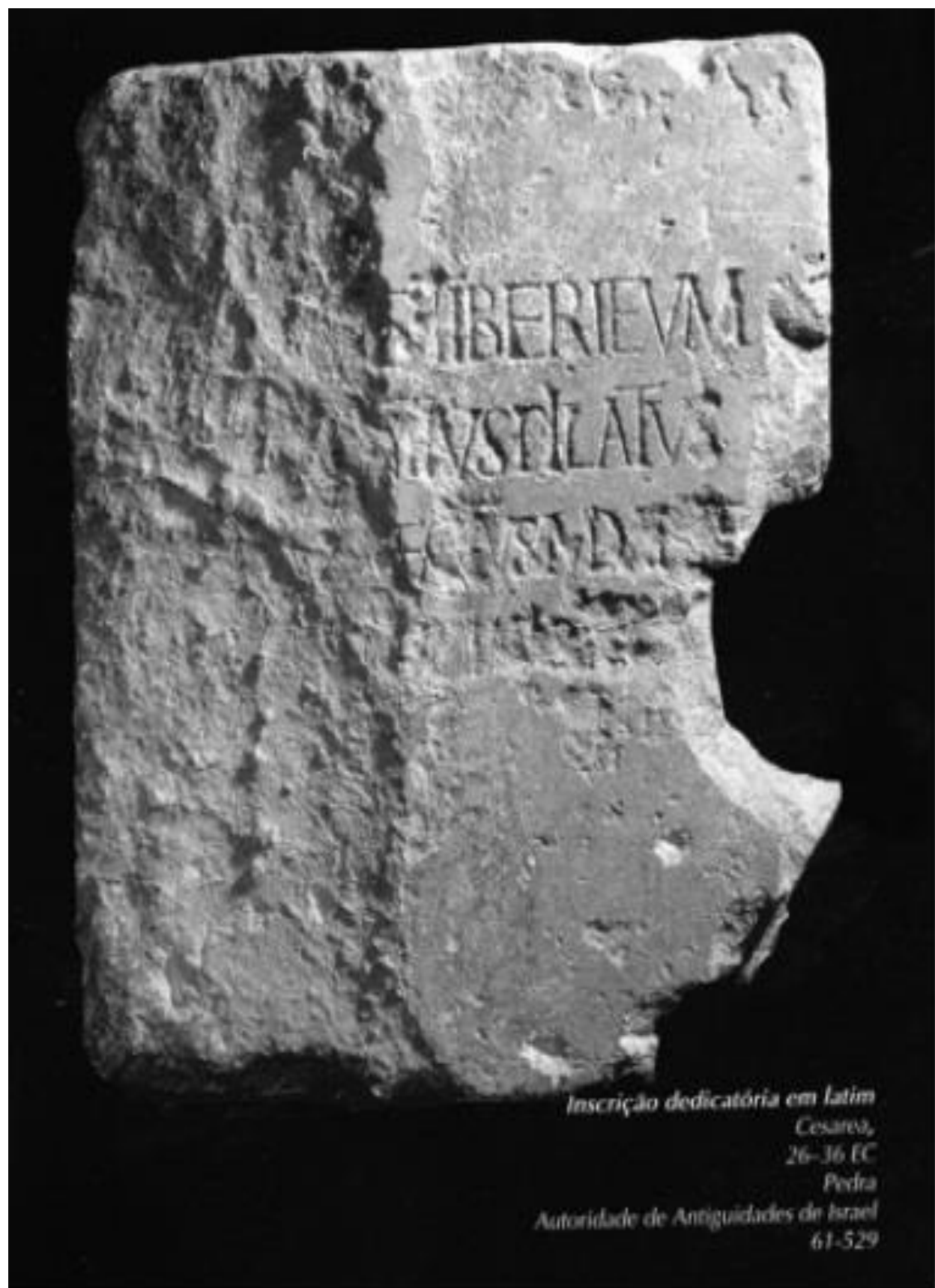
A Pedra Roseta, portanto, por ter o mesmo texto redigido em egípcio (hieróglifos) e em grego (no próprio alfabeto grego) – este já amplamente conhecido assim como o idioma helênico, ao passo que o egípcio e seus hieróglifos ainda não, àquela altura – esta epigrafia foi fundamental para a decifração da antiga escrita pictográfica egípcia, até hoje, aliás, encontrada em ambientes, sobretudo templários – daí o nome grego hieróglifo = escrita sagrada.

Em termos objetivos, portanto, a decifração dos hieróglifos indubitavelmente foi essencial para o desenvolvimento da Egiptologia, ciência que floresceu e ganhou impulso na Europa e no mundo há cerca de 200 anos.

Em conclusão, sem a presença da língua grega nessa fonte epigráfica, não teria sido possível essa “revolução” do conhecimento acerca do Antigo Egito, uma vez que já se podia compreender o que os hieróglifos faraônicos nos informavam.

### **Fonte Epigráfica da Judeia Romana**





*Inscrição dedicatória em latim*

*Cesarea,*

*26-36 EC*

*Pedra*

*Autoridade de Antiguidades de Israel*

*61-529*

## FIGURA 2 – PÔNCIO PILATOS – PREFEITO NA JUDEIA

FONTE: Calina, Luiz e Andrea Salponik Calina. Tesouros da Terra Santa: Do Rei Davi ao Cristianismo, 88-89, Fig. 2.

Citado nos quatro Evangelhos canônicos<sup>65</sup> (Matheus, Marcos, Lucas e João), nessas narrativas o Prefeito na Judeia de 26 a 36 d.C., Pôncio Pilatos, maior autoridade romana local, abaixo somente do Imperador Tibério, sentenciou Jesus à crucificação, por crime de lesa majestade, ou seja, por ameaçar o poder do soberano de Roma. Tanto assim é, que foi posta na cruz, acima da cabeça de Jesus, a abreviatura das palavras: “Jesus de Nazaré Rei dos Judeus”. Ali estava escrita a sua sentença de morte, prolatada por Pôncio Pilatos, visto que, àquela altura, era considerado o rei dos judeus, por Roma, o Imperador Tibério.

Não apenas os Evangelhos citam Pilatos. Outra fonte textual de significativa relevância para o século I d.C., embora redigida por um autor bastante ambíguo: ora pró-romano e anti-judaico e ora pró-judaico e anti-romano: Flávio Josefo, o qual em sua primeira obra História da Guerra dos Judeus contra os Romanos, Livro II, §§ 169 – 174<sup>66</sup>, também cita episódio no qual Pôncio Pilatos introduzira imagens de Tibério em Jerusalém, desrespeitando uma das principais leis judaicas: a proibição de se confeccionar imagens para adoração, prevista no Decálogo. Após forte resistência dos judeus, em favor de sua Lei ancestral, Pilatos ordenou, segundo o relato de Josefo, retirar os estandartes com as efígies do Imperador Tibério, de Jerusalém.

Fontes literárias podem sofrer interpolações, sobretudo ao longo de muitos séculos sendo copiadas, em se tratando de um texto da Antiguidade. Contudo, tal qual já citei no início deste capítulo, André Paul<sup>67</sup> sustenta, no que concerne à epigrafia:

As inscrições que constituem o material propriamente dito da epigrafia [...] têm um valor peremptório de autenticidade. São testemunhos diretos dos fatos e dos procedimentos: nada e ninguém as modificou, a não ser o tempo e o uso; a sua transmissão não tem nenhum outro intermediário técnico que não seja o ato da descoberta. O seu estado é, todavia, muitas vezes defeituoso; nestes casos, impõe-se a tarefa de reconstituição com sua parte de hipótese.

Esta transcrição acima, não foi por acaso repetida neste ponto do presente capítulo. Decidi fazê-lo para que o leitor se recorde de dois pontos essenciais no que tange às epigrafias: 1) nada e ninguém as modificou e 2) o seu estado é, todavia, muitas vezes defeituoso; nesses casos, impõe-se a tarefa de reconstituição com sua parte de hipótese.

No caso da Figura 2 acima, é fundamental tratar-se de uma fonte epigráfica, pois, em assim o sendo, ninguém alterou seu texto – portanto Pôncio Pilatos foi mesmo Prefeito romano na Judeia. Quanto ao segundo ponto, de fato a parte esquerda da epigrafia está danificada e foi necessário “reconstitui-la”. Mas não se tratou de difícil tarefa, uma vez que são claramente ainda visíveis as palavras: “Tiberiev[m]”, “Tivs Pilatvs” “Ectvs Ivda”. Quais partes complementares faltavam, então? “Pon]tivs”, “Praef]ectvs” e “Ivda[ea]”. Portanto, o texto desta epigrafia é: “Tiberiev[m] Pontivs Pilatvs Praefectvs Ivdaea” (Tibério Pôncio Pilatos Prefeito na Judeia).

Considerando, portanto, todo o texto completo dessa epigrafia, ele nos informa que Pôncio Pilatos, então Prefeito na Judeia, construiu alguma edificação dedicada ao então Imperador Tibério. Portanto, essa epigrafia não só reforça as duas fontes textuais acima citadas, bem como em sua clara reconstituição complementa as palavras ou trechos delas visivelmente óbvias e que comprovam que Pôncio Pilatos foi mesmo Prefeito na Judeia durante o reinado de Tibério (14 a 37 d.C.).

Para encerrar este capítulo, após já aqui ter transcrito e analisado uma fonte

papirológica do Egito Romano – o Papiro de Oxyrhynchus 3015 e duas fontes unicamente epigráficas, uma do Egito Ptolomaico (A Pedra Roseta) e outra da Judeia Romana (a Epigrafia citando que Pôncio Pilatos foi Prefeito na Judeia) – abaixo segue uma fonte “híbrida”, mescla de iconografia com epigrafia, pois há um pequeno texto em grego, abaixo da imagem, que traduzido significa “Tryphon, que morreu jovem”.

Refiro-me a uma estela funerária de um jovem grego, no Egito Romano, que é sua lápide, a Estela Funerária de Tryphon, a qual reforça os conceitos de helenismo e romanização já antes apresentados neste capítulo e ainda acrescenta mais um: a egipcianização, ou sendo ainda mais preciso, a faraonização, isto é, a presença e a manutenção de elementos culturais faraônicos – sobretudo religiosos – já em pleno domínio romano do Egito e em uma estela funerária na qual sua inscrição e o morto apresentam também elementos das culturas grega e romana. Passemos a analisar, por fim, a última fonte trazida a este capítulo.

### **Fonte Iconográfica e Epigráfica do Egito Romano**



### FIGURA 3 – ESTELA FUNERÁRIA DE TRÝPHON

FONTE: Walker, Susan e Morris Bierbrier. *Ancient Faces: Mummy Portraits from Roman Egypt*, 151-152.

Trata-se de uma estela funerária de calcário com inscrições em idioma helênico e pertencente a Trýphon, um jovem grego, que com suas mãos voltadas para fora está em posição de oração ou de agradecimento ao deus faraônico Osíris, por tê-lo aceitado no Além, no mundo dos mortos governado por essa mesma divindade. É mais precisamente na altura em que trago a última fonte deste trabalho, que os conceitos de helenismo, romanização e “egípcianização”/“faraonização”, descritos e comentados no início deste capítulo, provavelmente se façam mais presentes. Afirmo isso com base na iconografia da Fig. 3, que revela uma mistura de elementos culturais faraônicos, gregos e romanos, embora a pequena epigrafia esteja grafada em grego e afirme: “Tryphon, que morreu jovem”.

O falecido está dentro de uma estrutura arquitetônica que representa seu túmulo. Notemos que enquanto na parte superior há um frontão triangular, típico da arquitetura helênica, este está sustentado por colunas papiriformes, ou seja, em formato de papiros, pilastras características da arquitetura egípcia. O morto, em si, tem todo aspecto romanizado. Seu penteado com uma franja em ondulações remete-nos ao período do reinado de Nero (54 a 68 d.C.), por isso a estela acima é datada entre os anos de 55 e 70 d.C. A indumentária do morto é toda romana. Ele traça uma túnica por cima da qual há um manto plissado, enrolado na altura da cintura e amarrado no seu ombro esquerdo. Apenas o fato dele estar descalço poderia nos remeter a uma imagem egípcia. A parte faraônica da imagem, fato que não era incomum para estelas funerárias do Egito Romano, é a presença de dois chachais sobre pedestais voltados na direção do morto, animais estes que representam respectivamente os deuses funerários egípcios Anúbis e Upuaut. Por fim, como já citado, o gestual do falecido nos faz pensar que ele pode estar agradecendo a Osíris por tê-lo aceito no Além – o mundo o qual era regido por essa divindade faraônica. Esse, portanto, é um exemplo de mistura de

iconografia com epigrafia no Egito sob domínio do Império Romano, assim como uma mescla da romanização, do helenismo e da egípcianização/faraonização.

## **Conclusão**

O objetivo deste capítulo foi operar com fontes sobretudo epigráficas, por isso em número de duas, portanto destacando a relevância da Epigrafia como testemunha da Antiguidade até nossos dias. Contudo, buscando enriquecer o presente trabalho, trouxe uma fonte papirológica e uma iconográfica com pequenina epigrafia abaixo, em uma única estela. Busquei, portanto, tentar estabelecer um diálogo entre essas fontes, todas convergindo para o título deste capítulo, ou seja, Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade – nesse caso tendo como recortes espaciais, o Egito e a Judeia antigos.

O quadro teórico aqui apresentado e comentado também se fez necessário, posto que eu não poderia deixar de citar os conceitos de helenismo, romanização, “egípcianização”/“faraonização” e os tipos de direito aplicáveis no Egito Romano durante o Império, ou seja, o Direito do Império, o das Províncias e o do Povo.

Certamente, o imenso volume de epígrafias, papiros e iconografias produzidos na Antiguidade permitiriam que muito mais fontes fossem aqui apresentadas e analisadas. Entretanto o espaço para este meu capítulo tem regras que o limitam a não se alongar, para além do que já foi acima estudado.

Espero que tenha, de algum modo, conseguido seu objetivo e tornado mais rico o estudo da Epigrafia, da Papirologia e da Iconografia, no estudo das fontes

antigas, as quais são, sem quaisquer sombras de dúvidas, exemplos da vida no mundo antigo para os nossos dias e para a eternidade.

## **Fontes**

Calina, Luiz e Andrea Sapolnik Calina. Tesouros da Terra Santa: Do Rei David ao Cristianismo. São Paulo: Calina Projetos Culturais e Sociais, 2008. (Catálogo da Exposição homônima)

Devauchelle, Didier (trad.). La Pierre de Rosette. Paris: Éditions Alternatives e Musée Champollion, 2003.

Parsons, P. J. (trad. ed. e autor das notas). The Oxyrhynchus Papyri. Vol. 42, Papiro de Oxyrhynchus 3015: Fragmentos de Registros do Tribunal. London: Egypt Exploration Society, 1974.

Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo, 1985.

Thackeray, H. St. J. (trad.). Josephus: The Jewish War. 3 vols. Cambridge, Massachusetts e London: Loeb Classical Library e Harvard University Press, 1989.

Walker, Susan e Morris Bierbrier. Ancient Faces: Mummy Portraits from Roman Egypt. London: British Museum Press, 1997.



## **Referências Bibliográficas**

Bowman, A. K., R. A. Coles, N. Gonis, D. Obbink e P. J. Parsons, *Oxyrhynchus. A City and its Texts*. London: The Egypt Exploration Society, 2010.

Corvisier, Jean-Nicolas. *Sources et Méthodes en Histoire Ancienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

Liddell, H.G. e R. Scott. *An Intermediate Greek: English Lexicon*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Lobianco, Luis Eduardo. *A Romanização no Egito: Direito e Religião (Séculos I a.C. a III d.C.)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

Macmullen, Ramsay. *Romanization in the Time of Augustus*. New Haven & London: Yale University Press, 2000.

Mendes, Norma Musco e Yuri Corrêa Araújo. “Epigrafia, Sociedade e Religião: O Caso da Lusitânia”. *Revista Phoênix* 13 (2007): 257-279.

Modrzejewski, Joseph Méléze. “Diritto Romano e Diritti Locali”. In *Storia di Roma*. Vol. 3, *L’età tardoantica – II - I luoghi e le culture*, coordenado por Walter Barberis, 985-1009. Turim: Giulio Einaudi Editore, 1993.

Paul, André. O Judaísmo Tardio. História Política. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

## **Espaços da Escrita:**

### **Um Diálogo entre a Poesia Romana e as Inscrições Urbanas no início do Principado**

*Renata Senna Garraffoni (Universidade Federal do Paraná)<sup>68</sup>*

*Alexandre Cozer (Universidade Federal do Paraná)<sup>69</sup>*

## **Introdução**

O estudo da Literatura como documentação histórica, juntamente com as abordagens da História Cultural, tem inspirado novas temáticas a serem exploradas entre os classicistas. No contexto dos estudos sobre o Império Romano, abordagens interdisciplinares têm renovado o conhecimento acerca das tradições culturais e permitido reflexões sobre temas antes pouco estudados, como relações de gênero e sexo-afetivas ou mais conhecidos como religiosidade, as formas de escrita, de educação, de leitura, a partir de novos olhares. No livro *A História da Leitura no Mundo Ocidental* organizado por Cavallo e Chartier<sup>70</sup>, por exemplo, os autores dos capítulos sobre a Antiguidade discutem a leitura a partir dos suportes do texto, questionando como as mudanças nas regras materiais de escrita engendram novos modos de ler. Mais especificamente no capítulo sobre o Império Romano, Guido Cavallo demonstra o aumento progressivo da leitura, a popularização das obras literárias, o surgimento de bibliotecas particulares e até mesmo públicas, a invenção do códex como um elemento que transforma o modo de leitura e a própria concepção de livro. No entanto, esses estudos se restringem mais aos suportes como papiros ou tabuinhas de madeiras e não apresentam um estudo muito detalhado sobre o modo como as inscrições parietais poderiam existir enquanto trabalhos literários.

Se os estudos históricos têm dado mais atenção aos modos de ler e escrever, mas ainda assim se restringem aos círculos mais elitizados, nos estudos sobre a História da Literatura Antiga é mais frequente que se reconheça a importância de tradições populares para o surgimento da literatura escrita no papiro. Jean Pierre Cèbe<sup>71</sup>, por exemplo, assume que é pela tradição humorística itálica que o gênero cômico do teatro se torna tão produtivo na Roma Antiga, sendo também o gênero cujas obras se encontram em períodos mais recuados da História da Literatura Latina. Os gêneros poéticos como o elegíaco e o epigramático, por sua vez, são considerados, de maneira geral, menos eruditos e mais próximos da vida cotidiana. Entretanto, as análises para períodos posteriores tendem, devido ao desenvolvimento da literatura em círculos eruditos, a priorizar as intertextualidades entre tais escritos, dedicando pouca atenção à possível relação da produção literária com a produção cotidiana dos versos, e mesmo a possível vivência de concepções literárias entre as pessoas que não participavam dos círculos mais eruditos.

Mesmo com avanços significativos nas abordagens historiográficas e literárias, nota-se, portanto, que em ambas as áreas ainda predominam abordagens a partir dos versos de círculos literários vinculados, em grande medida, à aristocracia romana, aquilo que se convencionou chamar, posteriormente, de cânone nos estudos literários modernos. As inscrições em superfície dura, como nas lápides ou nas paredes, raramente são mencionadas nesses estudos. Quando aproximamos essas discussões da Epigrafia percebemos que os romanos não apenas produziam uma enorme quantidade de escritos em diferentes superfícies, que ao acaso sobreviveram até o presente, como parte considerável dessa produção se dava em diferentes esquemas métricos, que se relacionavam com gêneros literários. Grande parte dessa produção em metros tinha fins religiosos, pois os romanos escreviam poesias funerárias para consagrar em memória dos mortos. Mas sua escrita poética não se restringia ao momento fúnebre: também escreviam aos deuses e essas poesias eram frequentemente entoadas em procissões ou rituais religiosos e, às vezes, gravadas em estelas que rememoravam o festival ou momento de sua entonação. É o caso do *carmen saeculare*, escrito por Horácio para os jogos seculares de Augusto e que foi encontrado inscrito na cidade de Roma no século XIX.

Talvez seja por esse motivo que é mais comum encontrarmos referências à vivência popular da poesia quando se trata de elementos religiosos, como cânticos aos deuses e mesmo canções mitológicas, conforme a hipótese de Maurizio Bettini<sup>72</sup>. Entretanto, com um olhar atento aos catálogos de inscrições, nota-se que a escrita poética cotidiana vai além de elementos religiosos. E é exatamente nesse contexto que nossa presente reflexão se insere: mesmo considerando a hipótese de Bettini, buscaremos explorar, nessa ocasião, a relação entre a escrita popular, a poesia e seus vínculos com os sentimentos da vida cotidiana, extravasando a religiosidade. Seleccionamos, para tanto, um pequeno corpus de inscrições metrificadas, pois acreditamos que uma análise qualitativa de alguns de seus elementos permite expandir as concepções sobre o significado da poesia e da escrita para os romanos. Para que isso seja possível, dividimos nossa reflexão em dois momentos: em primeiro lugar apresentaremos nossos pressupostos teóricos e metodológicos para definirmos como pretendemos aproximar a Epigrafia dos estudos literários para, em seguida, analisarmos algumas inscrições poéticas encontradas em paredes de cidades romanas do início do período imperial. Com esse diálogo visamos explorar a escrita romana desse período, as formas de expressão e vivência poética no cotidiano.

### **Epigrafia e Literatura: aproximações possíveis**

A Epigrafia Latina é um campo bastante conhecido tanto de historiadores como arqueólogos que se debruçam sobre os estudos econômicos e políticos do início do Principado romano. É notável a quantidade de inscrições que chegou até nós e não faltaram esforços, desde o século XIX, para sua catalogação e publicação em edições específicas como o *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL). Sejam elas selos ou inscrições que indicam a origem dos objetos de uso cotidiano, conhecidos como *instrumenta domestica*, ou as de grande porte como as monumentais que comemoravam os feitos dos grandes políticos, o fato é que as inscrições configuram evidências materiais que têm permitido um maior conhecimento das atividades cotidianas romanas nem sempre relatadas nos textos eruditos escritos pelos membros dessa aristocracia. Para que se tenha uma ideia do volume de inscrições, Alföldy<sup>73</sup> comenta que, durante o período de Augusto há uma explosão epigráfica e, baseando-se no clássico estudo de

McMullen<sup>74</sup>, afirma que os romanos transformaram as inscrições dos mais variados tipos em um meio de comunicação eficaz, difundindo valores simbólicos e atingindo a opinião pública nas mais distintas esferas.

No entanto, cabe ressaltar que não há um consenso sobre como definir no que consiste uma inscrição e os meios de abordá-las. López Barja<sup>75</sup>, por exemplo, afirma que, para alguns, uma inscrição pode ser definida como a escrita em uma superfície dura, enquanto para outros o fator de definição da inscrição é a própria escrita em si, sua forma e conteúdo, não importando o local onde foi cunhada. Embora essa tensão seja perceptível nos variados estudos, alguns aspectos são mais consensuais: López Barja<sup>76</sup>, assim como Meyer<sup>77</sup>, afirma que há uma maior ocorrência de inscrições em áreas urbanas e no período imperial. Além disso, ainda destaca que na parte ocidental do Império há uma predominância de inscrições em latim, enquanto que na parte oriental há muitas inscrições em grego. Mesmo diante da variedade de tipos e formas de inscrições, López Barja<sup>78</sup> chama a atenção para um fator que acreditamos muito importante para quem trabalha com as inscrições: ao transformá-las em fonte primária para sua investigação acerca do mundo romano, devem-se considerar suas particularidades como os aspectos legais, religiosos ou urbanísticos que podem vir a expressar. Ao destacar que os dados epigráficos não equivalem a uma realidade objetiva, indica que elas precisam ser interpretadas de acordo com seus limites e potenciais.

Essas considerações de López Barja e Alföldy ajudam a construir um panorama metodológico de como vamos nos aproximar do pequeno corpus de inscrição que separamos para a presente análise, ou seja, levaremos em consideração seu contexto material – onde foi escrita – e exploraremos quais dimensões nos permitem pensar sobre a vida cotidiana romana. No entanto, cabe destacar que não enfocaremos em temas de ordem econômica ou política, faremos uso dessa perspectiva para discutir um aspecto não muito convencional em se tratando de Epigrafia. Nossa proposta, conforme já adiantamos, é realizar uma aproximação entre poesia latina e as inscrições parietais feitas por pessoas dos mais distintos status sociais.

O estudo de inscrições de cunho popular nem sempre foi muito apreciado, embora esse panorama tenha se modificado mais recentemente<sup>79</sup>. Mesmo que Tanzer<sup>80</sup> excepcionalmente tenha defendido sua importância para conhecermos aspectos do cotidiano romano na década de 1930, Cèbe<sup>81</sup>, como a maioria dos estudiosos, considerava a escrita vulgar demais para ser analisada. Além de muitas vezes apresentarem uma grafia que se afasta muito do latim erudito, outro fator que fez com que muitos estudiosos evitassem o estudo de grafites foi o fato de grande parcela ser de autoria anônima e fragmentada. Abel e Buckley<sup>82</sup> questionam essas afirmações, pois para eles o estudo deve ser feito considerando o contexto e a espontaneidade dos relatos da vida cotidiana, permitindo uma aproximação dos temas que ocupavam as pessoas comuns. Além disso, o que parece banal pode ser desafiador para linguistas, historiadores e arqueólogos, pois para os primeiros há a possibilidade de pensar as alterações nas formas da escrita do latim e grego, para os segundos a materialização de temas sobre o presente daqueles que escrevem<sup>83</sup>.

De fato, um dos aspectos mais marcantes do estudo dessas inscrições parietais é essa possibilidade de rearticular as experiências humanas no passado, de suas preocupações mezinhas ou, por que não, de seus treinos poéticos para cantar a vida. Por serem fragmentados, é preciso montar um corpus de registros e articulá-los para que, ao final, sejamos aptos para construir uma leitura mais dinâmica do passado e, no caso específico dessa reflexão, das variadas facetas poéticas que compunham o ethos popular.

Mas quem eram as pessoas que escreviam nessas paredes? É possível saber quem foram? Garraffoni<sup>84</sup>, Funari<sup>85</sup> e Feitosa<sup>86</sup> fizeram um amplo levantamento das inscrições em Pompeia e constaram que a maioria dos grafites é anônima, no entanto, dos que estão assinados temos agricultores, gladiadores, artesãos, vendedores de comida, criadores de animais, escravos, feirantes, para citar alguns exemplos. Ou seja, embora não saibamos exatamente como se dava o processo de alfabetização das diferentes camadas sociais, pela quantidade de inscrições encontrada é possível pensar que escrever nas paredes, entre os minimamente letrados, tinha um caráter público (qualquer um poderia ler, comentar ou modificar o grafite) e constituía um importante meio para circulação das ideias e visões de mundo<sup>87</sup>.

Pompeia é o lugar privilegiado para o estudo das inscrições parietais conhecidas como grafites, pois devido à erupção do Vesúvio, algumas paredes das casas foram preservadas e, com elas, as pinturas e inscrições. Mais raramente as encontramos em outras regiões do Império, como veremos, mas é possível afirmar que eram bastante comuns por meio da Literatura. Plínio, o Jovem, por exemplo, escreveu, em uma de suas cartas, (8, 8, 7) ‘lerás, muitas vezes, em todas as paredes e em todas as colunas, muitos grafites escritos por muitas pessoas’<sup>88</sup>.

Como os temas são muito variados, conforme já apontamos, optamos, para essa ocasião, em discutir a relação entre poesia e as inscrições. Essa escolha não foi aleatória, pelo contrário, escolhemos essa temática exatamente por ser parte de um trabalho em andamento e, também, um desafio, pois em nossas pesquisas temos notado, cada vez mais, a potencialidade das inscrições para pensarmos circulação de ideias e percepções de mundo. Outro ponto relevante a se destacar é que não é nossa intenção, com essa reflexão, provocar uma cisão entre cultura popular e erudita, mas sim buscar meios para se entender a diversidade das manifestações escritas pelos romanos e seus significados simbólicos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de explorar meios alternativos para pensar a linguagem, o contraste e a circularidade, pois é nesse movimento que acreditamos estar a possibilidade de perceber como os diferentes tipos de visões de mundo são formados. Nesse sentido, a seguir, procuraremos reaproximar campos considerados pelos romanos como próximos, mas muitas vezes separados por estudiosos na modernidade, com o intuito de chamar atenção para a riqueza da linguagem e as múltiplas formas de se posicionar no mundo.

### **Espaços da Escrita: a materialidade das práticas poéticas**

É, em certa medida, conhecida a importância da literatura e da poesia no cotidiano da Antiguidade. De acordo com Nicholas Horsfall<sup>89</sup>, autores cristãos da Antiguidade Tardia reclamavam da população que não deixava de cantar as



bucólicas de Virgílio, e Tertuliano comenta que maridos e mulheres cantavam entre si os versos do teatro. De fato, a relação com o texto metrificado parece atravessar toda a Antiguidade, tanto Grega quanto Romana. Nos períodos arcaicos, a palavra *carmen* em latim, que depois ganha o significado de poesia, referia-se aos cantos religiosos ou, em alguns contextos, até mesmo às leis<sup>90</sup>.

Assim, podemos entender que as primeiras leis de Roma eram gravadas na memória pelos ritmos dos cânticos.

Mas muito das poesias que foram produzidas nessa realidade não nos foi legado pela escrita em papel: nem todos poderiam acessar pergaminhos ou publicar seus livros em edições mais complexas. A escrita na Antiguidade se dava, na maior parte das vezes, em tábuas de cera ou mesmo nas paredes. Essa realidade epigráfica, pouco explorada pelos estudiosos, pode conferir novas reflexões sobre o lugar da escrita e das palavras no cotidiano romano e um importante elemento dessa escrita era, sem dúvida, a poesia.

Nos finais do século XIX foi publicada uma obra conhecida como *Carmina Latina Epigraphica*, organizada pelos alemães Franz Bücheler e Ernest Lommatzsch. Embora houvesse certa tradição, desde o século XVIII, de estudar algumas poesias epigráficas juntamente com a tradição literária, essa obra consiste em um esforço de colher unicamente poesias inscritas em superfícies duras. Assim, recolhida entre o CIL (*Corpus Inscriptionum Latinarum*) e outros veículos de publicação de achados arqueológicos, a CLE, como também é conhecida, contém cerca de dois mil e quinhentos poemas. Sua organização segue, principalmente, o metro das poesias encontradas, dividindo-se em uma parte para o senário jâmbico, outra para o dístico elegíaco, o saturnal, entre outros. Ainda que o número de inscrições não seja pequeno, ele não representa um volume enorme se comparado com todas as encontradas no Império Romano (quase 400 mil)<sup>91</sup>.

Diante desse contexto, escolhemos, para essa ocasião, alguns exemplos que nos permitem refletir sobre aspectos da vida cotidiana nas palavras ritmadas na Antiguidade romana, sua circulação em diferentes partes do Império romano e

sua materialidade.

Iniciamos com uma inscrição bastante conhecida<sup>9Z</sup>:

*Felicitas hic habitat: nihil intret mali [CLE 26]*

A felicidade habita aqui: que nada de mau entre.

Além de catalogada no CLE, essa inscrição, de apenas uma linha, também faz parte do CIL III, da região da Ásia. Sua composição é em senário jâmbico, um metro utilizado, frequentemente, nas peças de teatro plautinas e em poesias cômicas. No entanto, a fórmula da poesia não é aparentemente cômica, antes ela indica o desejo de evitar que algo de ruim se manifeste no recinto. Tal fórmula é muito comum na Antiguidade, e reconhecemos exemplos no mesmo corpus que mantêm a intenção apotropaica: como o CLE 23, poema em um altar para Hércules na cidade de Roma, que clama para que o mau não seja feito no lugar onde passou o semideus. A mesma fórmula se encontra em Pompeia, em uma inscrição em torno do desenho de um falo que diz: aqui habita a felicidade (CIL IV 1424). Tal inscrito se encontra no interior de uma padaria, próxima ao forno, e teria como função permitir a fartura e boas fornadas.

Como podemos perceber, três fórmulas semelhantes foram encontradas em três localidades diversas do Império romano e, se as diferenças de contexto entre elas são importantes, ainda assim suas semelhanças indicam a preocupação cotidiana pela busca de proteção aliada à felicidade. Como já indicou Funari<sup>93</sup> e Garraffoni<sup>94</sup>, essa prática se vincula a uma noção antiga na qual a felicidade estaria associada à proteção e teria o valor de afastar o mau olhado, ou seja, teria poderes apotropaicos. Nesse sentido, embora não encontremos um evidente elemento cômico nas poesias, podemos perceber que a escolha do metro não foi em vão. O jambo, como mencionamos, é comum no teatro e é associado à poesia de humor; no cotidiano, esse metro poderia borrar a barreira do divertimento e realizar uma função religiosa. Se entendermos ainda que a poesia era lida em voz

alta, podemos imaginar que tais inscrições apresentavam uma função mágica na qual o leitor, ao proferir as palavras que lesse, se engajava na proteção do recinto.

Como podemos perceber, o tema e a forma das poesias se repetiram mesmo em diferentes regiões do Império. Esse tipo de repetição era um elemento comum nas inscrições, mesmo naquelas mais antigas. É frequente encontrar fórmulas de enunciação parecidas entre os túmulos, por exemplo, e os mais antigos autores a coletar essas poesias populares inscritas em superfícies duras – os primeiros autores de livros de epigramas – tiveram também de lidar com essa repetição. Sabe-se que os primeiros livros de epigramas são entendidos pela História da Literatura como livros de poesias que eram coletadas pelos autores antigos em diversas superfícies da Antiga Grécia. Ao compor tais livros, era comum que os autores dispusessem de mais de um poema com estilo e tema semelhantes, mas em lugar de fazer encontrarem-se os poemas parecidos, os distribuía pelas diferentes páginas, para não causar cansaço nos leitores ao se depararem com temáticas muito repetidas. Pierre Laurens considera que, posteriormente, a técnica seria utilizada pelos escritores também com a finalidade de treinar e aprimorar a composição das poesias, perdendo assim o vínculo com a pedra<sup>95</sup>.

Essa escrita, que desenvolvia temas semelhantes em diferentes posições de um livro, ficou conhecida como uariatio. O nome evoca diretamente o fato de que as poesias eram escritas enquanto uma variação de um tema específico, o que tornava os livros de epigramas autorreferenciais. A junção desses epigramas semelhantes consistiria no que se chama de ciclo de poesias. Na Priapeia, livro de epigramas do século I d.C., tem-se, por exemplo, o ciclo que joga com a comparação de Priapo com outros deuses, que foi estudado por Daniel Vallat<sup>96</sup>.

Mas o gênero epigramático é normalmente percebido enquanto um gênero de elite. Caracterizado por poesias curtas que imitam a linguagem desses textos epigráficos, anteriormente encontrados na Grécia, o gênero passaria a representar, em uma realidade imperial e de corte, o poema escrito para o divertimento em festividades luxuosas. Os livros dos autores clássicos fariam referências e imitações entre si, e epigrama ganharia, assim, um status de gênero literário. Para alguns estudiosos como Pierre Laurens<sup>97</sup>, essa cultura de poesia de divertimento parece, em Roma, pertencer mais à realidade literária erudita que à

original cultura cotidiana que primeiro escreveu esses poemas.

No entanto, entre os grafites temos observado variações poéticas de temas, de modo que a própria análise dessas poesias epigráficas poderia se tornar autorreferencial. Nos exemplos que mencionamos anteriormente, encontramos a permanência de uma determinada fórmula religiosa que teria como finalidade manter afastadas as adversidades. Na sequência que segue, poderemos ver outro esquema de referência entre inscrições de parede.

*Quisquis amat valeat, pereat qui nescit amare, bis*

*tanto pereat quisquis amare uetat [CLE 945]*

Quem ame, passe bem, e pereça quem não sabe amar, Pereça  
o dobro quem impede o amor.

*Quisquis amat ualeat, pereat qui nescit amare, bis*

*tanto pereat qui amare uotat.*

*felices adeas, maneat o Martia, si te*

*uidi, dum nobis, maxima cura, placet. [CLE 946]*

Quem ama, passe bem, pereça quem não sabe amar,  
Pereça o dobro quem impede o amor.

Aproxime-se dos felizes e fiques, oh Marcia, se a ti Eu  
vi enquanto nos agradava com extrema atenção.

*Quisquis amat, ueniat. Veneri uolo frangere costas*

*fustibus et lumbos debilitare deae.*

*si potes illa mihi tenerum pertundere pectus,*

*quit ego non possim caput illae frangere fuste? [CLE 947]*

Quem ama, passe aqui. Quero quebrar da Vênus as costas

Com vara, e os lombos da deusa debilitar.

Se ela pode esburacar meu delicado peito, Por

que não posso eu vergastar sua cabeça?

*Quisquis amat, calidis non debet fontibus uti,*

*nam nemo flammis ustus amare potest. [CLE 948]*

Quem ama não deve utilizar das fontes quentes Pois

ninguém pode amar queimado pelas chamas

Todas essas inscrições poéticas são de Pompeia, localizada ao sul da Península Itálica, soterrada pelo Vesúvio em 79 d.C.. A de número 945 foi encontrada gravada na casa de Sucesso, a de número 946 em uma pintura de um papiro, como se fosse o começo de uma carta de amor ou de uma poesia para o divertimento; enquanto que as 947 e 948 foram encontradas na Basílica da cidade. Todas elas têm uma estrutura poética semelhante. Iniciam com a expressão *quisquis amat* e produzem a sensação de que a comunicação estaria aberta a qualquer passante, independente de ser homem, mulher, da idade ou status social, desde que essa pessoa soubesse ler e amar. Embora o único poema que mencione a deusa Vênus seja o 947, podemos entender que todos eles se referem a assuntos de alguma maneira relacionados à deusa, ou seja, às paixões humanas<sup>98</sup>.

Certamente que alguns desses exemplos que citamos seguem o mesmo tipo de escrita para diferentes estilos de discurso: enquanto um deles faz uma troça dizendo que quer se vingar de todos os que amam, outros fazem imprecções para que não se vete jamais o amor. Essas poesias foram compostas em versos dísticos elegíacos, um verso que foi também muito usado dentro da literatura epigramática e, sobretudo, para se tratar de temas amorosos. Os poemas repetem, assim, o mesmo início e realizam uma citação um do outro. Com a semelhança de temas entre eles, poderíamos pensar que realizam jogos poéticos ou de uariatio de um tema, ou mesmo de citação entre si como técnica para gerar diferentes textualidades. O poema 947, por exemplo, se aproxima dos dois primeiros no estilo de iniciar o texto, mas, em seguida, inverte completamente o tema das poesias. Em lugar de desejar o amor, o odeia, como odeia a deusa Vênus por ter-lhe feito sofrer. Desse modo, embora não se saiba qual teria sido escrito primeiro, podemos perceber que essas poesias criam um esquema de referências e de efeitos poéticos que são estabelecidos na relação entre elas.

E essas referências que presenciamos não estão ocorrendo na literatura, mas nas paredes de uma mesma cidade e, assim, demonstram a existência de uma circulação de temas poéticos também em um espaço físico como o de Pompeia. Sabemos que as histórias mitológicas eram constantemente refeitas em cânticos não apenas devido ao desejo dos poetas de rescreverem essas histórias, mas também devido ao fato de que, na cultura popular, tais histórias permaneciam sempre em processo de reconstrução. Do mesmo modo, se produziam hinos aos deuses com refrãos sempre parecidos. Se observarmos o hino a Vênus, percebemos um refrão de tema semelhante, no qual se impreca que ame quem nunca amou, assim, é possível supor que a linguagem e a poesia circulavam e eram constantemente produzidas em uma cidade. Com efeito, a presença dessa autoreferência – que lembra a uariatio epigramática – em uma mesma localidade, de Pompeia, pode ainda indicar que o trabalho de escrita de poesias parietais se dava em um intertexto que se tecia no espaço urbano. De um mesmo enunciado em cabeça de verso, os autores compunham poemas com muita variedade: um com um tom cômico agressivo, outro com um tom religioso, outro ainda aconselhando os amantes para se cuidarem com as agruras do amor. Assim, embora estejamos supondo uma relação com a linguagem religiosa, no caso de proteção, podemos perceber que essas poesias apresentam, também, uma

diversidade de temas a serem explorados. Elas transformam esses enunciados, possivelmente religiosos, em outros, podendo inclusive jogar com a expectativa de um leitor e produzir humor ou alguma reflexão sobre a vida.

Um exemplo um pouco mais longo que os anteriores também pode nos fazer refletir sobre outro aspecto da relação popular com as poesias:

*O utinam liceat collo complexa tenere*

*Braciola et teneris oscula ferre labelis.*

*I nunc, uentis tua gaudia, pupula, crede.*

*Crede mihi, leuis est natura uirorum.*

*Saepe ego cum media uigilarem perdita nocte*

*Haec mecum meditans: multos Fortuna quos supstulit alte,*

*Hos modo proiectos subito praecipitesque premit;*

*Sic Venus ut súbito coniunxit corpora amantum,*

*Diuidit lux, et se paries quis, ama. [CLE 950]*

Ai, que eu possa ter no colo bracinhos Enrolados  
e dar beijinhos em tenros lábios.

Tua alegria nos ventos, vá agora docinho; crê Crê  
em mim que é vil a natureza dos homens.

Quanto tanto eu, numa meia noite perdida, vigilava  
Pensava comigo: quantos muitos a Fortuna ergueu,

Agora os lançou, súbito, no precipício e os premiu;

Assim como Vênus veloz uniu os corpos dos amantes A

luz dividiu, e a si mesma uma parede ama.

Ainda que haja uma menção à deusa Vênus, essa poesia difere significativamente das anteriores. Em lugar de evocar alguma forma de relação com o divino, ela apresenta uma linguagem típica da poesia elegíaca romana.

Significativamente mais longa que as outras, descreve uma experiência própria de amor. Não podemos saber quem é a pessoa que fala, mas a poesia parece dirigida a uma mulher. O(a) locutor(a) subentendido(a) deseja os bracinhos e boquinha da pessoa amada: o uso do diminutivo é típico das elegias de amor.

Embora os editores do CLE comentem que esse texto é provavelmente, em parte, retirado de alguma poesia elegíaca literária, ele não é encontrado na literatura que chegou até nós. Podemos supor, entretanto, que algum poeta estivesse usando a parede para treinar sua escrita, ou então para publicá-la. Gravada na entrada de uma pequena casa na ínsula 9 da região 9, a inscrição é um grafite. A última frase, ainda que recortada e incerta, faz referência à sua materialidade. A menção à parede pode ter a função de fazer com que o leitor perceba que a própria materialidade do poema, o suporte no qual está inscrito, seria uma espécie de locutor dessa poesia.

Na literatura romana, as poesias elegíacas ocupam um espaço temporal bastante reduzido: cerca de meio século correm entre as de Catulo e as elegias de Propércio, Tibulo e Ovídio. Esse gênero de poesia é composto por temáticas cotidianas, com textos um pouco maiores do que os epigramas, e que desenvolvem, sobretudo, temáticas amorosas. Nas elegias, os poetas poderiam narrar experiências de amor, ou de loucuras de paixões, comentar sobre as noites que perderam em claro por causa da amada, ou mesmo apresentar uma posição de mestre que ensina aos outros sobre as dificuldades e as experiências do amor e da própria vida<sup>99</sup>. O termo *Magister Amoris* é normalmente usado para qualificar as poesias elegíacas em que o narrador ocupa a posição de um mestre que possa aconselhar o leitor sobre esses temas. Acreditamos que esse seria o caso desse último poema analisado. Embora não seja assim tão longo, ele é



encontrado em Pompeia, podendo datar de um período não distante do da criação desse gênero poético na realidade latina. Não apenas a linguagem se aproxima da elegia, como também a temática e o modo de tratar o assunto. O poema é uma elegia parietal, do tema *magister amoris* que busca lembrar aos passantes que a vida oscila, que os amores se vão, que a felicidade é efêmera.

Assim, se observamos o argumento que viemos tecendo até agora, partimos de uma poesia com um tema recorrente ao longo do Império Romano, que é o da magia que afasta o mau olhar e busca colocar o ambiente em felicidade. A seguir, discutimos poemas que se aproximavam da poesia epigramática: os quatro poemas sobre o amor relacionados à *Vênus* consistiam em poesias curtas com uma técnica de variação temática que poderia aproximar essas poesias do gênero epigramático na literatura. Por fim, analisamos uma poesia elegíaca escrita nas paredes de Pompeia. Com efeito, pudemos perceber o modo como essas poesias são compostas de maneira complexa, como criam efeitos poéticos instigantes e se relacionam entre si, se aproximando do valor das poesias literárias. Elas podem responder de maneira semelhante às regras de gênero e assunto que perpassavam a organização dos textos dos eruditos romanos.

Mas, ao mesmo tempo, isso não significa apenas que as camadas populares estariam possivelmente informadas dos desenvolvimentos da literatura das elites. Do CLE 945 ao 948 podemos perceber que esses temas são autorreferenciais. Isso nos indica que as poesias que eram publicadas nas paredes eram lidas e serviam de inspiração para o desenvolvimento de novos textos com temáticas semelhantes. Para isso, as pessoas alfabetizadas em latim deveriam conhecer as regras de composição dos versos que, provavelmente, aprendiam a cantar no cotidiano e, ao mesmo tempo, estariam interessados em produzir essas canções. Embora possamos imaginar que as composições pompeianas tivessem alguma inspiração na Literatura, um aspecto diferente se desenha na sequência de poesias que analisamos: o de que era no próprio cotidiano das paredes que as palavras dos romanos buscavam inspiração. Assim, a epigrafia dessa cidade destruída pelo Vesúvio pode nos demonstrar o quanto a atividade poética participava da vida da cultura romana, não estando necessariamente restrita à cultura erudita dos círculos aristocráticos.

## Considerações Finais

Iniciamos nossa reflexão chamando a atenção para o fato de que a Epigrafia é bastante conhecida de historiadores e arqueólogos como documentos para um melhor entendimento das questões políticas, econômicas e sociais do Império Romano. Nossa intenção de trazer para a discussão as questões culturais, em especial a relação com a escrita e a expressão poética, foi a de explorar outras possibilidades em que a área pode contribuir. Se, como já apontou MacMullen e Alföldy, as inscrições são fundamentais para analisarmos a produção simbólica e de comunicação entre os romanos, a abordagem escolhida pode nos ajudar a pensar como a linguagem pode constituir visões de mundo e circulação de ideias. Essa aproximação permite, também, discutir o lugar da escrita na tessitura urbana e como os exercícios poéticos podem estar mais presentes no cotidiano da população do que se supõe.

Ao ler essas inscrições poéticas, com sua métrica e seus sentimentos, é impossível não se questionar por que as pessoas alfabetizadas em latim escreveriam poemas tão longos nas paredes. Como são anônimas, não acreditamos que passaria pelo desejo de promover a existência de algum poeta em específico que se venderia, por exemplo, para entoar cânticos em banquetes. O motivo dessas escritas deve, então, ser outro. E foi refletindo sobre isso que nos lembramos do epitáfio de um ator asiático de teatro que viveu em Roma nos últimos séculos antes da queda do Império, mencionado por Gangloff<sup>100</sup>. Esse ator se vangloria de jamais ter feito injúria ou de ter pronunciado palavras agressivas contra outras pessoas; ao contrário, ele teria apenas contribuído para a alegria e a felicidade de todos. Tal desejo se manifesta, de maneira semelhante, em outro grafite encontrado em Pompeia e com metro poético, o autor considera:

*Iam docui silices uerba [benigna] loqui. [CLE 952]*

Já ensinei pedras a falar bondosas palavras

Em ambos os casos, temos autores de poesias que demonstram considerar importante o papel das palavras que usaram em suas vidas. No caso do ator de teatro, podemos interpretar que as benévolas palavras teriam sido postas em cena; no outro, o autor pompeiano nos apresenta uma espécie de meta-grafite, refletindo sobre o valor de ter escrito belas coisas nas pedras do cotidiano.

Colocar palavras em circulação, expressar emoções e comunicar percepções de mundo, parece, então, figurar como desejo entre essas pessoas. Nessa lógica, alguns dos grafites que analisamos aqui brincam com as palavras normalmente usadas para falar de amor, outros, como o poema elegíaco, compartilham com os passantes a sabedoria sobre os altos e baixos da vida amorosa.

Sabemos, também, que a circulação de cânticos e poesias era comum pelo Império Romano. Marcial reclama do preço que eram vendidos seus livros no fórum para as pessoas do cotidiano do Império<sup>101</sup>. O mesmo poeta escreveria poemas para que fossem trocados nas festas das saturnais, juntamente com alguns presentes, para provocar o riso durante a comemoração religiosa.

Portanto, as inscrições que observamos abrem espaço ainda para pensar no valor dessas poesias postas diretamente em circulação por pessoas desconhecidas.

Como um ritmo marcado que ficava na cabeça dos romanos e romanas (ou daqueles de outra origem étnica que dominavam o latim), elas eram gravadas, frequentemente, sem a intenção de promover algum poeta; mas expressavam o desejo de escrever palavras que compartilhassem sentimentos de alegria e proteção a seus contemporâneos. Assim, esses grafites escolhidos para a presente análise permitem perceber que os romanos viam a escrita e a poesia como algo relevante em seu cotidiano, como um meio pelo qual poderiam deixar registrado esforços criativos de bem-fazer, de diálogo e alegria de viver. Acreditamos, por fim, que é justamente nesses atos poéticos que os metros e os estilos eram ressignificados, que as poesias ganhavam um uso mais amplo do que o que percebemos quando olhamos somente os registros na Literatura.

## **Agradecimentos**

Os autores agradecem aos organizadores da obra pelo convite para participar dessas reflexões sobre Epigrafia e a Guilherme G. Flores, Lourdes C. Feitosa, Paulo Vasconcelos e Pedro Paulo A. Funari por todos esses anos de diálogo. Institucionalmente, somos gratos à Capes (pela bolsa de mestrado de Alexandre Cozer), à British Academy (pela bolsa de pós-doutorado de Renata Senna Garraffoni – 2008 – que permitiu a aquisição de material que analisamos nesse trabalho) e ao Programa de Pós Graduação em História da UFPR. A responsabilidade pelas ideias recai apenas sobre os autores.

### **Fontes epigráficas**

Bucheler, Franz. *Carmina Latina Epigraphica*. Vol. 1. Leipzig: B. G. Teubner, 1895.

Bucheler, Franz e Alexander Riese. *Anthologia Latina Sive Poesis Latinae Supplementum*. Vol. 2. Leipzig: B. G. Teubner, 1897.

### **Referências Bibliográficas**

Abel, Ernest L. e Barbara E. Buckley. *The Handwriting on the Wall: Toward a Sociology and Psychology of Graffiti*. Connecticut: Greenwood Press, 1977.

Alföldy, Géza. “La Cultura Epigráfica de los Romanos: La Diffusion de un Medio de Comunicación y su Papel en la Integración Cultural”. In *Vivir en Tierra Extraña: Emigración e Integración Cultural en el Mundo Antiguo: Actas de la Reunión Ralizada en Zaragoza 2 y 3 de junio 2003*, coordinado por José Remesal Rodríguez, Francisco Marco Simón e Francisco Pina Polo, 137-149. Barcelona: Universitat Barcelona, 2003.

Baird, Jennifer e Claire Taylor. *Ancient Graffiti in Context*, Londres: Routledge, 2012.

Bettini, Maurizio. “As Reescritas do Mito”. In *Os Espaços Literários da Roma Antiga*, coordenado por Guglielmo Cavallo, Andrea Giardina e Paolo Fedeli, 19-40. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

Cavallo, Guglielmo e Roger Chartier. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 2002.

Cèbe, Jean-Pierre. *La Caricature et la Parodie dans le Monde Romain Antique des Origines à Juvénal*. Paris: Éditions E. de Boccard, 1966.

Ernout, Alfred e Antoine Meillet. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*. Paris: Librairie C. Klincksiek, 1951.

Feitosa, Lourdes Conde. *Amor e Sexualidade: O Masculino e o Feminino em Grafites de Pompéia*, Annablume/Fapesp, 2005.

Flores, Guilherme Gontijo. *Elegias de Sexto Propércio*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Funari, Pedro Paulo Abreu. *A Vida Popular na Antiguidade Clássica*, São Paulo: Contexto, 1989.

Funari, Pedro Paulo Abreu. “Falos e Representações Sexuais: Representações Romanas para além da ‘Natureza’”. In Amor, Desejo e Poder na Antigüidade: Relações de Gênero e Representações do Feminino, editado por Glaydson José da Silva, Lourdes Conde Feitosa e Pedro Paulo Abreu Funari, 301-324. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

Gangloff, Anne. “Les Poètes dans les Inscriptions Grecques de Rome: Esquisse d’une Approche Socioculturelle”. Cahiers du centre Gustave Glotz (2007): 349-374.

Garraffoni, Renata Senna. “Escritos e Inscrições: Uma Reflexão sobre a Pluralidade no início do Principado”. In As Múltiplas Faces do Discurso em Roma, organizado por Gilvan Ventura da Silva e Leni R. Leite, 120-134. Vitória: Editora da UFES, 2013.

Garraffoni, Renata Senna. “Felicitas Romana: Felicidade Antiga, Percepções Modernas”. História Questões e Debates 46 (2007): 13-29.

Garraffoni, Renata Senna e Ray Laurence. “Writing in Public Space from Child to Adult: The Meaning of Graffiti”. In Written Space in the Latin West 200BC to AD300, editado por Gareth Sears, Peter Keegan e Ray Laurence, 123-134. Londres: Bloomsbury, 2013.

Horsfall, Nicholas. The Culture of Roman Plebs. Londres: Duckworth, 2003.

Laurens, Pierre. L’abeille dans l’ambre. Célébration de L’épigramme de

L'époque Alexandrine à la Fin de la Renaissance. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

López Barja, Pedro. Epigrafia Latina. Santiago: Tórculo Artes gráficas, 1987.

Macmullen, Ramsay. "The Epigraphic Habit in the Roman Empire". Jaap (1982): 103.

Meyer, Elizabeth A. "Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs". JRS 80 (1990): 74-96.

Schmidt, Manfred G. "Carmina Latina Epigraphica". In The Oxford Handbook of Roman Inscriptions, editado por Christer Bruun e Jonathan Edmondson, 764-784. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

Tanzer, Helen Henrietta. The Common People of Pompeii Study of the Graffiti, Baltimore: Johns Hopkins Press, 1939.

Vallat, Daniel. "Épigramme et Variatio: Priape et le Cycle des Dieux (Pr. 9, 20, 36, 39, 75)". In "Les Vers du plus nul des Poètes...": Nouvelles Recherches sur les Priapées, sob a direção de Frédérique Biville, Emmanuel Plantade e Daniel Vallat, 69-82. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée, 2008.

Wolf, Étienne. Martial ou L'apogée de L'épigramme. Rennes: Presse Universitaire de Rennes, 2008.

# **O Estatuto Municipal de Sagunto e a Inserção de seus Municipes na Dinâmica Romana:**

## **Um Estudo de Caso sobre os Séculos I a.C. – I d.C.**

*Carlos Eduardo da Costa Campos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

Pelos mais diversos motivos políticos e culturais inerentes a sua duração e extensão, o Império Romano se apresenta como um tema instigante.

Historiadores, arqueólogos, politólogos e cientistas sociais discutem até os dias atuais sobre as formas que esse Império encontrou para se manter tanto tempo controlando as áreas mediterrâneas. Norberto L. Guarinello<sup>10Z</sup> ressalta que o Império Romano pode ser visto como o produto de um processo expansionista político-militar que ocorreu gradualmente. O primeiro foco da expansão foi a própria Península Itálica e, depois, a ação se direcionou para as sociedades que margeavam o Mediterrâneo Antigo. A anexação dos novos territórios produziu na composição do Império Romano uma diversidade social, política e cultural em seu interior. Logo, a estrutura social do espaço imperial foi marcada por uma heterogeneidade de grupos. Em relação a essa unidade em meio a diversidade, apontamos a administração romana como uma chave essencial para tal controle territorial.

Uma das antigas cidades provinciais que podemos evidenciar com fortes marcas da administração e da presença romana foi Sagunto. Esse território fez parte das regiões da Hispania Citerior e, posteriormente, Hispania Tarraconense (atualmente integra Valência, na Espanha). Todavia, notamos que há certa escassez de análises sobre o tema de sua reconstrução pelos romanos, havendo um maior foco historiográfico para a destruição da cidade, por Cartago, no período da Segunda Guerra Púnica (218 a.C.- 202 a.C.). O nosso objetivo principal é levantar novas possibilidades de leituras sobre a dinâmica política de Sagunto no período referente aos séculos I a.C. – I d.C., para assim identificarmos os possíveis resultados das reformas administrativas de Otávio



Augusto em consonância com a magistratura local.

Há um consenso historiográfico de que o governo de Otávio Augusto produziu modificações vitais nos estatutos jurídicos dos territórios adquiridos por Roma, durante o processo de expansão iniciado no século III a.C.<sup>103</sup> A assertiva dos autores se fundamenta no papel de Augusto como um elemento conciliador após as guerras civis romanas do século I a.C., firmando a proeminência da Domus Augusta.

É notório que a concentração da autoridade político-social na pessoa de um só homem – Augusto – assegurava a coesão de um vasto corpo imperial, cujos membros estavam em permanente conflito social<sup>104</sup>. Pontuamos que havia o interesse do princeps Augusto no estabelecimento de uma proximidade entre as formas de organização social romana e o modelo das cidades que eram implementadas ou reconstruídas nas áreas submetidas pelo Império Romano. A assertiva pode ser endossada ao recorrermos a Nicolau de Damasco, no livro Vida de Augusto, no qual menciona que o princeps, para se estabelecer no poder, valeu-se de uma ampla reforma administrativa que beneficiou suas ações políticas e econômicas (FGrH 90 F. 126.2).

Com pressuposto aproximado, Jonathan Edmondson frisa que a ação de Augusto tinha, por finalidade, a normatização do mosaico de cidades romanas, as quais, em alguns casos, possuíam receitas próprias, incluindo impostos locais e terras arrendadas. A sistematização dos estatutos jurídicos das cidades se configura como elemento central para o governo romano de várias maneiras. Com a reformulação das categorias das cidades conquistadas, por um lado, foi possível regular os pontos estratégicos para a cobrança de impostos e para concessão da cidadania; por outro, foi possível regular o acesso à magistratura para a administração e para a aplicação das leis<sup>105</sup>. Logo, o princeps Augusto implantou um novo sistema administrativo alicerçado em um funcionalismo hierárquico, que dependia de enumerações, classificações, reformas fiscais, integração dos espaços e preocupação com decisões eficientes para, em seu conjunto, estabelecer o novo espírito do governo, dedicado à manutenção da ordem em

Roma e em suas províncias. Assim, as medidas de Augusto estavam voltadas para controlar, equilibrar e repartir os poderes locais, além de distribuir os benefícios por meio das ligações entre as regiões submetidas ao poder central<sup>106</sup>.

Uma das principais ações augustanas foi o empenho à criação de municípios, ao longo das áreas submetidas, como um mecanismo de integração sócio-política e também de exploração econômica. No que tange ao estatuto de município, qualquer cidade que o recebesse deveria remodelar seu centro urbano, com a finalidade de que ficar de acordo com a realidade romana, em aspectos políticos, sociais e religiosos. Logo, a presença de fóruns, de templos, de termas e de cargos da magistratura eram elementos vitais para obtenção e manutenção do estatuto jurídico de município romano<sup>107</sup>. Assim, um município é uma comunidade que foi constituída e organizada de uma forma determinada, não sendo somente um agrupamento de famílias que foram enviadas por uma metrópole. Seus cidadãos são os *municipes*<sup>108</sup>, cuja terminologia se refere à natureza política, social e econômica da comunidade. Para Gerardo Pereira-Menaut, um *municipium* tem suas atividades em torno dos seus cidadãos e deve se concentrar nos recursos dos próprios para o pleno funcionamento da comunidade<sup>109</sup>.

Com base nessa perspectiva de transformação sociojurídica, verificamos que Sagunto<sup>110</sup> foi uma cidade que passou à condição de *municipium civium romanorum*, no final do século I a.C. A argumentação se fundamenta nos vestígios históricos presentes no campo epigráfico, os quais colocam os cidadãos dessa cidade na condição de *municipes* romanos, no período entre os anos 8 e 3 a.C. Ao cotejarmos essa informação com a documentação escrita por Plínio, o Velho (Hist. Nat. 3, 3, 20), notamos que o autor faz alusão a Sagunto como um *municipium civium romanorum*<sup>111</sup>, no século I d.C.. Provavelmente, as modificações na arquitetura das cidades foram essenciais para a sua adequação à condição de município romano. Entretanto, uma inscrição honorífica que foi catalogada por Josep Corell, na região de Valência – Espanha, evidencia a condição de município para Sagunto já em finais do século I a.C. Na inscrição também vemos que os cidadãos saguntinos oferecem a Augusto esta inscrição como homenagem (Fig.1):

■

Inscrição:

Augusto pontifici•max(imo) •imp(eratori) XIII•co(n)s(uli) •XII•trib(unicia) Pot

■

## FIGURA 1- TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA INSERIDA NO FÓRUM DE SAGUNTO NO SÉCULO I A. C. <sup>11Z</sup>

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori)*, Vol.1-A, 78-9, nº 19.

A passagem de Sagunto da condição anterior, isto é, a de *ciuita foederata* para a de *municipium* expressa o nível de integração da região no circuito político-econômico de Roma. Além disso, sua posição geográfica privilegiada pode ser vista como um fator de atração para a ampliação dos interesses romanos no local. Apontamos que os cidadãos de cada município eram inscritos nas listas do censo e incluídos em uma das 35 tribus romanas. As colônias e municípios da Hispania, no período entre os séculos I a.C. e II d.C., tinham a sua população cidadã inscrita em duas tribos – as mais comuns foram a Galéria e a Sergia<sup>113</sup>. Segundo o autor, a tribo Galéria, durante a República Tardia e o Principado, além dos primórdios do Alto Império, pode ser vista como um polo catalisador dos registros de concessão da cidadania na Antiga Ibéria<sup>114</sup>.

A partir do exposto, conjecturamos que os cidadãos de Sagunto possuíam privilégios políticos e sociais, pelo fato de sua cidade dispor da condição de *municipium civium romanorum*, o que era comprovado por meio da inscrição de seus municipes na tribo Galéria, pelos censores romanos. Os detentores da cidadania saguntina dispunham da legalidade para contrair laços matrimoniais (*ius conubiis*) e para negociar com os romanos sob a garantia de poder solicitar aos magistrados a proteção de seus atos contratuais (*ius commercii*). Podemos acrescentar o fato de os saguntinos terem a chance de migrar para Roma (*ius migrandi*), além de poder votar em comícios eleitorais (*ius suffragii*)<sup>115</sup>. Logo, tais cidadãos possuíam a mesma condição jurídica que os *ciues romani*; mas, por pertencerem a uma localização diferenciada, eram encarregados de pagar as cargas coletivas, ou seja, os *munera*. A partir do Alto Império, os *munera* passaram a ser cobrados de forma mais intensa no contexto provincial, simbolizando os serviços prestados para o bom funcionamento da comunidade. Os *munera* envolvem uma ampla perspectiva de prestações coletivas e benefícios para a localidade, chegando às funções cívicas que dispõem de reconhecimento e

que são reservadas aos notáveis da região, honores.

O historiador Jonathan Edmondson destaca a participação dos cidadãos nos municípios e colônias romanas<sup>116</sup>. Segundo ele, os impostos devidos a Roma por cada província – principalmente no Ocidente – eram coletados pelas elites locais de tais cidades, as quais se transformavam em elementos centrais no processo de administração e transferência dos recursos para os oficiais romanos responsáveis pelas finanças da província, por exemplo, os questores.

Ocasionalmente, após a perda de colheitas ou outros problemas econômico-sociais, os cidadãos que atuavam como dirigentes locais poderiam assumir uma grande parcela da carga tributária de sua cidade, como uma forma de compensação para com Roma. Julio Mangas<sup>117</sup> ressalta que as condições econômicas dos governantes das comunidades submetidas eram atributos importantes para ascender à magistratura, pois, em casos de crise administrativa, eles próprios deveriam contribuir economicamente com o governo romano. Tais medidas demonstravam o prestígio, assim como as responsabilidades dos administradores oriundos das oligarquias locais, que obtinham a cidadania e o acesso à magistratura de seu território.

A partir das considerações postuladas por Estíbaliz Ortiz de Urbina Alava, por Jonathan Edmondson e por Júlio Mangas sobre a atuação dos dirigentes locais nos municípios romanos, três questionamentos emergiram: 1. Quem eram os dirigentes locais saguntinos? 2. A quais famílias (gens) eles pertenciam? 3. Quais papéis exerceram na magistratura e no sacerdócio local como forma de integração com a política romana?

A partir de uma consulta a catalogação estabelecida pelo epigrafista Josep Corell, percebemos no municipium saguntino um total de 542 inscrições epigráficas, as quais detêm as seguintes categorias: fúnebres, honoríficas, defixiones, domésticas, de caráter descontínuo e votivas<sup>118</sup>. Frente à ampla extensão documental, restringimo-nos apenas às inscrições honoríficas em nossa

análise. A justificativa para essa seleção é que, segundo Olli Salomies, as inscrições honoríficas em Roma e nas províncias imperiais representavam a ratificação do status dos altos dirigentes romanos. Então, por meio dela, podemos identificar as trajetórias políticas de um sujeito – ou até mesmo de sua família –, as atribuições religiosas, os status militares e os altos postos de comando, além dos ocupantes de cada posição do *cursus honorum*<sup>119</sup>.

Mediante um estudo sistemático sobre a obra *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*<sup>1Z0</sup>, foi possível elencarmos 58 inscrições honoríficas saguntinas, dentre elas, apenas dezenove são dedicadas a magistrados municipais e a seus familiares. Contudo, como o nosso recorte se centra nas que foram produzidas ao longo do século I d.C., detivemo-nos sobre 8 inscrições<sup>1Z1</sup>, as quais apresentam funções de magistrado e sacerdotes, ocupadas pelos dirigentes saguntinos. Nossa seleção se baseia na perspectiva de que a magistratura e o sacerdócio são pontos-chave na sociedade romana, quer na *Vrbs*, quer na província, pois são responsáveis pelas sustentações ideológicas<sup>1ZZ</sup>, as quais possibilitam o ordenamento e integração social. Desse modo, magistratura e sacerdócio romano eram agentes importantes na área provincial e constituem o que Edward Said<sup>1Z3</sup> denomina de entidade cultural, definida como um elemento que demarca os hábitos culturais, os quais atuam no processo de formulação de identidades. As análises que vamos apresentar consideram não só a localização das inscrições em Sagunto, como também as gentes – famílias – que se encontram descritas nas mesmas. Sendo assim, pretendemos evidenciar os grupos proeminentes que formavam a estrutura da magistratura e das funções religiosas no local.

As oito inscrições honoríficas oriundas do século I d.C. foram encontradas em regiões próximas ao centro urbano saguntino, incluindo o fórum, o entorno da Antiga Torre de Hércules, também situada nas proximidades do núcleo urbano de Sagunto, e as cercanias do templo de Diana. Os topoi nos desvelam a importância dos homenageados, pois, de acordo com a historiadora Mireille Corbier, em Roma ou nas províncias, as inscrições se encontravam situadas em diversos pontos, mas foi nos espaços públicos que encontramos um maior número de registros<sup>1Z4</sup>. As inscrições honoríficas representam uma tentativa de manter, na memória saguntina, os feitos dos políticos. Assim, percebemos que a

escrita possibilitava a produção e a reprodução de sentidos ao ser efetuada em determinados tipos de suportes, como no caso das inscrições epigráficas. A inscrição não pode ser vista como “pura”, pois se encontra envolta em diversos jogos de interesse em sua confecção e na sua decodificação pelo receptor. O literato Edward Said evidencia que um discurso está atrelado a diversos interesses pessoais, os quais extrapolam uma simples finalidade de comunicação<sup>1Z5</sup>. Logo, as inscrições ficavam inseridas em templos, fóruns, praças e edifícios públicos, nessas áreas de grande circulação de pessoas, como uma forma de dar acesso e visibilidade ao poder político das gentes locais.

Outro fator a ser pensado é que a dedicação das inscrições nas áreas públicas de Sagunto não era um elemento feito sem o aval da magistratura local. De acordo com Mirelle Corbier<sup>1Z6</sup>, as inscrições eram solicitadas aos dirigentes locais, como também poderiam ser concedidas pelo próprio Senado, em Roma. No caso de Sagunto, foi possível detectar respectivamente, nas inscrições epigráficas<sup>1Z7</sup> (nº 57, 63, 64 e 65), que as dedicações foram publicizadas por decreto dos decuriões (sigla D.D.), o que legitima a inscrição oficialmente<sup>1Z8</sup>. Os referidos decuriões formavam uma instituição que simbolizava, nas áreas provinciais, o seu Senado local, que pode ser denominado também por ordem dos decuriões<sup>1Z9</sup> (ordo decurionum), responsável por conceder a permissão para a utilização do espaço público para homenagear um sujeito, por exemplo. Aos decuriões também competia tomar qualquer tipo de decisão que afetasse a comunidade cívica, assim como eram responsáveis por fixar o calendário anual, determinar os gastos e os gestores dos rituais públicos, delimitar o volume e o caráter das obras públicas etc.

Na visão de Júlio Mangas<sup>130</sup>, o número de decuriões variava de acordo com as cidades romanas. A dignidade de um decurião e do corpo de decuriões é algo essencial para a manutenção na credibilidade da referida instituição. Um quesito essencial para que um cidadão se candidatasse a tal ordem era ter passado anteriormente pela magistratura local. Para Jonathan Edmondson<sup>131</sup>, o Senado e a elite local constituíam o elo entre as comunidades e as autoridades provinciais romanas.

A associação ao ordo conferia prestígio e posição política não apenas àqueles que serviam como decuriões, como também às suas famílias. Edmondson<sup>132</sup> frisa que a associação foi, em grande medida, hereditária, como uma forma de as famílias mais ricas preservarem seus direitos e deveres no governo local.

Contudo, havia a possibilidade de novas famílias se integrarem ao grupo, desde que aprovadas pelos antigos decuriões. Sendo assim, verificamos que, uma vez admitido no conselho dos decuriões, um cidadão permanecia no cargo por toda a vida, desde que não fosse removido por um comportamento impróprio, como era previsto nos capítulos 105, 123 e 124 da Lex Vrsonensis<sup>133</sup>. Em suma, a partir do poder e dignidade que a ordem dos decuriões detinha nas comunidades provinciais, verificamos que a aprovação deles para que se fixasse uma inscrição honorífica a um cidadão denotava que este possuía grande prestígio político dentro da sociedade saguntina do século I d.C.

As inscrições honoríficas selecionadas formam um importante aparato para desvelarmos as gentes que desfrutavam da proeminência política ao longo do século I d.C. Entendemos que o termo gens pode designar um clã romano, aplicável também aos itálicos e provinciais. As gentes são uma conceituação ampla que ainda pode ser definida como uma superfamília<sup>134</sup>. Os grupos familiares de homens que integram uma mesma gens possuem como elemento identitário o nomen que indica a sua matriz familiar e, conseqüentemente, sua descendência a partir de um ancestral comum. Em nossos estudos, focaremos nos segmentos considerados, no século I d.C., como aristocráticos, ou seja, o pequeno grupo detentor dos poderes e privilégios locais no município de Sagunto.

Conforme o exposto, valemo-nos de estudos sobre os nomen ou gentilícios<sup>135</sup> para conhecer as gentes que tinham acesso ao poder municipal de Sagunto.

Assim, podemos elencar a presença<sup>136</sup> das gentes Baebia (Baebius), Fábia (Fabius), Licínia (Licinius), Calpúrnia (Calpurnius), Várvia (Varvius) e Vocônia (Voconius). Para Ricardo Gonzalez-Villaescusa<sup>137</sup>, as documentações epigráficas, as monumentais e a numismática denotam que, entre os séculos I a.C. e I d.C., as famílias dos Baebii, Fabii e os Calpurnii, foram as mais influentes de Sagunto, o que endossa a perspectiva evidenciada por nosso corpus epigráfico.



Nas inscrições de Corell com número 55 e 57 (Fig. 3 e 4), podemos detectar as inscrições honoríficas para a gens Baebia. Segundo W. Schulze, a gens Baebia era de origem itálica ou possivelmente etrusca, “paipnas/pepnas” (de Tarquinii), muito difundida não somente na Etrúria como também no Latium (Roma) e na Campânia<sup>138</sup>. De acordo com os filólogos Charo Marco Gascó e Amparo Moreno Valero<sup>139</sup>, a família Baebia era descendente do senador romano Q. Baebius Tamphilus, um aristocrata que esteve envolvido com a embaixada romana enviada para solicitar o fim dos ataques à cidade de Sagunto, onde Aníbal estava promovendo a Segunda Guerra Púnica, como podemos averiguar em Tito Lívio:

Se impôs este critério, que parecia o mais seguro, e por isso se efetuou com maior prontidão o envio dos embaixadores Públio Valério Flaco e Quinto Baébio Tânfilo a Sagunto a ver a Aníbal e depois, caso contrário ele não viesse a desistir da guerra, seria exigido a Cartago a entrega do próprio general como uma sanção pela ruptura do Tratado que foi estabelecido entre Roma e Cartago (História de Roma, XXI, 6).

Segundo Gascó e Valero, há duas possibilidades para a origem de tal gens na Hispania. A primeira hipótese é baseada no estatuto de cidadão romano, que uma determinada família aristocrática de Sagunto possivelmente veio a receber, por intermédio de Quinto Baébio Tânfilo, passando a ter o seu nome associado a ele. A segunda hipótese é de que os Baébios saguntinos descendem do referido senador e, assim, adotaram para si o nomen do aristocrata. A perspectiva das filólogas se aproxima com os estudos de W. Schulze, o qual indica a inserção da gens Baebia em Sagunto, ainda no período Republicano<sup>140</sup>. Para Gasco e Valero, há mais de 70 membros da família Baébio nas inscrições saguntinas e nas cidades vizinhas<sup>141</sup>.

Gascó e Valero<sup>142</sup> frisaram ainda que os primeiros membros da família Baebia que obtiveram proeminência política e social em Sagunto foram os irmãos Cneus Baébios, filhos de Cneu, da tribo Galéria. As pesquisadoras nos indicam que tais magistrados foram os responsáveis pela reformulação do forum de Sagunto e

suas ações são datadas, pelo campo epigráfico, como pertencentes à primeira metade do século I d.C. O epigrafista Josep Corell<sup>143</sup> explica que os vestígios que integram tal menção aos Baébios se encontravam fragmentados na Montanha do Castelo e passaram por um processo de reorganização dos blocos de pedra, para os epigrafistas construírem uma possibilidade de leitura sobre a inscrição.

Na figura de número 2, podemos materializar a presença dos Baébios por meio de uma construção no fórum saguntino:

■

Inscrição: Cn(aeus)•Baebius•Cn(aei)•f(ilius)•G[al(eria tribus)•Ge]mini[u]s•testam

Interpretação: Cneu Baébio Gêmeo, filho de Cneu, da tribo Galéria, de acordo co

■

## FIGURA 2– TEXTO DA INSCRIÇÃO MONUMENTAL ORIUNDA DO FÓRUM DE SAGUNTO

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 171, nº 80 k

Os gastos da família Baebia no processo de reconstrução do fórum municipal de Sagunto não devem ser vistos como uma simples doação. O financiamento de obras arquitetônicas denotava o prestígio político e o poder econômico dos Baebia no município saguntino. De acordo com Charo M. Gascó e Amparo Valero<sup>144</sup>, a gens Baebia dispunha de uma acentuada riqueza com a qual conseguia manter uma ampla clientela e realizar investimentos no município de Sagunto, como o caso do fórum.

O texto oferece uma dupla interpretação<sup>145</sup> da expressão “Gemini Fratrís”: o termo “gemini” pode ser entendido como o genitivo singular de “Geminus”, cognome romano Geminio que já apareceu no início da inscrição, embora para essa interpretação seja necessário entender que o duplo “ii” do genitivo singular foi simplificado, uma vez que seria esperado encontrar a forma “Geminii”. Essa simplificação já pode ser observada no termo “fili”, que aparece duas palavras antes, portanto não sendo uma hipótese absurda. A segunda interpretação possível é entender o termo “gemini” como o genitivo de “geminus, -a, -um”, adjetivo que significa “gêmeo” e denotando a característica dos filhos de Cneu. Nesse caso, adotamos a última visão.

■

Inscrição:

M(arco)•Baebio•M(arci)•f(ilio) Gal(eria tribu)•Crispo aed(ili)•pontif(ici) salio co

■

### FIGURA 3- TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA PRÓXIMA À ANTIGA TORRE ROMANA DE HÉRCULES EM SAGUNTO<sup>146</sup>

FONTE: Corell, Josep, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I-A,130, nº 55.

■

Inscrição:

Cn(aeo) •Baebio•Cn(aei) •f(ilio) Gal(eria tribu) •Gemino pontifici•aed(ili) salio•d

■

#### FIGURA 4 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA QUE FICAVA SITUADA NO FÓRUM DE SAGUNTO<sup>147</sup>

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 133, nº: 57

Charo M. Gascó e Amparo Valero <sup>148</sup>, ao analisarem as inscrições encontradas em Sagunto de outras temporalidades, como o século II e III d.C., pontuaram que a família Baebia possuía uma rede de relações de amizade e parentesco com outras gentes saguntinas influentes. Por exemplo, citamos os Aemilli, os Cornelius e os Fabii. Assim, destacamos para análise outra família proeminente do município de Sagunto que foi a gens Fábia. Verificamos menções a eles nas inscrições de números 63 e 64 (Fig. 5 e 6) ambas inseridas na área do fórum romano<sup>149</sup>. A localização, como já destacamos, evidencia o prestígio político que os Fabii possuíam em Sagunto. Segundo Schulze<sup>150</sup>, a gens Fábia era de origem itálica “papi” ou ainda, coincidentemente, da forma Etrusca “fapi” (de Clusium). Também foi extremamente difundida pela Etrúria e, principalmente, pelo Latium (Roma) e pela Itália Centro-Meridional (Campânia). Em Roma, o poder da gens Fábia era amplo, pois notamos que ela integrou a formação das dezesseis *tribus rusticae* mais antigas da República<sup>151</sup>.

A partir dos escritos de Alicia Maria Canto<sup>152</sup>, percebemos que os Fabii possuíam uma alta influência política em diversas regiões da Hispania, como na Bética – antiga parte integrante da Hispania Ulterior. Assim, não limitavam sua zona de atuação ao território saguntino. Ao recorrermos às obras de Marco T. Cícero, podemos elencar, em *Pro Balbo* 51, que a gens Fábia de Sagunto obteve a cidadania de Pompeu no século I a.C. De acordo com P. Ripollès e J. Velaza, no artigo *Saguntum, colonia Latina*<sup>153</sup>, ainda é possível recuarmos a perspectiva da concessão da cidadania para Quinto Fabio a partir de Quinto Metelo Pío, durante o conflito sertoriano (82-72 a.C.) se nos valermos dos escritos de Cícero na passagem 50, do *Pro Balbo*.

Luis Amela Valverde<sup>154</sup> revela que, possivelmente, o nomen que os Fabii de

Sagunto possuíam era oriundo do seu patrono romano. Tal família assumiu esse nomen anteriormente ao processo de concessão da cidadania em Sagunto, provavelmente como resultado do seu clientelismo com à gens Fábia de Roma. Todavia, notamos, uma escassez de informações historiográficas mais amplas sobre a historicidade dessa gens em Sagunto.

■

Inscrição:

Q(uinto)•Fabio•Cn(aei)•f(ilio) Gal(eria tribu)•Gemino Pontif(ici)•salio d(ecreto)•

■

## FIGURA 5 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA SITUADA PRÓXIMA AO FÓRUM DE SAGUNTO<sup>155</sup>

FONTE: Corell, Josep, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I-A,142-43, nº:63.

■

Inscrição:

Fabio•Q(uinto) •f(ilio) [Gal(eria tribu)] •Nigro [II]uir(o) •pontif(ici) ex•d(decreto

■

## FIGURA 6 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA SITUADA PRÓXIMA AO FÓRUM DE SAGUNTO<sup>156</sup>

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 144, nº:64.

A terceira gens que podemos destacar, contida na inscrição<sup>157</sup> de número nº 65 (Fig. 7) é referente aos Licinii. A família Licinia (Licinius) foi descrita por W. Schulze<sup>158</sup>, possivelmente, como pertencente ao grupo de gentílios formados pelo sufixo “-inius” da língua latina, embora a raiz “Lyk-“ (Grego Lýke = luz ou Lýkos = lobo, loba) possa nos conduzir a um substrato comum do Indo-Europeu. Outros preferem associar tal gentílico ao etrusco “lecne” (etnia não Indo-Europeia), embora não haja dúvidas de que, de qualquer modo, provenha da Península Itálica.

Os arqueólogos Piero Berni, César C. Monfort e Oriol Olesti<sup>159</sup> indicam que a gens Licinia obteve uma forte atuação no nordeste peninsular da Hispania, o que se evidencia pelos achados arqueológicos. Os pesquisadores pontuam a presença de pelo menos 305 testemunhos documentais oriundos da antiga região da Hispania Tarraconense. Por meio de inscrições presentes no IRC (*Inscriptiones Romaines de Catalogne*) e no CIL (*Corpus Inscriptionum Latinarum*), verificamos que Berni, Monfort e Olesti ressaltam a participação da família Licinia nas Hispanias desde o século I a.C.<sup>160</sup> Em Sagunto, podemos apontar a localização de sua inscrição nas proximidades do fórum municipal, demonstrando assim uma representatividade nas funções políticas do município, ao longo do século I d.C. Contudo, frisamos que há uma acentuada escassez de material historiográfico sobre as atividades da gens Licinia na região em questão.

■

Inscrição:

C(aio) •Licinio Q(uinti) •f(ílio) •G(aleria tribu) Campano aedili • IIViro II flamini



■

## FIGURA 7 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA SITUADA PRÓXIMA AO FÓRUM DE SAGUNTO<sup>161</sup>

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 145-6, nº:65.

No que tange à gens Várvia (Varvius), notamos sua atuação por meio da inscrição epigráfica de número 67 (Fig. 8)<sup>162</sup>. Os Varvii seguramente são de origem itálica, mais precisamente originária dos oscos “Vaarviis”, difundidos pela Itália Centro-Meridional, na visão de W. Schulze<sup>163</sup>. Consequentemente, Schulze enfatiza que eles foram levados a Sagunto por imigrantes da Península Itálica, no processo de migração que se desencadeou ao longo dos séculos II e I a.C. Até o momento, detectamos que há uma limitada reflexão historiográfica sobre a gens Várvia na região de Sagunto. Todavia, ressaltamos que a homenagem ao seu integrante ficava no interior do fórum saguntino, o que demarca o prestígio do sujeito como político, no século I d.C.

■

| Inscrição:                                                                                   | Interpretação |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| [ - ] Var [vio-f(ilio)] [G]al(eria tribu) •Sp [---] [a]ed(ili) •I[Iviro ?---?] A... Varvio ( |               |

■

## FIGURA 8 – TEXTO DA INSCRIÇÃO NO FÓRUM DE SAGUNTO<sup>164</sup> (FINAIS DO SÉCULO I D.C. E O COMEÇO DO SÉCULO II D.C.).

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 147, nº:67.

Na inscrição honorífica<sup>165</sup> de número 69 (Fig. 9), notamos uma homenagem a um membro da gens Vocônia (Voconius). Para Schulze<sup>166</sup>, a gens é certamente de origem etrusca (“vecu”, em Clusium), assim como todos os nomes iniciados em “Vol-, Vel-” etc. Não obstante, além da região da Etrúria, o gentílico se difundiu por todas as regiões da Península Itálica, com o emprego do sufixo latino “-ius”. Sua inscrição ficava situada fora do núcleo urbano de Sagunto, mas nas proximidades do templo da deusa Diana, o que nos possibilita pensar em sua relação com a esfera religiosa local e um grau considerável de importância dentro do contexto político de época. Outra menção a essa gens oriunda do século II d.C. pode ser detectada nas correspondências de Plínio, o Jovem. Em seus escritos, o autor clássico tenta persuadir Vocônio Romano, que era um proprietário de vinícolas em Sagunto, a migrar seus negócios para a Península Itálica (Epístolas, IX e VII).

■

Inscrição:

C(aio) •Voconio•C(ai) •f(ilio) Gal(eria tribu) •Placido•aed(ili) IIvir(o) • II•flam(in

■

## FIGURA 9 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA EM BLOCO PRÓXIMA DO TEMPLO DE DIANA<sup>167</sup> (SÉCULO I D.C.).

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I-A, 149-50, nº:69.

A última inscrição epigráfica<sup>168</sup> de número 60 (Fig. 10) nos possibilita vislumbrarmos a presença do nomen Calpúrnia. Ao evocarmos os escritos de W. Schulze<sup>169</sup>, verificamos que tal família seria de matriz itálica ou proveniente do etrusco “calpurn-”, devido ao sufixo “-urn-”. Contudo, o autor frisa que não podemos negar a existência de uma correspondência com o grego “Kálpos”, o qual se assemelha ao cognomen latino “Calpus”. Tomando Schulze como base, elucidamos que no século I a.C. os Calpúrnios que migraram para as Hispanias eram de origem itálica, o que se evidencia também pelo uso do sufixo latino “-ius”.

De acordo com Juana Rodríguez Cortés, na Hispania Tarraconense e na região da Bética, diversos são os testemunhos sobre as redes de influências dos Calpurnii. Na ciuitas de Hispalis, eles monopolizavam a vida política e econômica do local. Cortés revela que a preponderância da família Calpúrnia estava nos seus laços com os senadores e imperadores de Roma<sup>170</sup>. A autora prossegue elucubrando que, devido às suas configurações de poder, os Calpurnii ocuparam os cargos políticos e religiosos de maior proeminência, tanto em Roma quanto nas ciuitates hispânicas sobre as quais tinham influência. A proeminência dos Calpurnii se difundiu entre as Hispanias devido à sua forte atuação na área comercial, assim como também ocorreu da Hispania para com Roma. As argumentações da autora são endossadas pela proximidade com o núcleo urbano de Sagunto na qual a inscrição foi fixada, além de sua proximidade com a Torre de Hércules, local de trânsito constante de pessoas no antigo município saguntino.

■

Inscrição:

M(arco) •Calpvurnio•M(arci) •f(ilio) Gal(eria tribu) •Luperco Aed(ili) •II•vir(o)•

■

FIGURA 10 – TEXTO DA INSCRIÇÃO HONORÍFICA NA PARTE ORIENTAL DA MONTANHA DO CASTELO PRÓXIMO À ANTIGA TORRE DE HÉRCULES<sup>171</sup> (SÉC. I D.C.)

FONTE: Corell, Josep, *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Vol. I - A, 138, nº:60.

Ao tecermos análises sobre as principais gentes contidas nas inscrições epigráficas honoríficas no século I d.C. apresentadas acima, foi possível encontrarmos amplos indícios sobre as suas funções políticas na sociedade. O mapeamento dessas gentes e da magistratura local nas inscrições epigráficas possibilita-nos verificar o grau de inserção do povo saguntino no modelo romano administrativo. Afinal, a política em Roma e nas áreas provinciais pode ser evidenciada de forma palpável pelo próprio acesso a magistratura. A carreira de magistrado também pode ser vista como um estatuto que confere áreas de influência, poder e dignidade aos seus ocupantes<sup>172</sup>. Tais atribuições são fundamentais para aquisição dos privilégios em uma sociedade timocrática e hierarquizada como a romana. Logo, o sistema político-administrativo romano estava altamente vinculado ao seu corpo de magistrados<sup>173</sup>, pois eles eram uns dos principais responsáveis pela condução das finanças, da ordem social, da ordem econômica e política da Vrbs. Seus primórdios remetem aos primeiros anos da República e, para ocuparem os cargos, os magistrados eram eleitos de forma anual. Porém, com o passar dos tempos, a durabilidade do mandato foi se adequando às novas especificidades políticas<sup>174</sup>.

Verificamos que, posteriormente, a magistratura foi inserida nas províncias mediterrâneas para a organização e manutenção do controle romano. A perspectiva que levantamos pode ser ratificada por Claude Nicolet, ao mencionar que a esfera política é o elemento que possibilita modelar e organizar a vida social<sup>175</sup>. A eleição dos magistrados se dava a partir de votações realizadas por aqueles que detinham a cidadania romana com direito ao voto. Entretanto, outro quesito essencial que o candidato deveria possuir para pleitear a magistratura era uma renda que o possibilitasse se manter no cargo e contribuir com determinadas ações que a sua função lhe impunha<sup>176</sup>.

Mediante nossas leituras, verificamos a importância da cidadania completa para o acesso à magistratura na área provincial, como também para atuar nos comícios eleitorais com *ius suffragii*. Logo, o acesso à magistratura e o voto são importantes aparatos para a integração política das áreas submetidas com a esfera de poder romano. Assim, podemos indicar que, ao conceder o direito latino, articulavam-se redes de alianças para a preservação do poder de Roma e dos governantes locais no território. No caso das gentes Baebia, Fábia, Licínia, Calpúrnia, Várvia e Vocônia, foi possível averiguar que seus membros presentes nas inscrições honoríficas eram cidadãos com acesso à magistratura local ordinária permanente<sup>177</sup> no município de Sagunto, no século I d.C..

Julio Mangas<sup>178</sup> pontua que, em semelhança ao colegiado das magistraturas romanas, as cidades privilegiadas que se encontravam consolidadas poderiam dispor, em seu corpo de magistrados, de dois duúnviro (*II uiri*), às vezes de dois questores (*quaestores*) e dois edis (*aediles*). Para ampliar os posicionamentos de Julio Mangas, recorremos a Perez Zurita, que revela que, no interior da magistratura local, haveria níveis distintos no tocante às funções ocupadas, e revela que os *aedilis* (sing.: *aedil*) ocupavam o grau mais baixo do *cursus honorum* municipal, se comparados à maior *ordo*, que era a dos *duumviro*s<sup>179</sup>. A idade mínima para ocupar as referidas magistraturas permanece como um tema de amplo debate. Entretanto, Antonio Perez Zurita<sup>180</sup> demarca que, após o principado de Otávio Augusto, nenhuma função provincial poderia ser executada por menos de 25 anos, tomando por base a *Lex Malacitana* LIV, promulgada por Augusto.

Ao coligirmos as informações dos escritos de Mangas e Zurita com nosso corpus epigráfico, verificamos que tal abordagem é aplicável a Sagunto, pois, das oito inscrições epigráficas analisadas, há menções somente aos cargos de edil, de questor e de duúnviro. Pelo estudo das inscrições, foi possível notar que os edis são a magistratura de maior recorrência no corpus documental. Segundo Pérez Zurita<sup>181</sup>, o termo edil deriva do latim *aedil*, que demonstra uma estreita relação com o sagrado. Nessa perspectiva, *aedil* se vincula a *aedes*, que eram guardiões dos templos de Ceres, Líber e Libera em Roma. Além do apontado, o autor

prossegue argumentando que uma das competências dos edis, durante a República e o Alto Império de Roma, era a organização das cerimônias religiosas previstas no calendário romano<sup>18Z</sup>.

Perez Zurita<sup>183</sup> indica que as funções dos edis eram chaves para o ordenamento da sociedade, pois eles deveriam fiscalizar e ordenar as construções públicas e fiscalizar os trabalhadores utilizados na empreitada, além de fiscalizar os templos, o teatro, os aquedutos, as obras privadas, as provisões, entre outros. As gentes saguntinas que passaram por tal magistratura foram as dos Baébios, dos Licínios, dos Várvios, dos Vocônios e dos Calpúrnios. Todavia, ao cotejarmos as informações sobre os Fábios nas outras inscrições catalogadas por Josep Corell<sup>184</sup>, verificamos que estes não integraram a edilidade saguntina ao longo da primeira metade do século I d.C..

Outra magistratura detectada nas inscrições honoríficas (vide Fig. 9) foi a questura. Julio Mangas indica que este cargo se encontrava como intermediário entre a edilidade e a função de duúnviro. Mangas<sup>185</sup> sinaliza que o cargo de questor não tinha sido frequente no âmbito da magistratura provincial, tanto no período republicano quanto no do Alto Império. O autor argumenta que caberia, aos questores, as operações com fundos públicos dos municípios, mediante designações dos duúnviros. Peter Jones complementa as informações ao frisar que os questores eram magistrados que, normalmente, não detinham o poder de imperium. Além disso, sua função também se encontrava associada, em algumas regiões, à transcrição e à manutenção de documentos importantes para a ciuitas<sup>186</sup>.

Destacamos que a gens Vocônia foi uma das únicas<sup>187</sup> integrantes do centro cívico de Sagunto percebida, até o momento, como executora da magistratura de questor no século I d.C.. Há duas possibilidades que emergem sobre a falta de menções referentes à questura. A primeira é a de que existe uma escassez de informações documentais sobre a magistratura que se perderam ou não foram grafadas – o que não impede que outras famílias tenham exercido o cargo. Outra perspectiva seria a de que essa atividade administrativa, por não ser comum nas

comunidades provincianas, acabou sendo exercida por poucos segmentos políticos locais.

A última magistratura saguntina que podemos elencar da documentação epigráfica<sup>188</sup> é referente ao cargo de duúnviro. Julio Mangas parte do pressuposto de que os duúnviros e os prefeitos eram as autoridades mais proeminentes no campo judicial das cidades provinciais, como pode ser visto nas passagens da Lex Vrsonensis, capítulo 94. Contudo, os estudos epigráficos de Mangas<sup>189</sup> pontuam que, a partir do governo de Augusto, houve uma tendência, nas áreas provinciais, a se eliminar o cargo de duúnviro. Em muitos casos, ele foi substituído pela função dos prefeitos (praefecti). No entanto, as inscrições honoríficas saguntinas denotam um fluxo inverso na localidade, devido a um amplo emprego da magistratura duunviral no município, ao longo do século I d.C. Possivelmente, a magistratura apresentava uma maior dignidade para aqueles que eram seus detentores ou ex-duúnviros, na sociedade local.

Os duúnviros eram eleitos nas assembleias locais por quem possuía a cidadania, ou seja, pela aristocracia local, e somente poderiam desempenhar a função suprema do cursus honorum municipal se antes tivessem assumido as magistraturas de questor e/ou edil. Além disso, os duúnviros estavam submetidos às normas gerais da anuidade, mas podendo ser reeleitos para outros anos de mandato. O maior poder dos duúnviros residia no fato de serem eles os encarregados de presidir a jurisdição. Por isso, eram os máximos responsáveis pelo bom funcionamento da administração da justiça no âmbito da cidade. Logo, cabia aos duúnviros a execução das leis e a organização do território, pois a tomada de novas decisões ficava sob a égide dos decuriões, ou seja, o Senado local<sup>190</sup>. Além do exposto, os duúnviros dispunham de assentos reservados para a contemplação dos espetáculos Lex Vrsonensis, cap.125-126.

Os duúnviros e seus familiares eram proibidos de receber doação ou comissão por ações públicas que tivessem prestado à sociedade. A sanção se dava para evitar o benefício, de forma direta ou indireta, a alguém ou a um grupo, como vemos na Lex Vrsonensis, cap.93. Em outro capítulo (no 70) da Lex Vrsonensis,



podemos ver a contribuição obrigatória dos duúnviros ao ascenderem ao desempenho de sua magistratura:

Os duúnviros, à exceção dos primeiros nomeados depois desta lei, estão obrigados a cumprir com a carga e os jogos cênicos de quatro dias de duração em honra de Júpiter, Juno e Minerva e dos deuses e deusas durante a maior parte possível do dia conforme opinião dos decuriões. Para esses jogos e essa contribuição honorífica, cada um deles gastará do seu próprio recurso 2.000 sestércios e por cada duúnviro, será lícito gastar outros 2.000 sestércios dos cofres públicos; este último está permitido fazê-lo enquanto ninguém o tome ou faça essa parte, exceto para o destinado pela lei a esses rituais, que celebram na colônia ou em outro lugar da colônia de modo publico.

Após análises do capítulo anterior da Lex Vrsonensis, pontuamos que ela deixa claro que somente os membros das oligarquias locais estavam em condições econômicas para ascenderem à magistratura. Como atribuição e honraria dos duúnviros, tais membros deveriam presidir e zelar pelos rituais públicos. Marco Tulio Cícero, no século I a.C., já havia escrito sobre a necessidade de os magistrados observarem os rituais, para que a pax deorum fosse preservada em Roma. Para o pensador clássico, o esplendor romano se deve aos seus governantes cumprirem com as suas obrigações religiosas, para com os seus deuses (Sobre a Natureza dos Deuses, II, 8). Cícero tece críticas aos governantes que estavam praticando atos de impiedade com o povo romano. O referido orador romano frisa o abandono às consultas aos auspícios – por exemplo –, nas tomadas de decisões, o que poderia gerar problemas para a sociedade, tendo em vista que, no passado, a preservação da tradição e dos cultos teria garantido o desenvolvimento de Roma (Sobre a Natureza dos Deuses, II,9).

Coligindo a documentação textual escrita com a abordagem de George J. Szemler, M. Beard, J. North e S. Price, percebemos que, em Roma e nas áreas provinciais, a magistratura e a esfera das práticas religiosas se encontravam conectadas, haja vista que, na Antiguidade, a religião e o poder político estavam estritamente associados<sup>191</sup>. Assim, cabia ao magistrado fiscalizar, junto aos

sacerdotes, a manutenção da boa relação entre a sociedade e os deuses, como era o caso dos duúnviros nas Hispanias.

Outras obrigações direcionadas ao duúnviro, assim como aos sacerdotes locais, era dispor de um domicílio dentro da cidade ou, no máximo, a uma milha de distância, como evidenciado na *Lex Vrsonensis*, cap.92. Alguns duúnviros foram honrados com estátuas inseridas em lugares públicos e outros receberam as honras no momento de sua morte, passando assim a engrossar a fila dos benfeitores homenageados<sup>19Z</sup>. As gentes que tiveram seus membros honrados por meio das inscrições honoríficas em Sagunto foram as famílias<sup>193</sup> dos Fábios, Licínios, Várvios, Calpúrnios e Vocônios. Notamos que Caio Vocônio Plácido e Caio Licínio Campano, que são, respectivamente, membros das gentes Vocônia e Licínia, passaram pela magistratura duunviral por duas vezes, como vemos nas inscrições honoríficas de número cinco e sete, que catalogamos. Considerando suas reeleições em um cargo de grande destaque, podemos conjecturar que os dois eram figuras proeminentes no cenário político saguntino.

Em nossas análises, foi possível perceber certas diferenças entre o *cursus honorum* da *Vrbs*<sup>194</sup> e o das áreas municipais. Além disso, foi perceptível, pelas inscrições, que, no interior da comunidade saguntina, uma minoria da população recebeu o direito à cidadania romana – que contava como um privilégio obtido a título individual ou familiar. A magistratura para essas populações provinciais simbolizava um estatuto jurídico privilegiado, que hierarquizava o corpo social. Sendo assim, verificamos que as principais gentes locais vieram a ter acesso ao cargo de maior dignidade da magistratura municipal romana, o de duúnviro, denotando um equilíbrio nas configurações de poder em Sagunto, no século I d.C. Em consequência do cargo duunviral, seus ocupantes e ex-detentores possivelmente foram alvos de homenagens no espaço público do núcleo urbano, como registrado pelas próprias inscrições honoríficas.

## **Referências Bibliográficas**

Álava, Estíbaliz Ortiz de Urbina. Las Comunidades Hispanas y el Derecho Latino. Vitoria: Servicio editorial de la Universidad del País Vasco, 2000.

Alföldy, Géza. Römische Städtewesen auf der neukastilischen Hochebene. Ein Testfall für die Romanisierung. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 1987.

Alföldy, Géza. Los Baebii de Saguntum. Valencia: Servicio de Investigación Prehistorica do Museu de Prehistoria, 1977.

Beard, M., J. A. North e S.R.F. Price. Religions of Rome. Vol. 1, A History. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Berni, Piero, César Carreras Monfort e Oriol Olesi. “La gens Licinia y el Nordeste Peninsular. Una Aproximación al Estudio de las Formas de Propiedad y de Gestión de un Rico Patrimonio Familiar”. Archivo Español de Arqueología 78, nº 191-192 (2005): 167-187.

Canto, Alicia Maria. “Una Familia Betica. Los Fabii Fabiani”. Habis 9 (1978): 293-310.

Corbier, Mireille. “L’Écriture dans L’espace Public Romain”. In L’ Urbs: Espace Urbain et Histoire (Ier Siècle av. J.-C. - IIIe Siècle ap. J.-C.). Actes du Colloque International de Rome (8-12 mai 1985). Rome: École Française de Rome, 1987.

Corell, Josep. Inscripcions Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori). Vol. 1 A - B. València: Ed. Universitat de València, 2002.

Cortés, Juana Rodríguez. “Aspectos Sociales de la Religion Romana en el Area del Guadalquivir”. *Studia histórica - Historia Antigua* 2-3 (1984-1985): 185-188.

Edmondson, Jonathan. “Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE”. In *A Companion to the Roman Empire, 250-280*, editado por David S. Potter. Malden; Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

Encarnação, José d'. *Epigrafia: As Pedras que Falam*. Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, 2010.

Encarnação, José d'. “A Epigrafia Latina como Instrumento Didático (X)”. *Boletim de Estudos Clássicos* 36 (Dezembro 2001).

Gascó, Charo Marco e Amparo Moreno Valero. “Domus Baebia Saguntina”. *Revista Arse* 42 (2008): 247-258.

Gonzalez-Villaescusa, Ricardo. “Bonificación de Zonas Palustres en el Ager Saguntinus”. In *Catastros, Hábitats y Vía Romana, Programa INTERREG III B de la Unión Europea : Las Vías Romanas en el Mediterráneo*, 212-244. Valencia: Generalitat Valenciana, 2006.

Guarinello, Norberto Luiz. “O Império Romano e Nós”. In *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*, editado por Gilvan Ventura Silva e Norma Musco Mendes, 1-15. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

Jones, Peter. *The World of Rome*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1997.

Johnson, Allan Chester, Paul Robinson Coleman-Norton, Frank Card Bourne e Clyde Pharr (eds.). *Ancient Roman Statutes: Translation, with Introduction, Commentary, Glossary and Index*. Austin: University of Texas Press, 1961.

Le-Roux, Patrick. *Império Romano*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

Lewis, Charlton T. e Charles Short. *A Latin Dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1958.

Mangas, Julio. *Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana*. Madrid: Ed. Arco Libros, 2001.

Marques, Ana Carolina Marinho. *Direito Romano: A Magistratura no Período Republicano*. *Parlatorium –Revista eletrônica da FAMINAS/BH* 1 (2009): 01-12.

Nicolet, Claude. *Roma y la Conquista del Mundo Mediterráneo: 264-27 a. D e J.C.* Barcelona: Labor, 1982.

Nicolet, Claude. “O Cidadão e o Político”. In *O Homem Romano*, editado por Claude Nicolet, 21-48. Lisboa: Presença, 1992.

Pereira-Menaut, Gerardo. “Prólogo”. In *Las Comunidades Hispanas y el Derecho Latino*, editado por Estíbaliz Ortiz de Urbina Álava, 1-12. Vitoria: Servicio editorial de la Universidad del País Vasco, 2000.

Pérez - Zurita, Antonio David. *La Edilidad y las Elites Locales en la Hispania Romana: Proyección de una Magistratura de Roma a la Administración Municipal*. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2011.

Radin, Max. “Gens, Familia, Stirps”. *Classical Philology* 9, nº. 3 (Julho 1914): 235-247.

Rede, Marcelo. *História a partir das Coisas. “Tendências Recentes nos Estudos de Cultura Material”*. *Anais do Museu Paulista* 4 (Janeiro/Dezembro 1996): 278- 80.

Ripollès, P. P. e J. Velaza. “Saguntum, Colonia Latina”. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 141 (2002): 285-291.

Rüpke, Jörg. *Urban Religion and Imperial Expansion: Priesthoods in the Lex Ursonensis*. In *The Impact of Imperial Rome on Religions, Ritual and Religious Life in the Roman Empire*, editado por Lukas de Blois, Peter Funke e Johannes Hahn, 11-23. Leiden: Brill, 2006.

Said, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como uma Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Salomies, Olli. *Names and Identities: Onomastics and Prosopography*. In *Epigraphic Evidence: Ancient History from Inscriptions*, editado por John Bodel, 73-94. London: Routledge, 2006.

Schulze, W. *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*. Berlin: Weidmann, 1966.

Szemler, George. "Religio, Priesthoods and Magistracies in the Roman Republic". *Numen* 18, Fasc. 2 (Agosto 1971): 103-4.

Venturini, Renata Lopes Biazotto. *Amizade e Política em Roma: O Patronato na Época Imperial*. *Acta Scientiarum* 23.1 (2001): 215-222.

## Evergetismo e a Vida Urbana em Antioquia:

### Considerações à luz da Epigrafia (séc. IV-V)

*Gilvan Ventura da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)<sup>195</sup> Érica*

*Cristhyane Morais da Silva (Universidade Federal do Espírito Santo)<sup>196</sup>*

#### Palavras iniciais

Antioquia, nos séculos IV e V, era uma cidade na qual a população exibia, no cotidiano, uma notável desenvoltura ao estabelecer uma relação de profunda intimidade com as ruas e praças que, dispondo de iluminação artificial, eram noite e dia ocupadas com atividades de natureza econômica, lúdica ou mesmo política, acontecimento que, acreditamos, encontrava-se associado ao plano urbanístico da cidade, que ostentava uma avenida monumental ladeada de colunas, bem como duas ágoras e um fórum. O complexo da avenida das colunatas integrado à ilha formada pelo Orontes, na qual situavam-se o palácio imperial e o hipódromo, constituía o epicentro, o coração de Antioquia, cenário privilegiado para todas as manifestações da população, tanto daquelas que poderíamos qualificar como ordinárias, a exemplo do comércio e do artesanato, esteios da economia local, quanto das extraordinárias, caso das revoltas contra a administração pública e dos festivais pagãos e cristãos. Como assinala Natali,<sup>197</sup> Antioquia, na época tardia, conservava em pleno funcionamento as suas redes de evergetismo, de maneira que os curiales continuavam a investir recursos nas liturgias cívicas, que incluíam, além dos festivais religiosos e da celebração dos Jogos Olímpicos, a construção e restauro de edifícios públicos e privados, num contexto em que a cidade experimentava uma notável expansão, da qual a chegada contínua de imigrantes provenientes da Síria-Palestina e de outras províncias do Oriente é uma evidência incontestável.<sup>198</sup> Essa dinâmica pode ser investigada, decerto, por intermédio da abundante documentação textual legada por autores como Libânio, Amiano Marcelino e João Crisóstomo, mas é



importante não perder de vista o testemunho da cultura material, em especial da epigrafia, capaz de iluminar com propriedade diversos processos ocorridos no espaço urbano num momento decisivo da história da pólis, quando se verifica a emergência do que os autores têm, há alguns anos, designado como a cidade pós-clássica,<sup>199</sup> modalidade particular de organização cívica que, embora conservando, em muitas localidades, o antigo contorno das cidades helenística e romana, sofre, do século IV em diante, transformações importantes do ponto de vista econômico, administrativo, religioso e arquitetônico que anunciam novos tempos, já na transição para o medievo.

### **Mutações da cidade pós-clássica**

A despeito do debate suscitado por Liebeschuetz <sup>200</sup> ao aplicar, de modo provocativo, as antigas teses do declínio e queda do Império Romano à experiência urbana, buscando demonstrar que as cidades, na Antiguidade Tardia, passaram por um processo de aguda ruína, um dos méritos de sua obra *The decline and fall of the Roman City* é nos alertar para o fato de que as cidades, na passagem para a Idade Média, passaram por alterações substantivas no seu modelo de funcionamento que seguem de perto os rumos da política imperial.

Como assinala o autor, entre os séculos IV e V observa-se, em termos espaço-temporais, um nítido desequilíbrio na trajetória das cidades situadas nos territórios ocidentais quando comparadas àquelas do Oriente, em especial as da Ásia Menor e da Síria-Palestina, pois enquanto as primeiras manifestam um esgarçamento das estruturas que sustentam a vida urbana, as segundas demonstram uma notável vitalidade que se perpetuará, com variações regionais, até o início da expansão árabe, no século VII. Seja como for, tanto a Oriente quanto a Ocidente as cidades, geridas por seus conselhos (curia, boulé), continuam a ser as células da administração imperial por meio das quais procedia-se à arrecadação de impostos, ao exercício da justiça e ao aprovisionamento do exército, embora com inovações que não devem ser ignoradas.

A primeira delas diz respeito à própria modalidade de funcionamento da curia,

que por séculos foi o principal órgão responsável pela administração do núcleo urbano (*asty*) e da zona rural circundante (*khora*), quando os seus membros, integrantes da elite local, gozavam de autonomia no gerenciamento dos assuntos municipais, respondendo pela maioria dos serviços de manutenção da vida urbana, de subsídio voluntário às atividades cívicas (reparo e construção de monumentos e edifícios, abastecimento de água e de víveres, patrocínio de festivais, conservação das estradas e do *cursus publicus*) mediante o sistema de liturgia, o que suscitava uma intensa concorrência entre os curiales. Com a ampla reforma administrativa levada a cabo por Diocleciano e Constantino que, dentre outros fatores, foi responsável por um sensível aumento nos níveis de arrecadação, constatamos o aprofundamento de uma tendência delineada desde o século II: a redução dos poderes da *cúria*, que passa a ser controlada de perto por agentes do governo central encarregados de supervisionar as finanças da cidade e garantir que os *decuriões* cumpram com suas obrigações, mesmo que para tanto seja necessário recorrer à coerção.<sup>Z<sup>01</sup></sup> Um fator decisivo para a perda de autonomia das *cúrias* ao qual não se costuma prestar a devida atenção foi, sem dúvida, a multiplicação do número de províncias, com o consequente aumento nos quadros dos governadores (*consularis*, *correctores* e *praesides*). Controlando unidades territoriais menores, os governadores podiam assim supervisionar as *cúrias* com maior eficiência, tornando muito mais efetiva a presença do Estado nos extensos domínios do Império.<sup>Z<sup>02</sup></sup> Outro duro golpe na autonomia municipal foi o confisco das terras públicas (*fundi iuri rei publicae*) exploradas pelas *cúrias*, na proporção de 2/3, medida tomada por Constâncio II que mais tarde Juliano tentou, sem sucesso, reverter,<sup>Z<sup>03</sup></sup> o que não representa, no entanto, um indício inequívoco de que as finanças municipais tenham entrado em colapso, pois uma parcela do montante arrecadado pelos *scrinia* imperiais era reinvestido nas próprias cidades.<sup>Z<sup>04</sup></sup> Muito embora, quando se trata de isolar os motivos do colapso das *cúrias* na Antiguidade Tardia, um dos fatores mais evocados seja o esvaziamento do *ordo decurionis*, uma vez que seus membros, pressionados pelo governo central a cumprir a todo custo suas obrigações cívicas, teriam logo buscado refúgio nas fileiras do exército, da administração imperial ou da Igreja, não devemos concluir, de modo apressado, pela súbita dissolução das redes de *evergetismo* municipal e, por extensão, das atividades que caracterizavam o *modus uiuendi urbano*. Na cidade pós-clássica, mesmo diante do severo controle imposto à *cúria* e à ordem dos *decuriões*, o que, no limite, comprometia os mecanismos de financiamento do aparato urbano, a ascensão de notáveis locais, na pessoa de generais, governadores de províncias, vicários, integrantes da elite senatorial e bispos permitiu, em especial no Oriente, a continuidade da vida urbana com muitas das características herdadas do período anterior, como vemos

em Antioquia e alhures.<sup>Z<sup>05</sup></sup>

Outro traço distintivo da cidade pós-clássica é a presença ostensiva do cristianismo no recinto urbano, num contexto de cristianização progressiva do Império,<sup>Z<sup>06</sup></sup> quando os cristãos se empenham em obter o controle do território mediante a ingerência dos bispos sobre a administração municipal e a intervenção gradual no calendário e nas atividades cívicas, de maneira que a cristianização foi responsável por alterar, pouco a pouco, o perfil da cidade antiga, ainda que essa alteração, na maioria dos casos, não tenha sido tão radical como outrora se supunha.<sup>Z<sup>07</sup></sup> Todavia, é forçoso reconhecer que a cidade, ao menos aquela projetada pelas autoridades eclesiásticas, comportava peculiaridades que a afastavam do modelo clássico, a começar pelo protagonismo do culto aos mártires e santos, cujos santuários se multiplicavam na paisagem, numa notável inversão da cosmovisão antiga que considerava a cidade um espaço sagrado de congraçamento entre deuses e homens, como nos dão testemunho as necrópoles, construídas por via de regra na região extramuros a fim de evitar que a cidade fosse contaminada pela degenerescência primaz contida na matéria morta.<sup>Z<sup>08</sup></sup> Um aspecto proeminente da cristianização da cidade é a interferência crescente das autoridades eclesiásticas nas manifestações culturais de gregos, romanos e judeus, o que resulta num ataque inclemente a todas as atividades lúdicas e religiosas que têm como cenário os principais edifícios públicos (teatros, anfiteatros, hipódromos, templos, sinagogas), mas também as ruas, as avenidas, os pórticos e as praças, lugares ocupados pela multidão nos dias de festa, para desconsolo e irritação dos pregadores, incluindo João Crisóstomo, que nessas ocasiões costumavam assistir, impotentes, à evasão dos fiéis.

Por fim, uma terceira e não menos importante transformação da cidade pós-clássica diz respeito aos seus aspectos arquitetônicos, constatando-se, por exemplo, a ênfase na construção, ampliação e reforma das muralhas, elemento defensivo que, embora fizesse parte do planejamento urbano desde o surgimento da pólis, recebe a partir de meados do século III, em virtude da crise política generalizada e do aumento das incursões bárbaras, maior atenção do governo imperial, acontecimento acompanhado pela criação de novas capitais nas zonas de fronteira cujo propósito era constituir uma base de apoio para o imperador e

seu comitatus nos sucessivos deslocamentos ao longo do limes.<sup>Z<sup>09</sup></sup> Além das muralhas, cuja construção ou reconstrução encontra-se associada a imperativos de ordem estratégica, militar, não obstante todo o simbolismo que sempre as cercou, vemos se multiplicar uma arquitetura posta a serviço do cristianismo, a exemplo das igrejas, muitas delas monumentais, mas também dos inúmeros martyria (túmulos de mártires e santos), hospitia (albergues) e nosokomia (hospitais) que se difundem pelo território urbano, marcadores da assim denominada Revolução Edilícia desencadeada pelo cristianismo na época tardia, como certa vez definiu Perrin com singular propriedade.<sup>Z<sup>10</sup></sup> Por último, mas não menos importante, observamos, nas cidades do Oriente, o investimento na ampliação das ruas com colunas, como ocorre em Cesareia, Citópolis e Jerusalém, cujo centro urbano adquire, na época tardia, dimensões expressivas. Já nas cidades em que as ruas com colunas se destacava de longa data – Palmira, Gerasa, Antioquia – verificamos a instalação sistemática, nos pórticos formados pelas colunas, de negócios de toda ordem (oficinas, stands de venda de produtos, tavernas), ocupação que a administração municipal, incapaz de conter, buscava explorar mediante arrendamento. Essa apropriação da rua pelos artesãos e comerciantes parece indicar um contínuo aumento populacional em cidades cujos locais de trabalho já se encontravam repartidos entre os profissionais mais antigos. Ao lado das muralhas e das construções associadas ao cristianismo, as ruas com colunas se convertem, na Antiguidade Tardia, em autênticos emblemas cívicos, motivo de orgulho para as coletividades urbanas, que se comprazem em representá-las nos diversos mosaicos do período.<sup>Z<sup>11</sup></sup>

Evidências como essas nos sugerem que a história da cidade pós-clássica não é sempre e em todos os lugares a história de um declínio ou de uma ruína, como conclui Liebeschuetz,<sup>Z<sup>12</sup></sup> mas a história de como, na Antiguidade Tardia, tradição e inovação se conjugam para produzir uma nova experiência de vida urbana que não implica, a princípio, a substituição do ideal cívico por um ideal universal ou universalista, ao contrário do que sustentam Rapp e Drake, <sup>Z<sup>13</sup></sup> para quem, na Antiguidade Tardia, a oikoumene controlada por um credo monoteísta e abrangente – no caso, o cristianismo – teria se sobreposto à pólis e a todas as formas anteriores de identidade atreladas ao *modus uiuendi* urbano. Tanto as representações figurativas quanto os vestígios arqueológicos e a documentação textual não cessam de reafirmar, nos séculos IV e V, a centralidade da pólis ou do *municipium* para a definição da identidade do homem antigo, de maneira que a *asteia* ou a *urbanitas*, o estilo de vida associado às atividades, edifícios e

monumentos cívicos, continua a ser exaltado, em especial nas cidades do Oriente.<sup>Z<sup>14</sup></sup> De acordo com Veyne,<sup>Z<sup>15</sup></sup> para além dos vínculos de lealdade que uniam os habitantes do Império ao soberano ou à divindade judaico-cristã, a cidade natal ou de adoção constituía, mesmo na época tardia, a “pequena pátria” de cada um, o locus de realização individual por excelência. Na realidade, a experiência urbana era tão decisiva para os homens da Antiguidade Tardia que nem mesmo os autores cristãos, a despeito de toda a campanha que desde pelo menos Tertuliano moveram contra a cidade, foram capazes de propor uma alternativa a ela, como comprova o esforço de João Crisóstomo em restituir à pólis sua condição de artefato divino mediante a supressão dos vícios que a assolavam. Criada por Deus, a pólis teria sido, com o passar do tempo, corrompida por Satanás e por suas falanges, cabendo agora aos cristãos reintegrá-la à história da salvação.<sup>Z<sup>16</sup></sup> Nesse sentido, investigar os rumos da cidade pós-clássica não é, em absoluto, narrar a história de uma decadência ou de um esgotamento, mas compreender os alcances e limites de uma mutação que se desdobra em múltiplas frentes e que, em boa medida, pode ser acompanhada por intermédio da epigrafia.

## **A Epigrafia e seus usos no Império tardo-antigo**

As inscrições tardoantigas são, sem dúvida, fontes preciosas para o estudo da cidade grecoromana, nos trazendo informações sobre a prática do evergetismo urbano, bem como sobre as instituições cívicas, as atividades cotidianas e o ritmo de vida na pólis. Em um texto destinado a sistematizar os debates travados por ocasião de um seminário internacional realizado em Heidelberg, Witschel <sup>Z<sup>17</sup></sup> elabora um inventário das principais conclusões obtidas, nos últimos anos, com os estudos acerca da prática da epigrafia no Império tardoantigo, a saber: 1) nas cidades do Oriente, a epigrafia exprime não apenas a continuidade, mas o pleno desenvolvimento das instituições e ofícios imperiais; 2) o cristianismo, ao se enraizar no território urbano nas primeiras décadas do século IV, exerceu uma aguda influência sobre o hábito epigráfico; 3) a epigrafia tardo-antiga se distingue pelo frequente reuso de inscrições, numa escala até então inédita; 4) tomando-se o Império como um todo, constatamos, em algumas regiões, um nítido decréscimo da produção epigráfica em comparação à época do Principado – caso da Hispânia e da Aquitânia – ao passo que em outras, como no norte da

África, o costume de se gravar em pedra permanece inalterado. Além disso, segundo o autor, a investigação acerca das inscrições tardoantigas tem acompanhado outra tendência historiográfica própria da Antiguidade Tardia, qual seja, o interesse cada vez maior pelo tema da cristianização do Império, e isso não apenas no que diz respeito ao avanço do cristianismo, mas também à compreensão dos mecanismos de resiliência do paganismo e, nos territórios da Síria-Palestina e adjacências, ao novo impulso experimentado pelo judaísmo, razão pela qual tem se tornado corrente a exploração de inscrições inseridas em contextos religiosos, por vezes em detrimento de temas que poderíamos designar, na ausência de um termo mais apropriado, como “seculares”, ou seja, temas vinculados à História Política ou mesmo à História Social do período em questão.

Refletindo sobre as conexões entre a construção de igrejas e as redes de evergetismo municipal, Haensch<sup>18</sup> detecta uma riqueza de documentos que nos permite avaliar, em certos casos, a mudança de atitude dos patronos locais por influência do cristianismo. Muito embora a consolidação do cristianismo, na época tardia, seja decerto um aspecto fundamental para a compreensão dos processos históricos então deflagrados, o excessivo interesse no assunto produziu, por um extenso intervalo de tempo, o abandono do estudo da diversidade sócio-religiosa da cidade e da análise dos acontecimentos políticos e econômicos per se, sem pressupor, à partida, que tais acontecimentos tenham sido sempre condicionados pelos ritmos da cristianização, equívoco um tanto ou quanto comum. Por outro lado, mesmo quando tratamos do evergetismo praticado num contexto religioso, é preciso levar em consideração que essa prática não era apanágio dos cristãos, e isso mesmo em se tratando de uma cidade como Antioquia, na qual a presença do cristianismo remontava às primeiras décadas do século I, não sendo por acaso que Antioquia teria sido, segundo uma tradição conservada em Atos dos apóstolos (11, 26), o local onde os seguidores de Jesus foram, pela primeira vez, nomeados como *christianoi*. Por meio de três inscrições inseridas no mosaico de uma sinagoga, em Apameia, contendo dedicatórias às famílias judaicas de Antioquia que subvencionaram a construção do edifício (inscrições 1, 2 e 3 do Apêndice A), concluímos pela existência de um evergetismo judaico forte o suficiente para se irradiar em direção às cidades vizinhas, evidência suplementar do arrojo da comunidade judaica local.<sup>19</sup>

Outra característica notável dos estudos epigráficos relativos à Antiguidade Tardia é a ausência de uma exploração sistemática da diversidade do corpus disponível. De fato, o corpus epigráfico se distribui por diversos contextos, sendo as inscrições encontradas em múltiplos suportes, tais como mosaicos (v. Apêndice A, inscrições 1-3 e 9), moedas, bases de estátuas, lápides funerárias, câmaras funerárias (v. Apêndice A, inscrições 4-7), além, naturalmente, daquelas que nos foram legadas pelas fontes textuais. Essa diversidade de contextos e de suportes epigráficos dá ensejo a enfoques variados, proporcionando a exploração de temas e objetos igualmente diversificados que não estariam acessíveis por intermédio de outros tipos de documento. Na avaliação de Trout,<sup>ZZ0</sup> “entalhadas, pintadas ou gravadas na pedra, no metal ou em emplastro, as inscrições proclamam políticas oficiais ou expressam domínios criativos sobre os quais as leis imperiais e os cânones conciliares não tinham alcance”. Cumpre assinalar ainda que, na Antiguidade Tardia, o Império parece se revelar em toda a sua heterogeneidade étnica e cultural, o que pode ser comprovado mediante a epigrafia, pois além do latim e do grego, idiomas recorrentes na grafia das inscrições, vemos emergir uma epigrafia em siríaco e copta, muito provavelmente um desdobramento da literatura nesses idiomas, que floresceu entre os séculos IV e V.

Em todo caso, não é menos verdade, também, que a epigrafia dita oficial, ou seja, aquela que exprimia a linguagem do poder soberano de Roma, continuava a ser, nos séculos IV e V, grafada amiúde em latim e/ou grego sobre a pedra, material cuja durabilidade atendia de modo adequado ao desejo de eternidade nutrido pelos domini orbis terrarum, como os imperadores costumavam então se apresentar.<sup>ZZ1</sup> De fato, Salway destaca que,<sup>ZZZ</sup> mesmo na época tardia, a maioria das inscrições públicas era gravada em pedra, exibindo textos emanados da casa imperial ou das cúrias, embora também fossem utilizadas placas de bronze para o mesmo fim. No entanto, em algumas localidades, a escassez de matéria-prima exigiu um reaproveitamento frequente dos suportes, alternativa sem dúvida mais em conta para garantir a perpetuação do hábito epigráfico, tal como vemos acontecer em Afrodísia, com a inscrição da base de uma estátua originalmente dedicada a Juliano que, anos mais tarde, foi apropriada por Teodósio I ou por Teodósio II, não sabemos ao certo, mediante a substituição do nome do imperador, com manutenção integral do texto (Figura 2). Em circunstâncias mais



radicais, poderia ocorrer, inclusive, a raspagem do texto original a fim de dar lugar a um texto novo.ZZ3

■

FIGURA 1 – EDITO DO MÁXIMO, DE DIOCLECIANO FIGURA 2 – BASE D  
FONTE: @wikimediacommons FONTE: SALWAY, 2



■

Para além do uso da epigrafia como meio de expressão do poder imperial, é importante salientar que as inscrições, na Antiguidade Tardia, constituem uma valiosa fonte de informação acerca dos ritmos da cidade pós-clássica, suas atividades e a maneira pela qual os distintos grupos ocupavam, transformavam e simbolizavam o território. Quanto a isso, um assunto que tem atraído cada vez mais a atenção de historiadores e arqueólogos é a intensidade da penetração do cristianismo no núcleo urbano e na zona rural a ele agregada. Como obra de evergetas, a construção de igrejas e as inscrições nelas incluídas revelam práticas que definem um evergetismo marcado tanto pelo apego à tradição quanto por inovações substantivas.<sup>ZZ4</sup> Um aspecto insuspeito revelado pelo estudo da epigrafia tardo-antiga em contexto religioso é a construção de igrejas por evergetas privados, ou seja, personagens influentes que não integravam necessariamente a hierarquia eclesiástica, como vemos no caso da igreja de alDayr, na província da Arábia, situada numa propriedade privada, cuja inscrição não menciona qualquer autoridade episcopal ou monástica. Na opinião de Haensch,<sup>ZZ5</sup> essa igreja, símbolo da autonomia de uma personagem que constrói o edifício para usufruto de si próprio e de seus clientes, não pertence à Idade Média, tendo sido antes erguida no século VI, o que condiz muito mais com o estilo da inscrição nela contida. Já Lewin<sup>ZZ6</sup> recorre à epigrafia para compreender o programa edilício e as modalidades de evergetismo urbano entre os governos de Constantino e Juliano, sugerindo que este período, já marcado pela experiência cristã, não representou qualquer ruptura com as políticas tradicionais de patrocínio às atividades urbanas, tanto por parte da elite municipal quanto por parte do imperador, que assumia diretamente a responsabilidade pela manutenção das cidades ou o fazia por meio de benfeitores agindo em seu nome.

As reformas e construções efetuadas nas cidades pós-clássicas é um assunto que apenas recentemente tem entrado na agenda de trabalho de historiadores e arqueólogos. Como salientamos, ao contrário do que se propunha, a cidade da época tardoantiga não se encontra, em todos os lugares e ao mesmo tempo, em franco processo de desintegração e abandono. Em muitas localidades, o espaço urbano é ainda um espaço de trânsito e de residência de famílias ilustres, como vemos no caso das metrópoles imperiais, incluindo Antioquia que, como tantas outras cidades tardo-antigas, foi amplamente beneficiada com investimentos imperiais. João Malalas, um nativo de Antioquia, em seu *Chronicon*,<sup>ZZ7</sup> nos informa acerca de diversas intervenções empreendidas pelos imperadores nas

cidades pós-clássicas, a exemplo de Constâncio Cloro, que restaurou a pólis de Salamina, em Chipre, após a destruição causada por um terremoto, e de Constantino, cujo programa de reformas envolveu diversas cidades, com destaque, naturalmente, para Bizâncio, refundada como a Nova Roma. Nela, Constantino começa consagrando o território por intermédio do ritual da limitatio, que quadruplica o perímetro urbano. Em seguida, constrói arcos; fixa o Milion, o ponto de interseção das ruas; e dedica novamente o Tetrastoon, que passa a se chamar Augusteion, em homenagem a Augusta Helena, mãe do imperador. Aí, erige uma estátua de prata da imperatriz, convertendo-o assim num sítio ainda mais solene.<sup>ZZ8</sup> Após terremotos e incêndios sucessivos, Constantinopla passa por nova reconstrução sob o governo de Justiniano, que busca reerguer, em primeiro lugar, as basílicas – edifícios à época já associados ao culto cristão –, voltando-se depois para as construções cívicas. É justamente a prioridade conferida por Justiniano às basílicas cristãs que, em termos edilícios, distingue o imperador diante dos antecessores, como Constantino e Teodósio que, embora fazendo profissão de fé do cristianismo, não manifestaram um interesse tão explícito na manutenção e restauro das igrejas.<sup>ZZ9</sup> Antioquia, por sua vez, também é objeto de cuidado dos soberanos. João Malalas<sup>Z30</sup> narra a construção, na cidade, da Igreja de Ouro, iniciada por Constantino e inaugurada, em 341, por Constâncio II,<sup>Z31</sup> que teria determinado a inclusão, no edifício, da seguinte dedicatória, em homenagem a seu pai:

Por Cristo, Constantino forjou essas belas

Habitações sob todos os aspectos como as abóbadas do céu

Brilhantemente reluzentes, com Constâncio obedecendo os

Comandos do governante, o comes Gorgônio

Que desempenhava a função de cubicularius

Muito embora a história de Antioquia, na época tardia, tenha sido escrita ao longo dos anos sob a ótica do cristianismo, enfatizando-se o processo de cristianização, em parte devido ao testemunho de João Crisóstomo,<sup>Z3Z</sup> que em uma das homilias pertencentes à série do Levante das Estátuas, pronunciada em

387, considera a cidade já sob controle dos cristãos, uma investigação mais cuidadosa dos espaços urbanos logo é capaz de nos dar acesso a uma realidade muito mais complexa do que os autores cristãos poderiam ou gostariam de admitir. Ao analisar os festivais judaicos que movimentavam de quando em quando Antioquia, Silva<sup>33</sup> evidencia a intensa rede de sociabilidades religiosas que integrava, no cotidiano, pagãos, cristãos e judeus, o que nos impede de falar de uma Antioquia plenamente cristã na segunda metade do século IV e mesmo no século V. Sob esse ponto de vista, é forçoso reconhecer que a história de Antioquia ainda merece mais considerações por parte dos historiadores, sem dúvida, mas também dos arqueólogos, uma vez que o testemunho da cultura material é, em muitas situações, decisivo para uma reavaliação da configuração da cidade, em especial no que se refere aos aspectos de natureza religiosa.

### **As tradições do evergetismo em Antioquia**

Antioquia, localizada às margens do Orontes, na província da Síria Coele, foi uma das cidades antigas mais celebradas por seus cidadãos. Amiano Marcelino, um grego que optou por escrever em latim, considerava Antioquia uma “bela coroa do Oriente”,<sup>34</sup> referindo-se ao mesmo tempo à imponência dos monumentos e à elegância da paisagem urbana de sua pátria.<sup>35</sup> Já Libânio,<sup>36</sup> compatriota de Amiano, discorre no seu *Antiochikos* (Or. XI), um panegírico em homenagem à cidade pronunciado por ocasião dos Jogos Olímpicos de 356, tanto sobre os recursos agrícolas (a fertilidade da terra, a abundância de cereal, a produção e exportação de vinho e azeite de oliva) quanto sobre o arranjo arquitetônico da cidade, com destaque para a avenida das colunatas e edifícios adjacentes. Segundo Libânio, Antioquia, em meados do século IV, encontrava-se em franca expansão, como se pode constatar por meio de uma incessante atividade construtora favorecida, decerto, pela abundância de pedra de cantaria, matéria prima para os muros e edificações públicas e privadas, e de madeira, empregada no fabrico dos telhados.<sup>37</sup>

As atividades edilícias na cidade não se restringiam, no entanto, àquelas conectadas com a tradição greco-romana, uma vez que observamos uma

concorrência entre pagãos, judeus e cristãos pelo domínio do território cívico, fenômeno atestado com clareza na biografia de João Crisóstomo escrita por Paládio de Helenópolis, que em diversas passagens alude ao emprego dos recursos financeiros das congregações cristãs no melhoramento da infraestrutura do culto, como em Alexandria, cujo detentor do ofício episcopal era Teófilo, aqui-inimigo de João Crisóstomo:

Houve certo Isidoro, um dos sacerdotes ordenados pelo abençoado Atanásio, o Grande, ainda vivo, em seus oitenta anos. A maioria das pessoas de Roma o conhece, pois ele visitou a cidade por ocasião de deveres pastorais, como convidado-mestre da igreja de Alexandria; e você o conhece bem, desde a sua vinda com Acácio para transmitir o anúncio do estabelecimento da comunhão entre Flaviano e Teófilo após ter sido esta interrompida por vinte anos, por causa do bendito Evágrio, que travou muitas lutas durante seus anos de dedicação para o bem da Igreja. A viúva de um dos grandes homens da cidade deu a Isidoro mil peças de ouro e o fez jurar pelo Salvador que esse dinheiro fosse usado para a compra de roupas para as mulheres pobres de Alexandria; e ele não deveria mencionar o assunto a Teófilo, por medo de que ele iria pegar o dinheiro e gastá-lo em suas pedras. Pois Teófilo é obcecado como um faraó, com uma ânsia por pedras para construir edifícios, dos quais a igreja não carece.<sup>38</sup>

Haensch,<sup>39</sup> ao interpretar esse excerto, faz algumas ponderações relevantes: na opinião de Paládio, e de muitos outros membros do clero, a construção desnecessária de edifícios com fundos da assembleia seria uma forma de corrupção, pois o dinheiro deveria ser investido em atividades mais elevadas, tais como a caridade e a assistência aos pobres (nesse caso, às viúvas e desvalidas). Essa crítica de Paládio a Teófilo, no entanto, não pode ser tomada em termos absolutos, pois, segundo o próprio João Crisóstomo (Acta Apost., Hom. XVIII), a construção de igrejas era uma prática que deveria ser estimulada:

[...] Muitos possuem residências e terras, e não se dedicam a estas possessões ou sequer se preocupam com elas. Que termas possam ser construídas, que suas receitas possam ser ampliadas, edifícios e fórum podem ser construídos, para

isto eles sofrem abundantemente, mas para a cultura da alma nem tanto. Quando você vê espinhos – me responda – você os corta, os queima, ou os destrói por completo para livrar sua terra das feridas decorrentes disso? Ou ao ver os próprios camponeses infestados com os espinhos você não os corta ou tens medo que o proprietário o responsabilize? Pois não deveria cada um dos indivíduos construir uma igreja, obter um professor e, cooperando com ele, fazer deles, acima de todas as coisas, o Seu rebanho, para que todos sejam cristãos? Diga, como deveria ser cristão o camponês, quando ele observa teu descuido pela salvação dele? Se você não é capaz de operar milagres, então o converta. Pelos meios a você possíveis o converta, pela generosidade, pelo bom ofício, pela gentileza, pelo cortejo, por todos os meios. Praças, termas, de fato, a maioria provê, mas não igrejas: não, tudo antes do que estas! Portanto, eu rogo, eu imploro, como um favor eu suplico a vós, como uma lei que proclamo que não exista Estado algum destituído de igreja.

Se João Crisóstomo, em sua prédica, enfatiza as modalidades de evergetismo cristão, Libânio, por sua vez, reforça as modalidades de evergetismo municipal e imperial ao propor a construção de monumentos em honra de patronos importantes, como podemos inferir no episódio do Levante das Estátuas, quando o sofista<sup>Z40</sup> sugere que, em reconhecimento a Elébico, o magister militum per Orientem encarregado por Teodósio do inquérito contra os sediciosos, a população de Antioquia deveria dedicar-lhe uma estátua, pois “Ele provou ser digno de muitas estátuas, que poderiam ser vistas por toda a cidade, atraindo para si os olhares dos transeuntes, cidadãos e da mesma forma também estrangeiros, por seus cabelos, por seus olhos, sua face e coloração”. Para Libânio, Elébico, ao intervir junto ao imperador em favor da população da cidade, se tornava merecedor de tal honra. Sabemos que, no Império Romano, a consagração de estátuas ao soberano ou a personagens ilustres se fazia acompanhar, por via de regra, de inscrições que eram inseridas no pedestal, motivo pelo qual essa prática contribuía para a difusão da epigrafia nos núcleos urbanos, não sendo exagero afirmar que o contato dos romanos de todas as categorias sociais com a cultura escrita dependia, em larga medida, dos procedimentos epigráficos, não obstante verifiquemos, na Antiguidade Tardia, um decréscimo no volume de inscrições em comparação ao Principado. Mesmo assim, não devemos superestimar tal acontecimento, pois, em algumas regiões, em especial no Oriente, as inscrições continuavam a fazer parte do *modus uiuendi* urbano. Dentre as cidades da Síria, Palmira é uma que nos legou um

corpus epigráfico extenso e diversificado.<sup>Z<sup>41</sup></sup> No entanto, o descompasso, em termos quantitativos, entre o corpus de Palmira e os corpora das demais cidades sírio-palestinas não deve ser ignorado, em especial no caso de Antioquia, onde os sucessivos terremotos que praticamente arrasaram a cidade no século VI acarretaram a destruição de inúmeras inscrições.

Em face de uma situação como essa, a recuperação do hábito epigráfico em Antioquia é não raro viável apenas por intermédio dos mosaicos, trazidos à luz em profusão no decorrer das escavações de 1932-1939 lideradas pela Universidade de Princeton. Merece destaque aqui o assim denominado Mosaico de Megalopsychia, um amplo opus tessellatum policromático atualmente sob a guarda do Museu de Antakya, na Turquia, que exhibe, no painel principal, diversas cenas de cinegética, simulando uma uenatio. O mosaico deriva seu nome do medalhão inserido no centro da peça, contendo o busto de Megalopsychia, a virtude da “grandeza da alma”, tida como a soma de todos os atributos positivos reunidos na pessoa dos deuses e heróis representados em atitude de caça (Narciso, Adonis, Meleagro, Hipólito e Acteón). Nas bordas do mosaico, o artesão incluiu um conjunto de cenas referentes à paisagem urbana de Antioquia e Dafne repartido em aproximadamente dez seções, das quais restaram apenas seis. A borda parece sugerir um itinerário topográfico acerca daquilo que o espectador poderia observar ao longo das ruas da cidade. Os monumentos mais importantes são identificados por meio de inscrições (o estádio de Zeus Olímpico, as termas de Ardabúrio e as fontes Castália e Palas, associadas ao culto de Apolo). O mosaico traz ainda representações de residências, lojas, pórticos, estátuas e, o que é mais significativo, de pessoas executando as mais diversas atividades: retalho de carne, transporte de madeira, comércio de produtos agrícolas, jogo de dados. As cenas incluem também animais (cavalos, cães, burros) que transitam pelas ruas lado a lado com os pedestres, bem como de crianças acompanhadas por adultos. Nesse sentido, o Mosaico de Megalopsychia nos permite analisar as distintas modalidades de ocupação do espaço urbano pela população de Antioquia, em particular aquelas conectadas com o lazer e o mundo do trabalho,<sup>Z<sup>42</sup></sup> tarefa para a qual dispomos não apenas das imagens, mas também de inscrições cuja finalidade é facilitar a identificação dos edifícios e demais tópoi, como vemos na figura 3, uma seção da borda do mosaico, que porta a inscrição “...RIANA”, parcialmente destruída. Na interpretação de Matthews,<sup>Z<sup>43</sup></sup> a inscrição faria referência à Porta Tauriana, erguida em 386, localizada na ilha formada pelo Orontes.









### FIGURA 3 – BORDA TOPOGRÁFICA DA MEGALOPSIQUIA

FONTE: @wikimediacommons.

Uma particularidade do corpus epigráfico da época tardia encontrado em Antioquia e arredores, além da predominância de inscrições urbanas, como seria de se esperar, é a quantidade de inscrições de natureza religiosa, tanto judaica quanto cristã. Dentre as inscrições gregas recolhidas neste capítulo e que compõem o Apêndice A (inscrições encontradas em outras partes do Império, mas que fazem menção a Antioquia) e Apêndice B (inscrições encontradas em Antioquia e arredores, como Dafne), apenas uma não provém de um contexto religioso (inscrição 10). Isso parece reforçar a hipótese estabelecida por Shepardson segundo a qual, na Antiguidade Tardia,<sup>Z<sup>44</sup></sup> cristãos, pagãos e judeus digladiam pelo domínio do perímetro urbano, delimitando os espaços por eles controlado tanto por intermédio de monumentos (martyria, igrejas, templos, sinagogas) quanto das inscrições que os acompanham. Mesmo em face da extensão reduzida do corpus epigráfico, por razões que já assinalamos, o que nos impede de obter conclusões de maior alcance, não podemos descartar as evidências subsistentes, pois elas contribuem para enriquecer nosso olhar sobre o que acontecia num momento decisivo para a cidade, quando o episcopado se lança numa campanha ostensiva visando a dotar Antioquia de um ethos cristão, o que justifica a existência de inscrições provenientes de igrejas construídas na zona urbana, mas também na khora. À parte as inscrições de natureza religiosa, temos o caso da inscrição 10 (Apêndice B), um exemplar encontrado em contexto, podemos dizer, “profano”, ou seja, num complexo termal, o que ratifica a conclusão de Natali acerca da força do evergetismo municipal entre os séculos IV e V.<sup>Z<sup>45</sup></sup>

A inscrição está inserida em um capitel coríntio integrante de um conjunto de oito capitéis recuperados do mesmo sítio arqueológico, razão pela qual trata-se, com toda probabilidade, de um complexo termal. A inscrição, bastante mutilada, contém apenas a seguinte dedicatória: “Ao illustis”, levando-nos a crer que o responsável pela obra teria sido um evergeta integrante do ordo senatorial, uma

vez que *illustis*, no Império tardo-antigo, era um título outorgado amiúde aos integrantes da aristocracia (VIKAN, 1995, p. 6768).<sup>Z<sup>46</sup></sup> Outra inscrição, incluída num mosaico de pavimento que decorava um dos aposentos desse mesmo complexo termal, nos traz mais algumas informações sobre o edifício. <sup>Z<sup>47</sup></sup>

## **Considerações finais**

As investigações acerca dos rumos da cidade pós-clássica têm se beneficiado, por um lado, de uma exploração crítica da literatura cristã, abundante no período, não apenas para compreender os níveis de penetração do cristianismo no recinto urbano, mas também os processos de negociação e os arranjos identitários envolvendo cristãos, pagãos e judeus, o que exige uma leitura cuidadosa dos textos da Patrística com o propósito de extrair deles informações que por vezes se contrapõem à ótica normativa adotada pelos autores. Nesse sentido, é forçoso reconhecer que as propostas de reordenamento da vida cívica e de reforma da paisagem urbana na Antiguidade Tardia são amiúde *constructions*, ou seja, projetos de reordenação social que os padres gostariam de ver concretizados, mas que esbarram a todo o momento em entraves responsáveis por assinalar os limites das aspirações eclesiásticas. Por outro lado, da inevitável conclusão segundo a qual, ao tentarmos captar o *modus uiuendi* da pólis no Império tardo-antigo, é indispensável incluir, na pauta de pesquisa, o exame dos dados provenientes da cultura material, capazes de nos revelar uma realidade absolutamente complexa, plural e associada a usos e costumes herdados do Principado ou mesmo da época helenística, numa dinâmica de permanências e transformações, como vemos ocorrer com as inscrições epigráficas, que nos permitem recuperar informações sobre a cidade tardo-antiga amiúde ignoradas pelos textos. Esse é o caso, por exemplo, da prática do *evergetismo* em Antioquia que, mesmo sofrendo alterações condicionadas pela ascensão do cristianismo, não deixa de exprimir o apego da elite local às tradições greco-romanas.

Além disso, outro elemento digno de nota acerca do qual as inscrições constituem evidência inequívoca é a vitalidade da comunidade judaica de

Antioquia, que mantém laços estreitos de solidariedade com as cidades vizinhas, o que nos obriga a rever uma antiga suposição segundo a qual os judeus atacados por João Crisóstomo, em sua série de homilias *Adversus Iudaeos*, seriam tão somente uma construção retórica do autor.

## **Referências bibliográficas**

### **Fontes arqueológicas**

Jalabert, L; Mouterde, R. *Inscriptions grecques et latines de la Syrie (IGLS)*. Paris: Bibliothèque Archéologique et Historique, 1929.

Prentice, W. K. *Publication of an American Archaeological Expedition to Syria, 1899-1900, Division III: Greek and Latin inscriptions, Section B – Northern Syria*. Leiden: Brill, 1922.

Vikan, G. *Catalogue of the sculptures in the Dumbarton Oaks Collection from the Ptolemaic Period to the Renaissance*. Washington: Dumbarton Oaks, 1995.

### **Fontes textuais**

Ammianus Marcellinus. *History*. Cambridge: Harvard University Press, 1950.

John Chrysostom. Homily XVIII. In *Nicene and Post-Nicene Fathers*, 11, edited by P. Schaff, 478-485. Michigan: T&T Clark, 1995.

John Chrysostom. The Homilies on the Statues to People of Antioch. Nicene and Post- Nicene Fathers, VI, edited by P. A. Schaff, 315-514. Michigan: T&T Clark, 1996.

John Malalas. The Chronicle. Melbourne: Australia Association for Byzantine Studies, 1986.

Libanius. The Riots of the Statues. In Libanius: selected works, v. 2, edited by A. F. Norman, 234-407. Harvard: Harvard University Press, 1978.

Libanius. “Oration in Praise of Antioch”. In Libanius’ Oration in Praise of Antioch (Oration XI), edited by G. Downey. Proceedings of the American Philosophical Society, 103, 5 (1959): 652-686.

Palladius. Dialogue on the life of St. John Chrysostom. New York: Newman Press, 1985.

### **Obras de apoio**

Alföldy, G. A história social de Roma. Lisboa: Presença, 1989.

Basset, S. The urban image of late antique Constantinople. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Carrié, J. M.; Rousselle, A. L'Empire en mutation. Paris: Seuil, 1999.

Downey, G. Antioch in the age of Theodosius The Great. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1962.

Güven, E. "Conviviality in Antioch on the Orontes through the study of funerary steles dating from the Antiquity". European Scientific Journal, 2 (2014): 389-399.

Haensch, R. "Le financement de la construction des églises pendant l'Antiquité Tardive et l'evergetisme antique". Antiquité Tardive, 14 (2006): 47-58.

Inglebert, H. "Introduction". In Le problème de la christianisation du Monde Antique, édité par S. Destephen et B. Dumézil, 7-17. Paris: Picard, 2010.

Jones, A. H. M. Le déclin du Monde Antique. Paris: Sirey, 1979.

Kleinbauer, E. W. "Antioch, Jerusalem, and Rome: the patronage of Emperor Constantius II and architectural invention". Gesta, 45, 2 (2006): 125-145.

Lassus, J. "Dans le rues d'Antioche". Bulletin d'études orientales, 5 (1935): 121-124.

Lewin, A. "Urban public building from Constantine to Julian: the epigraphic evidence". In Recent research in late-antique urbanism, edited by L. Lavan, 27-

37. Portsmouth: JRA, 2001.

Liebeschuetz, J. H. W. G. The decline and fall of the Roman city. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Markus, R. A. O fim do cristianismo antigo. São Paulo: Paulus, 1997.

Matthews, J. The journey of Theophanes. Chapel Hill: Yale University Press, 2004.

Meeks, W. A.; Wilken, R. L. Jews and Christians in Antioch in the first four centuries of the Common Era. Missoula: The Society of Biblical Literature, 1978.

Natali, A. "Christianisme et cité à Antioche à la fin du IV<sup>e</sup> siècle d'après Jean Chrysostome". In Jean Chrysostome et Augustin, édité par Charles Kannegiesser, 41-59. Paris : Beauchesne, 1975.

Perrin, M. Y. "Le nouveau style missionnaire: la conquête de l'espace et du temps". In Histoire du Christianisme, t. 2, édité par J. Mayeur et al., 585-621. Paris: Desclée, 1995.

Rapp, C. Holy bishops in Late Antiquity. Berkeley: University of California Press, 2005.

Rapp, C.; Drake, H. A. *The city in Classical and Post-Classical World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Saliou, C. “Mesurer le paradis. Contribution au portrait d’Antioche aux époques romaine et protobyzantine”. In *Mégapoles méditerranéennes: Géographie urbaine retrospective*, édité par C. Nicolet ; R. Ilbert ; J. C. Depaule, 802-819. Rome: École Française de Rome, 2000.

Salway, B. “Late Antiquity”. In *Oxford Handbook of Roman Epigraphy*, edited by C. Bruun and C. Edmondson, 364-393. Oxford: Oxford University Press, 2014.

Sandwell, I. Christian self-definition in the Fourth Century AD: John Chrysostom on Christianity, imperial rule and the city. In *Culture and society in Later Roman Antioch*, edited by I. Sandwell and J. Huskinson, 35-58. Oxford: Oxbow, 2004.

Shepardson, C. *Controlling contested places: Late Antique Antioch and the spatial politics of religious controversy*. Berkeley: University of California Press, 2014.

Silva, G. V. “A sinagoga como espaço de sociabilidade entre cristãos e judeus, em Antioquia, segundo João Crisóstomo”. In *Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades*, editado por E. G. Quadros e M. C. Silva, 33-52. São Paulo: Paulinas, 2011.

Trout, D. E. “Inscribing identity: the Latin epigraphy habit in Late Antiquity”. In *A companion to Late Antiquity*, edited by P. Rousseau, 170-186. Oxford: Wiley-

Blackwell, 2009.

Veyne, P. L'Émpire Gréco-Romain. Paris: Seuil, 2005.

Ward-Perkins, B. "The cities". In The Cambridge Ancient History, edited by A. Cameron and P. Garnsey, 371-410. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Wharton, A. Refiguring the post-classical city. New York: Cambridge University Press, 1995.

Witschel, C. "The epigraphic culture(s) of Late Antiquity. H-Soz-u-Kult". Disponível em <http://www.hsozkult.de/conferencereport/id/tagungsberichte-2872>.

Yon, J.-B. "Evergetism and urbanism in Palmyra". In Recent research in late-antique urbanism, edited by L. Lavan, 173-181. Portsmouth: JRA, 2001.

## **APÊNDICE A- Inscrições tardoantigas referentes a Antioquia encontradas em outras cidades**

■

Inscrições relacionadas a Antioquia

Descrição

Inscrição proveniente do mosaico de uma sinagoga construída em Apameia, con



Inscrição proveniente de um sepulcro de Besara (Bet'Shearim), necrópole judaica

5

6

7

■

## **APÊNDICE A- Inscrições tardoantigas referentes a Antioquia encontradas em outras cidades (Cont.)**

■

Inscrições relacionadas a Antioquia

Descrição

Inscrição proveniente de Tiberíades, na Galileia, que faz menção a judeus reside

■

## **APÊNDICE B – Inscrições tardoantigas encontradas em Antioquia**

■

Inscrições relacionadas a Antioquia

Descrição

Inscrição encontrada num opus tessellatum da igreja cruciforme construída na pe

Inscrição encontrada em Antioquia, numa área em que, provavelmente, se locali

## O Fio da Memória:

### O Condutor dos Mortos nos Parentalia

*Luciane Munhoz de Omena (Universidade Federal de Goiás)<sup>248</sup>*

*Pedro Paulo A. Funari (Universidade Estadual de Campinas)<sup>249</sup>*

## Morte e Memória

Os estudos contemporâneos sobre as atitudes diante da morte e dos mortos, bem como em relação às formas de interação cultural das populações com o espaço das necrópoles fundamentaram-se em pesquisas antropológicas. Herdeiros de autores como Gustave Glotz, estudiosos passaram a divulgar que o melhor veículo de compreensão das sociedades seriam os vestígios mortuários. O túmulo e seu mobiliário transformaram-se em um complexo de representações, uma vez que poderiam extrair as divisões sociais e, deste modo, ampliar o escopo de investigação da estrutura social. Nesse âmbito, tivemos dois principais representantes: Philippe Ariès que, em 1977, publica “O homem diante da morte” e Norbert Elias em seu livro de referência “A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer”, publicado em 1982. A partir de um grande volume documental, Ariès supõe que, durante a época medieval, bem como no decorrer da moderna, as sociedades produziram representações de uma boa morte, ainda que a temessem. Havia uma familiaridade pública que, segundo sua argumentação, podia ser percebida em testemunhos, como, por exemplo, a sogra de Lily Pincus. Uma idosa senhora inglesa, ao fim do século XIX, acometida por um câncer, estando em estágio terminal, após uma crise, volta à consciência e, em seguida, reúne seus familiares. O cenário é composto por uma narrativa quase bucólica. Nas palavras de Lily Pincus,

Quando voltou a si, pediu que a pusessem sentada no leito, e então, com o mais amável dos sorrisos, olhos brilhantes, pediu para ver todas as pessoas da casa. Disse adeus a cada um, individualmente, como se estivesse de partida para uma longa viagem, deixou mensagens de agradecimentos para os amigos, parentes, para todos que dela se tinham ocupado. Teve uma lembrança especial para as crianças que a tinham divertido. Depois dessa recepção, que durou perto de uma hora, Fritz e eu ficamos sozinhos ao lado dela, até que nos disse também adeus com muita afeição e murmurou: agora deixem-me dormir.<sup>Z<sup>50</sup></sup>

Ao que nos parece, esse ambiente doméstico, agregado à boa morte, produz imagens de um falecimento tranquilo, podendo-se supor quase indolor.<sup>Z<sup>51</sup></sup> Ao longo de suas elucubrações, pressupõe que civilizações mais tradicionais, diferente da sociedade contemporânea tecnicista que recusa e refuta a morte, não poderiam distanciar-se dela, já que era partícipe da vida cotidiana.<sup>Z<sup>52</sup></sup> Temos, então, em Ariès, a serenidade e a calma das pessoas no momento do decesso. Tal hipótese conduziu Norbert Elias a comentários irônicos, ao afirmar que, “num espírito romântico, Ariès olha com desconfiança para o presente inglório em nome de um passado melhor”.<sup>Z<sup>53</sup></sup> Para o sociólogo Elias, a morte esteve atrelada à violência, à brevidade e às incertezas; em muitas circunstâncias, o morrer significava tormento e dor.<sup>Z<sup>54</sup></sup> Se pensarmos as sociedades mediterrânicas, área de nossa especialidade, corroboraremos as reflexões de Elias, uma vez que os vestígios materiais e escritos, como epigrafia funerária, relevos, edifícios tumulares, tratados filosóficos e históricos, entre outros, apresentam, muitas vezes, disputas políticas, apagamento social do morto, expressões de dor e de dúvidas acerca da continuidade de transmissão da memória do falecido.<sup>Z<sup>55</sup></sup> Tais percepções permitem-nos compreender, como veremos mais adiante, que os genitores de Ursilia Ingenua, Ursilius Rufinus e Domitia Severa preocuparam-se em disponibilizar recursos financeiros para que a filha fosse honrada e, ao mesmo tempo, lembrada nas festividades aos mortos. Isso nos leva a crer que havia, pelo menos enquanto representação, o sentimento de incerteza quanto à propalação de suas reminiscências.

No que se refere a isso, gostaríamos de fazer nossas as palavras de Elias: “Morte pacífica no passado”?<sup>Z<sup>56</sup></sup> Nele, encontramos vestígios de uma produção social de memória, assim como também dispositivos de obliteração, os quais, em algumas

circunstâncias, apagavam ou depreciavam a reputação de um indivíduo em seu grupo social. Maureen Carroll, em artigo intitulado *Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration*,<sup>Z<sup>57</sup></sup> explora o edifício funerário como monumento de memória, pois, ao parafrasearmos a autora, o túmulo e seus epitáfios transformavam-se em agentes mnemônicos para as gerações futuras. A memória incorporava fama e reputação, por isso a eliminação intencional de um indivíduo conduzia-o, de fato, à destruição de sua notoriedade. Por este fato, a visibilidade de sua condenação colocava ainda mais em evidência a sua exclusão social. Em muitos casos, a desonra podia implicar uma *damnatio memoriae*; no entanto, aqui, cabe acentuar que não se trata dos contextos oficiais da *Res Publica* (e.g. Domiciano, o qual teve suas imagens destruídas)<sup>Z<sup>58</sup></sup> e sim de túmulos com equivalência ao ambiente doméstico. Nota-se, portanto, o apagamento de textos e imagens em contextos funerários que se associavam às circunstâncias pessoais, à deserção, ao divórcio ou aos conflitos legais. A eliminação social nem sempre se relacionava às ações políticas. Temos, por exemplo, o altar funerário de Iunia Procula, localizado em Roma, Via Flaminia, I d.C., com duas inscrições em mármore: na primeira, os pais de Iunia Procula, Marcus Iunius Euphrosynus e Acte, dedicaram o epitáfio em sua memória (CIL VI.20905). Iunia viveu oito anos, onze meses e cinco dias, indicando, deste modo, não somente uma fórmula epigráfica, mas, também, o sentimento de perda. Logo, nossas discussões partem da premissa de que em função da morte prematura,<sup>Z<sup>59</sup></sup> a família de Iunia poderia estar comprometida ao isolamento social, à medida que a filha de Euphrosynus não herdaria a propriedade, não cuidaria de seus pais na velhice e, ainda mais grave, a sua família poderia não ter as honras prestadas em ocasiões como, por exemplo, os *Parentalia*. Nessas circunstâncias, Marcus Iunius Euphrosynus considerava-se miserável e Acte, por sua vez, honrava a filha com o seu luto.<sup>Z<sup>60</sup></sup> Tal situação permaneceria mesmo que outros membros da família nuclear ou estendida, em sentido mais amplo, pudessem assumir a responsabilidade para a realização das construções tumulares, cortejos funerários e comemorações dos ancestrais.<sup>Z<sup>61</sup></sup> Entretanto, nessa mesma inscrição, Acte, nomeada mãe e esposa, tem o seu nome apagado de forma deliberada. É importante ressaltar que Acte, assunto da inscrição, é identificada como liberta. Se pensarmos a condição de escravo fugitivo que, ao ser apreendido, receberia a marca da infâmia, a pedra marcaria, em termos simbólicos, tal como na pele de um escravo, a ignomínia eterna de uma mulher libertada. A exclusão de seu nome aparece no momento em que Euphrosynus afirma ter feito o altar para si, incluindo, deste modo, Acte, com o nome dela apagado - *fecit M(arcus) Iuniu[s] – – -] Euphrosynus sibi et [- – -]e* (CIL VI. 20905).<sup>Z<sup>62</sup></sup> Mesmo considerando o apagamento de seu nome,

devemos levar em consideração também a sua primeira condição social: esposa e mãe. Ao corroborarmos a hipótese de Edmondson,<sup>Z<sup>63</sup></sup> consideramos os epitáfios reveladores, uma vez que escravos e libertos incluíam-se como membros da domus. Muitas vezes, tal como Acte, as libertas uniam-se em matrimônio com seus senhores, como se verifica em Pompeia e na Isola Sacra, ou comemoravam seus antigos proprietários, em especial na ausência de herdeiros livres ou por não terem sobrevivido para cumprir o dever sacro. Ademais, encontramos testemunhos de libertos que, enterrados ao lado dos membros nascidos livres da família, compunham a unidade familiar. Temos, por exemplo, o epitáfio de Lúcio Trébio Divo, traduzido por nós em outra oportunidade,<sup>Z<sup>64</sup></sup> o qual lamenta a morte de seus libertos, afirmando, deste modo, que teriam sido sepultados ao lado direito, enquanto suas duas esposas estavam à esquerda do edifício funerário.<sup>Z<sup>65</sup></sup>

Desse modo, a motivação da exclusão de Acte do altar funerário encontra-se na segunda inscrição, adicionada atrás do monumento. Marcus Iunius Euphrosynus acusa-a de adultério, bem como menciona a sua fuga com seus escravos, deixando-o com problemas financeiros e, além disso, solitário (CIL VI 12.649). Diante de tais circunstâncias, Euphrosynus, tomado por profundo ódio, amaldiçoa-a, desejando-lhe a tortura, à medida que deveria ser pendurada em uma corda e, ao final, o seu coração consumido pelo fogo.<sup>Z<sup>66</sup></sup> Isso leva-nos a crer que os restos mortais de Acte não estavam no monumento funerário, uma vez que a exclusão de seu nome não se configuraria como um atentado contra o locus religiosus. Compreendemos, em razão disso, que, em relação à escrita na pedra, Euphrosynus potencializaria ainda mais a maldição, pois, como argumenta Carrol,<sup>Z<sup>67</sup></sup> esperava a assistência subterrânea do espírito vingativo de Iunia Procula. Temos, então, a partir dessa narrativa funerária, a presença marcante de conflitos familiares personificados por crenças mágicas que pretendiam, acima de tudo, desonrar a memória de Acte, transformando-a, por consequência, em uma vergonha pública ou, em outras palavras, nos stigmata aeterna, em desgraças eternas. Aqui, a damnatio memoriae não representa a sua exclusão irrevogável, uma vez que o seu nome, mesmo em condições quase ilegíveis, mantém-se no altar funerário, visto que, como supomos, o sombreamento de seu nome seria intencional e, ao vincular-se à segunda inscrição, o seu nome representaria traição e engano.<sup>Z<sup>68</sup></sup>

Assim sendo, nosso objetivo é a compreensão dos Parentalia a partir da estela funerária, localizada na Via Manzoni-Giardino, em Milão, dedicada a Ursilia Ingenua. No epitáfio, os pais de Ursilia, Ursilius Rufinus e Domitia Severa, destinaram a estela à memória de sua filha, em um altar funerário de mármore que, à época da festividade, a filha deveria ser homenageada. Para tanto, antes de adentrarmos ao ambiente das celebrações da morte, torna-se, portanto, imprescindível produzirmos algumas reflexões sobre as inscrições funerárias, uma vez que fornecem uma memória seletiva, digna de lembrança, criando, com isso, um passado comum a ser incorporado à memória social.

### **Epitáfios, Transmissores de Reminiscências**

De fato, parece-nos possível deduzir que a sociedade romana atribui valor aos túmulos, com especial relevo ao epitáfio, responsável pela conservação da memória dos mortos. Podemos dizer que as representações mortuárias, como já demos a entender, eram mediadas pela interposição de documentação textual e material, à medida que consideramos a materialidade essencial para a compreensão das relações sociais. Diante dessas considerações, a cultura material engloba um conjunto de objetos, estruturas arquitetônicas, paisagens culturais e alimentares, assim como os próprios textos em sua condição física. É preciso ainda esclarecer que utilizaremos a categoria de epigrafia sepulcral. No entanto, não pretendemos reduzir a epigrafia a um mero formato tradicional, como, por exemplo, categoria sagrada, honorífica, obras públicas, instrumentum domesticum, entre outras. Conforme essa linha de raciocínio, as diferentes categorias de inscrições conduzem-nos a uma série de dificuldades, pois, como questiona Cooley:<sup>69</sup> “estes padrões de escritas devem ser distinguidos por função (e.g. funerária, honorífica, religiosa), por monumento (e.g. túmulo, base de estátua, altar), por texto (e.g. epitáfio, decreto, voto), por material (e.g. pedra, metal, cerâmica, parede, rocha, mosaico) por método de escrita (e.g. esculpido, pintado)? Podemos, então, nos perguntar: formulamos tais categorias, as quais sequer eram reconhecidas no mundo romano, com o objetivo de compreender a natureza da cultura epigráfica, a fim de validar nossos estudos históricos?”<sup>70</sup> Vale dizer que a categoria é um dispositivo metodológico e, por conseguinte, funciona como mecanismo de transformação dos testemunhos epigráficos em interpretações históricas, que margeiam, segundo nosso campo hipotético, a



compreensão acerca das funções sociais da epigrafia romana.

Entendemos que a categorização coloca em evidência a riqueza de inscrições produzidas no mediterrâneo em época romana, com seus diferentes suportes, como a escrita esculpida em pedra, metais, selos, vidros, mosaicos, pinturas, tijolos, entre outros.<sup>Z<sup>71</sup></sup> Entretanto, consideramos primordial compreender o entrelaçamento dessas diversas categorias que, em um mesmo edifício, tal como em um monumento funerário, podem congrega elementos como, por exemplo, a escrita em mosaicos, epitáfios e urnas.<sup>Z<sup>72</sup></sup>

Portanto, dentro desse quadro analítico, a epigrafia sepulcral aparece em formatos padronizados a serem apresentados aos espectadores, transformando-se, de fato, em veículo de comunicação. Em geral, os epitáfios romanos apresentavam fórmulas abreviadas, como, por exemplo: F – fecit\faciendum – fez\ a ser feito, H M H N S – hoc monumentum heredem non sequitor – este túmulo não passa para herdeiro, entre outras abreviações. Temos ainda a extensão de tempo, tal como se verifica no altar funerário de Iunia Procula ou Ursilia Ingenua. O epitáfio é transcrito como “uixit annos” – “viveu tantos anos”

— e, tal como sustenta Chioffi,<sup>Z<sup>73</sup></sup> é possível obtermos dados mais seguros quanto à idade em relação às crianças menores, uma vez que os seus nascimentos estavam nas memórias de seus familiares. Outro modo de se obter informação sobre a idade do falecido são os epitáfios de militares, já que os soldados deveriam comunicar suas respectivas idades no alistamento; assim sendo, os anos de serviço eram bem registrados. Desse modo, a contagem de tempo, de forma geral, nem sempre incorporava a idade exata do morto, mas este dado nos apresenta indicativos de tristeza, luto e união matrimonial, como podemos verificar no epitáfio de Lúcio Trébio Divo, localizado na Via Manzoni-Giardino, Milão, em 1874. Em versos elegíacos, declara:

*Para os deuses manes. Em vida, Lúcio Trébio Divo fez este monumento funerário para Septícia Moura - cônjuge caríssima - que viveu comigo 38 anos, cinco meses e 14 dias. Ai de mim miserável, que fiz funerais tão cruéis, choro noite e dia, depois destas coisas, mais não pude garantir senão uma casa eterna*

*(sc. esta sepultura); da minha parte, oh quanta dor, que forçou - eu um mísero patrono – o peito a suportar tais coisas. Depois disso tudo, juntou-se a mim Flâmia como esposa; ela está na parte esquerda, colocada sob a fiel esposa anterior; os libertos todos estão à direita. Vós que ledes, amigos: já espero que venha aquele dia no qual o tirano me leve a estar com eles (Cívico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A. 0.9.11034. Transcrição de Sartori, 1994. Tradução de Omena e Funari, 2015).*

*D (is) M(anibus),V(ivus) f(ecit), L(ucius) Trebius Divus Septiciae Maur(a)e coniug(e), carissim(a)e quae vixit mecum annos XXXVIII men(ses) V dies XIII hic ubi libertus arta(vi) meos et cesserunt fatis mea damna priores hic iacet indigna consum(p)ti morte novati hic iacent IIII una man[u]missi die et coniuge cara mihi: Lucius Trebius Chryseros qui vixit ann(os) XVIII mens(es) V dies VIII Benig na vixit ann(os) V dies XXII Felicitas vixit ann(os) III m(enses) II dies XI Postumia vixit bien(n)io dies VIII heu me miserum qui tot crudelia [fu]nera feci nocte(m) diemque fleo post haec plus non potui praestare meis qua[m] aeternam domum p[ro] parte mea o quantum do lor est quod miserum cogit pectus haec ferre patro num post haec adiuncta est mihi Flamia coniu(n)x laeva parte stat iuncta pares liberti dextra sub co(n)iuge priore pia vos qu(i) legitis amici iam specto venit illa dies in [q]ua stat ille tyrannus [qu]i me tra(n)sponat ad illo(s). (Cívico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A. 0.9.11034. Transcrição de Sartori, 1994).*

Aqui, sem ressalvas, Trébio expressa profunda dor ao perder suas duas esposas e quatro libertos, porém, ao referir-se à primeira, Septícia Moura, não menciona a idade ou tempo de vida da companheira, apenas o cômputo de anos compartilhado.<sup>Z<sup>74</sup></sup>

Temos, então, a presença de relações de sangue, patronato, amizade, luto, disputas políticas, celebrações dos Parentalia; em relação às crianças, como símbolo de afetividade, os pais utilizavam adjetivos como piissimus/a.<sup>Z<sup>75</sup></sup> Criam-se, então, a partir dos epitáfios, construções identitárias em consonância com a promoção pública de suas imagens, nomes, rostos, sentimentos de perda e de

afeto, bem como o enaltecimento de sucessos ou, em contrapartida, a solicitação aos visitantes, ou a qualquer transeunte informal, da lembrança da infâmia sofrida por membros familiares, criando, desse modo, exempla sociais vinculados ao locus religiosus, tal como se constata com Marcus Iunius Euphrosynus.

A partir dessas perspectivas, consideramos os epitáfios ações associadas à pietas, pois, assim como supomos, as sociedades mediterrânicas romanas seguiam tradições religiosas que, de fato, envolviam escolhas sobre a transmissão da memória de seus mortos. Compreendemos, em razão disso, a pietas como um elemento agregador de todo o processo de ritual funerário, cabendo, deste modo, aos vivos o cuidado com o cortejo fúnebre, com a construção do monumento mortuário, com a celebração dos Parentalia e com a elaboração do epitáfio.

Sabemos, à vista disso, que gravar algo, por si só, representava uma vontade de ser lembrado; portanto, ao nos referirmos aos epitáfios, realçamos as conexões e as simbologias entre palavras escritas e faladas. Isso nos leva a crer que a inscrição funerária, lida em voz alta, permitia, em termos ritualísticos, a simbiose das palavras proferidas no momento da morte e do sepultamento. Os mortos, por intermédio das inscrições, muitas vezes, inquiriam aos transeuntes a conclamação de seus nomes. Isto ocorria, de acordo com nosso entendimento, para que a repetição ritual evocasse a memória do falecido.<sup>Z<sup>76</sup></sup>

### **Estudo de Caso: Ursilia Ingenua**

A partir do exposto, podemos iniciar as discussões a respeito do nosso corpus documental. Como já demos a entender, utilizamos o altar funerário em mármore, medindo 86 cm de comprimento, 40 cm de largura e 27 cm de espessura, localizado em uma das necrópoles de Milão e, anexado, segundo Sartori,<sup>Z<sup>77</sup></sup> talvez na parte interna do complexo sepulcral da família, à medida que se vê a presença de um pequeno orifício na parte superior do altar (como se observa na figura I), indicando, desse modo, o local de sustentação da peça na parede. Tal como se visualiza na imagem abaixo:





## FIGURA 1 – ALTAR FUNERÁRIO EM MÁRMORE DE URSILIA INGENUA. CIVICO MUSEO ARCHEOLOGICO DI MILANO

FONTE: Civico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A 0.917767 apud SARTORI, 1994 (Transcrição):

*Ursilae Ingenuae quae vix(it) ann(os) VIII m(enses) VI. Ursilius Rufinus et Domitia Severa parentes in cuius mem(oriam) colend(am) deder(unt) iuvenae(bus?) Corogennatib(us) (sestertios) CCCC ex quor(um) reditu quodann(is) tempore Parentalior(um); quam et rosae coronas ternas ponerentur et profus(iones) suo quoq(ue) anno fieri quod si iuvenae non fecerint restituer(e) debeb(unt); vicanis Corogennatibus et illi id observabunt.*

É importante ressaltarmos que não temos informações sobre a localização do altar e sua posição na necrópole de Milão, dificultando, dessa forma, as compreensões com relação ao contexto arqueológico de deposição do edifício funerário, bem como de sua estrutura.<sup>Z<sup>78</sup></sup> Ainda que não tenhamos vestígios de necrópoles, tais como em Pompeia, Ostia e na Isola Sacra, os testemunhos mortuários, presentes no Civico Museo Archeologico di Milano, apresentam uma vasta gama de estelas em pedras, lastra de monumento funerário com guirlandas em pedra de Botticino, região de Milão, altares e urnas funerárias em mármore que, em nossa percepção, evidenciam a riqueza de uma região conhecida, à época de 49 a.C., como *municipium ciuium romanorum*.

Em relação ao altar de Ursilia Ingenua, ainda que o mármore não seja dos mais elaborados, como, por exemplo, o mármore branco utilizado em estatuárias ou aqueles compostos com grãos finos, retirados das célebres pedreiras em Paros e Luna,<sup>Z<sup>79</sup></sup> pode afirmar-se que seu altar funerário, como supomos, coloca em evidência certa elevação social de seus familiares. Notamos, pois, que a marmorização se direcionada às ornamentações, atestava, deste modo, o crescimento político-social de uma cidade, conforme verificamos, por exemplo, com a utilização de mármore de Luna no período de consolidação da política de

Otávio Augusto.<sup>Z<sup>80</sup></sup> À vista disso, não foi o acaso que impulsionou as restaurações, as construções e as decorações realizadas por Augusto: recompôs oitenta e três templos, erigiu doze novos com o mármore de Luna e realizou a complexa decoração da Ara Pacis. Segundo argumenta Holliday,<sup>Z<sup>81</sup></sup> o altar, em termos simbólicos, com sua presença física e um locus religiosus de sacrifícios públicos anuais, manifestava o fim dos conflitos sangrentos da Res Publica em grande estilo, com a presença do mármore branco adornando a procissão familiar, as divindades e todos os elementos sacrificiais. Da mesma maneira, a utilização marmórea em espaços domésticos ou em nosso cenário de estudos (as necrópoles romanas) evidencia a ascendência pessoal de cidadãos. Se nos voltarmos aos testemunhos escritos veremos, por exemplo, o filósofo Sêneca<sup>Z<sup>82</sup></sup> condenar o uso excessivo de ornamentações em casas, seduzindo, dessa forma, seus concidadãos aristocráticos. Assim, não nos parece algo singular os pais de Ursilia utilizarem o mármore em seu edifício funerário, criando, desse modo, um espaço de concorrência entre as famílias.<sup>Z<sup>83</sup></sup> Ao que nos parece, o espaço da necrópole representa visibilidade e produção social de memória, podendo esse fato ser vislumbrado na estela funerária dedicada a Ursilia, localizada, segundo Sartori,<sup>Z<sup>84</sup></sup> provavelmente na parte externa do complexo funerário.





## FIGURA 2 – ESTELA FUNERÁRIA EM MÁRMORE DE URSILIA INGENUA. CIVICO MUSEO ARCHEOLOGICO DI MILANO

FONTE: Civico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A 0.91080

Na imagem, temos a inscrição do tempo de vida: “Ursilia Ingenua que viveu oito anos e seis meses” – “Ursilia Ingenua q(uae) v(ixit) ann(os) VIII m(enses) VI”.<sup>Z<sup>85</sup></sup> Sabemos, portanto, que a estela em mármore mede 100 cm de comprimento, 54 cm de largura e 20 cm de espessura (Figura 2); como se observa, o relevo apresenta a menina como adulta. Conforme analisa Janet Huskinson,<sup>Z<sup>86</sup></sup> se observarmos os relevos ou altares em contextos funerários, encontraremos um grande escopo de representações de crianças com vestimentas de adultos, o mesmo ocorre com Ursilia. O universo das crianças é construído a partir dos adultos e refletem, por conseguinte, suas preocupações sociais. Quando desejavam infantilizar um pouco mais a representação, inseriam cenas com animais domésticos, cães e gatos, por exemplo.

Em relação à estela de Ursilia Ingenua, a imagem, ou pelo menos o que nos restou dela, não apresenta com clareza o que a envolve. Segundo Sartori,<sup>Z<sup>87</sup></sup> poderíamos pensar na deusa Epona, se pudéssemos reconhecer dois cavalos nas laterais, ou em outra possibilidade de interpretação com a presença de cães, já que estes animais tinham uma forte conotação com o ambiente mortuário, por serem compreendidos enquanto fiéis companheiros na vida e na morte; poderiam ser representados, deste modo, como guardiões do túmulo. No entanto, dada à condição fragmentada da estela, não conseguimos reconhecer nenhuma das duas hipóteses. Ao que nos parece, a estela funerária teria sido construída antes da morte de seus genitores, à medida que o altar funerário, com referência aos Parentalia, seria uma recomendação à perpetuação de sua memória. Seus pais já não estavam em meio aos vivos, não poderiam prestar-lhe homenagens. Temos, então, duas circunstâncias distintas: a primeira vincula-se à construção da estela funerária como símbolo de projeção da família de Ursilia Ingenua; a segunda evidencia o fato de que o altar funerário, bem como a própria escolha indica, não pretendia reforçar a família como gloria maiorum, mas, sobretudo, garantir a

Ursilia a manutenção de suas honras nos dias dos Parentalia.

Entendemos que a celebração aos mortos se destinava à produção de memória, criando, com isso, a imortalização do falecido, e se designava ao estímulo do papel público dos familiares do morto. Tal como se verifica com Ursilius Rufinus e Domitia Severa, que, segundo nossa hipótese, ao propalarem a produção de uma memória vinculada aos Parentalia, exaltavam, em termos simbólicos, a pietas familiar. Nas recomendações dos genitores, temos a seguinte mensagem:

Para Ursília Ingênua, que viveu oito anos e seis meses. Ursílio Rufino e Domícia Severa, pais, em cuidado da memória dela, deram às jovens do bairro dos Corogenatos 400 sestércios, de cujo rendimento, a cada ano, na época da festa Parentalia para que pusessem tanto três coroas de rosas como libações fossem feitas a cada aniversário dela. Se as jovens não o fizerem, deverão restituir para os habitantes do bairro dos Corogenatos e eles isto observarão (Cívico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A 0.917767. Transcrição de Sartori, 1994. Nossa tradução (CIL V 5907)).

Ursilae Ingenuae quae vix(it) ann(os) VIII m(enses) VI. Ursilius Rufinus et Domitia Severa parentes in cuius mem(ori)am colend(am) deder(unt) iuvenae(bus?) Corogennatib(us) (sestertios) CCCC ex quor(um) reditu quodann(is) tempore Parentalior(um); quam et rosae coronas ternas ponerentur et profus(iones) suo quoq(ue) anno fieri quod si iuvenae non fecerint restituer(e) debeb(unt); vicinis Corogennatibus et illi id observabunt. Z<sup>88</sup>

Aqui em específico, não temos a fórmula D M (Diis Manibus) que, como sabemos, indicava o culto aos mortos que se dirigia ao nomen e ao numen da família. A expressão não aparece tampouco em epitáfios militares, que acentuam a sua vinculação com a legião. Comemorava-se o nome do falecido, sua posição, o título da unidade, o tempo de serviço militar, sua origem, a idade no momento da morte e o nome do comemorador ou o responsável pela construção da lápide. Assim, parece-nos possível deduzir que o enterramento militar deveria criar um vínculo de comunidade com o exército. Z<sup>89</sup> Não representava um culto doméstico.

Entretanto, o epitáfio dos pais de Ursilia Ingenua indica recomendação testamentária, uma vez sacra a inscrição, deveria garantir o cumprimento das observações religiosas em honra ao nomen da filha. Suas palavras ressaltam que “a cada ano, na época da festa Parentalia para que pusessem tanto três coroas de rosas como libações fossem feitas a cada aniversário dela” (CIL V 5907).

Ao lermos Ovídio, o termo Parentalia aparece no plural, já que a festividade abrangia nove dias consecutivos: o nono dia era denominado Feralia e ocorria em 21 de fevereiro. Neste dia, os familiares levavam em peregrinação alimentos e flores aos túmulos. Certamente, de acordo com nossos pressupostos, o festival pretendia apaziguar os mortos; em razão disso, fechavam-se os templos, não se colocavam fogo nos altares, proibiam-se casamentos, magistrados abandonavam suas insígnias e não se instruía processos judiciais.<sup>Z<sup>90</sup></sup> Preservou-se a etimologia parentalia e, ao longo do tempo, o festival adquiriu o nome de parentes para designar pais. Há de se destacar, tal como apresenta Dolansky,<sup>Z<sup>91</sup></sup> que o termo pode adquirir igualmente outros significados, como, por exemplo, avós e bisavós, pais, mães, irmãos ou parentes para designar grupos sociais aristocráticos. No epitáfio de Ursilia Ingenua, parentes aparece como sinônimo de genitores. Tais evidências levam-nos a estabelecer que os ritos de comemoração aos mortos congregavam não somente os ancestrais, mas também mortos recentes, como irmãos, cônjuges e, com mais frequência, crianças e jovens. Em relação a Ovídio e Ausônio, os Parentalia vinculavam-se à gens, à medida que se concentrava nas famílias nucleares e na unidade conjugal.

Ausônio, por exemplo, ao escrever os Parentalia, em 378 d.C., honra os seus mortos: Júlio Ausônio, pai; Emília Eônia, mãe; Emílio Eônio Arbório, tio materno; Célio Argício Arbório, avô; Emília Hilária, tia materna; Atusio Lucano Talísio, sogro; Atúsia Lucana Sabina, esposa; Ausônio, filho pequeno, Júlia Driadia, irmã; Aviciano, irmão; Fl. Santo, esposo de Pudentila, irmã de sua esposa Sabina, entre outros membros familiares.<sup>Z<sup>92</sup></sup>

Ora, o que estava em jogo eram as ações dos vivos que, envolvidos em uma órbita de respeito (pietas) e afetividade, ao visitarem os túmulos, cumpriam os deveres para com os mortos. Garantia-se o bem-estar mútuo. Na percepção de Ausônio, a festividade representava uma observância religiosa (maestam religionem) (Prefa. A.5), pois, como conclui Dolansky;<sup>Z<sup>93</sup></sup> comemorar o morto

era, em sua opinião, uma atividade da mais alta ordem). Conforme temos visto, a fórmula *Diis Manibus* (D M – Para os deuses Manes) indicava não apenas referência ao espaço doméstico, porém também se relacionava à sobrevivência da alma. Os *Parentalia* invocavam, a partir da fórmula, os espíritos dos que partiram. Como propõe Keppie,<sup>Z94</sup> acreditava-se que seus mortos viviam dentro do túmulo ou em suas mediações. Tal perspectiva torna-se interessante ao apresentarmos as palavras de Ovídio,

Mas outrora, enquanto travavam longas guerras com ferozes armas, abandonaram os dias de *Parentalia*. Isso não ficou impune: dizem que deste ultraje, resultou que *Toma* ficasse muito quente pelas piras funerárias em seus subúrbios. Quase não o creio: dizem que os espíritos ancestrais surgiam queixosos de suas tumbas na calada da noite. Custo acreditar: dizem que os nossos avós saíram das sepulturas lamentando-se na calada da noite, disformes, pelas ruas da cidade e pelos largos campos, como corujas a ulular.

At quondam, dum longa gerunt pugnacibus armis bella, Parentales deseruere dies. Non impune fuit; nam dicitur omine ab isto Roma suburbanis incaluisse rogis. Vix equidem credo: bustis exisse feruntur et tacitae questi tempore noctis aui, perque uias Vrbis latosque ululasse per agros deformes animas, uolgius inane, ferunt. <sup>Z95</sup>

Assim, parece-nos possível deduzir, tal como argumenta Rodríguez,<sup>Z96</sup> que, ao ser esquecido, o morto perdia sua individualidade “e a alma do indivíduo passava a formar parte de uma massa indefinida, os *dii inferi*, os *manes*, pois, como propomos, os romanos acreditavam que os mortos podiam ser perniciosos ao homem”. Desse modo, ao vislumbrarmos os mortos lamentando a ausência de seus rituais, acrescidos ainda mais com as almas disformes, entendemos que o clamor representava uma súplica contra o apagamento de seus nomes. Tal como os genitores de *Ursilia*, os mortos ovidianos puniam os homens com suas presenças assustadoras e, por conseguinte, suas piras ardiam mais do que o comum, uma vez que rogavam aos vivos a memória eterna. Consideramos, portanto, que, ao escrever na primeira década do Principado, Ovídio, em seus *Fasti*, escritos em versos dísticos e elegíacos (hexâmetro e pentâmetro), descreve os cultos e as festas religiosas dos seis primeiros meses do ano.

Em nosso caso, interessa-nos o mês de fevereiro, o qual designava a comemoração aos mortos, visto que, tal como entendemos essa celebração, ela representava um culto doméstico com oferendas aos tumuli. Tratava-se do dever de piedade inerente à realização dos ritos. Como argumenta Dolansky,<sup>97</sup> o discurso ovidiano de monstrosidade do passado deveria atuar como exemplum, dado que seus contemporâneos não poderiam mais negligenciar os dias dos Parentalia. Desse modo, Ovídio recupera o personagem Eneias,<sup>98</sup> denominando-o patrono da piedade, em razão de, ao que nos parece, ter utilizado a imagem do herói e a presença dos Parentalia como elementos vitais para a manutenção da vida humana, bem como para a preservação da urbs.<sup>99</sup> Explorava, com isso, a permanência do espaço do sagrado, que permitia, segundo nossa hipótese, o estabelecimento da concórdia, numa relação de fides e pietas, garantindo, desse modo, a condição ideal de manutenção da ordem no interior da urbs.<sup>300</sup>

A partir do exposto, podemos definir, de modo geral, a incorporação dos espaços doméstico e público no festival dos Parentalia, já que as negligências do passado, mencionadas por Ovídio, afetavam de forma negativa o ambiente cívico. Ovídio sugere, então, o senso de obrigação, nos versos em dísticos, ao privilegiar a honra, a pietas e os munera.<sup>301</sup> Há uma exortação em seu canto à ancestralidade (animas paternas, Fast. 2.533); as gerações, como supomos, são enumeradas (generis dinumerare gradus),<sup>302</sup> sugerindo, deste modo, laços de obrigação familiar e devoção que se estendiam ao longo do tempo. A partir de uma linhagem alongada, a continuidade familiar tornava-se um relevante dispositivo de poder, pois, se pensarmos em Otaviano Augusto, ao elaborar a sua árvore genealógica, a divindade Venus Genetrix transformou-se em antepassada mística e protetora de sua família, a gens Iulia;<sup>303</sup> por isso, a história familiar mereceria ser celebrada nos dias dos Parentalia.

Nota-se, aqui, uma clara distinção em relação ao discurso de ancestralidade: no canto ovidiano, temos a exaltação da gloria maiorum da gens de Augusto; enquanto no epitáfio de Ursilia Ingenua, sem produzir uma longevidade, há um enaltecimento à sua memória. Entendemos, por um lado, que se trata de uma domus imperial, mas, por outro, nos estimula a ampliar o escopo documental, já

que, levando-se em consideração os vestígios materiais, obtemos informações distintas, se compararmos aos testemunhos escritos; por consequência, estendemos igualmente as concepções e as simbologias da morte. Em nossa percepção, o epitáfio marca uma questão, no mínimo, relevante, à medida que se preocupa com a perpetuação do nome de Ursilia. Por este fato, os genitores estabelecem um veículo de punição, uma vez que “se as jovens não o fizerem, deverão restituir para os habitantes do bairro dos Corogenatos e eles isto observarão”.<sup>304</sup>

Logo, o epitáfio distancia-se do discurso de ancestralidade, colocando, desse modo, em evidência, a presença de associações, *collegia*, que se responsabilizavam pela realização dos rituais aos mortos. Assim, parece-nos possível deduzir que, em outros testemunhos epigráficos, a presença de libertos e de mulheres, das regiões da Itália e Gália Cisalpina, confiava às fundações financeiras a preservação de suas memórias. Em Óstia, tal como argumenta Dolansky,<sup>305</sup> a Iunia Libertas, em seu testamento, deixou uma propriedade aos seus dependentes. Entretanto, especificou que se nenhum membro familiar sobrevivesse, a propriedade deveria ser transferida à cidade de Óstia e 100 sestércios destinados anualmente aos sacrifícios e à decoração de seu túmulo à época dos Parentalia. Em relação à Ursilia Ingenua, partimos do pressuposto que precedeu à morte de seus pais que, com isso, confiaram às jovens de Corogenatos a execução dos deveres comemorativos. Ao que nos parece, o cenário evoca o cumprimento de uma obrigação religiosa, visto que, como argumentamos, a honra a Ursilia implicaria a observância da *pietas*.<sup>306</sup> Logo, o *officium* e a *pietas*, mesmo distantes do discurso de ancestralidade, tal como se observa em Ovídio e em Ausônio, mantiveram, de fato, as obrigações e a reciprocidade nos dias dos Parentalia.

Temos ainda, além dos discursos de *officium* e *pietas*, o processo de ornamentação e performance que, sendo um cerimonial sagrado, tal como explora Dolansky, englobava um sentido visual. Entendemos que tais elementos se associavam à produção social de memória, pois, como nos sugerem os testemunhos documentais escritos, epigráficos e arqueológicos, as procissões em direção aos túmulos nos Feralia, ocorrida em 21 de fevereiro, incorporavam honras, como derramamento de libações, depósito de guirlandas de rosas,

cereais, grãos de sal, vinho e violetas no túmulo.<sup>307</sup> Em Ovídio, por exemplo, entendemos que as oferendas poderiam ser mais modestas, bem como seriam igualmente capazes de atingir grandes proporções, como se verifica no famoso caso do liberto Q. Cominius Abascantus, o qual teve seus desejos imortalizados em uma dedicatória produzida por sua esposa, Nymphidia Monime. Na inscrição testamentária, a esposa acentua que seu cônjuge deixou um legado de 10.000 sestércios e instruções explícitas para uma série de ritos comemorativos, incluindo, dessa forma, concurso de luta livre no jardim de seu túmulo, doação de sestércios e a realização de um banquete com a participação de seis convivas. Abascantus pretendeu transmitir que, em vida, teria sido um marido amado, devotado aos amigos e piedoso às tradições romanas; em função de sua pietas, teria oferecido um prêmio elevado aos Feralia. Homens como Abascantus escolheram os Parentalia para proclamar seus status sociais por meio de componentes ritualísticos, com libações dispendiosas, competições de ginásticas ou comemorações festivas.<sup>308</sup>

Ao sairmos um pouco desse ambiente ostentoso, deparamo-nos com as libações a Ursilia Ingenua, as quais se referiam a três coroas de rosas e libações a serem realizadas a cada aniversário. Quer dizer, mesmo em um cerimonial bem mais singelo, entendemos que os pais de Ursilia Ingenua não apenas honram a sua filha, apresentando-a à sociedade de seu tempo a partir da devoção e da piedade, mas também, em termos gerais, evidenciam o respeito aos mortos na sociedade romana.

## **Considerações Finais**

O objetivo das reflexões anteriores foi compreender a celebração aos mortos que se destinava à produção de memória, a qual criava possibilidades de os familiares interagirem com os seus entes queridos já falecidos. Assim, entendemos que os Parentalia previam um período mais harmonioso para a lembrança, uma vez que os vivos, envolvidos pelo respeito e pelo carinho, ao visitarem os túmulos, realizavam os deveres para com os seus mortos. Criava-se, então, a oportunidade de os indivíduos se lembrarem de seus ancestrais, por



meio de oferendas em túmulos que simbolizavam a rememoração do nascimento e da morte do falecido, garantindo, dessa forma, a continuidade de seu nome. Devemos enfatizar que as celebrações aos mortos se fundamentavam na imortalização do falecido, levando-se em consideração a construção de imagens que, em nossa opinião, estimulavam, ainda, o papel público dos familiares. Tal como se verifica com Ursilius Rufinus e Domitia Severa, pais de Ursilia Ingenua, que, segundo nossa argumentação, ao propalarem a produção de uma memória vinculada aos Parentalia, exaltavam, em termos simbólicos, as relações de afetividade e de pietas familiar.

## **Agradecimentos**

Somos gratos à Airan Borges e à Raquel Soutelo pelo convite para participar dessa obra coletiva e à Suiany Bueno Silva, ao Erick Messias Costa Otto Gomes, ao Marcelo Miguel de Souza e ao Thiago E. A. Mota pelos constantes diálogos, bem como aos colegas do Departamento de História\UNICAMP e da Faculdade de História\UFG, pela possibilidade de troca de ideias. Mencionamos, ainda, o apoio institucional do CNPq, FAPESP e FAPEG\CAPES. As reflexões desenvolvidas no decorrer do texto são de responsabilidade apenas dos autores.

## **Referências Bibliográficas**

### **Documento Epigráfico**

Sartori, Antônio. Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche di Milano. Milano, 1994.



## **Catálogo**

Caporusso, Donatella, Donati, Maria Teresa, Masseroli, Sara e Tibiletti, Thea. *Immagini di mediolanum. Archeologia e storia di Milano dal V secolo a.C. al V secolo d.C.* Milano: Comunedì Milano, 2007.

## **Recurso Online:**

“Il Marmo Romano”. <http://www.romanoimpero.com/2012/10/il-marmo-romano.html> Última modificação 2009.

## **Fontes**

Ausônio. *Parentalia*, Book 1. Traduzido por Hugh G. E. White. Londres: Loeb, 1911.

Ovídio. *Fasti*. Traduzido por Sir James George Frazer. Londres: Loeb, 1989.

Sêneca. *Lettres a Lucilius*, Tome 1. Traduzido por Ajasson de Grandsagne, Charpentier Baillard, Dupaty Cabaret, Charles du Razoir, Herón de Villefosse, Naudet, C. L. F. Panckouke, Ernest Panckouke, De Vatimesnil, Alfred de Wailly, Gustave de Wailly e Alfonse Trognon. Paris: Les Belles Lettres, 1833.

## **Referências Gerais**

Alfayé, Silvia. “Sit Tibi Terra Gravies: Magical-Religious Practices Against Restless Dead in the Ancient World”. In *Formae Mortis: El Tránsito de la Vida a*

la Muerte em las Sociedades Antiguas, editado por Francisco Marco Simón et al, 181-216. Barcelona: Idicions de la Universidad de Barcelona, 2009.

Ariès, Philippe. O Homem diante da Morte. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

Birk, Stine. “Man or Woman. Cross-Gendering and Individuality On Third Century Roman Sarcophagi”. In Life, death and representation. Some new work on Roman sarcophagi, editado por Jás Elsner e Janet Huskinson, 229-260. New York\Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2011.

Borg, Barbara. Crisis & ambitio: tombs and burial customs in Third-Century CE Rome. New York: Oxford University Press, 2013.

Borg, Barbara. A Companion to Roman Art. Oxford: John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

Brown, Robert. “Livy’s Sabine Women and the ideal of concordia”. Transactions of the American Philological Association 125 (1995): 291-319.

Campbell, Virginia L. The tombs of Pompei: Organization, Space, and Society. New York: Routledge, 2015.

Chioffi, Laura. “Death and burial”. In Roman epigraphy, editado por Christer Bruun e Jonathan Edmondson, 627-648. New York, Oxford: Oxford University Press, 2015.

Cooley, Alison E. *The Cambridge Manual of Latin Epigraphy*. New York: Cambridge, 2012.

Carroll, Maureen. "Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration". In *Living through the dead burial and commemoration in the Classical world*, editado por Maureen Carroll e Jane Rempel, 65-90. Oakville: The David Brown Book Company, 2011.

Dolansky, Fanny. "Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory". *Phoenix* 65, no. 1-2 (2011): 125-157.

Edmondson, Jonathan. *Roman Family History*. In *Roman epigraphy*, editado por Christer Bruun e Jonathan Edmondson, 559-581. New York, Oxford: Oxford University Press, 2015.

Elias, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução de Plínio Detzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Erker, Darja Sterbenc. "Gender and roman funeral ritual". In *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*, editado por Valerie M. Hope e Janet Huskinson, 40-60. Oxford: Oxbow Books, 2011.

Feraudi Gruénais, Francisca. "The decoration of Roman tombs". In *A Companion to Roman Art*, editado por Barbara Borg, 432-451. Oxford: John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

Grubbs, Judith Evans. "Stigmata aeterna: a husband's curse". In *Vertis in usum. Studies in Honor of Edward Courtney*, C. K. S. Damon e J. Miller, 230-242. Leipzig, 2002.

Gruénais, Francisca Feraudi. "The Decoration of Roman Tombs". In *A Companion to Roman art*, editado por Barbara E. Borg, 431-451. Oxford: John Wiley & Sons, 2015.

Hales, Shelley. "The house and the construction of memory". In *The Roman house and social identity*, editado por Shelley Hales, 40-60. Cambridge: University Press Cambridge, 2009.

Holliday, Peter J. "Roman art and the State". In *A Companion to Roman Art*, editado por Barbara E. Borg, 195-213. Oxford: John Wiley & Sons, Ltd, 2015.

Hölscher, Tonio. "Roman historical representations". In *A Companion to Roman art*, Barbara E. Borg, 34-51. Oxford: John Wiley & Sons, 2015.

Hope, Valerie M. "Introduction". In *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*, editado por Valerie M. Hope e Janet Huskinson, XI-XXIV, Oxford: Oxbow Books, 2011.

Hope, Valerie M. "Constructing childhood on roman funerary memorials". *Hesperia Supplements* 41 (2007): 323-338.

Hope, Valerie M. "Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier". In *Archaeologies of remembrance*, editado por Howard Williams, 113-140. New York: KaPP, 2003.

Huskinson, Janet. "Habent sua fata. Writing life histories of Roman Sarcophagi". In *Life, death and representation. Some new work on Roman sarcophagi*, editado por Jás Elsner e Janet Huskinson, 55-82. New York\Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co. KG, 2011.

Keppie, Lawrence. *Roman Inscriptions*. Baltimore: Taylor & Francis e-Library, 2002.

Maciel, Justino. "Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 233-245.

Noy, David. "Goodbye Livia's: dying in the roman home". In *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*, editado por Valerie M. Hope e Janet Huskinson, 1-20. Oxford: Oxbow Books, 2011.

Omena, Luciane Munhoz de, Carvalho, Margarida Maria de. "Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material" *Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos* (2014): 223-244.

Omena, Luciane Munhoz de, Funari, Pedro Paulo. "Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV d.C.)". *Revista Estudos em Filosofia e História da Antiguidade* 29, jan-dez (2015): 195-206.

Pearce, John. "Marking the Dead: tombs and topography in the Roman provinces". In *Living through the dead burial and commemoration in the Classical world*, editado por Maureen Carroll e Jane Rempel, 134-158. Oakville: The David Brown Book Company, 2011.

Rodriguez, José Remesal. "Aspectos legais del mundo funerario romano". In *Espacios y usos funerarios em el Occidente*, editado por D. Vaquerizo, 369-377. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2002.

Smith, Christopher. John. *The Roman Clan. The gens from Ancient ideology to Modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Stem, Rex. *The Exemplary Lessons of Livy's Romulus*. California: University of California, 2007.

# **As Formas de Integração, as Redes de Comunicação e Promoção Política das Elites Provinciais Lusitanas no Alto Império**

*Airan dos Santos Borges (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)<sup>309</sup>*

## **A província da Lusitânia no contexto social do Império Romano**

No contexto imperial romano, a rede social desenvolvida nas cidades provinciais englobava grupos diversos. Cidadãos romanos, libertos ricos e pobres, artífices, comerciantes, proletários e escravos, jornaleiros pobres, pessoas de origens distintas que davam forma às comunidades e povoavam as estradas, os centros urbanos e propriedades rurais que integravam as civitates<sup>310</sup>. Nas províncias replicou-se o modelo social aristocrático, já conhecido na República: eram os grupos das elites que integravam as instâncias governamentais da cidade, aqueles que possuíam um alto nível econômico<sup>311</sup>, cuja riqueza poderia ser oriunda da produção agrícola ou, como veremos nos casos da província da Lusitânia, da exploração mineira, do comércio marítimo e da produção pesqueira.

Ao englobar uma monumental extensão territorial, o Império compreendia cerca de mil cidades com estatutos jurídicos diferenciados. A maior parte delas possuía de 10 a 15 mil habitantes aproximadamente, ou, por vezes, 20 mil<sup>312</sup>. Contudo, a cidadania era restrita a poucos e sua concessão dependia do processo de conquista e dos estágios do projeto de colonização que se desenvolvia em cada região anexada. Augusto, em sua obra *Res Gestae*, indica que no ano 28 a.C. existiam 4.063.000 cidadãos romanos, número que se altera no ano 8 a.C. para 4.233.000 e, no ano 14 d.C., para 4.937.000, de acordo com os estudos de Adrian Nichola Sherwin-White<sup>313</sup>. Se considerarmos tais valores, podemos conjecturar que seu rápido crescimento pode ser compreendido pela atuação conjunta de vários fatores, tais como: a estabilização das guerras de conquista, a

fundação de novas cidades, o alargamento da urbanização e pela integração dos habitantes provinciais no conjunto do Imperium.

Depois desse rápido avanço, a política de concessão da cidadania foi contida por Tibério (entre os anos 14 – 37 d. C.), voltando a aumentar no reinado de Cláudio (entre os anos 41-54 d.C.), quando Tácito indica mais de 1 milhão de cidadãos no ano 48 d. C.<sup>14</sup>. Sob os Flávios, a cidadania passou a ser concedida a territórios pouco conhecidos e, por fim, no reinado de Caracala (entre os anos 211-217 d. C.), quando, por meio da Constitutio Antoniniana (datada no ano 212 d. C.), a cidadania romana foi concedida a todos os habitantes livres do Império.

Nas últimas décadas, a análise da formação e das funções políticas das elites provinciais romanas ganharam novas investigações. No aprofundamento dos conhecimentos já consagrados sobre o tema, outros arranjos teórico-metodológicos<sup>15</sup> evidenciaram aspectos mais profundos a respeito da formação e consolidação dos grupos. Assim, a compreensão da estrutura funcional, o estudo da mobilidade social, das formas de integração e composição dos grupos, suas respectivas redes de influência, a materialização das alianças políticas, das ações e representações do poder dos indivíduos receberam um lugar de destaque nas pesquisas, evidenciando os aspectos essenciais e dinâmicos intrínsecos à vivência no território provincial<sup>16</sup>. Dialogando diretamente com tais investigações analisaremos as formas de integração jurídicas, administrativas e econômicas das elites lusitanas no conjunto do Império Romano. Para tanto, recorreremos à análise comparativa das *leges* municipais e imperiais e das epígrafes públicas que compunham a monumentalidade dos espaços das civitates.

Efetivamente, das primeiras colônias fundadas por César, à nova realidade provincial promovida por Augusto e ampliada pelas dinastias Alto Imperiais, é possível identificar mudanças significativas tanto no tratamento da administração romana na região como nas respostas da província a esse tratamento (e vice versa). No contexto provincial da Lusitânia, a ampliação do acesso às magistraturas e da mobilidade social dos indivíduos nos instigam a



aprofundar a investigação em torno dos desdobramentos ou as respostas das *leges municipalis* da dinastia Flávia e da legislação de Caracala. Indagamos a produção epigráfica a fim de verificar as especificidades desse processo e mapear as possíveis transformações no hábito epigráfico desenvolvido na região em estudos.

Plínio – o velho, em sua *História Natural*<sup>317</sup>, destaca que “nos anos em que a República sofreu as turbulências das desordens políticas, o Imperador Vespasiano Augusto generalizou a toda a Hispania o direito latino”<sup>318</sup>. O testemunho de Plínio nos faz conhecer um dos pontos fundamentais da história da Hispania romana no Alto Império, a saber: a concessão do *ius Latinum* para toda a Península Ibérica por Vespasiano. Como assinala Mauricio Pastor e Héctor F. Pastor Andrés<sup>319</sup>, esse pode ser considerado um dos momentos fundamentais para compreender a utilização do Direito romano como estratégia para finalizar o processo de integração da região e da organização político-administrativa de todas as cidades da Hispania e, com isso, dirimir as distinções jurídicas que existiam entre as *civitates*.

Destarte, o *ius latium*<sup>320</sup> desempenhou um papel fulcral como via de integração das comunidades peregrinas da Hispania. Por meio dele, Roma reconhecia os *iura* e *instituta* locais das comunidades em questão e facilitava aos membros das elites locais o acesso à cidadania romana, a *civitas Romana per honorem*, a partir do desempenho de alguma magistratura municipal. Com a extensão do *ius Latium* passaram a conviver em uma mesma comunidade *cives latini* e *civis romani*. Neste sentido, a comunidade contaria já com os requisitos básicos para transformar-se em uma comunidade de ordenamento jurídico tipicamente romano, isto é, em um *municipium*. Tal estatuto era entendido como uma categoria jurídica concebida como marco genérico de referência no qual Roma podia pôr em prática o ordenamento institucional por meio do exercício dos indivíduos que atuavam na administração local<sup>321</sup>.

Posto isto, a extensão do *ius latium* supunha a conversão imediata da comunidade em uma comunidade de estatuto municipal, sem a necessidade de

um período de interinidade ou de virtualidade municipal<sup>3Z2</sup>, concluído apenas com a emissão de uma Lex municipalis por parte de Roma<sup>3Z3</sup>. De acordo com os relatos de Gaio<sup>3Z4</sup>, Vespasiano teria estendido à Hispania o *latium minus*. Uma das hipóteses para a compreensão de tal adjudicação consiste na pretensão do Imperador em melhorar as bases econômicas da recém-criada dinastia Flavia ao viabilizar a criação de novas elites, surgidas a partir das novas comunidades municipalizadas. Deste modo, os estudos mais recentes<sup>3Z5</sup> apontam que toda a comunidade peninsular que não possuía o estatuto municipal, a partir do ano 70 d. C., passou a experimentar a promoção logo após a recepção do *ius Latium*. Ou seja, todas as comunidades que não possuíam esse estatuto passaram a tê-lo a partir desse ano.

Aqui, cabe uma ressalva já indicada em outros momentos da presente investigação: somente os *civis romanus* possuíam a cidadania e estavam submetidos ao direito romano no cotidiano de suas vidas. Os demais indivíduos livres que viviam dentro do Império eram considerados peregrini e estavam submetidos ao direito de seus lugares de procedência. Entre *civis* e peregrini existiria, então, um estatuto jurídico intermediário, o *civis latinus*, ou seja, aquele indivíduo ou cidade que havia recebido o *ius Latium* e que também se regia pelo ordenamento jurídico romano, ainda que somente em determinados aspectos.

Além disso, estavam os que habitavam fora das fronteiras do Império e que eram considerados estrangeiros (*barbarii*, *dedititii*) e, por último, os escravos.

Diversos testemunhos epigráficos destacam a presença de tais categorias jurídicas na Hispania desde fins do século III a.C., quando toda a franja mediterrânica e os vales da Bética (sul peninsular) já haviam sido conquistados por Roma. Em tese, na Península, existiram diferentes tipos de civitates peregrinae: *foederatae*, que haviam firmado um pacto de aliança com Roma (*foedus*); as *stipendiariae*, que deveriam pagar um tributo anual (*tributum*, *stipendium*) e estavam submetidas ao controle do governador; as *liberae*, que desfrutavam de ampla autonomia e não estavam sujeitas à autoridade do governador, ainda que tivessem que pagar tributos (*stipendia*) e as taxas de alfândega (*portoria*) e, por fim, as *civitates liberae et immunes*, cidades livres, autônomas e isentas do tributo anual por privilégios especiais<sup>3Z6</sup>. Em tais cidades, o ordenamento jurídico atribuído por Roma constituía o direito de seus

respectivos povos, as disposições da ordem pública e as normas do *ius gentium*<sup>3Z7</sup>.

Além dessas estavam as *coloniae* e *municipium*, cidades nas quais os cidadãos romanos ou latinos organizavam-se e regiam as relações sociais a partir das leis outorgadas pelo governo central. Todavia, do ponto de vista jurídico, nem todos os colonos ou *municipes* gozavam da mesma tipologia de cidadania. Certo é que todos os cidadãos romanos ou latinos pagavam o tributo *solí*. Em se tratando da condição pessoal dos habitantes da *Hispania*, é possível identificar as seguintes categorias jurídicas: *servi*, *dedititii*, *peregrini*, *cives Latino iure*, *cives Romani* sem o *ius Italicum* e, por fim, o *civis Romani optimo iure*.

Seguindo os estudos de Maurício Pastor & Héctor F. Pastor Andrés<sup>3Z8</sup>, o peregrino nascido livre, primeiro devia conseguir o direito latino para depois alcançar a cidadania por meio do *ius Latium*. Além disso, também poderia receber a promoção a partir do serviço militar, que viabilizava o acesso direto ao grupo dos *civis Romanorum* sem passar pela latinidade<sup>3Z9</sup>. Outra possibilidade consistiria na concessão da cidadania de forma excepcional pelo Senado ou pelo próprio Imperador, como favor especial, tanto para o indivíduo como para o conjunto de uma comunidade constituída enquanto colônia *civium Romanorum*. Nesse último caso, os indivíduos não perderiam os vínculos pessoais nem os direitos jurídicos que tinham em sua antiga cidade, mas sim que a cidadania romana equivaleria a uma espécie de vinculação jurídica com o Império, permitindo-os a conservação do antigo direito de cidadania e a manutenção dos benefícios do *ius gentium*.

Vale destacar que, diante da pluralidade de tipos de cidadania, era o *ius Latium* que obrigava o desempenho de uma das magistraturas municipais e viabilizava o acesso à cidadania *per honorem* e, com ela, a aquisição da condição de *civis romanus* (*ius latium minus*). Desse modo, o que se percebe a partir do ano 75 d.C., é um movimento progressivo de acesso de novos magistrados anuais e suas respectivas famílias à cidadania romana. Para mais, já com Adriano (entre os anos 117 – 138), o pertencimento à Cúria ou ao Senado local abriu para os

indivíduos com cidadania latina o acesso à cidadania romana (*Latium maius*), dando um passo adiante na promoção dos grupos de elites provinciais. De todo modo, a distinção entre os *municipia civium Romanorum* e os municípios de direito latino seguiu pelo menos até 212, quando Caracala promulgou a *Constitutio Antoniniana*, concedendo a cidadania romana a todos os habitantes livres do Império. Mesmo assim, na Península tal medida não deve ter gerado um grande impacto, uma vez que já se podia conquistar a cidadania mediante o exercício do *decurionato* municipal ou outra magistratura, como veremos a seguir<sup>330</sup>.

### **As leis e os procedimentos de integração jurídica e de vinculação sócio-administrativa**

*Civitas, urbs, populus. Na literatura latina<sup>331</sup>, uma série de termos foi utilizada para designar as relações socioespaciais desenvolvidas nos territórios anexados ao domínio romano. Em breves linhas, sabemos que Civitas designaria o ordenamento sócio-jurídico da cidade, isto é, trata-se de um conceito básico relacionado a uma organização política diferenciada e regida por uma lei dotada de direito e instituições, sendo também interpretada como cidadania.*

*Urbs, por sua vez, referia-se à estrutura material do núcleo urbano e populus, ao conjunto de homens vinculados por meio da civitas<sup>332</sup>. Entretanto, será na produção epigráfica que encontraremos as informações a respeito da dinâmica local dos procedimentos, estruturas administrativas e jurídicas das cidades localizadas nos territórios transformados em província.*

No contexto epigráfico, dois tipos documentais nos são úteis para a investigação, a saber, os estatutos municipais<sup>333</sup>, que apresentam informações sobre o funcionamento das cidades; e o heterogêneo conjunto dos textos honoríficos, funerários, votivos e monumentais que nos apresentam uma parcela dos indivíduos que vivenciaram a dinâmica política em sua plenitude. Quando analisados de forma comparativa, os textos viabilizam o reconhecimento de alguns indivíduos que desempenharam um papel público preeminente a nível municipal, provincial ou imperial, suas expectativas do poder, as gradações das

funções desempenhadas, os vínculos entre as famílias e as formas de relação entre as sociedades municipais e entre estas e o governo central.

Na cultura política latina, as normativas municipais resultam da resposta romana à questão agrária e ao processo de integração das comunidades cívicas italianas na ‘romanidade’ evidenciados durante a crise tardo-republicana<sup>334</sup>. Sua consolidação é fruto de uma larga tradição institucional e resulta da experiência administrativa romana com as comunidades itálicas, cuja formatação foi desenvolvida a partir de um longo processo de adaptação e revisão. Deste modo, seu sentido histórico fundamenta-se na sistematização e implantação dos estatutos municipais e coloniais nas comunidades, consolidando a integração provincial subsequente ao processo de conquista<sup>335</sup>.

O início das formulações das normativas municipais remonta ao contexto das *Bellum Sociorum*<sup>336</sup>, as chamadas ‘Guerras Sociais’ ocorridas entre os aliados italianos (*socii*), desejosos por manter sua autonomia local e a política expansionista da cidade de Roma<sup>337</sup>. Como tentativas de solução das clivagens, foi publicada a *Lex Licinia Mucia*, em 95 a.C., contra a obtenção da cidadania pelos aliados. Todavia, a atenuação dos conflitos veio apenas com a promulgação de um conjunto de *leges* encabeçado pela *Lex Iulia* (90 a. C.), através da qual Roma outorgou a cidadania às cidades itálicas que haviam permanecido fiéis ou que solicitassem a integração jurídica e administrativa; seguida pela *Lex Plautia-Papiria* (89 a. C.), que concedia a cidadania a qualquer itálico que viesse a inscrever-se dentro de dois meses nos registros do pretor e finalizada pela *Lex Pompeia* (89 a. C.), que outorgou o direito latino às cidades da *Galia Cisalpina* que ainda não o tivessem, beneficiando as cidades situadas a norte do rio Pó<sup>338</sup>.

Como desdobramentos desse processo, viu-se a progressiva substituição das normativas locais por estatutos em consonância com as tradições jurídicas romanas, ou seja, adequados às fórmulas jurídicas da organização da *Urbe*. Para Antonio F. Caballos Rufino<sup>339</sup>, as promulgações legais que deram cabo às ‘Guerras Sociais’ não apenas generalizaram a cidadania, como imprimiram um

ritmo forçado ao processo de assimilação das estruturas organizativas romanas pelas comunidades italianas. Para o autor, a reordenação institucional foi o fundamento “para a geração de um sentimento estatal forte”, levado à diante por Roma através da difusão de uma expressão estandardizada do *municipium*.

Conceitualmente, tal “normatização” equivaleria a uma referência legal aplicada a qualquer tipo de categoria jurídica urbana, resultante de um processo de progressiva homogeneização e que remonta a um projeto de recompilação da legislação surgido com Pompeu, culminado em Augusto e arrematado pelos Flávios. Dessa forma, se está perante a um processo com desenvolvimento orgânico, advindo da progressiva incorporação do corpo legal prévio das normativas sucessivamente promulgadas e vinculadas à temática municipal<sup>340</sup>.

Em relação à tipologia do texto epigráfico, tais documentos abarcam o conjunto da epigrafia jurídica<sup>341</sup>, formada pelas leis coloniais e municipais, cujo objetivo fundamental consistiria no reforço da comunidade cívica e na consolidação dos limites de sua autonomia, sobretudo no tocante aos argumentos de carácter jurídico e administrativo. No âmbito público, Roma ditou uma série de leis ou disposições para estruturar a administração na Hispania. Em conjunto com a organização provincial, a regulamentação interna das colônias e municípios por meio das *leges datae*, isto é, promulgadas por um magistrado em virtude da autorização que lhe conferia uma lei comicial, e não de *leges rogatae*, que eram votadas diretamente nos comícios<sup>342</sup>.

Os estatutos fundacionais das colônias, por exemplo, assumiam a forma de *leges datae*, assim como os regulamentos dos municípios e províncias e a concessão do direito de cidadania. Desde o início do Império, as *leges datae* se converteram em atos legislativos específicos do Imperador que as usava tanto para conceder a cidadania aos soldados licenciados (*veteranos*), como para regulamentar o funcionamento de colônias e municípios. Tais leis eram gravadas em bronze e expostas em locais públicos, sendo posteriormente guardadas em arquivo público municipal. Assim sendo, seu desconhecimento não eximia os cidadãos de seu cumprimento<sup>343</sup>.

Na Hispania, foram encontradas algumas *leges datae* e outros documentos jurídicos, como diplomas militares (*diplomata militare*), tabulas de patronato e hospitalidade (*tabulae patronatus et hospitales*), dentre outros. No conjunto ocidental do Império, em relação ao montante das *leges* conservadas<sup>344</sup>, é possível observar dois grupos: (a) as leis que teoricamente originariam de uma mesma tradição jurídica, tais como a *Lex Osca Tabulae Bantinae*, a *Lex Municipii Tarentini* e a *Lex Coloniae Genitivae Iuliae*, e (b) as leis coloniais e municipais que apresentam uma orientação mais específica, particularmente a *Tabula Heraclensis*, a *Lex de Gallia Cisalpina*, além dos regulamentos cívicos da Hispania.

No contexto peninsular, a maioria das legislações conservadas consultadas por nós faz referência à província da Bética e contextualizam-se no conjunto das legislações municipais de época Flávia, datadas no governo de Domiciano, estando diretamente ligadas à concessão do *ius latium* por Vespasiano. O conjunto abarca quarenta fragmentos, dentre os quais, seis apresentam o município identificado e localizado, a saber: a *Lex Flavia Irnitana* (Irni), a *Lex Flavia Malacitana* (Malaca), a *Lex Flavia Salpensana* (Salpensa), a *Lex Flavia Villonensis*, a *Lex Flavia Ostipponensis* e *Lex Italicensis*<sup>345</sup>.

Como vimos, a organização política do Império se apoiava num suporte triplo evidenciado pela Assembleia de cidadãos (*comitium*), cujas competências eram basicamente eleitorais; os magistrados, entre os quais se destacam os *duunviri*, que teoricamente possuiriam autoridade suprema e dirigiriam a vida cidadã, os *aediles*, que se encarregavam do controle e supervisão dos mercados, dos lugares e edifícios públicos e sagrados, dos *quaestores*, responsáveis dos assuntos financeiros da comunidade e, por último, o Senado ou *ordo decurionum*, composto pelos membros da elite local, que exerceriam o controle direto sobre os magistrados e decidiriam sobre os assuntos mais importantes para a vida da comunidade<sup>346</sup>.

No caso peninsular, as informações conhecidas a respeito das funções dos *decuriões* e magistrados municipais e coloniais da Península advêm, em sua



maioria, da análise conjunta das *leges* supracitadas com a *Lex Coloniae Genitivae Iuliae*<sup>347</sup> (LCGI), o estatuto da *Colonia Iulia Genitiva*, estabelecida na cidade de *Vrso* por *Julio César*, desenvolvido por *Antônio* e implementado com as consecutivas adequações normativas pelo então governador da *Província da Hispania Vlterior*, *C. Asinius Pollio*. Também conhecida como *lex Ursonensis*<sup>348</sup>, o documento registra a lei fundacional da colônia realizada por *César* após a batalha de *Munda* em virtude da *Lex Antonia* de 44 a. C., segundo pode ser compreendido a partir do texto da própria lei<sup>349</sup>.

Na análise do texto, identificamos sessões temáticas dedicadas ao uso das finanças públicas (capítulos 13, 65, 69, 70, 96, 134), sobre o exercício da função de *Decurião* (capítulos 17, 105, 124), sobre a organização das atividades cotidianas (capítulos 64 e 128), várias referências para a gestão dos espaços públicos (capítulos 80, 82, 98, 99), sobre a política externa da cidade (capítulos 92 e 131), sobre a gestão das relações sociopolíticas no cotidiano da *civitas* (capítulos 97, 100, 125, 126, 127, 130), sobre as atividades militares da cidade (capítulo 103) e, por fim, sobre a relação entre os magistrados e a administração urbana (capítulo 129)<sup>350</sup>. Especificamente na LCGI não há o registro da palavra *Senatus* como referência à Assembleia Colonial, somente as palavras *ordo*, em duas ocasiões, *decurião*, registrada 14 vezes no singular, e *decuriões*, com 88 ocorrências no plural. No caso da LCGI, veem-se elos de proximidade entre a normatização proposta e os parâmetros que caracterizaram o exercício da soberania na cidade de *Roma* durante o sistema republicano de governo, apresentado pela tradição historiográfica<sup>351</sup> como o resultado da ação conjunta do Senado (Conselho Consultivo), das Assembleias e dos Magistrados. Nesse ínterim, havia a preocupação de ressaltar a integração do *Populus Romanus* e do princípio da sua soberania como a suprema fonte de poder decisório. No entanto, se observarmos os obstáculos existentes para uma efetiva participação do *populus*, veremos que o Senado sempre exerceu uma posição de preeminência, fundamentada pelo poder idealmente considerado ‘inato’ dos *patres*, consolidando o caráter aristocrático do governo.

Na cultura política republicana, somente aos *patres* era reconhecida a titularidade dos direitos, somente eles detinham o *genius*, a divindade protetora individual responsável pela fertilidade e prosperidade da família. Também eram os



guardiões dos mores maiorum, que englobava os princípios fundamentais que norteavam a moral pública e privada, a vida familiar, o comportamento político e religioso. Ao serem ensinados e praticados pela família romana, tais costumes garantiam o respeito à tradição ancestral responsável pela grandeza de Roma, constituindo-se, portanto, na base da educação do cidadão<sup>35Z</sup>.

As bases aristocráticas desta República foram reforçadas pela formação da nobilitas<sup>353</sup>, pela consolidação da posição socioeconômica e política dos homini novi<sup>354</sup> e pela vitória militar, que forjou um ‘ethos social’ em relação à guerra, fundamentado nas noções de laus (louvor) e de gloria<sup>355</sup>. Consolidava-se, assim, a posição dos que detinham o poder e a riqueza, ou seja, daqueles que possuíam a dignitas<sup>356</sup> e a auctoritas<sup>357</sup>. Estes nobiles se autoperpetuavam no Senado e repartiam entre si os títulos e a posição de patronos da Res publica: os principes civitatis, que dominavam as relações de poder porque detinham o monopólio sobre todos os locais que conferiam auctoritas: eram os guardiões do latim escrito, da preservação dos mores (tradição ancestral), monopolizavam o conhecimento da lei civil, das práticas religiosas e das formas de medição do tempo.

Considerando-se essa tradição política, nos estatutos das cidades alto imperiais, manteve-se o teor aristocrático tipicamente republicano, mas, agora, contando também com as elites locais – ‘provinciais’. Ao registrar o nível de autonomia que Roma reconhecia e outorgava a cada localidade, tais documentos possibilitam compreender o funcionamento das civitates e observar as possibilidades de atuação dos grupos que dirigiam a política municipal. Como é possível observar na Lex Ursonensis, o poder central não possuía representantes diretos para o tratamento das demandas específicas da cidade. Sua autoridade estava delegada aos órgãos do governo local, que, em se tratando de sua formatação administrativa, seguiam um modelo geral em todas as comunidades, colônias ou municípios. Tais questões demonstram a importância estratégica das normatizações e sua adequação à cultura política já conhecida.

Adentrando-nos nas legislações municipais de época flaviana, consideramos que

a análise comparativa destas com a Lex da cidade de Urso, torna mais evidente as especificidades da atuação dos magistrados responsáveis pela administração das cidades. Para tanto, organizamos os eixos temáticos comuns às legislações supracitadas na tabela analítica a seguir<sup>358</sup>:

TABELA 1 – EIXOS TEMÁTICOS E REFERÊNCIAS GERAIS DAS LEGES FLAVIANAS

■

#### Eixos temáticos e referências gerais das Leges Flavianas Capítulos

|    |                                 |
|----|---------------------------------|
| a. | Sobre o uso das finanças        |
| b. | Sobre a organização das         |
| c. | Referências para a gestão       |
| d. | Sobre a ‘política externa       |
| e. | Sobre a gestão das relações     |
| f. | Sobre a relação entre os        |
| g. | Sobre o direito e o poder       |
| h. | Sobre a concessão da cidadania  |
| i. | Sobre as relações imperiais     |
| j. | Sobre a gestão das relações     |
| l. | Sobre o status político dos     |
| m. | Sobre a eleição de novos        |
| n. | Sobre a sessão de trabalho      |
| o. | Sobre a gestão das atividades   |
| p. | Sobre assuntos jurídicos        |
| q. | Sobre a burocracia municipal    |
| r. | Sobre as atribuições religiosas |

■

O que se percebe na análise comparativa das *leges* é uma proposta de organização do território peninsular ‘desenhado’ e articulado ao modelo já conhecido na tradição republicana, isto é, baseado na *Cúria* ou *Senatus*, com números variados de *decuriões* que tomavam as decisões mais importantes no nível local. O Senado local era estabelecido em lei municipal, cuja lista dos indivíduos era registrada em placa de bronze ou pedra (*álbum decurional*) e ficava em um local público da cidade, no fórum, por exemplo. Associados a esses, estavam diversas magistraturas com competências específicas e que levavam a cabo as decisões dos *decuriões*.

Frente a esses dados, compreende-se que a administração provincial constituía-se, então, em uma rede com diversos agentes, sendo os *decuriões* e magistrados aqueles que compunham o *ordo* responsável pela direção dos assuntos municipais. Os *ordines decurionum* eram corporações fechadas que governavam as colônias e os municípios romanos e tinham um número limitado de membros<sup>359</sup>. Todas essas informações instigam à compreensão das formas de acesso dos indivíduos na referida estrutura administrativa. Vemo-nos perante a seguinte questão: quais eram os pré-requisitos para a entrada no *ordo* municipal?

Perscrutando-a, se observa que podiam ascender a esses grupos aqueles que reuniam certas condições mediante a um processo de seleção que envolvia alguns procedimentos jurídicos. Todavia, para ascender a esse estatuto social, era necessário também conjugar um alto nível econômico com a manutenção de certo nível patrimonial imprescindível para pertencer aos cargos aristocráticos, manter a *dignitas* e adquirir prestígio por meio da realização do *cursus honorum*. Idealmente, a riqueza estava associada à *dignitas*, que se desvelava como um estatuto social medido em termos patrimoniais e morais, caracterizado pelo uso prático dos bens materiais na cidade, como forma de testemunhar o compromisso com a vida pública e o bem estar das comunidades.

No cotidiano da cidade, tal postura implicou numa forma de conduta social, a

benemerência ou a munificência própria das aristocracias municipais, materializada pela inversão da riqueza na ornamentação e monumentalização das civitates<sup>360</sup>. Aos políticos municipais cabia a obrigação moral de dar, podendo receber como dividendos o reconhecimento social por meio da ascensão aos cargos públicos<sup>361</sup>. De fato, a prática da benemerência foi construída como uma expressão visível da ação dos grupos locais no espaço urbano, dando corpo ao processo de construção das cidades<sup>362</sup>. Melchor Gil<sup>363</sup> define tal prática como a construção e financiamento privado de obras públicas nas cidades, cujo desenvolvimento não se restringiu às províncias, mas esteve presente também no centro do poder romano e nas cidades da Itália. Assim, o fenômeno pode ser pensado como uma forma de conduta social desenvolvida no nível das comunidades cívicas impulsionadas por fatores ideológicos e baseadas em um sistema econômico que tendia a concentrar a riqueza em poucas mãos.

Seguindo uma abordagem semelhante, Javier Andreu Pintado<sup>364</sup> caracteriza o fenômeno evergeta como uma conduta social de caráter ‘urbano’ pela qual os notáveis da cidade destinavam parte de sua riqueza à comunidade sob a forma de contribuições à construção pública. Ao longo do tempo, tal conduta assumiu a forma de uma estratégia política que garantia a reprodução social das elites a nível local. Nesse sentido, compreendemos que o fenômeno evergeta (ou benemerente<sup>365</sup>) ganhou matizes ao longo do Alto Império e caracterizou-se por um movimento a respeito do qual é possível distinguir quatro categorias: (1) o evergetismo dos libertos aos seus patronos, (2) dos locais às divindades, (3) das elites locais aos Imperadores ou (4) à cidade como um todo (com o financiamento de construções públicas, a organização de ludis, etc)<sup>366</sup>.

Desse modo, além da construção da imagem pública dos agentes, os atos benemerentes de caráter pessoal (ou de grupo), especialmente os de tipologia edilícia, agiam como formas de dinamização da economia local ao gerar empregos diversos e proporcionar a ação dos mercadores que traficavam a matéria prima e demais produtos necessários para sua realização. Frente a isso, sua realização liberou as cidades de muitos gastos ao financiar a construção de templos, aquedutos, fóruns, espaços de ócio (termas, teatros, anfiteatros e circo), favorecendo, assim, o desenvolvimento urbanístico – monumental local<sup>367</sup>. Em outro nível de atuação, estava a dedicação de estátuas ou a construção de

epígrafes votivas em homenagem à domus imperial ou a indivíduos específicos. Nos mais diversos casos, a honra adquirida mediante a realização dos atos benemerentes conferia aos seus idealizadores a possibilidade de ingresso na memória cívica da cidade, honra esta que poderia ser empregada pelo benemerente ou seus familiares nas ações políticas a nível municipal e/ou imperial<sup>368</sup>.

### **As formas de ingresso nos ordines decuriorum**

No estudo do ingresso de novos decuriões nos Senados locais, Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil<sup>369</sup> demonstram que, nas fontes jurídicas e literárias, três verbos são empregados: *legere*, *sublegere* e *cooptare*. Os termos servem para definir de forma genérica a ação de eleger novos membros para as cúrias locais, independente se foi realizada por um magistrado quinquenal ou pelo conjunto dos membros do ordo, mediante votação. Contudo, os autores ressaltam que na análise das *leges* faz-se necessário diferenciar o emprego das formas verbais dos substantivos *lectio*, *sublectio* e *cooptatio*, usados em referência a diferentes matizes no sistema de eleição dos membros dos ordines.

À luz da *Lex Irnitana*, capítulo 31, e da *Lex Coloniae Genetivae Iuliae*, capítulo 67, compreende-se que *legere* e *sublegere* são usados para se referir à eleição pelos decuriões dos novos membros do Senado que possuísem todos os requisitos para a investidura no cargo. Em sua forma substantivada, refere-se à ação de eleger e não necessariamente ao sistema utilizado para cobrir as vagas existentes. De acordo com essas legislações, no ano em que o município tivesse menos de 63 decuriões, os *duunviros* deveriam convocar os membros da cúria para eleger novos membros. Essa eleição poderia seguir por duas formas: através da *lectio* e mediante a *sublectio*.

A *lectio* aconteceria a cada cinco anos, quando os *duunviros* quinquenais (censores) ou a máxima magistratura local, nomeavam os novos membros do

Senado, atualizavam e confeccionavam o álbum municipal. Já a sublectio tratava-se de um procedimento anual no qual os membros da Cúria elegiam, mediante votação, os decuriões que cobririam as vagas produzidas no intervalo entre dois lectiones. Deste modo, tanto os novos decuriões admitidos via lectio censoria, ou por votação anual, tinham lugar entre os magistrados ordinários ou de plenos direitos entre o Senado local<sup>370</sup>.

A cooptatio, por sua vez, designaria o ato através do qual os membros de uma corporação ou collegia elegiam ou admitiam novos indivíduos em substituição aos membros mortos ou expulsos. Assim, os novos integrantes escolhidos por decisão dos membros do ordo seriam integrados a cúria por cooptação<sup>371</sup>.

Em contra partida, a adlectio corresponderia à admissão de um indivíduo em um determinado ordo ou grupo político-social como uma concessão particular, isto é, sem possuir os pré-requisitos exigidos pela Lex para formar parte daquele corpo. Tratar-se-ia de uma honra especial recebida por seus méritos pessoais ou familiares e concedido por um decreto do ordo decurionum. Neste caso, Rodrigues Neila e Melchor Gil<sup>372</sup>, apontam que a adlectio abria, assim, a possibilidade de acesso ao ordo de pessoas que não haviam desempenhado magistraturas o que consistiria em uma honra especial. Os autores destacam, então, que a adlectio era formalmente definida como uma cooptatio produzida pela deliberação dos decuriões.

Frente a isso, vale destacar alguns desdobramentos possíveis para a adlectio: (1) a adlectio inter cives, em que se permitia o ingresso no ordo de pessoas que não possuíam a cidadania local, mas que fossem originárias da mesma província ou procedente de outra, distinta; (2) a adlectio ex beneficio, concedida como benesses de uma autoridade superior, via nominatio imperial, por exemplo; (3) adlectio fora da idade legal, ou seja, abaixo dos 30 anos<sup>373</sup>; (4) adlectio inter aedilicii, que permitia a certos jovens ingressar diretamente no duunvirato, sem competir pelas magistraturas menores e sem ter que aguardar por três anos após o exercício da edilidade para poder ascender a uma magistratura seguinte.

De todo modo, uma vez ingresso no conselho local via *adlectio*, o novo *decurião* deveria pagar a *summa honoraria*, e poderia desenvolver o *cursus honorum* como *pedani*, *aedilicii*, *duunviralicii*, *quinquennalicii* etc. Assim, as fórmulas apresentadas indicam uma pluralidade na tipologia de integração dos indivíduos no *ordo*, seja da cidade em questão ou de outras cidades provinciais. No caso específico da *adlectio*, observa-se a possibilidade de aceleração das carreiras políticas dos mais novos, assim como também dos forasteiros que haviam cumprido a carreira militar.

Tradicionalmente, a historiografia centrou-se nas carreiras políticas dos notáveis municipais e coloniais, tendendo a afirmar que do desempenho na magistratura local, o *duunvirato*, podia deduzir-se que um determinado personagem pertencia à elite *decurional*. Nesse aspecto, diversos especialistas insistiram na heterogeneidade e uma relativa permeabilidade dos *ordines decurionum*<sup>374</sup>. Sobre isso, Antonio D. Pérez Zurita<sup>375</sup> ressalta que não se podem confundir as elites locais com as elites *decurionais*, cuja distinção entre ambas consiste no pertencimento ou não na máxima instituição colegiada municipal. Assim, falar das elites dirigentes é referir-se ao grupo de pessoas que dominaram o âmbito político municipal ou colonial e que também foi muito heterogêneo.

Quais critérios são utilizados, então, para identificar o seleto grupo das pessoas que integraram os *ordines decurionum*? Essa é a pergunta chave realizada por Pérez Zurita no estudo da mobilidade e das categorias formativas dos *ordines*<sup>376</sup>. No enfoque da dinâmica do poder local, o autor destaca que muitos historiadores corroboram a hipótese de que cada *ordo decurionum* deveria estar dominado por algumas poucas famílias, ainda que seu número fosse mais ou menos elevado em comunidades de certa importância, como por exemplo, as capitais conventuais ou provinciais, onde haveria maiores possibilidades de promoção social.

Contudo, o conceito de elite supõe assumir que estamos perante um seleto grupo de pessoas, isto é, de modo implícito, referimo-nos a poucas pessoas. Assim, concordamos com Pérez Zurita e Keith Hopkins<sup>377</sup> na argumentação de que, por motivos biológicos, poucas famílias não poderiam ter monopolizado as magistraturas, sobretudo se considerarmos que a baixa taxa de natalidade não viabilizaria a atomização do patrimônio das mesmas.

Nessa perspectiva, o estudo das formas de acesso e mobilidade dos ordines torna-se uma das frentes possíveis para investigar as estratégias de composição e renovação dos grupos. Para tanto, Zurita analisa o fenômeno a partir do *album ordinis* (álbum com a lista dos decuriões) de algumas cidades entre os séculos II e III d.C., a saber: Canusium, localizada no sul da Itália do ano 223 d.C., Thamugadi, no norte da África e Ostia, na Península Itálica.

No *album* de Canusium, por exemplo, os membros efetivos do Senado local são ordenados por categoria e antiguidade no cargo, começando pelos patronos da colônia e concluindo com os *praetextati* vinculados ao *ordo*. Dentre os *duunviralicii* registrados, há uma variedade de *nomina* pertencente a gentes distintas. O autor destaca que, dos trinta e dois *duunviro*s, vinte e cinco registram *nomina* diferentes, o que indica que pelo menos vinte e cinco famílias distintas tiveram um de seus membros como integrantes da máxima magistratura local entre os anos anteriores a 223 d.C. No tocante aos *quinquennalicii*, a heterogeneidade se mantém ainda que em menor grau, para os trinta e nove *duunviratos*, vinte e oito famílias tem algum membro representado<sup>378</sup>.

Na análise desses dados, dois caminhos analíticos são vislumbrados na historiografia especializada, a saber: a possibilidade do acesso direto ao *duunvirato* sem passar pelas magistraturas inferiores locais como justificativa para o pertencimento de um determinado personagem na elite decurional de um município ou colônia. Ou, a possibilidade das epígrafes registrarem apenas a honra máxima possuída pelo indivíduo no momento de construção do monumento<sup>379</sup>. Se confrontarmos tais hipóteses com o *Digesto*<sup>380</sup> de Justiniano, por exemplo, veremos que, após uma fundação colonial ou promoção de uma comunidade a município, a cidade poderia receber *duunviro*s que não haviam desempenhado as magistraturas anteriores, possivelmente em virtude da inexistência de candidatos ao cargo<sup>381</sup>, de todo modo, o estudo desta possibilidade deve atentar para o horizonte contextual das referidas documentações.



O mais longo *cursus honorum* registrado no *Conventus Pacensis*, na Província da Lusitânia, de que temos conhecimento, foi realizado por Lucio Cornélio Bocco, do qual agrupamos no catálogo epigráfico da pesquisa quatro registros localizados em cidades distintas, a saber: um em Caetobriga (nº 83), outro em Ebora (nº 114), e dois na Salacia (nº 78 e nº 82). Através dessas referências do cidadão salaciense, detectou-se a seguinte ascendência na carreira das honras municipais com ingresso na ordem equestre: Tribuno militar da legião 3ª Augusta, Prefeito dos Césares, Prefeito dos Artífices, Edil, Duunviro, Flâmine, Pontífice, todos possivelmente desempenhados entre reinados de Vespasiano e Tito<sup>38Z</sup>.

Outra questão a ser evidenciada quando se fala nas formas de vinculação ao *ordo decurionum* consiste na investigação das formas fictícias de adesão, isto é, que não significam uma incorporação direta no Senado, mas que podem demonstrar a adesão simbólica ao sistema. Aqui referimo-nos diretamente aos símbolos honoríficos e aos signos de status que distinguiam os membros, os chamados *ornamenta* ou o direito de usar as *insigniae dignitatis*, sem estar vinculado diretamente ao Senado, no caso de Roma, ou no *ordo decurionum* de alguma cidade<sup>383</sup> provincial.

Como apontam os estudos de Rodríguez Neila e Melchor Gil<sup>384</sup>, os *ornamenta* eram uma espécie de patrimônio dos ordines, funcionando como indicações claras e visíveis de pertencimento a uma categoria social. Na Hispania, as fontes epigráficas salientam que, para além da ordem senatorial, classificada de acordo com a escala hierárquica vigente no estamento (*ornamenta consularia*, *praetoria* e *quaestoria*), a nível local, haveria os *ornamenta* próprios do decurionato e das magistraturas municipais: *ornamenta decurionalia*, *quinquenalicia*, *duunviralia*, *aedilicia* e *censoria*<sup>385</sup>.

Em termos materiais, os *ornamenta*<sup>386</sup> baseavam-se em credenciais honoríficas, ou seja, não conferiam assento no Senado municipal, nem capacidade de atuação política própria dos decuriões de pleno direito. Tratava-se de privilégios cuja recepção correspondia às expectativas daqueles que aspiravam um status social e

jurídico superior ao que já possuía. Receber uma ornamenta significava, então, o reconhecimento da importância social do indivíduo, sua honra e a observação das suas distinções sociais. Sendo subdivididas em alguns tipos, a saber: para além dos ornamenta decurionalia, são reconhecidos ornamenta aedilicia (documentados na Itália); duunviralia; de modo mais excepcional, os ornamenta quinquennialitatis, próprio das magistraturas mais importantes.

Em Hispania há nove exemplos de ornamenta decurionais<sup>387</sup>, e nove exemplos de ornamenta aedilicia<sup>388</sup>, não havendo ocorrência dos quinquennialitatis. A realização da honra poderia acontecer em meio a cerimônias oficiais, banquetes públicos, dentre outras possibilidades, compondo, assim, a cênica do rito político, ou ainda nos espaços, através do registro epigráfico. Nestes, os agraciados registravam a honra recebida mediante o uso de algumas expressões tais como: honoratus, decoratus, exornatus, inlustratus, ornatus, decurio ornamentarius etc. Além disso, podiam exibir (ou serem representados exibindo) suas insígnias e privilégios ao lado dos magistrados ou decuriões, equiparando-se simbolicamente à aristocracia municipal.

No estatuto de Urso<sup>389</sup>, o uso da toga praetexta aparece definido como próprio dos ordines, sendo extensivo também aos ornamentarii, que, em casos excepcionais, ainda poderiam sentar-se ao lado dos magistrados e decuriões durante os espetáculos e os banquetes oficiais<sup>390</sup>. O que se estende também para a assistência durante os sacrifícios públicos e em relação aos ritos funerários: quando poderiam receber os mesmos ritos fúnebres próprios dos decuriões e magistrados<sup>391</sup> sem haver exercido tais funções.

No tocante aos casos municipais, a baixa quantidade de documentos encontrados até o momento dificulta o desenvolvimento de uma análise mais precisa. De todo modo, os poucos registros dos quais se tem ciência levam a crer que a concessão dos ornamenta não era alvo de uma supervisão atenta por parte do governo central. Tratar-se-ia de uma ação levada a cabo pelos ordines decurionum por motivos diversos, cuja concessão deveria ter sido restrita e outorgada apenas por seus membros, de acordo com o perfil social e político dos dirigentes de cada

cidade. Todavia, é possível afirmar que se destinavam a um reduzido número de pessoas, sobretudo àquelas que se destacavam por alguma circunstância<sup>39Z</sup>.

No caso da Província da Lusitânia, não encontramos exemplares dos ornamentos entre os registros reunidos por nós. De outra forma, os casos mais comuns de homenagem pública consistem na ereção de monumentos honoríficos aos cidadãos, seja em vida ou quando de seu falecimento. Tais monumentos podem vir acompanhados de um busto ou estátuas, além das epígrafes de identificação da personagem homenageada, o motivo da honra pública, o doador/financiador do reconhecimento e da permissão do *ordo decurionum*, quando depositados em locais públicos.

Como indica Donato Fasolini<sup>393</sup>, é possível identificar as inscrições decurionais porque são as que registram a tomada de decisão por parte dos decuriões, indicada por termos como *ordo*, *senatus*, *decuriones*, *municipium*, *res publica* ou similares. Dentre as inscrições ‘assinadas’ pela coletividade, na tabela 2 identificamos alguns casos do *conventus Emeritensis*, um dos três *conventus* da província:

TABELA 2 - FÓRMULAS LATINAS COM MENÇÃO À COLETIVIDADE DA COMUNIDADE POLÍTICA

■

Conventus: Emeritense

| Reg. | Civitas         | Fórmula Latina                              |
|------|-----------------|---------------------------------------------|
| 29   | Augusta Emerita | <i>res-publica emeritensium</i>             |
| 3    | Augusta Emerita | <i>decuriones et municipes Martienses q</i> |
| 228  | Augustobriga    | <i>populusqve Augustobrigensi</i>           |
| 290  | Caurium         | <i>vicani Arcobrigenses</i>                 |

|     |            |                               |
|-----|------------|-------------------------------|
| 291 | Caurium    | Arcobrigenses                 |
| 292 | Caurium    | vicani ace[---]enses          |
| 208 | Metellinum | coloni coloniae metellinensis |
| 304 | Salmatica  | ordo salmanticensium          |
| 111 | S/ L       | vicani munenses               |
| 278 | S/ L       | vicani S[...]goaboiacenses    |
| 34  | S/ L       | vicani Venienses              |
| 40  | S/ L       | populus Seanoc[---ense]       |

■

Dentre os casos coletados, as medidas do Senado local adotadas por um decreto decurional registram o interesse por um número limitado de áreas, a saber: a concessão de honras em forma de monumentos com ereção de estátuas dirigidos a cidadãos destacados ou seus familiares, a funcionários relevantes, a divindades, aos membros da família imperial, e a autorização para a dedicação de espaços a nível individual ou comunal (grupos e collegia)<sup>394</sup>.

## **Considerações Finais**

A proposta de investigar a organicidade da comunidade provincial assumiu o lugar central no presente estudo. A consolidação da administração do território provincial foi analisada por nós a partir do estudo integrado de um conjunto de aspectos, a saber: o reordenamento espacial que deu origem à formação da Província da Lusitânia, a redistribuição espacial das populações, o projeto de colonização e municipalização e a construção da infraestrutura imperial no território. Ao indagar a mecânica dos acontecimentos, a busca por um olhar mais acurado das interações advindas do contato das culturas locais com a cultura Greco-romana redimensionou nosso olhar para a prática epigráfica fruto desse processo, a fim de explicitar os três níveis de integração: espacial, social, jurídico-administrativo.

Em nossa leitura, a província foi interpretada como uma estrutura administrativa utilizada para a estabilização do território, ao introduzir novas regras para o funcionamento e usos do espaço. Sua constituição geográfica não se limitava à redefinição cartográfica. Enquanto intercessão entre o governo imperial e os cidadãos (novos ou não), a nova organização espacial introduzida fundamentava-se na compreensão de que os espaços transformados em territórios combinavam paisagens organizadas, estratégias de exploração do solo, a definição das propriedades pública e privada, a acessibilidade dos lugares, e, sobretudo, a organização social que habitava e vivenciava o espaço físico. No estudo de caso desenvolvido, as cidades e as comunidades locais constituíam-se, pois, na

“ossatura” da província da Lusitânia.

Suas heranças culturais alicerçavam uma construção geográfica que fora reconduzida pelas autoridades imperiais e recaracterizada pela regionalização e adaptação às realidades locais. Nesse ponto de vista, defendemos que a divisão e a fixação provincial desempenharam um papel catalisador no cruzamento das histórias locais e a presença romana. Por esse ângulo, o espaço provincial pode ser definido como o local da autoridade, tão simbólico, quanto administrativo, extensível e maleável às especificidades locais. Enquanto que o território cívico pode ser definido pela delimitação e fixação no espaço das civitates. Juntos, ambos atuaram de forma coordenada na construção, regulação e consolidação das áreas conquistadas.

Diante dessas questões, consideramos que o estudo da cultura material deve incluir as estruturas simbólicas que dão forma e caracterizam as relações sociais, assim como o contexto sociocultural das sociedades. Nessa lógica, a cultura material não foi vista como um mero reflexo da adaptação ecológica ou da organização sociopolítica; mas sim como um elemento ativo nas relações entre os grupos sociais. Ou seja, a cultura material não se constituiu enquanto um mero espelho da sociedade que a formulou, ou como uma janela através da qual podemos observá-la. De outra forma, sua produção está envolvida intrinsecamente com a prática social e por isso deve ser contextualizada em seu contexto de produção.

Assim sendo, a produção epigráfica foi compreendida como fruto da conjunção de todos esses vetores. Por meio dela, a tessitura da vivência cotidiana ganhou nova tonalidade e evidenciou aquilo que a literatura mantém desfocado, a saber, as escolhas dos indivíduos, suas estratégias políticas, suas omissões, a adaptação seletiva das normatizações sociais assim como as distintas formas de apropriação dos elementos culturais. De fato, as inscrições, como evidência direta do mundo antigo, estão entre as fontes mais importantes e numerosas para se investigar a vida cotidiana no mundo romano em todos os seus aspectos.

Em relação ao texto epigráfico, no presente trabalho partiu-se da compreensão de que estamos perante a uma mensagem que, ainda que sintética, fora pensada para a perenidade (*perennitas*), dito em outras palavras, os textos apontam para o futuro e o não esquecimento. Ou, como indica Giancarlo Susini, consistiria no “estudo da forma como, em determinado momento, o homem selecionou ideias para deixar de si uma imagem para os vindouros”. Como se buscou elucidar, os monumentos epigráficos, quando indagados, falam sobre pessoas, indivíduos com nome, filiação, vínculos sociais, atuações políticas e militares. Por outro lado, quando associados às documentações jurídicas, auxiliam na compreensão, ainda que teórica, dos parâmetros da relação desenvolvida entre Roma e as comunidades locais.

Uma vez analisados comparativamente, os registros provinciais ganharam outras cores e nisso esteve a grande contribuição do método comparativo para a pesquisa desenvolvida. O cotejamento das informações oriundas dos três conventus que formaram a Província da Lusitânia contribuiu para a problematização das generalizações a respeito do universo provincial e para o rechaçamento de uma ideia homogeneizadora do mundo provincial. Logo, a compreensão da dinâmica social inerente aos mundos provinciais trouxe para o centro da pesquisa aquilo que, por tempos, habitou as periferias analíticas.

Nessa perspectiva, não priorizamos a contextualização de um determinado monumento epigráfico, tão pouco se optou por desenvolver uma análise centrada na dinâmica interna dos textos. Quando possível, conjugamos as duas possibilidades de trabalho e questionamos o sentido e os usos dos conceitos que gravitam em torno das estratégias de integração do indivíduo na visão de mundo imperial romana. A compreensão da historicidade de fórmulas conceituais como, *civitas*, *civis*, *municipium*, *ordo*, dentre outras, permitiu examinar a plasticidade das formulações jurídicas e sua adaptabilidade às cojunturas locais, tão plurais quando vívidas.

No que se refere à dinâmica das relações sociopolíticas, observamos que inúmeros intercâmbios culturais tiveram lugar. Tanto as novas práticas de

representação política, quanto às novas organizações geopolítica e sociocultural desenvolvidas em território peninsular constituíram-se em interfaces de um intenso diálogo entre os indivíduos que fundamentaram o espaço transformando em “social”. Desse modo, na análise da integração das pessoas nas novas configurações socioespaciais desenvolvidas a partir do domínio romano, face aos limites dos registros epigráficos catalogados, optou-se por centralizar a investigação nos grupos que constituíam o corpo de cidadãos das cidades.

A partir da análise dos dados, a hipótese analítica que caracterizou o fenômeno da integração social das elites provinciais em um triplo e gradual processo ganhou nitidez. A partir da materialidade epigráfica dos registros pessoais, observamos a análise da interação dos indivíduos com o espaço da cidade enquanto práticas que viabilizam a inserção de alguns na memória da cidade. Aqui, a compreensão dos usos políticos do espaço mostrou-se uma abordagem fundamental. Como hipótese central, defendemos que a produção epigráfica presente nos espaços públicos foi pensada a partir de dois vetores: (a) uma vez apreendida, a prática epigráfica foi utilizada como uma estratégia de vivência do espaço social pelos grupos de elite provinciais, viabilizando sua integração na materialidade do espaço urbano das civitates, e (b) tendo em vista a ampliação da produção entre os séculos I e II d.C., a prática epigráfica transformou-se em uma das vias de diálogo, inserção e interação entre as comunidades locais e o sistema de domínio imperial.

Uma vez contextualizada nas práticas culturais caras ao mundo mediterrânico, a produção epigráfica introduzida pela administração romana no sudoeste da Península Ibérica foi relida pelas comunidades locais. Nesse processo de adaptação epigráfica, é possível observar a manutenção de traços culturais próprios das tradições locais, seja na manutenção da onomástica indígena, ainda que formatada de acordo com a onomástica latina, seja no reforço do registro da origem dos indivíduos quando da confecção das lápides funerárias, para citar dois exemplos. Nesses termos, na formação da “sociedade provincial” – sobretudo entre os séculos I e II d.C. – é possível observar um movimento que incluiu (1º) a sobrevivência das tradições locais frente ao arcabouço cultural introduzido por Roma, e (2º) a introdução do indivíduo no imaginário da cidade.



A análise das inscrições epigráficas nos permitiu observar, assim, tanto as expectativas de poder dos grupos locais, quanto às funções públicas desempenhadas pelos indivíduos, os vínculos estabelecidos entre as famílias e as formas de relação entre as municipalidades. Nessa lógica, a prática epigráfica vinculada às ações benemerentes foi vista por nós como uma forma dinâmica de criar, reforçar e ampliar a imagem pública dos agentes e de afiançar suas aspirações no jogo político local (regional) e imperial (global); ao mesmo tempo em que contribuíram para a integração das elites municipais no sistema social imperial romano.

Por fim, a mudança na escala de observação permitiu olhar com mais nitidez as negociações entre os indivíduos e o mundo social e, paralelamente a isso, problematizar os desdobramentos dos contatos entre as tradições locais e a visão de mundo imperial. No contexto das instituições romanas desenvolvidas na província, por meio da análise da onomástica pessoal, do registro do *cursus honorum* dos indivíduos, da demonstração de apoio e da adesão ao sistema de domínio imperial presentes nos textos epigráficos foi possível decantar a organização jurídica e social da população provincial e, com isso, investigar os mecanismos de mobilidade social e jurídica, assim como as ferramentas políticas de autopromoção dos grupos. Decerto, a análise da experiência social na perspectiva apresentada fez aparecer por detrás da tendência geral mais visível, as estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes agentes em função de sua posição e de seus respectivos recursos individuais, familiares ou de grupo.

## **Referências Bibliográficas**

### **Documentação Textual**

Guerra, Amílcar. Plínio-o-Velho e a Lusitânia. Lisboa: Colibri, 1995 (coleção

Arqueológica e História Antiga).

Plíne L' Ancien. *Historie Naturelle* (Livre IV). ZEHNACKER, H. (trad.) Paris: Les Belles Letters, 1998.

Políbio. *Historias*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: UNB, 1996.

### **Documentação Epigráfica**

Hübner, Emil. *Corpus Inscriptionum Latinarum* II (supplementum editado em 1892). Berlim, 1869 (= CIL II)

Ramirez Sábada, Jose Luis. *Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita* (Cuadernos emeritenses 21). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano/ Asociación de Amigos del Museo/ Fundación de Estudios Romanos, 2003.

Saquete Chamizo, José Carlos. 'Privilegio y sociedad en Augusta Emerita: la cuestión del ius italicum y la inmunitas'. In *Sociedad y Cultura en Lusitania Romana: IV Mesa Redonda Internacional*, organizado por Jean-Gerard Gorges e Trinidad Nogales Basarrate, 379-389. Mérida: Editora Regional de Extremadura. 2000.

Saquete Chamizo, José Carlos. *Las Elites Sociales de Augusta Emerita*. Mérida: MNAR, 1997.

### **Catálogos Online**

**Epigraphic Database Heidelberg. Disponível no website: [www.adw.uni-heidelberg.de/home](http://www.adw.uni-heidelberg.de/home), acessado em 10 de março de 2014.**

**Ficheiros Epigráficos (2000 a 2014). Disponível no website: [www.uc.pt/fluc/iarq/documentos\\_index/ficheiro](http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro), acessado em 03 de março de 2014.**

**Hispania Epigraphica. Disponível no website: [www.eda-bea.es/pub/search\\_select.php](http://www.eda-bea.es/pub/search_select.php), acessado em 10 de março de 2014.**

## **Bibliografia Geral**

Abascal Palazón, Juan Manuel. “Pedestal ecuestre para C. Laetilius M. f. en Carthago Nova (hispania Citerior)”. *Revista Mastia 9 - Revista del Museo Arqueológico Municipal de Cartagena* ( 2009): 103-113.

Alföldy, Géza. *História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

Andreu Pintado, Javier. “Augustalidad, servitrato y evergetismo: aproximación a la promoción social de los libertos en Ivsitania”. *Revista Vipasca: Arqueologia e História*, número 7, (1998): 43-44.

Andreu Pintado, Javier. “Construcción pública y municipalización en la província Hispania Citerior: la época flavia”. *Iberia*, n. 7, (2004): 39-75.

Azara, Antonio e Eula, Ernesto (Dirs). *Novissimo digesto Italiano*, T. IV. Torino: Unione Tipografico Editrice Torinese, 1968.

Blázquez Martínez, José María. 'El evergetismo en la Hispania romana'. In *Homenaje Académico a D. Emilio García Gómez*, organizado pela Real Academia de la Historia (Madrid), 371-382. Madrid: Real Academia de la Historia, 1993.

Borges, Airan dos Santos e Mendes, Norma Musco. 'Os calendários romanos como expressão de etnicidade'. *História: Questões & Debates*, n. 48/49, (2008): 77-99.

Borges, Airan dos Santos. "A epigrafia jurídica flávia e os procedimentos de integração provincial na Hispania romana". *Phoînix*, v. 22, n. 2, (2016): 76-95.

Borges, Airan dos Santos. "Pedras, letras e memórias: a Epigrafia e o estudo da Antiguidade Latina". In *Fazendo História: algumas ferramentas dos historiadores*, organizado por Amanda Basílio dos Santos, 7-75. Pelotas: Edição do autor, 2016.

Bowman, Alan K., Champlin, Edward e Lintott, Andrew. *The Cambridge Ancient History, Volume 10: the Augustan Empire 43 B.C. - 69 A.D.* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Bradeen, Donald W. 'Roman citizenship per magistratum'. *The classical Journal*, nº 54 Vol. 54, No. 5 (Fev., 1959): 221-228.

Brunt, Peter Astbury. *Italian Manpower: 225 a. C. - 14 d. C.* Oxford: Clarendon Press, 1987.

Caballos Rufino, Antonio ‘Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’. In *Senados municipales y decuriones en el Occidente romano*, coordinado por Enrique Melchor Gil, Antonio D. Pérez Zurita e Juan Francisco Rodríguez Neila, 35 - 55. Sevilla/Cordoba: Universidad de Sevilla / Universidad de Cordoba, 2013,

Christol, Michel e Nony, Daniel. *Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

Crawford, Michael H. *Roman Statutes (BICS Supplement 64).* London: Institute of Classical Studies, 1996.

Crawford, Michael. H. ‘How to create a municipium: Rome and Italy after the social war’. *Bulletin of the Institute of Classical Studies Special Issue: Bulletin of the Institute of Classical Studies Supplement 71: Modus Operandi, Volume 42, Issue S71 (February 1998): 31–46.*

D’Ors, Álvaro. *Epigrafia jurídica de la España Romana.* Madrid: Ministerio de Justicia, 1953.

De Macedo, Paulo Emílio Vauthier Borges. ‘A genealogia da noção de Direito Internacional’. *RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, n. 18 (2011): 1-35.

Edmondson, Jonathan. 'Romanization and urban development in Lusitania'. In *The Early Roman Empire in the West*, editado por Blagg, Thomas F. C. & Millett, Martin, 152-178. Oxford: Oxbow Books, 2002.

Espinosa, Dadid Espinosa. 'El ius latii y la integración jurídica de Occidente: latinización vs romanización'. In.: *Espacio, Tiempo y Forma*, n. 22 (2009): 237-247.

Fasolini, Donato. 'La fórmula Decreto Decurionum en la epigrafia de la Península Italiana'. In *Senados municipales y decuriones en el Occidente Roman*, coordinado por Enrique Melchor Gil, Antonio D. Pérez Zurita e Juan Francisco Rodríguez Neila Sevilla/ Cordoba: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla/ Serviço de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2013.

Ferrer Maestro, Juan Jose. 'En torno a la ejecucion de las obras públicas en la Hispania Romana: promotores y artifices'. *Millars: Geografia e Historia*, nº 14 (1991): 101-117.

Finley, Moses. *Política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

Folcando, Elisabetta. 'Cronologia del cursus honorum municipale'. In *Epigrafia e Territorio: política e società. Temi di antichità romane V*, editado por Marcella Chelotti e Mario Pani. Bari: Edipuglia, 1999.

García Fernández, Estela. 'El ius Latii y los municipia latina'. *Studia historica. Historia antigua*, nº 9, (1991): 29-42.

García Fernández, Estela. 'Sobre la función de la lex municipalis'. *Gérion*, nº 13, (1995): 141-153.

Gonzales Fernandez, Julian. *Bronces Juridicos romanos de Andalucia*. Sevilla: Fundación Antonio Machado, 1990.

Gregoria, Gianluca 'Concessione degli ornamenta decurionalia nelle città dell'Italia settentrionale'. In *Ceti medi in Cisalpina: l'epigrafia dei ceti intermedi nell'Italia settentrionale di ETA romana*, editado por Antonio Sartori e Alfredo Valvo, 37-48. Milão: Civico Museo Archeologico, 2002.

Guerra, Amílcar. *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

Hardy, Ernest George. *Roman Laws and Charter: three spanish charters and others documents*. New Jersey: The Lawbook Exchange, 2005.

Harris, Willian V. *Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.

Hopkins, Keith. *Death and renewal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Le Roux, Patrick. *Romanos de España: ciudades y política en las provincias (siglo II a. C. – siglo III d. C.)*. Barcelona: Bellaterra, 2006 (1995 - 1ª edição).

Mackie, Nicola. 'Urban munificence and the growth of urban consciousness in Roman Spain'. In *The Early Roman Empire in the West*, editado por Thomas F. C. Blagg e Martin Millett, 179-192. Oxford: Oxbow Books, 2002.

Mackie, Nicola. *Local Administration in Roman Spain A.D. 14-212*. Oxford: B.A.R., 1983.

Martin, Juan Carlos. *Lecciones de derecho privado romano*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata (Edulp), 2011.

Melchor Gil, Enrique. 'Consideraciones acerca del origen, motivación y evolución de las conductas evergeticas en Hispania Romana'. *Studia Histórica: historia antigua*, vol. XII, (1994): 61-82.

Melchor Gil, Enrique. 'Construcciones cívicas y evergetismo en Hispania romana'. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II*, n. 6, (1993): 443-466.

Mentxaka Elexpe, Rosa. *El senado municipal em la Bética hispana a La luz de la Lex Irnitana*. Madrid: Instituto de Ciencias de la Antigüedad (UAM), 1993.

Novillo López, Miguel Ángel. 'La administración cesariana en la Provincia Hispania Ulterior'. In *Formas de integración en el mundo romano*, editado por Gonzalo Bravo Castañeda e Raúl González Salinero. Madrid: Signifer Libros, 2009.



Orejas Saco del Valle, Almudena. 'El territorio de las civitates peregrinas en los tratados de agrimensura: las civitates del noroeste hispano'. *Revista Habis*, nº 33, (2002): 389-406.

Pastor Muñoz, Mauricio e Pastor Andrés, Héctor Felipe. 'El Derecho como forma de integración en la Hispania romana'. In *Formas de integración en el mundo romano*, editado por Gonzalo Bravo Castañeda e Raúl González Salinero. Madrid: Signifer Libros, 2009.

Pérez Zurita, Antonio D. 'Movilidad y categorías en los Ordines Decurionum'. In *Del municipio a la corte: la renovación de las elites romanas*, organizado por Antonio Francisco Caballos Rufino. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

Rodríguez Neila, Juan Francisco e Melchor Gil, Enrique. 'Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania)'. In *Del municipio a la corte: La renovación de las elites romanas*, coordinado por Antonio Caballos Rufino, 243-245. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

Rodríguez Neila, Juan Francisco e Melchor Gil, Enrique. *Poder central y autonomía municipal: la proyección pública de las elites romanas de Occidente*. Córdoba: Grupo Ordo/Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2006.

Rodríguez Neila, Juan Francisco. 'A propósito de la noción de municipio en el mundo romano'. *Hispania Antiqua*, nº 6, (1976): 147-149.

Rodríguez Neila, Juan Francisco. "Políticos Municipales y Gestión Pública en la

Hispania Romana”. POLIS. Revista de ideas y formas políticas de la Antigüedad Clásica 15, (2003): 161-197.

Rodríguez Neila, Juan Francisco. Sociedad y administración local en la Bética romana. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1981.

Serrano Delgado, José Miguel. ‘Consideraciones sociales acerca de los ornamenta municipales con especial referencia a los libertos’. In *Splendidissima civitas: études d’histoire romain en homage à François Jacques*, editado por André Chastagnol, Ségolène Demougin et Claude Lepelley. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

Settipani, Christian. Continuité gentilice et continuité familial dans les familles senatoriales romaines à l’époque impériale: mythe et réalité (Unit for Prosographical Research). Oxford: Linacre College/University of Oxford, 2000.

Sherwin-White, Adrian Nicholas. *The Roman Citizenship*. Oxford University Press, 1973.

Stylov, Armin U. ‘Texto de la Lex Ursonensis’. In *Studia Historica: historia antigua*, 15 (La Lex Ursonensis: estudio y edición crítica), editado por Julio Mangas e Manuel García Garrido, (1997): 269-302.

Urbina Álava, Estíbaliz Ortiz de. ‘Derecho latino y municipalización virtual en Hispania, Africa y Gallia’. In *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania*, editado por Estíbaliz Ortiz de Urbina, Juan Santos e Juan Santos Yanguas. País Vasco: Vitoria/Universidad del País Vasco, 1996.

Urbina Álava, Estíbaliz Ortiz de. Las comunidades hispanas y el derecho latino: observaciones sobre los procesos de integración local en la práctica político-administrativa al modo romano. País Vasco: Vitoria Gasteiz /Universidad del País Vasco, 2001.

Veyne, Paul. Le pain et Le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris: SEUIL, 1976.

## **Apêndice A – Orientações para atividades públicas dos decuriões na LCCI**

■

Capítulo

Cap. 13

Cap. 17

Cap. 64

Cap. 65

Cap. 69

Designação e pagamento da quantidade aos arrendatários de acordo com o decre

Orientação aos duunviros no tocante ao pagamento aos arrendatários segundo o

Cap. 70

Cap. 80

Cap. 82

Cap. 92

Cap. 96

Cap. 97

Cap. 98

Cap. 99

Cap. 100

Cap. 103

Cap. 105

Cap. 124

Cap. 125

Cap. 126

Cap. 127

Cap. 128

Decreto dos decuriões para a celebração dos jogos circenses, preparação de sacri

Cap. 129

Cap. 130

Cap. 131

Cap. 134

# **A Inscrição do Poeta Lucceius Conservada em Stabiae: As Fabulae Atellanae e o Exodium Atellanicum**

*Maricí Martins Magalhães (Comitato per gli Scavi di Stabia /*

*Centro di Studi e Ricerche Bartolommeo Capasso Sorrento)*

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)<sup>39,5</sup>*

## **PARTE I. A inscrição do poeta Lucceius e o centro samnítico-romano de Atella.**

*Profa. Dra. Maricí Martins Magalhães*

### **A Inscrição**



## FIGURA 1 – PANORAMA GERAL DA ESTRADA DE CASTELLAMMARE DI STABIA COM O CASTELO MEDIEVAL

FONTE: Elaboração da arqueóloga, Dra. Maria Rosaria de Simone (Comitato per gli Scavi di Stabia)

No pátio do Castelo Medieval, localizado sobre a colina e a estrada que conduz a Scanzano, em Castellammare di Stabia (regio Campania, Italia)<sup>396</sup>, conserva-se, desde 1983, uma lastra em mármore branco fragmentada nas bordas, cujas letras, de boa confecção, indicam uma oficina lapidária de qualidade. A foto, tirada e para mim enviada pelo Dr. Antonio Ferrara em 2001<sup>397</sup>, possui as seguintes medidas: altura, 40 cm; largura, 70 cm; a espessura não deveria superar os 6 cm; de qualquer modo seria impossível medi-lo, pois a lápide está inserida na parede oposta ao portão de ingresso do mencionado pátio.





FIGURA 2 – PANORAMA PARTICULAR DO CASTELO MEDIEVAL DE CASTELLAMMARE DI STABIA.

FONTE: Elaboração da arqueóloga, Dra. Maria Rosaria de Simone (Comitato per gli Scavi di Stabia).

Obviamente são visíveis os grandes pregos para sustentação da lastra na parede. A inscrição é inédita no corpus Inscriptionum Latinarum (CIL) e certamente em obras de atualização similares<sup>398</sup>. O texto traz:

CN LVCCIVS CN

POETA

PRIOPTOMI CN

SECUNDVS ATEPTOMI

DOMITIA POE

### FIGURA 3 – FOTO DA LÁPIDE DE LUCCEIUS POETA

FONTE: Foto do Dr. Antonio Ferrara (Presidente do Comitato per gli Scavi di Stabia).

*Cn. Lucceius Cn. f. [- - - ?], poeta,  
prior Pomponi in fabulis palm[am - - - ?], secundus  
ate(llanis?) et primus exodieis [ - - - ?]; 5 Domitia  
poet[ae? - - - ?].*

Lin. 1: é possível observar que a última letra é claramente o início da letra F; lin. 3: a integração palmam foi feita devido a conhecida e comum expressão palmam accipere ou ferre; lin. 4: o único desenvolvimento possível me parece ate(llanis) [scil. fabulae]; lin. 4: também é visível a letra S no final de odieis; lin. 4: exodieis pro exhodiis, em que ambas as formas neutras são conhecidas: exhodium / exodium, -ii, não obstante o antigo ablativo em ‘- eis’; lin. 5: antes da fratura vê-se o início da barra horizontal da letra T., com datação do I século a.C.

Pelo conteúdo do texto, é possível entender que uma Domitia colocou – não exatamente uma simples dedicatória funerária em dativo, ainda não utilizado no período na Campania<sup>399</sup>– mas mandou escrever uma homenagem fúnebre e post mortem a Cn(aeus) Lucceius Cn(aei) f(ilius), ressaltando as suas tantas vitórias literárias em vida, das quais falaremos mais adiante.

Além disso, emerge o dado que esse Cn. Lucceius, um ingenuus (nascido livre), recebera como prêmio de uma primeira colocação na competição de fábulas uma palma, antes mesmo de certo Pomponius, cuja importância merecia uma menção na epígrafe(!); depois, na competição (muito provavelmente) de Fábulas Atelanas, aquele conseguiu uma segunda colocação; enfim, ainda é dito que o mesmo personagem obteve de novo o primeiro lugar na competição de Exodios (quase certamente Atelanicos?). Ora, em ordem cronológica conhecemos: L. Pomponius, justamente o compositor das chamadas Fabulae Atellanae, de I séc. a.C.; Pomponius Atticus, o amigo de Cícero; L. Pomponius Secundus, o dramaturgo de época Tiberiana-Cláudia e L. Pomponius Mela, o geógrafo de I séc. d.C.

Parece que o Pomponius mencionado na epígrafe fosse seguramente o primeiro, tendo em vista que: o texto faz referência especificamente às ‘fabulis’, cujo desenvolvimento só poderia estar ligado às ‘Atellanis’; as fórmulas onomásticas dos personagens mencionados não apresentam cognomina, o que poderia certamente colocar a datação no I séc. a.C., e, além disso, pelo fato de que (não me parece) haver tanto espaço à direita para a integração de um cognomen do nosso poeta.

Na última linha, não fica muito claro se uma Domitia teria dedicado a lápide “ao poeta” (poetae) ou se também ela fosse uma poetisa (Domitia poeta), mas esta última hipótese não parece plausível. Trata-se, com muita possibilidade, de uma parente próxima ou convivente, que tivesse feito uma homenagem póstuma a Cn. Lucceius. Acerca de seu presumível status falaremos mais adiante.

Em Schulze<sup>400</sup>, onomen Lucceius, atestado em vários lugares (“überall”), foi inserido no capítulo dos nomina encontrados em Etrusco, não obstante apareça obviamente nas epígrafes Latinas variantes gráficas como Luccaeus, Luccius e Lucius, depois repetidas tais variantes no capítulo dedicado aos nomina ou gentílios Latinos<sup>401</sup>. Parecem concordar sobre o assunto ainda Solin e Salomies<sup>402</sup>, os quais remetem a Schulze, sem acrescentar outras observações, diversamente de Castrén, como se verá mais adiante.

As argumentações para conferir uma origem cumana ao *titulus* foram dadas pelo próprio amigo Dr. Antonio Ferrara, já sabendo que o Castelo de Castellammare di Stabia abrigava peças originárias de Cumae e dos Campi Flegrei. Acrescente-se ainda o fator onomástico e prosopográfico, porque a gens Luceia era muito difundida na região acima mencionada, embora sejam inegáveis ainda os numerosos testemunhos da gens em Capua e suas vizinhanças.

Entre os mais conhecidos *Corpora* onomásticos e prosopográficos da Campânia encontramos um testemunho em Paestum, mas infelizmente não pontual (Lucia)<sup>403</sup>. Nos chamados centros Vesuvianos, a forma simples Lucius está presente quatro vezes em Herculaneum<sup>404</sup>, enquanto totalmente ausente até os nossos dias em Nuceria, Stabiae e Surrentum<sup>405</sup>. Enfim segundo Castrén<sup>406</sup>, em Pompeii são registrados ou Lucceii ou Luccii: os primeiros são quatro personagens sem *praenomen*, dos quais somente um é de Abellinum, e ligado a outros abelinenses<sup>407</sup>, aos capuanos e puteolanos, mas com *praenomen* M(arcus); os segundos são também em número de quatro, dos quais um M. Alleius Luccius Libella, provavelmente um Luccius adotado por um Alleius (de grande evidência na cidade), que viveu em época Tiberiana e que alcançou o grau de *duumvir quinquennalis*<sup>408</sup>. Segundo o estudioso, as duas formas seriam somente uma variante, levando-se em conta que estes gentílicios, que apresentam duas leves diferenças ortográficas (o ‘mais romano’ –ius contraposto ao mais antigo –aeus ou –eius) representam somente uma tendência à adoção da ortografia romanizada; no entanto, podemos afirmar que poderiam pertencer a ramos diferentes (mais ou menos importantes) de uma mesma gens<sup>409</sup>. Estes últimos são conhecidos desde muito cedo, desde a época Republicana, seja na Samothracia (Mar Egeu, Grécia), seja nas vizinhanças de Bovianum Vetus<sup>410</sup>, e ainda em Atina no Latium, em Casinum (com um *duumvir*), em Venafrum etc<sup>411</sup>.

O gentílico Lucceius aparece em epígrafes provenientes de Capua (seis personagens), um dos quais exatamente um Cn. Lucceius (mesmo *praenomen*) mencionado em um decreto decurional, datado de aproximadamente II séc. d.C.<sup>412</sup>, e ainda nos centros vizinhos. No entanto, não podemos negar uma origem de Cumae<sup>413</sup>, onde os Lucceii constituíam uma das famílias mais

relevantes da aristocracia citadina em época ciceroniano-augustana<sup>414</sup> e à qual é possível ligar o senador Cn. Lucceius, pontifex, nos inícios da época de Trajano<sup>415</sup>. Da mesma maneira, também em Puteoli, a gens Lucceia teve uma posição proeminente<sup>416</sup>. De qualquer modo, encontramos também no CIL X (passim), no capítulo relativo à Campania interna, uns sessenta personagens pertencentes à gens Lucceia, como o senador tardio de Abellinum C. Lucceius Petilius, (signo) Gaudentius<sup>417</sup>, e ainda outras tantas variantes Lucii.

A gens Lucceia é abundante em Roma<sup>418</sup>, com cerca de 150 membros, entre ingenui e liberti, entre a época proto-Augustana e Giulio-Claudiana até o III séc. d.C., mas sem figuras de muita projeção; do mesmo modo também a variante da gens, dita Luccia, apresenta uns vinte personagens, entre os quais um C. Luccius Telesinus (Cos. 66 d.C.) e a filha Luccia C.f. Telesina<sup>419</sup>.

No que diz respeito à gens Domitia, da companheira do poeta Cn. Lucceius, podemos dizer somente que ela é de tal modo esparsa na Península Itálica, que o próprio Schulze (cit.) nem faz menção relevante, enquanto Solin e Salomiees<sup>4Z0</sup> fazem menções passim.

Nos Corpora Campanos à nossa disposição, encontramos em Stabiae um Cn. Dom(itius)Sua(vis), que assina um signaculum<sup>4Z1</sup>, enquanto talvez Sorrentino fosse um C. Domitius Sur(r)entinus, militar em serviço na Moesia Superior<sup>4ZZ</sup>.

No entanto, em Capua a gens está presente também no Ordo citadino do II séc. d.C. com L. Domitius Tiberianus Ilvir e a filha Domitia Galatia<sup>4Z3</sup>, provavelmente identificada como a mulher do eques Romanus L. Pacideius L.f. Carpius di Calatia<sup>4Z4</sup>, além de quatro testemunhos de menor projeção política ou social. Sempre segundo D'Isanto (cit.), os Domitii são conhecidos na Campania interna Setentrional em Suessa e em Teanum<sup>4Z5</sup>. Outros membros da gens Domitia estão presentes em Puteoli e em Misenum entre os classiari (marinheiros). Em suma, há mais de setenta personagens com tal gentílico Domitius /-a atestados em todo o CIL X, por isso é difícil propor uma hipótese

sobre a origem precisa da nossa Domitia.

Da mesma maneira está a situação em Roma, onde tal gens senatória e imperial mostra, no CIL VI, muito mais de 300 presenças – sempre entre a época proto-Augustana e o IV séc. d.C.

Assim, só podemos aventar sugestões vagas para a origem regional do poeta Lucceius da nossa epígrafe: ou originário de Roma, ou mais provavelmente dos Campi Flegrei (Cumae) e da Campania interna Setentrional, ou proveniente das imediatas vizinhanças de Capua e Caserta, justamente o ‘berço’ das Atellanae. O mesmo podemos dizer de Domitia, na ausência de outros documentos epigráficos comprobatórios.

### ***ATELLA SAMNÍTICO-ROMANA***

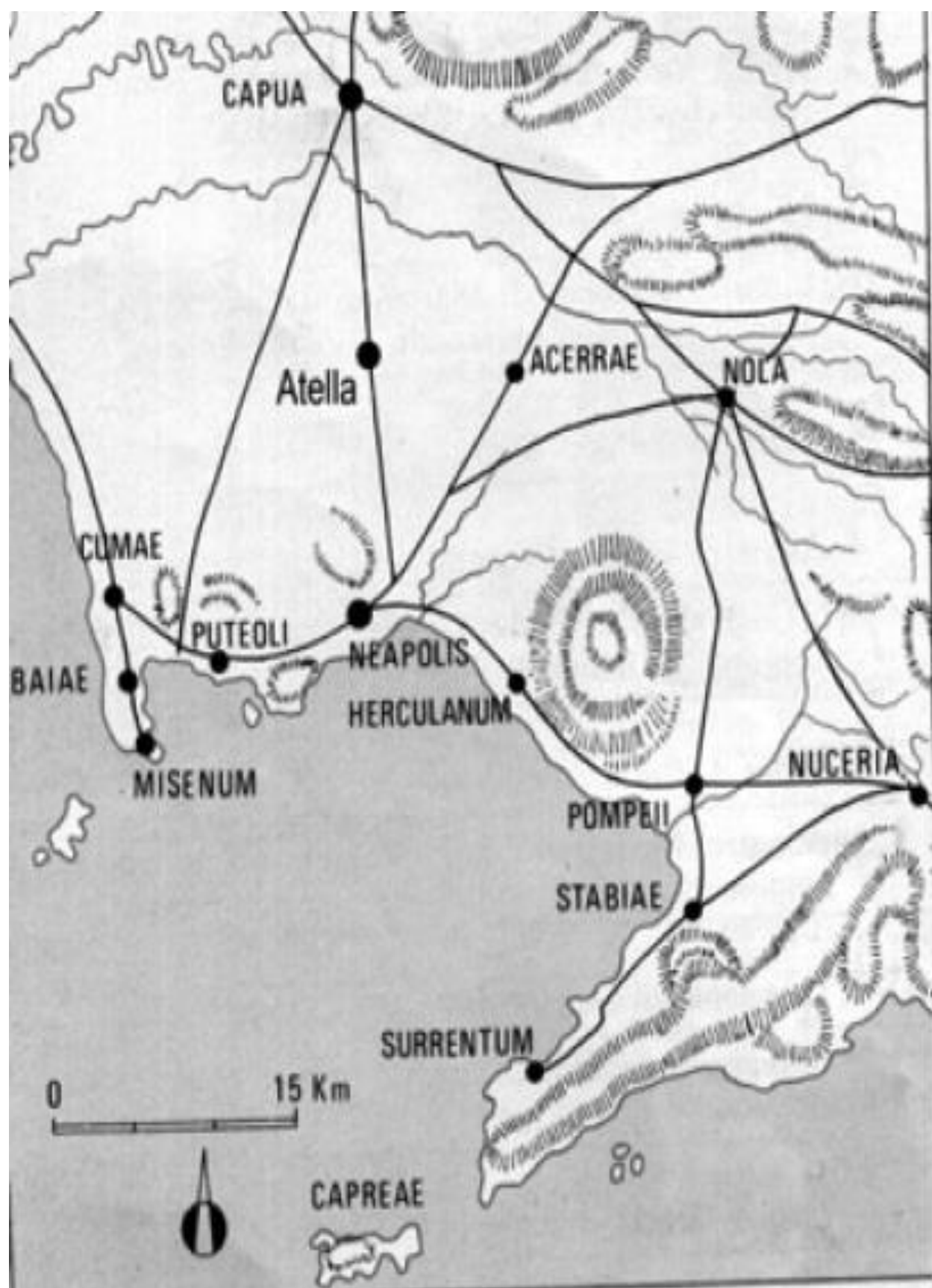




FIGURA 4 – MAPA DA CAMPANIA MERIDIONAL, COM A LOCALIZAÇÃO DE STABIAE E DE ATELLA.

FONTE: De Vos, A.;M. 1988, 5.

Voltando ao texto da epígrafe, é possível afirmar que sejam as famosas *Atellanae fabulae* (Fábulas Atelanas), seja o conhecido *Atellanicum exhodium* (na origem, comédia ridícula apresentada no final do espetáculo)<sup>4Z6</sup> e que tenham feito parte dos *Ludi Osci*, apresentados como uma coletânea de farsas vulgares, comédias idiotas e jogos rudes, como se verá mais adiante. O nome ‘Atellana’ tem sua origem na cidade Osco-Campana de Atella, onde foi inventada e originariamente escrita e apresentada em língua Osca, levando-se ainda em conta que o território Atellano é considerado o centro, o ‘umbigo’ da cultura Samnita na fértil planície da Campania interna Setentrional<sup>4Z7</sup>. Em 391 a.C. foi importada para Roma, onde se tornou muito popular. O mesmo é possível dizer do *Atellanicum exhodium* ou *exodium* (cf. supra). De qualquer forma, depois da Guerra Social, na época de Sulla, as *Atellanae* abandonaram a improvisação, tornando-se um gênero literário, principalmente por obra de Lucius Pomponius e de Novius.

*Atella surgia na zona sudeste da grande planície atravessada a N pelo rio Volturnus e a S pelo rio Clanius, gravitando na órbita política e econômica de Capua. No território em torno ao centro urbano são documentados traços de frequência datados desde a segunda metade do IV milênio a.C., e que prosseguem com modalidades de sítios diversificados, com solução de continuidade na frequência até a época Romana. Além das relações comerciais com os Etruscos (internos e marítimos) e com os Gregos da vizinha Cumae, o elemento local de cepo Ópico<sup>428</sup> foi acrescido por maciças infiltrações de populações Samnitas<sup>429</sup>, provenientes das montanhas no interior. Na segunda metade do V séc. a.C. (438-437 a.C.) começou a formar-se o chamado “povo dos Campanos” – falantes de língua Osca e que se reconheciam em uma mesma cultura – que tomou conta de toda a região desde Capua até os centros litorâneos como Neapolis e Cumae. Quando irrompeu a chamada Guerra Samnita contra Roma na segunda metade do IV séc. a.C. (343-341 a.C.), a qual*

*assinalou o ingresso desse povo na órbita da Urbs, e com a vitória desta última, foram concedidos a tais centos Samnitas a ciuitas sine suffragio (Capua e depois Calatia, Atela, Suessula, Acerra e Cuma) ou seja, cidadania sem o direito de voto. No final da Segunda Guerra (304 a.C.), outros centros Samnitas surgiram progressivamente como colônias de direito Latino como Cales, Sessa Aurunca, Saticula e Trebula. Atella pertencia também à dita 'confederação' das cidades Oscas ou Samnitas, liderada por Capua, mas manteve uma liberdade administrativa própria, cunhando moeda própria com a legenda ADERL.*

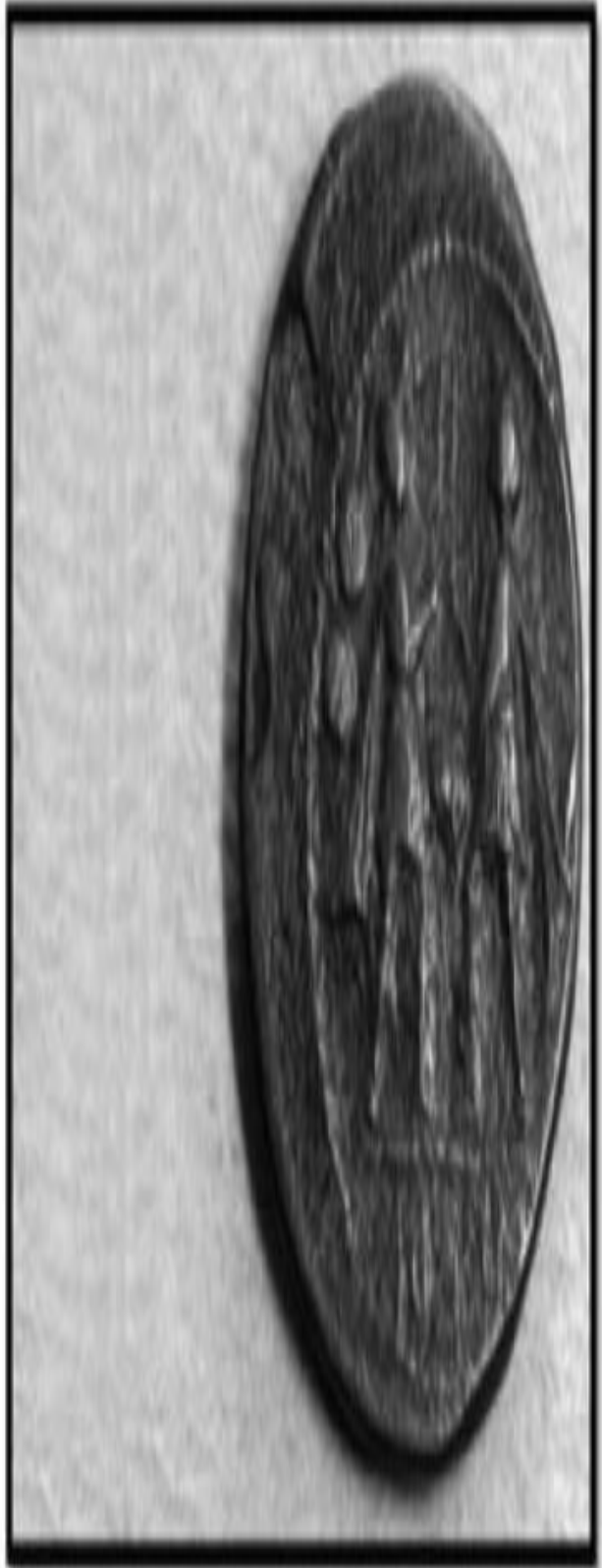
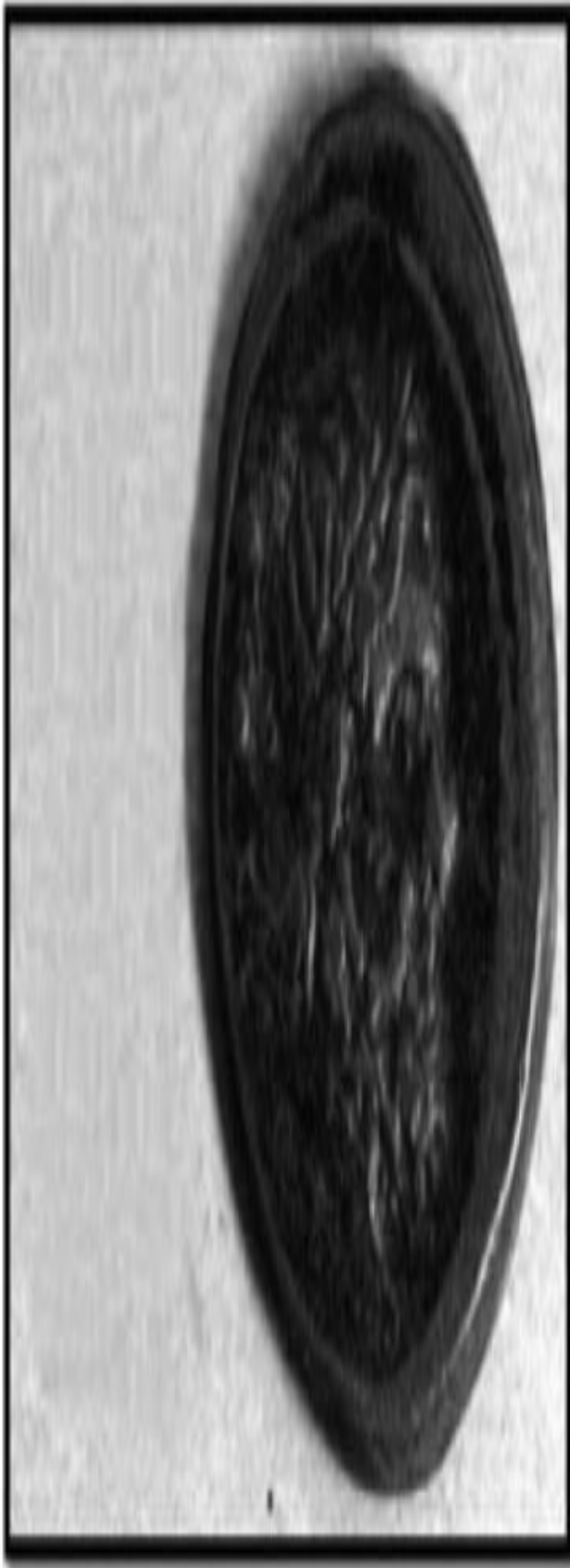


FIGURA 5 – MOEDA DE ATELLA: AE/SEXTANS. A/ CABEÇA LAUREADA DE ZEUS E DOIS GLÓBULOS. R/ ADERL, NO EXERGO, RETRÓGRADA; DOIS GUERREIROS PRESTANDO JURAMENTO DIANTE DO LEITÃO DE SACRIFÍCIO; DOIS GLÓBULOS. MM. 24,3 X 25,7 - G. 14,11. CERCA DE 216-211 A.C.

FONTE: Magalhães M. M, SNG Brasil I n. 285, sub você Atella.

De qualquer modo, a partir da segunda metade do IV séc. a.C. a região apresentou um notável desenvolvimento e ligações de clientela com as aristocracias Campana e Romana. Apesar disso, tensões sociais conduziram a uma rebelião aberta contra Roma e, unida à Calatia e à Capua, o centro de Atella passou para o lado de Aníbal em 216 a.C. Parece que as suas emissões monetárias pertenceram a este período de uma certa autonomia sob Aníbal, por necessidades militares de guerra, como foi também o caso de Capua<sup>430</sup>. De fato, a produção de moedas brônzeas, organizada em diversos valores, segue a subdivisão e o peso sugeridos por Capua; esta última deveria ser ainda a sede unificada da casa da moeda, tendo em vista que as suas emissões são legadas por um único e coerente sistema. Os nominais distinguem-se pela indicação do valor e a legenda que faz referência ao nome étnico apresenta-se abreviada ou por extenso, em língua e alfabeto osco, na direção retrógrada. A sua amoedação estendeu-se desde o *quatruncus* até a *semuncia*, com tipos de anverso como Zeus e Helios, e de reverso como Zeus, Nike, guerreiros que fazem juramento e a águia<sup>431</sup>.



## FIGURA 6 – POÇO DE DOMUS ATELLANA, ÁREA ARQUEOLÓGICA

FONTE: Foto do Dr. Valentino Nassa (Graphic Designer, Accademia di Belle Arti di Frosinone)

Atella, um dos centros Samnitas mais antigos da Campânia, foi uma das primeiras a receber a *ciuitas romana*, mas sabemos que antes, em 211-210 a.C., fora conquistada e ocupada por Roma: os sobreviventes foram enviados em exílio, seu centro urbano semidestruído e seu *ager* confiscado. Sucessivamente foi refundada como guarida para os refugiados provenientes de Nuceria, outro centro Samnita ao sul do Vesúvio, e talvez ainda aos foragidos de Acerra<sup>43Z</sup>. Depois da Guerra Social em 83 a.C., os romanos passaram a controlar definitivamente o território e sabe-se que Cícero foi considerado seu *patronus*; em época imperial recebeu o status de *municipium Romano*. Sabemos ainda que foi provavelmente o lugar de nascimento do poeta Cn. Naevius (*Bellum Poenicum*) e que o poeta Virgilius compôs ali partes da Eneida, em uma villa de *otium* que Mecenas possuía, e em seu teatro, na presença de Augusto, o poeta teria lido as *Geórgicas*; do anfiteatro Atellano, dentre os mais antigos da Campânia, fala-nos Suetonius quando narra um episódio após a morte de Tiberius<sup>433</sup>, Atella estava situada no território entre as atuais comunas de Aversa e de Afragola, a sul de Caserta, e era atravessada pela via Atellana (cujo traçado Romano ainda existe) na direção de Cumae no litoral e de Capua no interior<sup>434</sup>. É claramente visível na Tabula Peutingeriana<sup>435</sup> a assinalação de Atella, bem ao centro da via que de Capua conduzia a Neapolis, exatamente na IX milha Romana (VIII na Tabula) entre ambas as cidades.

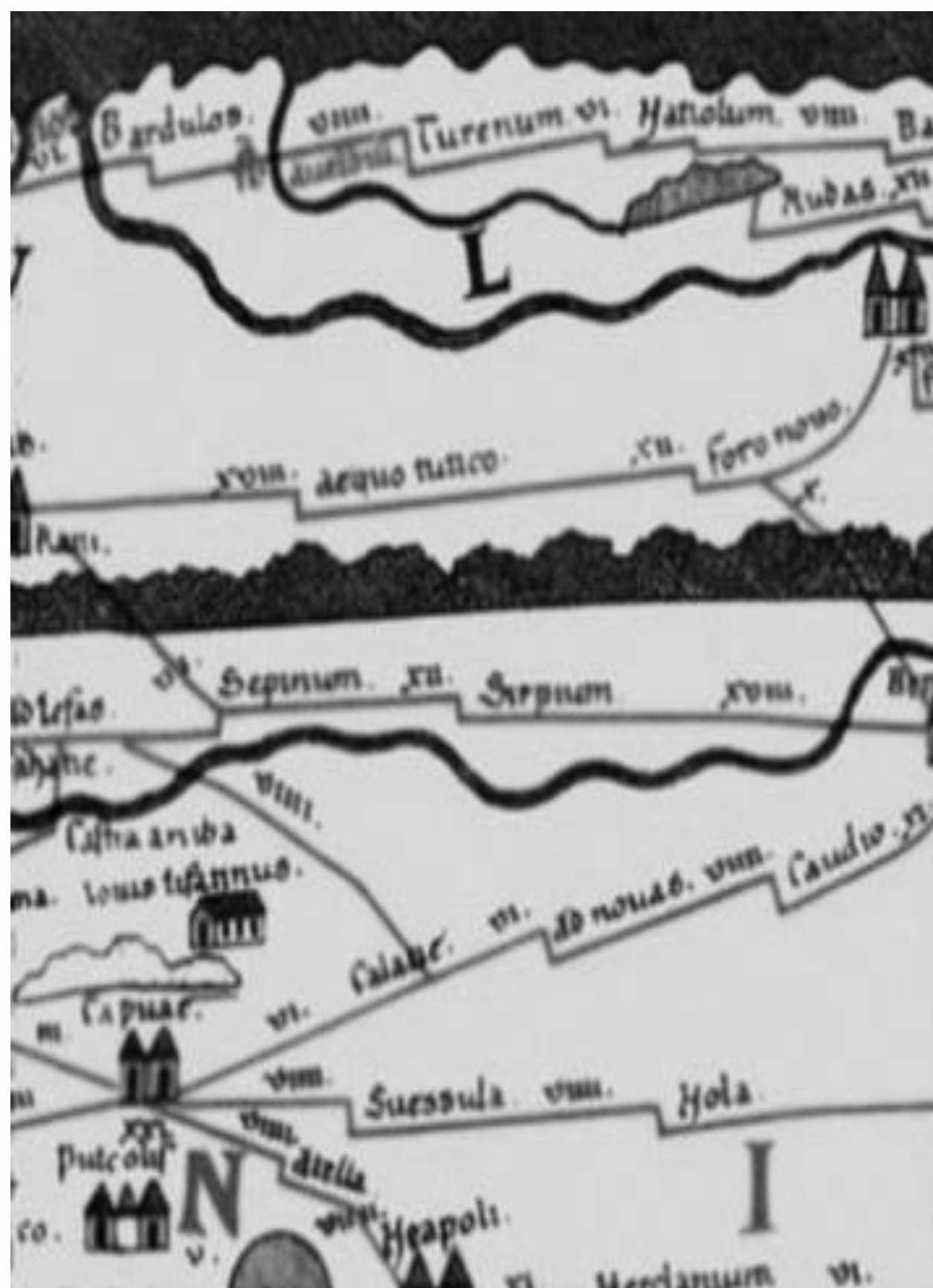


FIGURA 7 – TABULA PEUTINGERIANA, COM ASSINALAÇÃO DE ATELLA ROMANA (VI, 4, M – TP 5.4)

FONTE: Biblioteca Nacional de Viena: [www.eurattas.net/cartogra/peutinger](http://www.eurattas.net/cartogra/peutinger)





## FIGURA 8 – PLANTA DO CENTRO URBANO DE ATELLA

FONTE: Foto do Dr. Valentino Nassa (Graphic Designer, Accademia di Belle Arti di Frosinone) – Museo Archeologico Statale dell'Agro Atellano.

As ruínas do centro urbano são conhecidas até hoje: ruínas das muralhas urbanas, casas privadas, o chamado Giardino di Virgilio, e numerosas tumbas fora das muralhas, atualmente conservadas nos sítios das comunas de Frattaminore (antiga Pomigliano d'Atella), Orta di Atella, Sant'Arpino e Succivo. O centro urbano surgia sobre um terraço natural ao sul do rio Clanis e era delimitado por uma cintura murária ainda em parte existente. Fora das muralhas encontramos lugar para vastas necrópoles Oscas ou Opicas mais antigas, posteriormente Samnitas e finalmente Romanas.

Escavações arqueológicas efetuadas desde 1900 até os nossos dias<sup>436</sup> trouxeram à luz o fossatum que circundava Atella e que formava um grande terraço quadrado e sobre-elevado, além de uma via que correspondia ao decumanus que dividia a cidade em duas partes (sobre o vico Cerri). Outro achado muito importante foi o de um pequeno tesouro com moedas (nominais ou títulos de valores diversos) Atellanos já mencionados – nas vizinhanças do prédio do município da atual Atella di Napoli, o que comprova a sua autonomia como centro político. Nos anos sessenta foi descoberta (em Sant'Arpino) no subsolo uma esfinge de ótimo atelier, em calcário tenro, pertinente a um monumento sepulcral do III séc. a.C. e outras milhares de esculturas de ambiente helenístico. Uma campanha de escavações de 1966 (conduzida por Werner Johannowsky) trouxe ainda à luz um maravilhoso mosaico policromático pertencente a um peristilo, os muros de uma grande casa, um ambiente termal (em Castellone) e a cabeça de uma estátua feminina em mármore. Assim foi possível definir a evolução urbana de Atella desde o III séc. a. C. no interior do centro habitado foram reconhecidos os eixos viários principais, entre os quais o cardus maximus, o decumanus maximus e um outro decumanus a sul, além de um retículo de estradas menores com orientação NE/SO, que se refere ao da centurição Romana de II séc. a.C.



*Tabulazione 22, percentuale finale dell'area di lavoro*



FIGURA 9 – FOTO DE NECRÓPOLE 22 DE ATELLA, COM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE ATÉ A ÉPOCA ROMANA

FONTE: Foto do Dr. Valentino Nassa (Graphic Designer, Accademia di Belle Arti di Frosinone) – Museo Archeologico Statale dell'Agro Atellano.



## FIGURA 10 – PARTE DE UMA DAS TERMAS DE ATELLA

FONTE: Foto do Dr. Valentino Nassa (Graphic Designer, Accademia di Belle Arti di Frosinone) – área arqueológica de Atella.

Enfim, em 2010 foi escavado um complexo termal monumental de caráter público, provavelmente em uma área próxima ao forum citadino, sobre uma superfície de 1170 mZ, ambiente cronológico e arqueológico que conduziu ao IV- III séc. a.C. Não obstante o antigo centro, por completo, ainda esteja por escavar<sup>437</sup>, das escavações até hoje conhecidas surgiram milhares de objetos, desde o período Orientalizante (VIII-VII séc. a.C.) até a época Romana tardia (III-IV séc. d.C.), todos conservados no Museo Archeologico dell'Agro Atellano (em Succivo).

## Parte II. A Fabula Atellanae o Exodium Atellanicum

*Álvaro Alfredo Bragança Júnior*

### Comédia Atellana e Epigrafia: um estudo de caso

O estudo de inscrições epigráficas muito contribui para a análise da veracidade acerca de informações sobre autores e obras da Antiguidade, em nosso particular caso de investigação, oriundos do mundo romano. A inscrição de/para Gnaeus Luceius menciona, conforme interpretação da pesquisadora Maricé Magalhães, a forma Ate, a qual é desdobrada como sendo Atellanis e ligada ao termo anteriormente citado fabulis, além do antropônimo Pomponi, muito possivelmente relativo a Luccius Pomponius Bononiensis. A partir destes dados e da leitura epigráfica tendemos a considerar o texto presente como uma

evidência da importância de um gênero literário, sobre o qual ainda pouco se sabe e de um poeta, que se destacou a tal ponto, que seu nome está ligado àquele gênero literário. A fabula, commedia ou farsa atellana, assim como o poeta Pomponius participam e ajudam a compor o pano de fundo histórico do monumento e, portanto, a esse respeito teceremos os comentários a seguir.<sup>438</sup>

## **UM GÊNERO: A ATELLANA**

Talvez um dos gêneros dentro da literatura latina de mais difícil precisão conceitual, a atellana tem suas origens ligadas a performances individuais, posteriormente colocadas sob forma de texto escrito. Quanto à sua definição, Šárka Hurbánková<sup>439</sup> a descreve como “a short satiric composition with Italic characters, four of whom are formed types called personae oscae.” Pelo que sabemos e, segundo Beare<sup>440</sup>, os primeiros indícios da fabula, farsa ou commedia atellana surgem exatamente na região da Campânia, ainda em língua osca, tendo como centro de difusão a cidade de Atella, de onde deriva seu nome. Joel Trapido<sup>441</sup> acrescenta que suas primeiras representações podem ser datadas aproximadamente de 300 a.C., tendo mantido seu vigor, de uma certa maneira, por mais 500 anos.

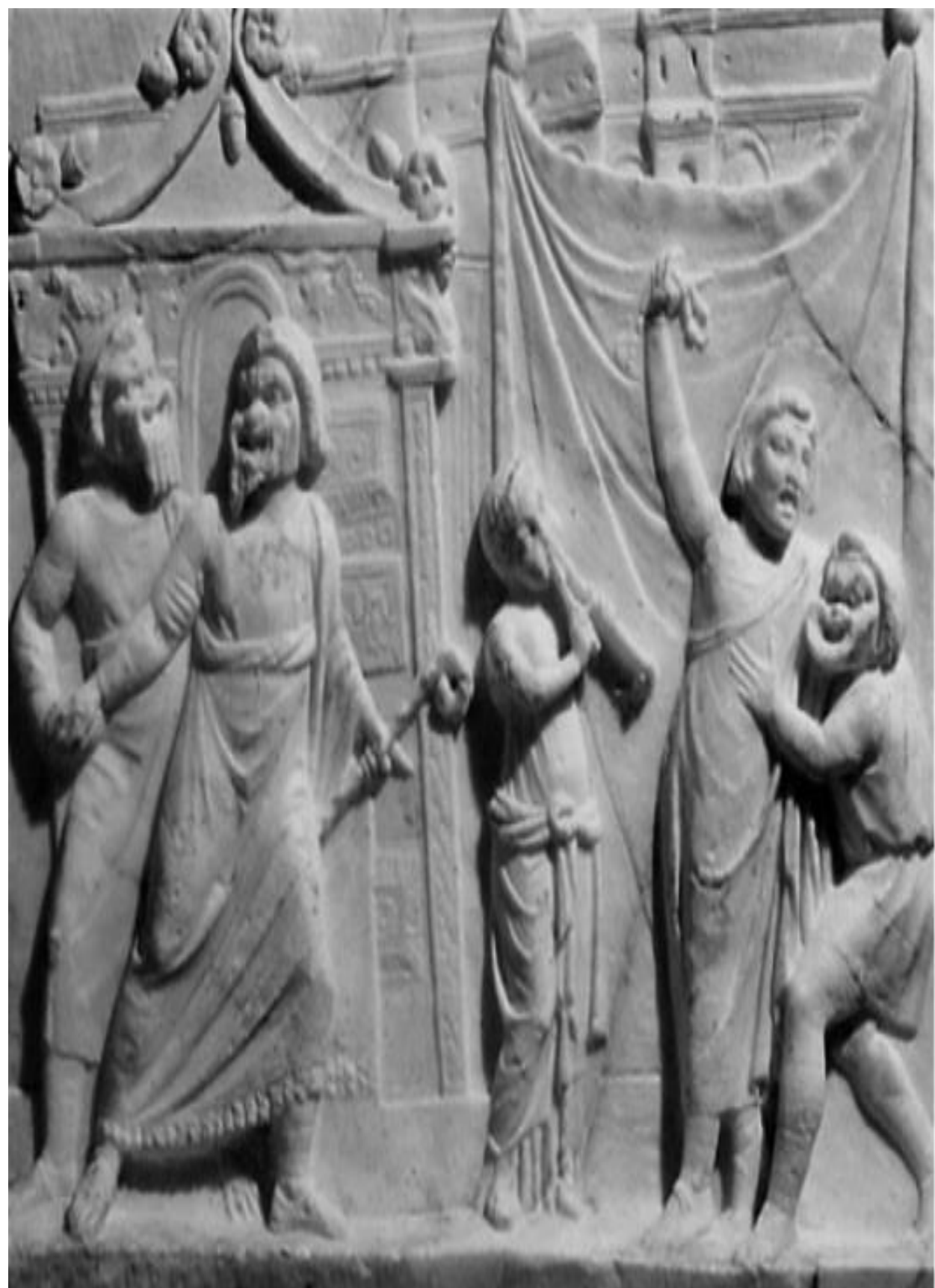
Do mesmo modo, a Atellana possuía uma popularidade bastante significativa, a ponto de autores como Cícero, Plauto, Lívio Andronico, Tácito e Juvenal se referirem a ela em algumas de suas obras. Por outro lado, Robert Webb<sup>442</sup> vê na Atellana características da futura satura romana. Todavia, quais dados históricos temos a seu respeito? Como se estruturava a farsa atellana?<sup>443</sup> Quais os personagens-tipo que nela tomavam parte? As próximas linhas guiam-nos a tais questionamentos.

### **Dados históricos sobre a origem da Atellana**

Embora ainda carecendo de segurança acerca de sua origem, é certo que a farsa atellana teve seu berço na região da Campânia por volta do ano 300 a.C. William Beare<sup>444</sup> afirma, acerca de seu significado primitivo, que a Atellana era “uma farsa rústica que apresentava certos personagens tradicionais em situações ridículas”<sup>445</sup>. Atella situava-se cerca de 14,5 quilômetros distante de Cápua, na estrada para Nápoles. Sobre o nome do gênero e suas similaridades com textos gregos, Diomedes<sup>446</sup> relata que, “*tertia species est fabellarum Latinarum, quae a ciuitate Oscanum Atella, in qua primum coeptae, appellatae sunt Atellanae argumentis dictisque iocularibus similes satyricis fabulis graecis*”. Para Trapido<sup>447</sup>, há também semelhanças entre a Atellana e outras formas de teatro na Antiguidade, tais como “o mimo de Roma, o Phlyakes do sul da Itália, Plauto e Terêncio, a Comédia Nova grega e até mesmo a comédia dórica pré-clássica”.

Como visto e sumarizado até aqui, pouco se pode afirmar sobre a história da Atellana, porém informações sobre sua estrutura, enredo e personagens principais chegaram até nós e sobre eles teceremos os comentários a seguir.





## FIGURA 11 – RELEVO COM REPRESENTAÇÃO DE UMA DAS CENAS TEATRAIS.

FONTE: Foto do Dr. Valentino Nassa (Graphic Designer, Accademia di Belle Arti di Frosinone) - Museo Archeologico Nazionale di Napoli (inv. 6687).

### Estrutura da Atellana

Quando mencionarmos a partir de agora a farsa atellana, faremos referência não apenas à representação teatral, o que poderíamos denominar, conforme Trapido<sup>448</sup>, Atellana pré-literária, ou para Beare<sup>449</sup>, fábula atellana, mas também ao gênero textual posterior, do qual sobreviveram aproximadamente 114 textos e fragmentos, a Atellana literária. Da primeira não sobreviveram fragmentos e Duckworth<sup>450</sup> considera como temas principais da Atellana a vida no campo ou a cidade pequena, para o que analisa o título de algumas peças, tais como Bubulcus (O vaqueiro), Vindemiatores (Os vindimadores), Pappus Agricola (Pappus, o agricultor), dentre outras. Do ponto de vista formal, a farsa Atellana caracteriza-se por um enredo com situações de logro e trapaças, que não deveria ultrapassar 400 linhas<sup>451</sup>, no qual situações cômicas deveriam estar integradas aos papéis desempenhados pelos personagens principais, normalmente sendo 4 ou 5 os protagonistas, sendo que, em sua fase pré-literária, possivelmente os artistas faziam uso de máscaras.<sup>452</sup> Presume-se que, nas encenações, fosse comum o uso de charadas, expressões e palavras de duplo sentido, trocadilhos, chistes grosseiros, porém Trapido<sup>453</sup> assegura que os estudos mais recentes sobre o gênero discutem a possibilidade de influência do mimo sobre a Atellana<sup>454</sup> e o caráter de improviso dos atores ao representarem as tricas Atellanis.<sup>455</sup>

Beare<sup>456</sup> assevera que tais personagens possuíam certa semelhança com “grosseiros, rústicos gananciosos, cujas características animais eram tais que poderiam divertir um auditório primitivo e rústico, sempre preparado para rir da gula e da embriaguez, da brincadeira rude e da burla obscena”. Todos eles

comporiam o quadro de personagens-tipo específicos das Atellanas. Tal constatação pode ser mais bem exemplificada a partir dos nomes dos principais personagens-tipo encontrados na Atellana, sobre o que agora discorreremos.

## **Personagens principais**

Dentro da Atellana, mais especificamente na Atellana literária, estão presentes alguns personagens que podemos entender como personagens-tipo característicos daquele gênero, denominados *personae oscae*. Maccus, Bucco, Pappus e Dossenus formam o quarteto principal, sendo que, a este último, alguns estudiosos associam a figura de Manducus. A partir de uma análise etimológica procura-se entender o significado dos seus nomes. Uma discussão exaustiva a respeito faz Beare<sup>457</sup>, que aqui sumarizamos.

Para o latinista<sup>458</sup>, citando Apuleio, Maccus e Bucco, seriam os tolos e Plauto também usa Bucco com o mesmo significado; sobre Maccus é citado Aristófanes, que utiliza a forma *makkoa* no sentido de desatento, imbecil, e na língua sarda o termo *maccu* designa apenas imbecil, embora a palavra *macco* já tenha sido atestada no italiano com o sentido de mingau<sup>459</sup>. Já Bucco adviria de *bucca*, boca, e, neste caso cômico, bochechudo, o que poderia denotar gula, imbecilidade ou jactância. Pappus originar-se-ia da forma grega *pappos*, avô, e nos fragmentos das Atellanas literárias o personagem aparece como o Velho Tolo. Dossenus derivaria seu étimo de *dorsum*, dorso,<sup>460</sup> o que leva Beare a conjecturar que sua caracterização física nas peças poderia ser a de um corcunda, embora não haja evidências para apoiar tal hipótese.<sup>461</sup> Todavia, o mesmo personagem aparece como ávido, ganancioso, o que lhe conferiria uma interpretação como o Sábio Tolo. Por fim, Manducus tem sua etimologia explicitada por Varrão<sup>462</sup>, ao dizer que seu nome provém de *mando*, mastigar. Interessante notar que a partir dessa característica de Manducus e da popularização desse personagem nas Atellanas, com mandíbulas amplas a bater os dentes, provém o verbo *manducare*, origem do verbo francês *manger* e do substantivo português *manjar*. No caso desse personagem, acreditamos que o uso de uma máscara que salientasse uma boca ou mandíbula muito grande e voraz

fosse indispensável para sua composição.

Como visto, a aparente brevidade das Atellanas é uma de suas características, a tal ponto que também são conhecidas como Atellaniolae e apresentam um reduzido número de personagens, tendo se convertido de performances gestuais em uma forma literária somente à época de Sulla<sup>463</sup>, além do que poderiam servir em geral como pequenas peças de teatro após uma representação mais importante – os exodia.

Nesse sentido, um último tópico pode ser discutido acerca do fragmento epigráfico em análise: nele encontra-se um trecho em que possivelmente se menciona o termo exodium ou exordium, que se prenderia à forma Atellanicum. Exodium, conforme Beare<sup>464</sup>, seria também o título de uma peça e de acordo com sua proposta de definição seu nome “nos lembra do uso das Atellanas em geral como uma pequena peça de teatro”.

### **Breves Comentários sobre o Exodium**

Nesse sentido, resta um último termo a ser discutido, e que aparece na nossa epígrafe funerária fragmentária, aqui em análise: no texto encontramos uma parte na qual possivelmente se menciona o exodium ou exordium, que seria ligado neste período ao vocábulo Atellanicum. O exodium, conforme Beare<sup>465</sup>, seria também o título de uma peça teatral e, de acordo com sua proposta de definição, seu nome “nos recorda o uso das Atellanas de maneira geral, como uma pequena peça teatral”.

Segundo a documentação literária, o vocábulo é originário do Grego ejxovdion, - ou (to;), que significa “final ou encerramento de uma peça teatral”, particularmente de uma tragédia, algumas vezes denotando uma “catástrofe”.

Daquilo que sabemos com respeito à sua utilização, este passou a ter a função de uma pequena peça cômica, acrescentada ao final de uma peça maior, sempre como uma farsa que encerrava o espetáculo. Com o passar do tempo, tal farsa era recitada depois do drama, tornando-se depois, em Roma, o sinônimo de fabula Atellana. Na Urbs, o termo ou estilo teria sido adaptado ao discurso e à própria realidade. Não obstante o seu tema original parecer ainda obscuro para os estudiosos, a peça era recitada doravante em latim e consolidou-se como gênero literário, como já dito anteriormente <sup>466</sup>.

Assim nasceu uma nova forma no teatro Romano, também denominada exodium Atellanicum, que se confunde com a fabula Atellana propriamente dita, tendo em vista que o fundamento e o ponto de partida do teatro Romano arcaico foi provavelmente uma experiência de camponeses-agricultores que habitavam a Península Itálica de maneira geral, principalmente os da Campânia: para celebrar o início ou o final das fadigas e dos trabalhos nos campos, em experiência comunitária, e a liberdade de apresentar as chamadas “licenças fesceninas” (mencionadas por Horácio) ou representações teatrais caracterizadas pela improvisação métrica, mímica elementar e baixo linguajar.

O importante é que, segundo Boissier<sup>467</sup>, ainda fonte segura, na própria Roma não havia atores profissionais, e as formas teatrais grotescas ditas saturae eram representadas por jovens, pois não demandavam muito estudo. Depois de Lívio Andronico, quando os romanos conheceram o teatro Grego, e com o advento de artistas de métier, tais saturae receberam o nome Grego de exodia, sem dúvida porque terminavam o espetáculo. Assim, saturae-exodia são considerados eminentemente romanos. Somente Tito Livio acrescentou a informação de que os exodia foram originariamente misturados às Atellanae (ou Ludi Osci), gênero de comédia que a juventude encontrou junto aos oscos (scil. Samnitas), e que adquiriu uma imensa popularidade.

Apesar de não sabermos ao certo como tenha ocorrido a simbiose entre Exodia e Atellanae, é possível imaginar, a partir das palavras de Tito Livio, que cada um

dos gêneros distintos passou a fazer parte de peças teatrais novas, e por isso foram chamados por um nome formado pela reunião de ambos: exodia Atellanae ou exodium Atellanicum. Permanece ainda o problema a respeito da língua na qual eram representados em Roma: parece claro que, não obstante, as primeiras apresentações terem ocorrido em língua osca, fragmentos bastante numerosos, em excelente latim, foram encontrados. Tal fato leva a pensar que o latim tenha substituído o osco, e deste último tenham restado somente alguns provérbios ou expressões de coro cômico de alguns personagens, que eram repetidos para a plateia.

De qualquer maneira, com uma origem relativa ao campo, com a apresentação de personagens que tipificavam homens com características físicas e comportamentais que levavam ao riso, ao ridículo e com temas entremeados de enganos, embustes, palavras de duplo significado e charadas, a Atellana e o exodium alcançaram uma circulação maior, saindo da Campânia e chegando a Roma, onde pelos cálamos de Novius e Pomponius adquiriram contornos escritos, literários.

A inscrição epigráfica analisada por nós faz referência L. Pomponius, e por essa razão dele agora trataremos.

### ***Lucius Pomponius, o autor: dados biobibliográficos***

*Lucius Pomponius Bononiensis – de Bolonha – é para Beare<sup>468</sup> “descrito por Velleius como o fundador da Atellana”, tendo produzido algumas de suas peças por volta do ano 89 a.C. Juntamente com Quintus Novius, consagrou as Atellanas como gênero literário, tendo incorporado as formas métricas e regras técnicas gregas, além de incluir características da fábula atellana primitiva, termos grosseiros e até obscenos em seus textos. Do mesmo modo, fornecia o script aos atores para leitura e ensaios prévios. Dentre as setenta Atellanas a ele atribuídas, cujas temáticas abarcam a satirização da política, religião, da*

*sociedade e da mitologia, podemos arrolar os seguintes títulos<sup>469</sup>:*

■

• Leones • Bucco Adoptatus • Bucco Auctoratus • Capella • Citharista • Colle

■

Pelo exposto, embora suas peças tenham chegado até nós de forma fragmentária, a importância de Lucius Pomponius foi muito significativa para a consolidação da Atellana literária dentro de Roma à época de Sulla. Tamanha notoriedade, talvez ainda não totalmente atestada pela Literatura, encontra-se referendada na inscrição de Lucceius, prova incontestada da Epigrafia como suporte para a memória histórica e literária.

## **Referências Bibliográficas**

## **Fontes Epigráficas**

Mommsen, Theodore et alii (Ed.). corpus Inscriptionum Latinarum I- XV. Berolini: Academiae Litterarum Regiae Borussicae Editum, 1876-1970 (= CIL).

Vetter, Emil. Handbuch der italischen Dialekte, Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1953.

## **Referências Gerais**

Beare, William. The Roman stage London: Methuen & Co. Ltd, 1955.

Castrén, Paavo. Ordo Populusque Pompeianus. Polity and Society in the Roman Pompeii. Roma: Bardi Editore, 1975.



Della Corte, Matteo e Soprano, Paolo. "Onomasticum Herculanense". Rendiconti della Accademia di Archeologia, Lettere e Belle Arti di Napoli. 27 [1952], Napoli, 1953.

De Vos, Arnold e Mariette. Pompei, Ercolano, Stabia: Guide Archeologiche Laterza. Bari: Laterza, 1988.

D'Isanto, Gennaro. Capua romana. Ricerche di prosopografia e storia sociale. Roma: Quasar Editore, 1993.

Duckworth, George E. The nature of Roman comedy: a study in popular entertainment. Princeton: Princeton University Press, 1952.

Frassinetti, Paolo. Atellanae Fabulae. (Poetarum Latinorum Reliquiae: Aetas Rei Publicae, Vol. 6, pars I.). Rome: Edizione dell'Ateneo, 1967.

Hurbánková, Šárka. "Characters and comic situations in Roman comedy: the Atellan farce and mime". Graeco-Latina Brunensia, 15, (2010, 2): 69-80.

Magalhães, Maricí Martins. Storia, istituzioni e prosopografia di Surrentum romana. La collezione epigrafica del Museo Correale di Terranova. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2003.

Magalhães, Maricí Martins. Stabiae romana. La prosopografia e la documentazione epigrafica: iscrizioni lapidarie ebronze, bolli laterizi e sigilli.

Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2006.

Magalhães, Maricí Martins. *Sylloge Nummorum Graecorum Brasil I. Moedas Gregas e Provinciais Romanas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011 (= SNG Brasil I).

Magalhães, Maricí Martins. *Ordo Populusque Nucerinus*. Storia, istituzioni e prosopografia di Nuceria romana. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore 2016, no prelo.

Munk, Eduard. *De fabulis Atellanis*. Leipzig: K.F. Köhler, 1840.

Schober, Carl Ernst. *Über die Atellanischen Spiele der Römer*. Leipzig: C.H.F. Hartmann, 1825.

Schulze, Wilhelm. *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*. Berlin 1904, ed. Berlin-Zürich-Dublin: Weidmann, 1966.

Solin, Heikki e Ollie Salomies. *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*. Hildesheim: Olms-Weidmann, 1994.

Trapido, Joel. "The Atellan plays". *Educational Theatre Journal*, Vol. 18, No. 4, Special International Theatre Issue (Dezembro, 1966): 381-390.

Webb, Robert. "On the origin of Roman Satire". *Classical Philology* 7, no. 2

(Abril 1912): 177-189.

*Magistri Vici*<sup>470</sup>:

## A Autopromoção dos Vicomagistri nos Bairros de Roma sob o Principado de Augusto

*Debora Casanova da Silva (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)*

A maior parte dos piores exemplos contra a ordem pública persistiu por hábito e licença das guerras civis ou ainda continuou com a paz, pois muitíssimos salteadores se deslocavam à luz do dia armados com espadas sob o pretexto de se defenderem e, raptados os viajantes pelos campos, eram detidos sem distinção escravos e homens livres em cativeiros servis; além disso, muitíssimas facções juntavam-se a título de colégios novos para formarem todo tipo de organização criminosa. Inibiu, então, os assaltos por meio de postos de guarda colocados em lugares estratégicos, vistoriou as prisões de escravos e dissolveu os colégios, com exceção dos antigos e legalizados.<sup>471</sup>

Durante grande parte do século I a.E.C as incertezas advindas das guerras civis ainda pairavam sobre a urbs, devido a intensidade dos embates entre as famílias. Algumas delas acabaram sendo extintas até seu último representante com o tempo. As guerras civis no interior da urbs alcançaram todas as esferas sociais. Não é por mera coincidência que o período do principado augustano segue sendo reconhecido como um tempo de esforço quanto à pacificação dos confrontos engendrados pelas gentes da nobilitas. Nas palavras de Wallace-Hadrill, “Nobilitas é uma ilusão gerada pela agressiva apropriação da esfera pública por famílias privadas e seus rituais domésticos”<sup>472</sup>. Para nós “o século de paz”<sup>473</sup>, pode por vezes aparentar uma permanência da paz advinda dos benefícios da vitória de Augusto na Batalha do Actium sobre Marco Antônio e Cleópatra VII. A pax romana contudo, foi muito mais trabalhosa para seu mantenedor e denota o caráter de permanente controle de possíveis conflitos entre as gentes mais influentes de Roma. A pax foi levada aos limites do território romano, mas é no centro, na própria urbs, que a concórdia entre as partes se fazia necessária e

urgente para manter a harmonia da cidade. Entre os serviços que se estimam terem tido maior déficit com as guerras civis, podemos salientar o trabalho dos curatores, como os curatores vigilum (segurança das ruas e vias) e curatores aquarum (distribuição de água)<sup>474</sup>. Era possível encontrar prédios deteriorados com o tempo, construções inadequadas e aquisições de terras em locais impróprios. As domus se expandiam a partir da riqueza de seus senhores, e em conjunto com a necessidade de estar acessível ao público, principalmente a seus clientes<sup>475</sup> e eleitores que aguardavam a primeira hora do dia para realizar o ritual da salutatio<sup>476</sup>.

Suetônio nos relata os problemas advindos dessa esfera de turbulências políticas e o alto grau de violência em que se encontrava a cidade, característicos de um tempo de mudanças e de oposições ao que era novo. A constante presença das gentes por meio de seus símbolos políticos expostos tanto no interior das domus, quanto nos espaços externos dessas mesmas casas, denotam essa disputa por representatividade e a adoção de diversos meios para realizá-la. Esses meios podiam variar entre acordos pacíficos e obtenção de apoio político, e desavenças e disputas familiares. Tanto a população dos bairros, os uici, quanto a influência sobre essa mesma população gerava eventos dos mais diversos, que variavam de permitidos até intoleráveis na cidade. Exemplos de ações deploráveis estão presentes na história romana, e sua repercussão servia ao propósito em si.

Cícero<sup>477</sup>, em diversos momentos da defesa de sua propriedade, expressa preocupação com a confluência de acontecimentos que levariam não somente a distúrbios para ele próprio e sua família, mas também poderiam levar à ruína da própria cidade. Longe de ser uma preocupação voltada somente aos serviços da cidade, seus discursos demonstram a liberdade com que as famílias entravam em disputas violentas pela sua própria promoção política, principalmente no quesito eleições.

Clódio (Publius Clodius Pulcher) seria o maior exemplo, reconhecido por meio dos discursos de Cícero, das conturbações engendradas nas disputas familiares, e que vai incluir a participação ativa e violenta dos plebeus a partir de colégios<sup>478</sup> de bairros. Clódio seria o exemplo mais claro do que podemos vislumbrar como um cooptador da plebe dos bairros<sup>479</sup>. Uma das personagens mais controversas da República Romana Tardia, Clódio ficou famoso por profanar a cerimônia do

culto de Bona Dea, ao se travestir de mulher em uma tentativa de participar do ritual. E também por se tornar plebeu a partir de uma adoção, possivelmente arranjada, que teve a conivência de Júlio César e Pompeu Magno, que por sua vez era augur o que auxiliou na validação da mudança de status de Clódio<sup>480</sup>. É reconhecido, principalmente pelos escritos de Cícero e de Dionísio de Halicarnasso, o uso extremo da violência por Clódio, a partir da mobilização de grande parte da plebe. Em uma das leis que promulgou enquanto tribuno da plebe, em 58 a.E.C., convalida a restauração dos collegia, como forma de aumentar o contingente de pessoas a seu favor. Sua autoridade provinha em grande escala de sua aproximação com os plebeus mais pobres da urbs, contando em seus associados gladiadores, servos, escravos e libertos que trabalhavam em diversos tipos de lojas e oficinas dentro da cidade de Roma. Detinha seus próprios bandos (*operae clodiae*), conhecidas por tumultuar diversas votações e festivais<sup>481</sup>. Ativas dentro dos bairros da cidade, algumas comitia foram suspensos por causa do tumulto provocado por elas. Antes de 58 foi censor e quaestor<sup>482</sup>. E essa é somente uma dentre outras sublevações pelas quais foi acometida a cidade de Roma.

A presença da plebe sempre foi um caso preocupante, tanto por quem as usava, quanto pelos que sofriam com a ameaça dela. A cidade não dividia seus habitantes em grupos sociais esparsos, tal qual nós observadores dela fazemos para melhor analisá-la. A cidade de Roma permanecia um mosaico social onde espaços públicos políticos-religiosos eram disputados. Nosso objetivo é pensar esses espaços e a dinâmica encontrada pelos mesmos no interior do processo de mudança com o qual estava passando a cidade de Roma entre os anos 12 e 7. A *restauratio augustana* incide não somente sobre as belas e eminentes construções, a criação de novo estilo artístico, a iconografia augustana, ou a organização de um misto de criações novas e resgates da antiga tradição ancestral, do *mos maiorum*. Essa mesma restauração incide também sobre os espaços de vivência, e esses espaços predispõem a disputa política e a disputa por representatividade simbólica<sup>483</sup>. A cooptação da plebe e suas múltiplas benéfices seria assunto principal quando relacionada diretamente com candidaturas e manobras políticas. A plebe incidia sobre votações, fosse de forma numérico representativa, fosse de forma simbólica e coercitiva, como no caso de Clódio<sup>484</sup>. Os *uici* acabavam sendo em grande parte os núcleos onde era possível verificar as tensões latentes entre a *nobilitas*, a partir da busca desses por apoio político.

Dentro dos bairros, a partir de distribuições gratuitas de grãos e investimentos

em construções, era visível uma proximidade muito grande da nobilitas com a plebe. Obras, melhorias, chegada de água, jogos, embelezamento, tudo isso fazia parte de um arsenal de oportunidades que poderia ser utilizado pela nobilitas.

É inegável que a plebe não fosse utilizada pelas famílias como força política de forma violenta, contudo não podemos deixar de analisar os meandros criados por esse grupo, em momento específico, para dentro de uma margem pequena de autonomia própria conseguir se autorepresentar. Na sombra da tutela princeps a plebe apresentou suas características próprias, suas linhas gerais, nomeou seus participantes, integrou serviços funcionais e religiosos, e tomou para si a liberdade de escolha de estar ao lado do princeps. O que chamamos de autopromoção é uma tentativa de vislumbrar que o financiamento e a perpetuação de nomes dos uicomagistri não eram mero acaso, mas sim um esforço de uma parcela da população que antes era delegada à passividade, no que diz respeito à sua presença como ator social no quadro político em questão. E que essa parcela encontra uma pequena brecha para sua própria representação política aliada a escolha de um patrono, que neste caso é Augusto.

Devido à possibilidade de inclusão de uma nova função, os uicomagistri, cargo já reconhecido antes mesmo de Augusto, tornaram-se oficiantes de um ritual específico e que vai ser posto como um dos principais dentro do conjunto dos rituais resgatados por Augusto durante o movimento da restauratio.

As Compitalia, festival que encerra o fechamento do ano no calendário romano, já havia sido suspenso por mais de uma vez, devido as turbulências que acarretava, já que era um festival que possibilitava uma inversão de papéis e certa autonomia da plebe no que diz respeito às suas responsabilidades diárias, seus deveres para com seus domini. Em sua origem, o ritual dos Lares Compitales estava inserido no festival das Compitalia, que compreendia a ritos voltados a homenagear aquelas divindades. Mesmo que com variações, esse festival, tido como feriae conceptiuae ou feriados variáveis no calendário romano, estava incluído no conjunto de festivais que demarcavam a passagem do ano. No festival que acontecia em fins de dezembro e início de janeiro,

anunciado por um praetor, era possível que os escravos e servos fossem liberados dos seus afazeres, para presidirem o culto<sup>485</sup>. Segundo Plínio, o Velho, Sêrvio Túlio teria fundado o culto aos Lares e estabelecido como um culto feito por escravos em homenagem à sua mãe, então escrava, que teria sido engravidada por um phalus que saíra da terra no momento em que ela estava fazendo os sacrifícios aos Lares. As Compitalia possibilitavam não somente a aproximação das famílias, mas também a inclusão das camadas baixas nos rituais. É interessante pensarmos que provindos de uma mesma tradição, que denominava Sêrvio Túlio como responsável pela organização da cidade, esta também o incluía, por meio do papel delegado à sua mãe e ao milagre acontecido, como o responsável pela integração social. E é exatamente esse mesmo conceito de integração social que vai fazer com que Augusto concilie a reforma da cidade e a aplicação de maior efetividade dos serviços funcionais, com a presença desses homens no ritual que o ligava a todos os pequenos santuários das esquinas e encruzilhadas da cidade de Roma.

### ***Cum Magisterium: os mestres dos bairros e sua autopromoção sob a tutela de Augusto.***

Diferente do panorama comum da prática ritual romana, os uicomagistri não eram sacerdotes, eram além de administradores dos bairros, eleitos pela população local para realizar os serviços adicionais aos aediles, mestres oficiantes, ou seja, não detinham magistratura e sim magisterium. O magisterium permitia que oficiassem os rituais em lugar especial delimitado, obtendo regalias como portar a toga praetexta, terem auxiliares, os ministri, e até mesmo ser acompanhados por lictores. Contudo, esse magisterium os integrava em um culto específico, o ritual realizado em prol das divindades gêmeas, que após o ano 7 do século I a.E.C. ganha o epíteto do princeps, passando de Lares Compitales para Lares Augustis. Eram oficiantes do ritual voltado a Augusto, à sua essência divina, seu Genius e às duas divindades gêmeas já referidas. Os oficiantes faziam questão de expressar sua relação direta com o princeps, a partir do financiamento de obras sagradas, tais como a renovação dos compita e a encomenda dos altares utilizados no ritual das Compitalia. Por vezes era feito um investimento da população do próprio bairro, em particular sobre a ordenação de algum colégio que encomendava os altares para serem usados no



culto. O que fica claro é que Augusto fez questão de doar as estátuas, Lares e Genius aos *magistri*<sup>486</sup>, contudo a encomenda dos altares, por trazer em sua maior parte o nome dos *uicomagistri*, é provável que fossem na maioria das vezes um investimento do próprio bairro, como forma de se firmarem no interior da *restauratio*, alinhando-se à família em evidência, a família imperial<sup>487</sup>.

Como forma de entendermos melhor a dinâmica de funcionamento dos bairros e sua origem, seguimos no escopo das palavras de Tito Lívio<sup>488</sup> que nos informa que a incorporação dos bairros teria acontecido após uma grande epidemia em 428 a.E.C., na qual foi indicado o uso indiscriminado de rituais estrangeiros (*sacra peregrina*) pela população, e que esses rituais, feito dentro das casas, seriam a causa dessa epidemia. Desse modo, teria sido caracterizada a necessidade de uma maior vigilância dos cultos e rituais estrangeiros feitos em âmbito doméstico<sup>489</sup>. Nesse contexto, aparecem os *aediles* como representantes do poder administrativo dentro dos bairros, como forma de assegurar a realização somente de cultos praticados em favor de deuses romanos ou divindades autorizadas pelo senado, e não mais de divindades estrangeiras não autorizadas. O que vemos aqui é uma narrativa que explica a incorporação dos bairros como subdivisões das regiões a partir da administração da cidade, os rituais pensados em uma esfera privada comunal dentro dos bairros, e o aparecimento dos *aediles* como supervisores das necessidades desses locais, assim como os *uicomagistri*.

A menção aos *uicomagistri* ou *magistri uici*, na história dos bairros, segundo Lott, citando Sexto (*Sextus Iulius Frontinus*), acontece no período da Segunda Guerra Púnica, no século III a.E.C. Os oficiantes seriam chamados a auxiliar o trabalho dos *aediles* no que tange à distribuição de água, que na época era de difícil administração. A indicação dos *uicomagistri*, foi vista, em um primeiro momento, como a criação de auxiliares dos *aediles* e aparece na obra *De aquis urbis Romae*, de Frontino, (*A.V.C* de Lívio, 41). De modo que, o *uicus* era um núcleo administrativo, no qual os oficiantes eram os administradores, cuidando da prevenção de incêndios, da distribuição de água e de alimentos, das decisões políticas do grupo e dos rituais religiosos. Esses oficiantes eram *libertos*, escravos ou livres de nascimento, e tinham, como seus assistentes, os *ministri*<sup>490</sup>. A configuração dos oficiantes, os *uicomagistri*, como administradores votados

pela população do próprio bairro para cuidar das necessidades dos seus habitantes, somente aparecerá a partir da reforma do ano 7. Antes da reforma eles cuidavam exclusivamente dos santuários, os compita.

Sabe-se que a cidade de Roma detinha grande número de bairros, e os dados numéricos podem variar entre autores clássicos e suas temporalidades, Ovídio<sup>491</sup> teria apontado 500 bairros, Virgílio 300<sup>492</sup>, e Plínio, o Velho 265<sup>493</sup>. Dentre as três opções, seguimos a de Plínio, o Velho, por entender que seus levantamentos estavam de acordo com as estatísticas apuradas durante o consulado de Vespasiano e Tito. Neste caso, no ano 7 do século I a.E.C., a cidade de Roma contava com 14 regiões e aproximadamente 265 bairros, divididos entre suas colinas e vales. Desse modo, teríamos pelo menos 265 santuários, e a contar, quatro uicomagistri por bairro, assim totalizando 1.060 oficiantes. Esses oficiantes estavam integrados a colégios/associações de bairro, que mantinham a característica de irmandades profissionais e ou religiosas que auxiliavam os uicatinim em casos de necessidade financeira ou assistencial, como casamentos, saúde, incêndios, e principalmente gastos com a morte do integrante ou familiar do mesmo<sup>494</sup>.

Muitas vezes nas disputas políticas, a disputa entre as gentes pela influência sobre Roma e seu império recaiam diretamente sobre os colégios, e as variações desses grupos com suas características culturais. Segundo Andrew Lintott,

Laços horizontais entre a plebe romana na República foram criados por uma multiplicidade de organizações nomeadas pelos romanos como “colégios” (collegia). Algumas dessas eram antigas guildas de comércio ou profissões, como a dos escribas, músicos, e trabalhadores de madeira e metal. Similarmente estabilizadas eram as associações ligadas aos distritos dentro da cidade (uici) e as colônias no campo (pagi). Estas características podiam ser facilmente sobrepostas, criando uma tendência nas cidades de concentração do comércio em quarteirões específicos. De todo modo, tudo isso podia ser associado com o fato de uma ou mais divindades presidirem esses locais<sup>495</sup>.

Todo esse contingente comercial, dividido por grupos que coordenavam as produções manufatureiras dentro dos bairros, estava vinculado a algum colégio. Essa relação se fazia também a partir do auxílio de algum patrono, ou era ligado diretamente a cidadãos da elite romana. No caso da nossa análise, o patrono expresso na maior parte da documentação devido ao culto realizado para ele, é Augusto, o princeps. Conseguindo homogeneizar a clientela dos bairros através da ligação à sua essência divina e às divindades e simbologias escolhidas por sua família, Augusto fazia-se presente nos diversos microcosmos da urbs. A intenção de oficializar e expandir o ritual encontrou na liderança dos bairros sua adesão, impulsionando de modo espetacular os signa da família imperial, a ponto de ser possível vislumbrar uma rede de comunicação através dos altares sagrados do culto dos Lares e Genius Augusti. Podendo ser vista como uma teia de relações, as personagens – Augusto – a gens Iulia – o espaço sagrado – os collegia – e as divindades, compõem e dão sentido às reformas e ao novo cenário delineado, seja o cenário idealizador, construído sobre os esforços da restauratio augustana, seja o cenário físico, onde vemos uma reorganização da cidade que vai diferenciar as partes de um todo e manter em destaque os feitos e ações da família imperial, contando com pessoas próximas e clientes.

### **O altar do Vicus Aesculeti – epigrafia e iconografia na encomenda dos uicomagistri**

Na prática, se nós estivéssemos caminhando nas ruas de Roma durante o século I a.E.C. encontraríamos em cada esquina ou encruzilhada um pequeno santuário, podendo variar em sua altura ou largura, e na composição da arquitetura em torno do foco, o altar. Os compita, santuários das encruzilhadas, moradia das divindades gêmeas e do genius do patrono ou dominus do lugar (no caso de estabelecimentos comerciais), eram o locus sagrado, que dentro dos bairros permitiam a feitura dos rituais que mantinham a harmonia e a fortuna do lugar. Mantidos e administrados pelas associações dos bairros<sup>496</sup>, esses altares detinham significados: 1) religioso, por meio do ritual e dos signos ali dispostos; 2) espacial, como demarcadores da própria noção de delimitação do bairro; e 3) político, por incluírem em um espaço secundário da urbs<sup>497</sup> o repertório simbólico produzido pela nobilitas e seus clientes.

Aos passantes era possível verificar as cenas, os deuses escolhidos, as serpentes negras e vermelhas que compunham a esfera sagrada, sendo-as mesmo uma caracterização arcaica do próprio *genius loci*<sup>498</sup>, uma fonte, um templete, onde eram depositadas as estátuas das divindades participantes escolhidas pela população local, e o altar. Variando de 40cm a 1,50m, esses altares<sup>499</sup> eram feitos totalmente de pedra com revestimento de mármore ou totalmente de mármore, o que dependia da condição financeira, ou de quem o encomendou, do patrono, ou do nível de riqueza do próprio bairro.<sup>500</sup> A altura e o local onde ficavam, influenciava na visão dos passantes, podendo ser um ponto mais elevado da rua, geralmente em cima da calçada, em uma parede com pinturas, ou em uma larga bifurcação onde se encontravam em destaque.



FIGURA 1 – UMA BIFURCAÇÃO EM POMPEIA E A FONTE DE ÁGUA

FONTE: Elaborado pelo autor



## FIGURA 2 – RESQUÍCIO DE UM COMPITUM, COM AS PARTES DAS DUAS SERPENTES NAS LATERAIS (O GENIUS LOCI), NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA CIDADE DE HERCULANEUM

FONTE: Elaborado pelo autor

O altar do Vicus Aesculeti identificado na Regio IX, a região do Circus Flaminius, próxima ao Campo de Marte de um lado, e a Isola Tiberina do outro, nos possibilita uma análise prática do que seria essa autopromoção dos oficiantes de um bairro. Infelizmente, há perdas em três cenas do altar, entretanto a face que considero a principal, por trazer os quatro uicomagistri em um sinal de fidelidade, não tem qualquer dano na iconografia. De modo geral, o Aesculeti é um altar extremamente completo. Vemos nele os elementos do ritual ao qual ele faz referência, uma inscrição em que consta a datação do altar. Na maioria das vezes, tudo que foi entalhado em alto relevo nas partes de um altar se perde, e o fuste é sempre uma parte que sofre danos. Diferentemente, no Aesculeti não temos as recorrentes perdas de “cabeças” das figuras representadas, o que facilita em uma interpretação mais completa da cena, permitindo, às vezes, certa identificação de personagens.

A figura abaixo mostra uma proposta de posição geográfica de onde ficaria o Compitum do Vicus Aesculeti. Vale ressaltar que grande parte das construções iniciadas por Agripa foram realizadas no Campo de Marte. Desse modo, temos a compreensão de que a regio IX ganha grande destaque pelo fator proximidade com as regiões principais da cidade de Roma.





FIGURA 3 – MAPA DA ROMA AUGUSTANA. REGIO IX. CIRCUS  
FLAMINIUS COM CAMPUS MARTIUS.

FONTE: “Digital Augustan Rome”, University of Arizona, Archeological Mapping  
Lab., acesso em 19 de Julho, 2016  
<http://digitalaugustanrome.org/map/#/rome/filter:0/records/read/310a6eac-67d6-7ffa-b3cb-9b9006750a23/>

Passemos agora para as tabelas e as cenas do altar em questão.

Inscrições epigráficas – Fora do Quadro

■

Transcrição

LARIB (us) AUGUST (i)

Transcrição

Aos Lares de Augusto

■

Inscrições epigráficas – Dentro do Quadro

■

Transcrição

SCIVS C MM NIVS IVS

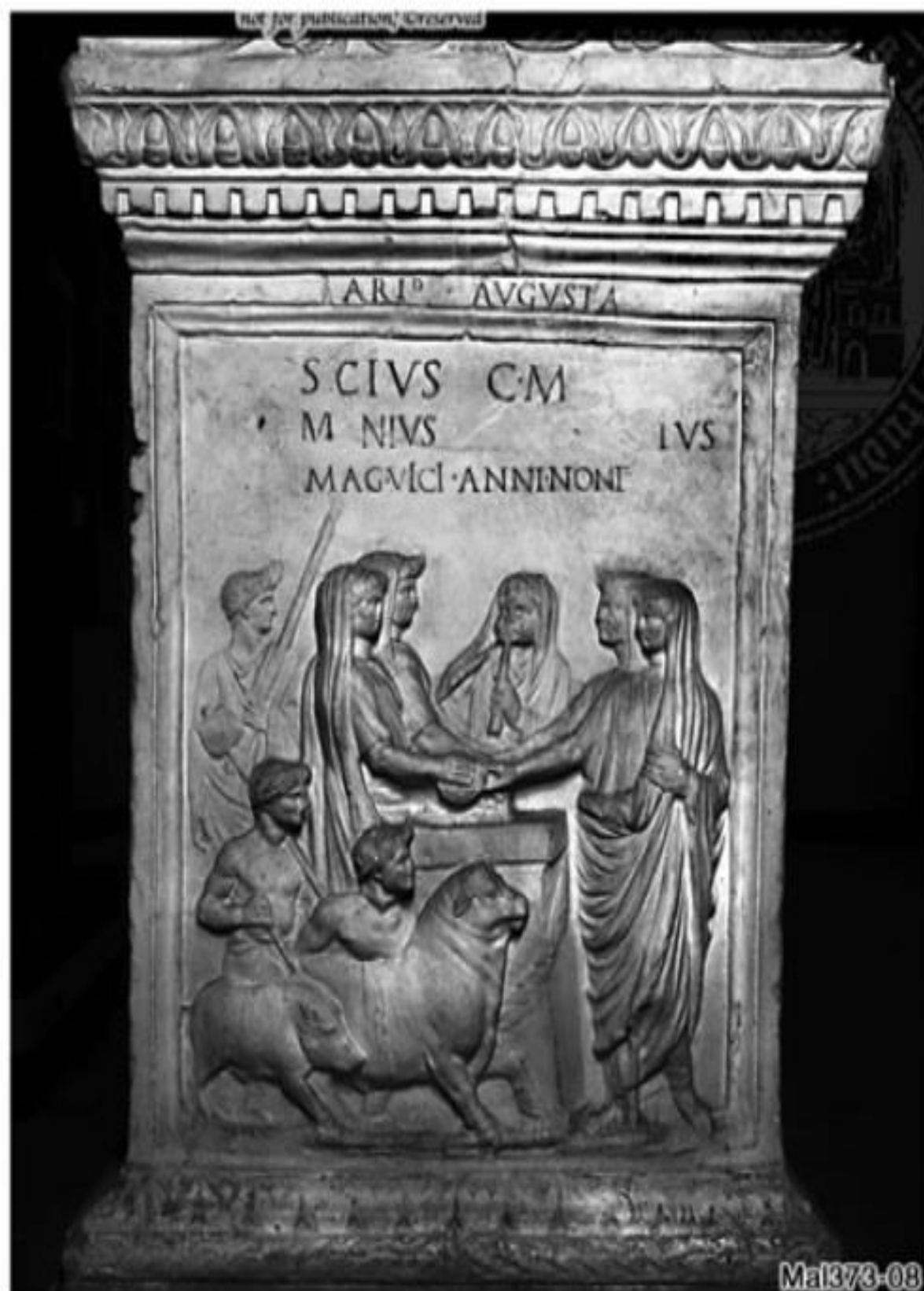
MAG (istri) VICI ANNI NONI

Tradução

? ??

Oficiantes do bairro do ano nono.

■



#### FIGURA 4 – CENA 1 DO ALTAR AESCULETI – VICOMAGISTRI.

FONTE: “Arachne”, University of Cologne e German Archeological Institute (DAI), acesso em 21 Novembro, 2016. <http://arachne.uni-koeln.de/item/marbilderbestand/890472>

O altar do ano 2 E.C. é o que aparenta trazer o significado maior da reforma realizada no ano 7 a.E.C. em apenas uma cena. Nela podemos observar as mãos dos quatro uicomagistri se encontrando exatamente sob o fóculo do altar. Temos ali um pacto de fidelidade (fides) entre os oficiantes do culto, lembrando que esses podiam ser por vezes, de colégios diferentes. Pensando nas conturbações no interior desses grupos e nos próprios bairros que culminaram nas turbulências sociais durante a República Tardia, a representação da concórdia já nos traz algum significado. A grande dificuldade de lidar com as mudanças políticas e de poder dentro da cidade de Roma, era constantemente ativada no interior dos bairros. De modo que nessa cena, a completa harmonia entre os oficiantes do culto e responsáveis pela administração dos bairros, era algo quase que impensável à época de César ou Sila, por exemplo. Passados sete anos da reforma das regiões e bairros realizada por Augusto, temos aqui um altar que, em toda sua simbologia, devia ter como objetivo transmitir a impressão de que a maior parte dos problemas característicos tanto às Compitalia, quanto aos bairros em si, já tinham sido resolvidos e as disputas apaziguadas pelos uicomagistri. De fato, a imagem, se vista sem muito cuidado, nos faz pensar em uma esfera de harmonia perene e permanente sob os cuidados do patrono, o princeps Augusto. Em um trecho da *Vita Diui Augusti*, Suetônio nos dá um exemplo das mudanças que, relacionadas com as novas funções dos uicomagistri, auxiliariam no controle de grande parte das conturbações sociais que aconteciam, principalmente, durante o festival das Compitalia e nas eleições. De acordo com Suetônio, Augusto,

Dividiu o espaço da Cidade em regiões e bairros; estabeleceu que os magistrados anuais administrassem aquelas por sorteio e que os líderes eleitos da plebe de cada imediação administrariam esses últimos. Concebeu uma ronda noturna e

vigias contra os incêndios (Suetônio, *Vita Diui Augusti*, 30)<sup>501</sup>.

Longe da beleza e perfeição na composição da cena, no altar Aesculeti, o trecho de Suetônio indica a dificuldade de lidar com os colégios e associações de modo geral na cidade de Roma, fossem eles profissionais ou não, e toda a turbulência que a união da plebe sem qualquer tipo de liderança ou referencial tutelar indicava. Havia um esforço contínuo em manter a permanência da *pax augustana* no que tangia a harmonia dos pequenos espaços da *Vrbs*. Não podemos pensar em uma “realidade” aparente, a cena nos apresenta o que devia ser visto: Augusto dividiu as regiões, organizou o espaço físico em acordo com as próprias divindades, e afastou toda possível discórdia de dentro dos bairros. Mas, sabemos que não foi tão simples assim, tanto o restabelecimento de um festival que gerava polêmicas devido ao grau de conturbações que dele se depreendia, quanto a inauguração de uma nova função dos *uicomagistri* são medidores dessa via de mão dupla, que de um lado era caracterizada pelas necessidades e esforços de Augusto e de outro dos *uicomagistri*.

De fato, não poderíamos, em relação à execução de um ritual como o das *Compitalia*, ou de qualquer outro, pensar nos quatro *uicomagistri* oficiando ao mesmo tempo, compartilhando as vítimas etc. Muito bem analisado por Katja Moede, isso invalidaria o próprio ritual, que só permite um oficiante<sup>502</sup>. Desse modo, o que vemos é uma idealização da unicidade das funções desses oficiantes nos bairros, uma amostra de como se mantinham as relações nesses lugares. Isso é o que o altar nos apresenta, em conjunto com uma gama de recursos literários e artísticos que tinham como intenção transmitir ao *populus romanus* as mudanças a partir dos êxitos de Augusto, e nesse escopo entrava a autopromoção, a partir da divulgação dos nomes dos oficiantes e seus respectivos bairros. A difusão da essência divina e de divindades protetoras das ruas ligadas a Augusto era transmitida por cenas bem montadas como essa que vemos na primeira face do Aesculeti. Augusto estabilizou grande parte das convulsões sociais e desentendimentos, com a reforma e a consequente relação de sua essência divina com todos os habitantes, contudo, podemos perceber, a partir do segundo trecho de Suetônio apresentado acima, que havia a necessidade de regulamentação dos colégios<sup>503</sup>. De fato, essa regulamentação ocorreu no momento em que, nomeando novos administradores com novas funções, foram diretamente

relacionados ao ritual que se praticava em conjunto nos distritos administrativos. Os grupos, antes disformes e supostamente desregrados, agora tinham um protocolo a seguir, e esse altar é uma das representações que faz parte desse contexto de contenção da heterogeneidade política, sob o patronato de outras famílias que não a domus Augusta. A diversidade de repertórios familiares outros era algo extremamente perigoso. Procurava-se afastar essa heterogeneidade de discursos familiares influentes no interior dos bairros. Não é por acaso que, na face acima, são apresentados os nomes dos oficiantes em conjunto com a datação do altar. Infelizmente só é possível ver hoje algumas das letras que compunham os nomes e as palavras. Se ainda tivéssemos todas as letras dos nomes, esses ficariam registrados no altar tal qual ocorreu com os uicomagistri registrados no Fasti Magistrorum, um documento com a relação de doações feitas pelos uicomagistri aos seus bairros. Segundo Lott, alguns dos uicomagistri apareciam em listas diferentes, o que indica que um oficiante poderia estar alocado em outro bairro, e quando vemos seus nomes, suas origens e o nome de quem os libertou, a explicação de Lott faz todo sentido se pensarmos que a nobilitas tinha propriedades em mais de um lugar na cidade.

Embelezar o bairro conferia status ao uicomagister, assim como era entendido como uma relação de proximidade com a família imperial<sup>504</sup>.

A equação acaba sendo relativamente simples de entender hoje, mas, de todo modo, foi uma mudança radical e que englobava as bases do que era tido como divindade principal, as divindades gêmeas, os Lares, que asseguravam a existência e permanência dos bairros, das casas e das famílias. Essa mudança direcionava os pequenos espaços da cidade a Augusto e à sua domus, e colocava grupos sociais, antes espectadores, como ativos na execução dos rituais do calendário da cidade. Na cena, podemos identificar pelo menos um lictor e acólitos, como o popa e o uicitmarius, a qualidade dos sacrifícios, o boi e o javali, e a presença de artistas<sup>505</sup>. Tudo isso compunha a esfera ritual, são indicativos do que estamos visualizando, por exemplo, tanto o boi quanto o javali são oferendas ao Genius e aos Lares. O lictor tem relação com os quatro uicomagistri e o tibicen auxilia na composição da esfera ritual, pois sem ele não seria possível separar elementos que seriam consagrados e os que não. A cena nos apresenta duas fórmulas e duas possibilidades de interpretação: uma é a do ritual em si, e a outra é a representação e o contexto em que a cena está inserida com todas as suas nuances e simbologias.



Na próxima cena, vemos somente uma parte da figura que outrora existia ali. Podemos afirmar, contudo, que seria um Lar Augusti, sobre uma pequena base. Essa afirmativa pode ser corroborada pelas inscrições epigráficas do altar que indicam que estamos observando um altar direcionado aos Lares Augusti. Detalhes são possíveis de identificar, como o loureiro de Apolo em sua mão esquerda e a túnica curta. Acima do loureiro, à direita, podemos ver uma inscrição epigráfica que traz a seguinte informação.

Dentro do Quadro – Inscrição epigráfica

■

Transcrição

Tradução

S (ervus) L L SALVIVS    Servo L. Liberto Sálvio

■



Mal1500.07

## FIGURA 5 – CENA 2 DO ALTAR AESCULETI – LAR AUGUSTI.

FONTE: “Arachne”, University of Cologne e German Archeological Institute (DAI), acesso em 21 Novembro, 2016. <http://arachne.uni-koeln.de/item/marbilderbestand/890481>

A próxima cena tem representada a outra divindade Lar, e ao invés do ramo de louro na mão esquerda, ele o segura com a mão direita. Traja também uma túnica curta com um cordão preso à cintura. Está posicionado sobre uma base quadrada e acima do ramo de louros é possível identificar outro nome a partir da inscrição epigráfica.

Dentro do Quadro – Inscrição epigráfica

■

Transcrição  
P CLODIVS

Tradução  
Nome – P. Clódio

■

Not for publication. Reserved



MaM500-06

## FIGURA 6 – CENA 3 DO ALTAR AESCULETI – LAR AUGUSTI (2)

FONTE: “Arachne”, University of Cologne e German Archeological Institute (DAI), acesso em 21 Novembro, 2016. <http://arachne.uni-koeln.de/item/marbilderbestand/890480>

A observação sobre a inscrição acima nos possibilita indagar se o nome reconhecido no altar nos remete a uma antiga e conhecida personagem do contexto das disputas no interior dos bairros. Pois, nessa face nos deparamos com o nome Clódio, um nome modificado, que fora de manter o padrão dos praenomem romanos nos indica a possibilidade, dada sua singularidade, de estar atrelado a Clódio Pulcher<sup>506</sup>.

Na última cena do altar Aesculeti, encontramos uma pequena parte do que seria antes uma coroa cívica<sup>507</sup>. O objeto aparece muito danificado, contando com uma perda quase total da parte superior. É possível reconhecer somente as fitas que pendiam da coroa de louros. Possivelmente, no lugar que agora vemos danificado, poderia estar o nome do quarto uicomagister, já que cada uma das faces do altar traz o nome de um deles. A corona ciuica foi uma das homenagens que Augusto recebeu do senado em 27 a.E.C, representando a vitória e a salvaguarda de seus concidadãos. A presença da coroa na última face do altar relaciona os feitos de Augusto, suas divindades e a harmonia nos bairros.





## FIGURA 7 – CENA 4 DO ALTAR AESCULETI – CORONA CIUICA.

FONTE: “Arachne”, University of Cologne e German Archeological Institute (DAI), acesso em 21 Novembro, 2016. <http://arachne.uni-koeln.de/item/marbilderbestand/890476>

### **À guisa de conclusão:**

Nessa análise específica, o momento abordado, a última década do século I a.E.C, destaca especialmente a posição em que se encontravam os líderes dos bairros, os uicomagistri, e à mudança de posição que eles vão sofrer no principado augustano. Os esforços de promoção desses atores nos dizem muito, não somente estavam incorporando uma nova função de serviços na cidade, mas também escolhendo entre estar ao lado do princeps e seu modelo de governo ou contra ele no ensejo de algum outro dominus. É significativo pensar que muitos foram cooptados pela casa imperial, mas que em contra partida havia os que estavam contra ela. De modo que, via de regra, não necessariamente todos os clientes em potencial de Augusto deveriam ser favoráveis a seu modelo de governo. Claro, que devido ao investimento de Augusto na formulação de todo um conjunto de propaganda do seu projeto político, e suas escolhas e suas interferências na vida da sociedade romana, fica a nós a impressão, por meio das diversas documentações, de que o governo augustano obteve apoio total e homogêneo da sociedade romana. Por mais que seja visto como o início muito bem feito de um novo modelo político, o principado augustano, deve ser entendido também em suas contradições e nas oposições surgidas quanto ao seu desenvolvimento. Continuamos falando de disputa pelo espaço político na urbs, e a presença da Domus augustana tem papel decisivo no fim dessa disputa durante longo período.

Sabemos que desde o século III e II a.E.C., durante grande parte da República Romana, houve uma redução no número de representantes de algumas gentes, por conta de campanhas militares e disputas familiares. Os equites, posteriormente os noui homini, e a plebe, foram crescendo em número e

representatividade. A nobilitas devido sua necessidade de preenchimento dos espaços políticos da cidade, contava com o apoio desse numerário de pessoas. A articulação principalmente da plebe quanto à disputa das famílias, ficou evidente na história romana com as *operae* de Clódio, uma quase profissionalização do que podemos entender como milícias<sup>508</sup>. Transformando os em clientes, as famílias da nobilitas conseguiam em número o apoio desejado dentro da cidade. Lembro com isso a importância dos números no que diz respeito às votações em assembleias de modo geral.

A cooptação da plebe não é só politicamente numérica: ela é simbólica, no que tange ao social e ao religioso. Pois, toda e qualquer definição jurídica/política na *Vrbs* passava pelo critério e avaliação dos deuses e suas vontades, e essas só eram reconhecidas a partir dos rituais feitos pelos homens. A mudança de status da plebe é um desses sinalizadores que demonstram que mais do que possível “massa de manobra”, a plebe teve papel fundamental no simbolismo das famílias. O nome dos *uicomagistri* e as datas de suas funções religiosas eram dispostas e referendadas nos altares, de modo que ao fim pudessem os habitantes da cidade ter o registro de quais homens estavam presentes e atuantes na fixação e veiculação dos símbolos da família de maior representatividade política no espaço público. Os altares são um certificado da relação entre eles, do compromisso de clientes e patronos, selados pelos rituais.

Se a *Vrbs* tinha mesmo 265 bairros, e em cada um deles havia pelo menos um altar contando com os *signa imperi* misturados a nomes de líderes dos bairros, são mais de 265 pontos visuais que no solo da cidade de Roma demarcariam a extensão e permanência do poder da *Domus augustana*. E, por conseguinte, elevariam os colaboradores, a plebe dos *uici*, a seus clientes. Essa reflexão nos possibilita ampliar o raio de incidência de uma ideologia que estava sendo construída. O arcabouço simbólico da *Domus augustana*, com suas Vitórias, suas rostras, seus Apolos e folhas de louro, seus *Lares* e *Genius Augusti*, foi estendido como em uma rede que se interligava por meio dos altares que fizeram o papel de expositores dos *signa imperi* demarcando o espaço público. Não só de mudanças físicas no solo da cidade se fez a *restauratio augustana*, ela foi muito mais do que isso, ela foi um alinhave certo entre as possíveis mídias dispostas no espaço público altamente referendadas pelas divindades. Cada família

escolhia para si seus deuses. Fora os oficiais, um pequeno conjunto de divindades deveria se fazer presente nos lararia das domus. Com isso a permanência em larga escala e durante um extenso período de divindades escolhidas no seio de uma única família é extremamente significativo e indica a amplitude dos feitos de Augusto.

A epigrafia nesse tipo de estudo possibilita a junção das informações sobre os uicomagistri. A iconografia viabiliza diversas colocações sobre o cenário, o ritual em si, os elementos da esfera ritual. Com as informações trazidas por ela podemos ir mais longe em nossa hipótese central: os uicomagistri eram produtores e não somente receptores de repertórios simbólicos, eles auxiliavam nessa composição. Tornaram-se ativos e sendo ativos seus nomes significavam muito. Para entender esse movimento de inclusão da plebe, as inscrições com os nomes acabam sendo assinaturas, tal qual a divindade protetora de uma família o era no espaço público romano. Entender que um uicomagister tem seu nome e procedência alinhavado a essa rede de promoção de um novo sistema, é entender que sem essa assinatura não seria possível visualizá-los em seu formato modificado que estava sendo criado de modo inovador e original.

## **Fontes**

Augusto. *Res Gestae Diui Augusti*. Trad. Matheus Trevizam, Paulo S. Vasconcelos, Antônio M. de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. (Texto em latim e tradução em português).

Cícero. *De Domo Sua*. London: Loeb Classical Library, 1979.

Cícero. *De Natura Deorum*. London: Loeb Classical Library, 1967.

Cícero. De Re Publica. Vol.1.  
<http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Ciceron/republique5.htm>.

Cícero. Haruspicium Responsis. London: Loeb Classical Library, 1979.

Lívio, Tito. Ab Vrbe Condita. I. Trad. Mônica Vitorino. Introdução e Notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

Ovídio. Fasti. V. <http://www.thelatinlibrary.com/ovid.fasti5.shtml>.

Plínio. Natural History. III-VII. London: Loeb Classical Library, 1961.

Suetonio. Vita Diui Augusti. Trad. Matheus Trevizam, Paulo S. Vasconcelos, Antônio M. de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. (Texto em latim e tradução em português).

Varrão. De Lingua Latina. V-VII. London: Loeb Classical Library, 1970.

Sérvio. Servii Grammatici in Vergilii Aeneidos Librum Commentarius.  
<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0053%3Abook%3D1%3Acommline%3D730>.

## **Referências Bibliográficas**

Beltrão, Claudia. “Elementos da Religião Doméstica na Aulularia de Plauto.” In *Práticas Religiosas no Mediterrâneo Antigo*, organizado por Maria R. Candido e Carlos E. Campos, 49-59. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2011.

Beltrão, Claudia. “Terminalia: Fronteira e Espaço Sagrado.” *Revista Phoênix* 17, n° 2 (2011)

Bodel, John. “Cicero’s Minerva, Penates, and the Mother of the Lares: An Outline of Roman Domestic Religion.” In *Household and Family Religion in Antiquity*, editado por John Bodel e S. Olyan, 248-275. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

Bourdieu, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Bourdieu, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O Que Falar Quer Dizer*. São Paulo: EDUSP, 2008.

Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bunson, Marcus. *Encyclopedia of the Roman Empire*. New York: Facts on File, 2002.

Casanova, Debora. “Spatium urbs: Política e Religião na Organização dos Bairros à Época do Principado Augustano.” In *Relações de Poder: Da Antiguidade ao Medievo*. 113-138. Vitória: DLL/UFES, 2013.

De Marchi, Attilio. *Il Culto Privato di Roma Antica*. Vol. 2, *La Religione Gentilizia e Collegiale*. Forlì: Editora Victrix, 2004.

Encarnação, José d'. *Epigrafia: As Pedras que Falam*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Favro, Diane. *The Urban Image of Augustan Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Favro, Diane. "Pater Urbis": Augustus as City Father of Rome." *Journal of the Society of Architectural Historians* 51, nº 1. (Março 1992): 61-84.  
<http://www.jstor.org/discover/10.2307/990641?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103552500147>.

Fishwick, Duncan. *The Imperial Cult in the Latin West: Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*. Vol. 2. Leiden: E. J. Brill, 1991.

Flambard, Jean-Marc. "Clodius, les Colleges, la Plebe et les Esclaves: Recherches sur la Politique Populaire au Milieu du 1er Sècle." *Mèlanges de l'Ecole Française de Rome. Antiquité* 89, no. 1 (1977): 115-156.

Habinek, Thomas N. *The Politics of Latin Literature: Writing, Identity, and Empire in Ancient Rome*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

Hahn, Frances H. "Performing the Sacred: Prayers and Hymns." In A

Companion to Roman Religion, editado por Jörg Rüpke, 235-248. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

Horster, Marietta. "Living on Religion: Professionals and Personnel." In A Companion to Roman Religion, editado por Jörg Rüpke, 331-342. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

Lintott, Andrew. The Romans in the Age of Augustus. Oxford: Blackwell Publishing, 2010.

Lintott, Andrew. Violence in Republican Rome. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Lott, John B. The Neighborhoods of Augustan Rome. New York: Cambridge University Press, 2011.

Moede, Katja. "Reliefs, Public and Private." In A Companion to Roman Religion, editado por Jörg Rüpke, 164-175. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

Rosenberger, Veit. "Republican Nobles: Controlling the Res Publica." In A Companion to Roman Religion, editado por Jörg Rüpke, 292-301. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

Scheid, John e François Polignac. "Qu'Est-ce qu'un Paysage Religieux? Représentations Culturelles de l'Espace dans les Société Anciennes." Revue de

l'histoire des religions 4 (2010): 427-434. <http://rhr.revues.org/7656>.

Scheid, John. "Augustus and Roman Religion: Continuity, Conservatism, and Innovation." In *The Cambridge Companion to Age of Augustus*, editado por Karl Galinsky, 175-196. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Taylor, Lilly R. "The Mother of the Lares." *American Journal of Archaeology* 29, nº 3 (1925): 299-313. <http://www.jstor.org/stable/497560>.

Tatum, W. Jeffrey. "The Final Crisis (69-44)." In *A Companion to Roman Republic*, editado por Nathan Rosenstein e Robert Morstein-Marx, 190-212. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2006.

Wallace-Hadrill, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Zanker, Paul. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Michigan: University of Michigan Press, 2010.



# O Culto ao Marte Romano-Indígena no Ocidente Brácaro: A Epigrafia no Auxílio dos Estudos dos Contatos Religiosos em Período Romano

*Raquel de Moraes Soutelo Gomes (Universidade do Minho)*

## **Introdução**

A Epigrafia, a Arqueologia e a História sempre trabalharam juntas na construção do conhecimento histórico relacionado ao Império Romano. No entanto, a primeira, a ciência que estuda as inscrições através de um saber prático que envolve não só a decifração do latim epigráfico, mas também a interpretação do texto inscrito nestas e a sua associação a uma realidade histórica específica<sup>509</sup>, possui como objeto as quase únicas fontes, para o território do ocidente brácaro, que atestam as religiões que ali se desenvolveram. O contato religioso e seus resultados são vistos em seus suportes pétreos e metálicos que demonstram, por meio, principalmente, da teonímia vistas nas epígrafes votivas, a criação de deidades diferentes daquelas romanas e das pré-romanas, divindades romano-indígenas que espelhavam o contexto que a sociedade bracaraugustana vivenciou durante os séculos I a III d.C. Uma comunidade que, sob o domínio romano, sofreu um processo de transformações sociais, culturais, linguísticas, econômicas e políticas multifacetadas em seus significados e mecanismos que surgiram com o contato desta com a cultura romana através de uma negociação bidirecional, denominada, atualmente, de ‘romanização’<sup>510</sup>.

Mudanças culturais que, possivelmente, iniciaram-se lentamente após as incursões de reconhecimento de território, de estabelecimento de novas rotas comerciais e de eventuais campanhas punitivas empreendidas desde os finais do século I a.C. e que se aceleraram com a conquista do Noroeste sob o governo de

Augusto e o estabelecimento do domínio romano na região. Esta, a faixa atlântica (Figura 1) de um dos três conuentus do Noroeste peninsular, é delimitada, assim como no trabalho de Redentor<sup>511</sup>: a sul pelo curso do Douro, a este pelas serras do Marão, do Alvão, da Cabreira, do Gerês, do Suído e do Faro, onde se encontra com a fronteira norte do conuentus Bracaraugustanus, seguindo o curso do Verdugo até a Ría de Vigo, onde se encontra com a fronteira oeste, no Oceano Atlântico. Uma área conhecida por, em períodos pré-romanos, ser composta por povoados fortificados, provavelmente localizados ao longo das principais bacias hidrográficas, em sítios elevados estrategicamente posicionados para o controle visual dos vales e das áreas litorais que eram por eles explorados<sup>512</sup> que após a instauração da hegemonia romana são remodelados atendendo aos propósitos do conquistador.



## FIGURA 1 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Sob o domínio romano, inserida no *conuentus* *Bracaraugustanus*, uma circunscrição administrativa de natureza jurídica, financeira, militar e religiosa<sup>513</sup>, cuja capital era *Bracara Augusta*, a população se dividiu entre os povoados fortificados reorganizados pela influência latina ou pelas *urbes*, *uillae*, *uici* e outros assentamentos de origem romana<sup>514</sup>, se concentrando cada vez mais nas cidades. Essas eram os modelos estruturantes de toda a paisagem do Império romano, a essência dessa sociedade<sup>515</sup> que garantia a representação do poder imperial nas províncias<sup>516</sup>. Eram, possivelmente, os centros de criação e difusão da cultura romana, o modelo e o produto das experiências dos habitantes do Império, sendo construídas a partir dos conhecimentos sobre como agir no cotidiano em um contexto social romanizado<sup>517</sup>.

No período flaviano e antonino há um especial reforço do poder romano por toda a Península Ibérica, que afeta, sobretudo, o espaço urbano do Noroeste. Nessa região ocorrem renovações nas cidades já existentes e surtos urbanísticos, com novos centros ao longo das vias que ligavam a capital conventual e a promoção jurídica de alguns aglomerados<sup>518</sup> já existentes<sup>519</sup>, o que revela um crescente dinamismo da região. A intensa atividade econômica do período ampliou mais a área de influência romana, difundindo cada vez mais o modo de vida romano<sup>520</sup> aumentando cada vez mais as interações culturais e religiosas.

Já no governo de Diocleciano, esta é reorganizada, nos anos de 284 e 288 d.C. quando se une aos outros *conuentus* norocidentais e de uma parte do *Cluniensis*, formando a nova província da *Galécia*<sup>521</sup>. Uma reformulação que traz novas remodelações urbanas e o reforço dos aparatos defensivos dos centros urbanos, sedimentando, assim, ainda mais a influência romana na região.

Essas transformações culturais que ocorreram ao longo dos séculos de domínio romano são visíveis nas inscrições votivas que são encontradas nessa parte do *conuentus*. Nestas, observamos, não só as deidades indígenas e romanas, mas

também os resultados de práticas de interpretatio, como os deuses romano-indígenas criados através da associação de divindades romanas e indígenas ou da tradução da teonímia destas para o latim<sup>5ZZ</sup>. Essas fontes são, então, os testemunhos documentais das diferentes faces regionais das transformações culturais<sup>5Z3</sup> e dos diferentes períodos e contextos em que elas ocorreram, pois são os elementos essenciais de comunicação cotidiana de uma cultura extremamente visual<sup>5Z4</sup>.

Neste capítulo iremos, portanto, utilizar essas fontes epigráficas para entender melhor o culto do deus Marte que, nessa região, acabou por assumir epítetos e determinativos indígenas, mas que também apareceu com uma identificação inteiramente latina. Através da análise de sua teonímia, do estatuto jurídico de seus cultores, da observação dos períodos nos quais os monumentos epigráficos foram, possivelmente, erigidos e do estudo do contexto em que estas apareceram iremos mostrar como o culto a este deus romano-indígena podia talvez se diferenciar daquela ao Marte romano nesta mesma localidade.

## **O Deus Marte**

Mars, na religião romana, era o filho da deusa Juno e era o pai dos gêmeos de Rhea Silvia<sup>5Z5</sup>, Remus e Romulus, sendo este último o fundador da cidade de Roma<sup>5Z6</sup>. É um dos membros da tríade arcaica, juntamente com Júpiter<sup>5Z7</sup> e Quirino<sup>5Z8</sup>, sendo um dos doze grandes deuses do culto público romano durante a República e durante o Império. Ele representava a violência guerreira de quem o invocava, protegendo-o, sendo, por isso, escolhido para ser o patrono do exército<sup>5Z9</sup>.

Seus festivais, durante a República e o Império, são todos de caráter basicamente purificador e militar, marcando o início e o fim da temporada de guerra. Estas eram, geralmente, festas com a lustração<sup>530</sup> das armas, dos escudos, dos trompetes e, possivelmente, dos cavalos de guerra. Sendo assim, como deus

bélico, agia, possivelmente, como protetor e purificador, deixando o exército protegido em março e o purificando das impurezas auferidas em campo em outubro<sup>531</sup>.

Marte, no entanto, provavelmente assumiu também outras funções, como por exemplo, deidade da natureza, sendo o espírito selvagem ou até mesmo ‘mestre dos animais’<sup>532</sup>, além de também, segundo Rosivach<sup>533</sup>, poder ter assumido uma função tutelar, como o deus Quirinus, ou seja, poderia ter atuado também como divindade protetora de uma cidade e de seus habitantes, afinal, têm-se registros de rituais religiosos neste sentido e sabe-se que este recebeu epítetos locais em outras comunidades que não as latinas e as itálicas. Dessa forma, esse deus poderia ser invocado tanto para proteger os aspectos militares, quanto aqueles relacionados à agricultura e também à proteção das pessoas e da sua cidade, podendo, possivelmente, ser de sua esfera de influência, por extensão de sua tutela, a proteção de seus cultores contra os males em geral<sup>534</sup>.

Durante o contato com a cultura indígena das províncias hispânicas, essa função de proteção de comunidades parece ter sido o principal vetor para o fenômeno da interpretatio. Um fenômeno que resultou em possíveis novas deidades que mantiveram o teônimo Mars e o associaram a um epíteto ou determinativo local<sup>535</sup>.

## **O Marte Romano no Ocidente Brácaro**

Entre os seis<sup>536</sup> vestígios que encontramos do teônimo Marte no Ocidente brácaro, observamos as mais variadas formulações teonímicas, onde se conjugam teônimos, qualificativos, epítetos e determinativos.

Os primeiros, como explicado por Prósper<sup>537</sup>, consistem em substantivos, com

formas temáticas ou aтемáticas, normalmente sem sufixo e que não são subordinados a outros substantivos de igual função. Um elemento teonímico que se diferencia dos apelativos genéricos, não visíveis na teonímia de Marte na área brácara, mas muito populares ali (Genius e Lares), que são substantivos comuns que não nomeiam um indivíduo ou uma entidade única e específica, mas designam-no como elemento de uma classe ou categoria.

Os segundos, os qualificativos, são palavras que exprimem a qualidade ou modo de ser do divino, ou seja, atuam como agentes de desambiguação do conteúdo, qualificando o divino como tal, como é o caso dos termos deus/dea e dominus/domina (de caráter apelativo) ou sanctus/sancta (de caráter adjetival).

Os epítetos, por sua vez, consistem em adjetivos não apenas em forma, mas também na função na sintaxe da língua religiosa. Estes são formas temática com uma sufixação frequentemente velar<sup>538</sup>, geralmente –aicus e derivados, mas também –brigus, -anus, -inus, -ius e –ensis<sup>539</sup>, que podem ser diferenciados entre aqueles derivados de patronímicos, gentilícios ou topónimos<sup>540</sup>.

Estes atuam de modo diferente do que os determinativos que apesar de muito parecidos, servem para limitar a extensão do significado do teônimo ou do apelativo genérico, particularizando o seu conteúdo<sup>541</sup>.

Em três destas manifestações religiosas, Marte aparenta ser, possivelmente, de caráter romano, pois apresenta uma fórmula teonímica composta: apenas pelo teônimo isolado (CIL II 2463) ou por este em conjunto com um qualificativo de caráter apelativo (Redentor, 2011, nº 99) ou ainda apenas indicado pela interpretação da iconografia (CIL II 2373), como podemos ver na Tabela 1.

## TABELA 1 – O MARTE ROMANO

■

| Identificação          | Deidade romana       | Dedicante e estatuto           | Pr  |
|------------------------|----------------------|--------------------------------|-----|
| CIL II 2463            | Deus Mars            | - - -b                         | - - |
| Redentor (2011, nº 99) | Mars                 | Camalus Ladroni                | - - |
| CIL II 2373            | [Mars] (iconografia) | Arqui(us) Cim(ini?) L(ibertus) | - - |



■

a De acordo com Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2); b Sem informação.

A iconografia vista no aplique do fundo de pátera<sup>542</sup> mostra a representação de um soldado barbado que ostenta uma couraça, um capacete, polainas, sandálias e que segura uma lança em sua mão direita e um escudo oval em sua mão esquerda, no qual no centro se figura um touro<sup>543</sup> e seis pontos rebaixados<sup>544</sup>.

Uma iconografia que o identificaria com o deus Marte guerreiro, afinal segundo Daremberg, Saglio e Pottier<sup>545</sup> este era representado em estátuas e estatuetas como um homem barbado, em posição de ataque ou em repouso, com o capacete e a couraça, com a mão direita elevada segurando uma lança ou uma espada e com a mão esquerda abaixada segurando um grande escudo circular, que repousa sobre o solo. O touro simbolizado em seu escudo, que estaria na inscrição de Alvarellhos aqui tratada (CIL II 2373), entretanto, se mostra um pouco diferente desta figuração, afinal, de acordo com os autores mencionados<sup>546</sup>, na sua representação iconográfica nos materiais numismáticos, Marte se encontra relacionado a um cavalo ou a uma águia. Por essa razão, Lorrio e Olivares Pedreño<sup>547</sup> propuseram que talvez nessa decoração estaria representado um Marte indígena que possuía o touro como símbolo, levando-os posteriormente a pensar que este fosse o Mars Tarbuceli.

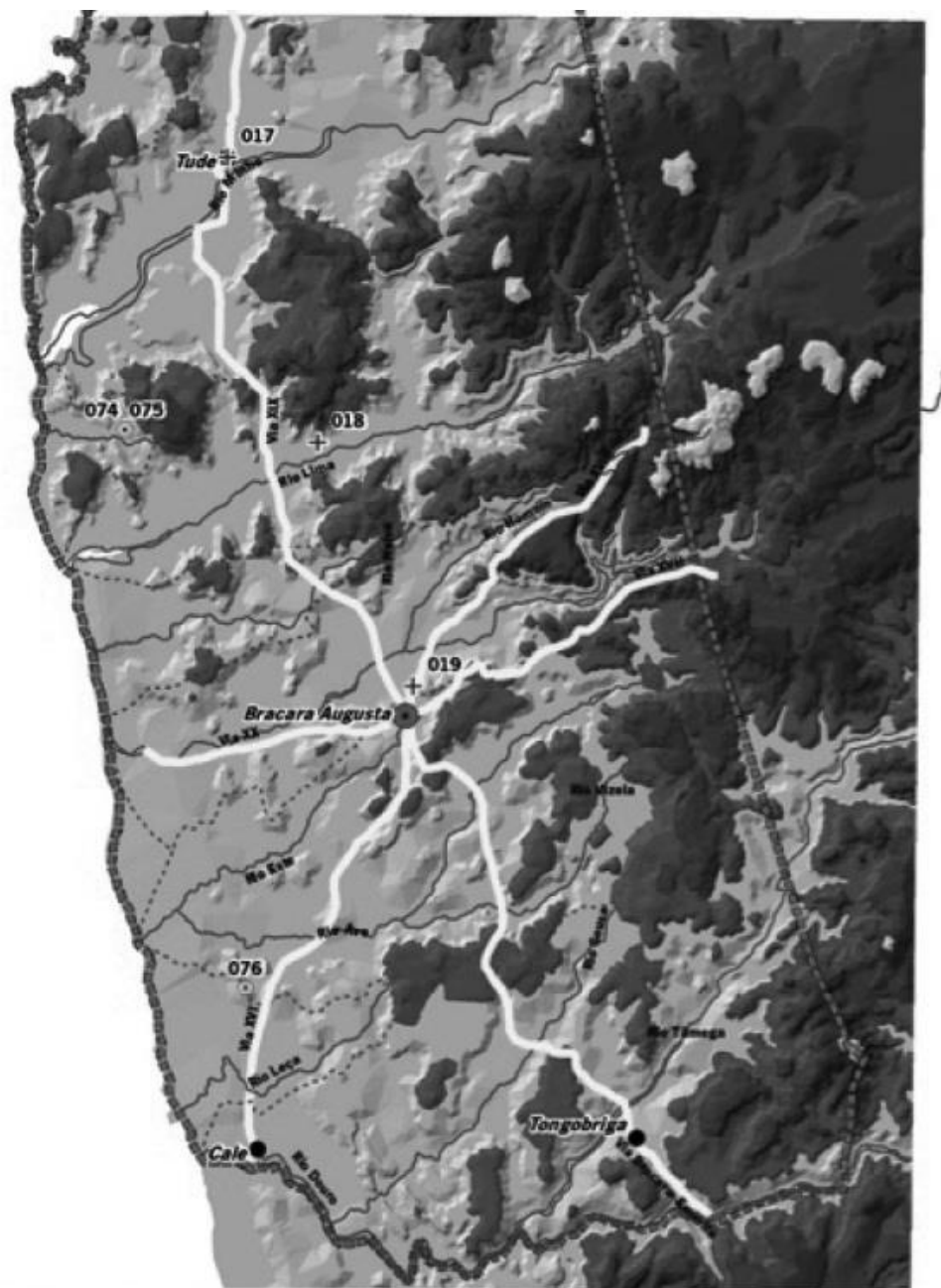
Entretanto, apesar desta ser uma interpretação sedutora, não podemos afirmar com certeza essa hipótese, por não termos uma base filológica firme sobre o termo Tarbuceli, para podermos afirmar que esta se relaciona com um touro, como Lorrio e Olivares Pedreño<sup>548</sup> afirmam. Desse modo, preferimos acreditar que ali estaria representada uma imagem do deus Mars romano e não de um Marte associado à outra divindade indígena bélica como esses estudiosos pensaram.

A cronologia desses suportes mostra que esse culto existiu, possivelmente, entre os séculos I d.C. e inícios do III d.C., sendo o seu auge durante o século I e

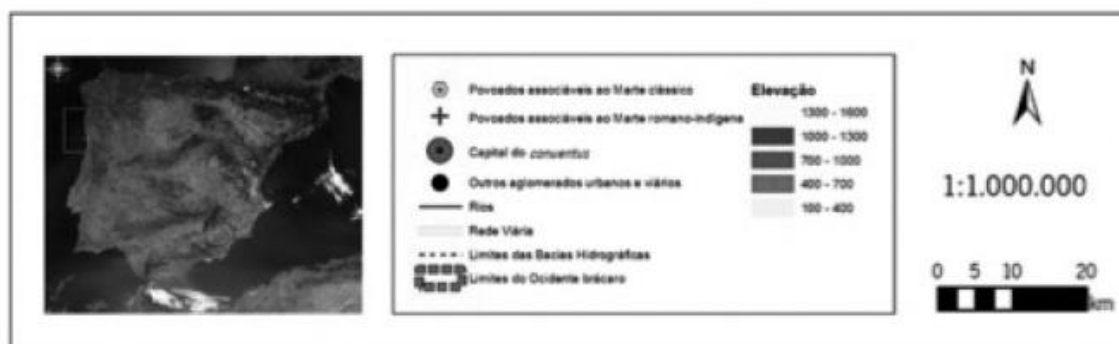
primeira metade do século II d.C., durante os períodos de crescimento e ápice da cultura epigráfica presente no território, com a construção do sistema viário, da promoção de estatuto e fundação de novos centros urbanos.

Quanto aos dedicantes de cada culto, nota-se que na adoração a Marte em sua faceta clássica são registrados um peregrino (Redentor, 2011, nº 99), um liberto de peregrino (CIL II 2373) e uma inscrição onde não é identificado o cultor (CIL II 2463). Um dado importante também acerca dos cultores de Marte clássico é a menção de uma possível proveniência Saur(iensis?)<sup>549</sup>, vista na epígrafe de Castro de Alvarelhos (CIL II 2373). Uma análise etimológica desse possível adjetivo pátrio foi feita por Villar e Prósper<sup>550</sup> e por Redentor<sup>551</sup> que acreditam que este poderia ligado a um hidrónimo.

Quanto aos povoados que estes votos podiam estar associados, sabemos que Marte, era um deus do culto público romano e como tal deveria ser respeitado por todas as comunidades do Império, sendo, portanto, expectável que aparecesse em regiões onde o contacto com a cultura romana foi intenso. Sendo assim, olharemos agora para elementos que são externos ao texto da inscrição, contextualizando o voto com a região onde ele foi encontrado e o possível povoamento que ele se encontra associado. Para isso, voltamos o nosso olhar para os dados da Figura 2 e da Tabela 2.



Fonte (TIN): Carvalho (2008)



## FIGURA 2 – O MARTE ROMANO E O MARTE ROMANO-INDÍGENA NO OCIDENTE BRÁCARO

TABELA 2 – MARTE ROMANO NO OCIDENTE BRÁCARO

■

| Identificação          | Deidade romana | Datação       | Sítio                | T |
|------------------------|----------------|---------------|----------------------|---|
| CIL II 2463            | Mars           | 131- 230 d.C. | Cabanas              | C |
| Redentor (2011, nº 99) | Mars           | 1- 100 d.C.   | Cabanas              | C |
| CIL II 2373            | [Mars]         | 1- 130 d.C.   | Castro de Alvarelhos | C |

■

a De acordo com Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2); b Sem informação.

Nesse quadro e nessa figura, observamos que, ao contrário do que seria esperado, não vemos os monumentos epigráficos a essa deidade serem associáveis a nenhuma cidade, que como dito, eram os centros difusores da cultura romana nas províncias e que deveriam render culto as grandes deidades. Na verdade, vemos estes (CIL II 2463 e Redentor, 2011, nº 99) podendo estar relacionados a um provável casal rural<sup>55Z</sup> e a um povoado fortificado que foi romanizado e que se tornou um ponto de apoio viário na via XVI (CIL II 2373)<sup>553</sup>.

Outro dado que é preciso ressaltar é que esses não se encontram associáveis somente a núcleos agrupados de raiz romana como acontece, normalmente, os tituli aos deuses romano-indígenas<sup>554</sup> nesta região, mas também a um de raiz pré-romana que acabou por se transformar em uicus da via XVI, o Castro de Alvarelhos (CIL II 2373).

A segunda é de que esses votos se encontram em dispersos pelo território, sendo encontrados mais próximos do litoral, em zonas onde não se têm registros de outras manifestações religiosas a deuses romano-indígenas correspondentes, como na bacia do Âncora e na Bacia do curso médio do Ave. Na bacia do Âncora, o povoado de Cabanas (CIL II 2463 e Redentor, 2011, nº 99), encontra-se na bacia do curso médio daquele rio, relativamente próximos da desembocadura da Ribeira Gondar. Na Bacia do Ave, o Castro de Alvarelhos (CIL II 2373) ocupa uma área entre o Rio Ave e o limite de sua bacia, estando afastado daquela região percebida como entre o Este e o Vizela, onde são vistos muitos registros de deidades romano-indígenas<sup>555</sup>.

Assim, com os dados acerca da identificação do possível Marte romano

encontrado nas manifestações religiosas dessa área e as informações relacionadas à cronologia destas, ao estatuto do seu dedicante e os tipos de povoados e zonas do território onde foram descobertas passamos ao estudo do que provavelmente foi o Marte romano-indígena. Através da observação desses mesmos detalhes, procuraremos demonstrar como, mesmo que sutilmente, ambos os tipos de manifestação podem se diferenciar.

### **O Marte Romano-indígena na faixa ocídua do Conuentus Bracaraugustanus**

O Marte romano-indígena no Ocidente brácario é percebido em três aras: ao Mars Cairiogiegus (CIL II Suppl. 5612) (Fig. 3), ao Mars Cariecus (AE 1983, 561)<sup>556</sup> (Fig. 4) e ao Mars Tarbuceli (AE 1983, 562) (Fig. 5).

■

FIGURA 3 – MARS CAIRIOGIEGUS    FIGURA 4 – MARS CARIECUS    FIGU

■

### TABELA 3 – MARTE ROMANO-INDÍGENA

■

| Identificação      | Deidade romano-indígena | Dedicante e estatuto    | Profiss   |
|--------------------|-------------------------|-------------------------|-----------|
| CIL II Suppl. 5612 | Mars Cairiogiegus       | Lucius Hispanius Fronto | - - -b AE |
| 1983, 561          | Mars Cariecus           | Aurelianus              | - - -     |
| AE 1983, 562       | Mars Tarbuceli          | Coporici Materni        | Pisoeir   |

■  
a De acordo com Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da época romana”, Vol. 2); b Sem informação..

O primeiro Deus, Mars Cairiogieus (CIL II Suppl. 5612) tem a sua identificação formada a partir de um teônimo associado a um epíteto toponímico ou gentilício<sup>557</sup>, semelhante ao caso 2A de De Bernardo Stempel<sup>558</sup>. O adjetivo que o qualifica, no entanto, foi alvo de várias leituras e interpretações ao longo do tempo<sup>559</sup>.

Os significados apresentados para este epíteto envolviam ligações a possíveis funções ou características físicas dessa deidade, a proteção de uma família ou de um lugar específico, ou até mesmo a relação com um animal o bode, como foi proposto por Sampedro<sup>560</sup>, Bouza- Brey Trillo<sup>561</sup> e Tranoy<sup>562</sup> 563.

Em relação às análises ligadas a possíveis funções e características, as mais marcantes, são a de Menéndez Pidal<sup>564</sup> que utiliza da base pré-romana \*cario- ‘pedra, rocha’, vista em vários topónimos como Carioca e em outros mais atuais como Queiroga na Coruña, para explicar o significado deste. Uma ligação considerada plausível por Redentor<sup>565</sup> e apoiada por López<sup>566</sup> que, por sua vez, ligaria essa deidade a um topónimo<sup>567</sup>, lendo-o como Marte de \*Carioca<sup>568</sup>. Mais recentemente, Silva<sup>569</sup> apresentou outra interpretação que liga este Marte à função bélica, associando-o à raiz \*car- ‘guerra’ e mencionando que este adjetivo talvez estivesse relacionado a um grupo humano e não a um topónimo como pensava Menéndez Pidal<sup>570</sup>.

Outras interpretações ligaram esse epíteto a gentilícios. Blázquez Martínez<sup>571</sup> utilizando Untermann<sup>572</sup>, fala, por exemplo, em uma família cujo epónimo seria uma pessoa chamada Carius, sendo uma possível família \*carioca, da qual Cariociegus era o protetor<sup>573</sup>. Este<sup>574</sup> também menciona que poderiam existir também uma uilla \*Carioca ou uma ciuitas \*carioca, no entanto, se apoia mais



na primeira hipótese, uma ideia corroborada recentemente por Álvarez Pérez, Varela Martínez e Santamarina<sup>575</sup> e Redentor<sup>576</sup>.

No entanto, vemos outras interpretações, como aquela de Olivares Pedreño<sup>577</sup>, por exemplo, que liga essa inscrição a outras na busca de uma interpretação plausível, como: aquela a Mars Cariecus (AE 1983, 561); a uma de Lisouros (CIL II 5069)<sup>578</sup>; e uma ao deus Caro (EE IX, 1913: 101, nº 268a). Para aquele autor, todas partilham um epíteto, possivelmente relacionado ao antropónimo Caricus ou a um topónimo Carioca<sup>579</sup>.

Estamos, todavia, inclinados a seguir a hipótese que liga esse adjetivo a um topónimo, devido às características da deidade clássica Marte, que assumiu em alguns momentos epítetos locais, podendo ser esse o caso nas inscrições encontradas entre o Minho e o Lima (CIL II Suppl. 5612 e AE 1983, 561). Agindo nessas, possivelmente, na sua função protetora contra ameaças exteriores, como nas esferas de ação desta deidade romana sugeridas por Rosivach<sup>580</sup>, Marco Simón<sup>581</sup> e Scheid<sup>582</sup>.

A segunda deidade a ser aqui examinada é Mars Cariecus (AE 1983, 561) que, como vimos, foi durante algum tempo analisada em conjunto com a anterior por causa da semelhança entre seus epítetos. O seu teônimo, no entanto, durante algum tempo foi uma dúvida por causa conservação do suporte e de sua gravação<sup>583</sup>. Sendo assim, formada pelo teônimo Mars associado a um epíteto de forma indígena, como no caso 2A De Bernardo Stempel<sup>584</sup>, que poderia também remeter ao topónimo \*kar(i)o-/-ia ou ao gentílico \*kariok(i)o-<sup>585</sup> à semelhança da manifestação anterior.

A última nomenclatura divina a ser aqui apresentada é aquela a Mars Tarbuceli (AE 1983, 562), em que se observa um teônimo associado a um determinativo<sup>586</sup> toponímico, como no caso 2Ba de De Bernardo Stempel<sup>587</sup>. Um componente identificado por Albertos Firmat<sup>588</sup>, Guerra<sup>589</sup> 590, Prósper<sup>591</sup>, Luján<sup>592</sup> e Redentor<sup>593</sup> como o genitivo do nome de um lugar chamado \*Tarbucelum.

Em relação à análise etimológica desse determinativo, observamos algumas interpretações, como aquela partilhada por García Martínez<sup>594</sup>, Lorrio e Olivares Pedreño<sup>595</sup> e Branãs Abad<sup>596</sup> e aquela de Prósper<sup>597</sup>. Ambas interpretações concordam quanto à presença do elemento ocelum-, pensando assim como Curchin<sup>598</sup>, que este estivesse ligado a ‘altitude, promontório, monte’, no entanto, discordam quanto ao significado do primeiro elemento.

Para os quatro primeiros estudiosos mencionados acima, este tauro- seria ligado a ‘touro’<sup>599</sup>, um termo celta. Uma hipótese que faria sentido, já que o touro por sua força e virilidade teve grande importância no imaginário celta<sup>600</sup> e, possivelmente, também no dos indígenas do Ocidente brácara, mesmo não sendo este um território celta. Esse animal, segundo Bermejo Barrera<sup>601</sup> e Lorrio e Olivares Pedreño<sup>602</sup>, aparece vinculado às divindades indígenas hispanas não somente como animal para o sacrifício, senão também como símbolo dessas divindades, o que no caso vê-se, principalmente com o Marte nas manifestações religiosas romano-indígenas. Dessa forma seria, provavelmente, uma característica típica advinda do substrato pré-romano, afinal o Marte clássico não tem este animal como ícone representativo<sup>603</sup>.

Já Prósper<sup>604</sup> discorda dessa hipótese e propõe que o primeiro elemento também poderia possuir o significado de ‘monte’. Um termo que originou nomes de alguns cumes como o Tauro siciliano ou ainda o nome de algumas tribos itálicas alpinas como Taurisci e Taurini.

Como visto, ambas as interpretações etimológicas desse determinativo levam-nos a acreditar que ele esteja ligado a um topónimo, independentemente de estar associado a um animal ou a nome de um monte. Para Alarcão<sup>605</sup>, esse seria o uicus ou castellum Tarbucelum que, segundo Albertos Firmat<sup>606</sup>, também estaria representado em uma epígrafe encontrada próxima à região da ciuitas Aquiflaviensium (CIL II 2484) na qual se lê castellum Tarbu[- - -]. Se esse fosse o caso, essa inscrição seria possivelmente erigida pelos fullones que vindos da região flaviense para a capital seja por uma missão temporária ou imigração

permanente resolveram deixar ali o seu voto à divindade protetora de seu local de origem<sup>607</sup>. No entanto, apesar de não excluirmos essa hipótese, acreditamos na tese levantada por Redentor<sup>608</sup>, que menciona que talvez esse seja um microtopónimo, localizável próximo da cidade de Bracara Augusta, já que, afinal, essa inscrição foi encontrada no sopé da colina de Montariol, o que condiz com ambas interpretações etimológicas que mencionam que esse topónimo faria referência a um monte.

Partindo para uma análise cronológica dos votos ao Marte romano-indígena, notamos que estes ocorreram, provavelmente, entre os séculos II e III d.C.<sup>609</sup>, com um período de diferença já que duas foram erigidas durante o século II d.C. e outra na segunda metade do século III d.C. Essa pequena concentração no século II d.C. mostra que esses votos podem ter acontecido durante o período de auge do hábito epigráfico na Península Ibérica ou durante o seu declínio<sup>610</sup>, entretanto seria com certeza durante um período de intensa interação cultural na região estudada.

Em referência aos dedicantes das epígrafes ao Marte romano-indígena, vemos que todos possuem, possivelmente, onomástica quiritária. No titulus de Lucius Hispanus Fronto (CIL II Suppl. 5612) observamos um homem cujos elementos constituintes de seus nomina são de origem latina<sup>611</sup>. Já naquele de Aurelianus (AE 1983, 561) vemos outro designado apenas pelo cognomen de origem latina em uma organização onomástica típica do período tardio<sup>612</sup>, levando-nos a crer, assim como mencionado por Redentor<sup>613</sup>, que este era um indivíduo ingenui e autóctone, podendo possivelmente basear o seu nome naquele do Imperador Aureliano (270- 275 d.C.).

Os dedicantes da inscrição da Fonte de São Vicente (AE 1983, 562), entretanto, já foram alvo de variadas interpretações. Estas envolvem: os cultores constituírem uma família denominada Coporici Materni, ou os Coporici serem filhos de um Maternus, ou estes serem uma associação de fullones cujo patronus<sup>614</sup> seria um Coporicius Maternus ou ainda que estes compusessem uma família que tinha relação com o povo Copori e que se integraram em um grupo

latino ou família dos Materni. As duas primeiras teorias são ambas aceitas por Santos, Le Roux e Tranoy<sup>615</sup>, Martins e Carvalho<sup>616</sup> e García Martínez<sup>617</sup> sendo as mais populares entre o restante dos trabalhos.

A primeira teoria é apontada como preferível por Martins<sup>618</sup>, Carvalho<sup>619</sup> e considerada a única aceitável por Redentor<sup>620</sup> porque pode ser vista como uma apresentação de uma família de estatuto quiritário através de um nomen gentile e um cognomen partilhado, ambos no nominativo plural. Uma hipótese a qual precisamos ressaltar o fato que o cognomen, servia para distinguir um indivíduo, sendo que apenas as famílias da aristocracia romana no século III a.C. começaram a passá-lo hereditariamente e utilizá-lo para distinguir ramos de uma grande família, o que dificulta a sua total aceitação<sup>621</sup>.

Já a segunda teoria é mostrada como a mais provável por Santos, Le Roux e Tranoy<sup>622</sup> e Tranoy<sup>623</sup> <sup>624</sup>, possivelmente, porque eles veem nesta um idiônimo indígena no nominativo plural associado a um patronímico, Maternus, um idiônimo latino com frequência indígena no genitivo singular, o que os encaixaria na onomástica peregrina.

A terceira hipótese, levantada por Gimeno Pascual<sup>625</sup>, menciona que os fullones, por estarem representados no plural, possivelmente, fariam parte de uma associação reunida para fins cultuais ou funerários, cujo patrono seria um Coporicus Maternus. Esse cidadão romano, identificado pelo nomen e pelo cognomen no genitivo singular, sustentaria os grandes investimentos necessários para a criação e manutenção da fullonica, sendo a menção de seu nome no início da inscrição uma forma de adulação a ele. No entanto, percebemos que as associações desse ofício podiam também ser representadas epigraficamente com termos específicos como conlegium fullonum percebido em dois monumentos provenientes de Praeneste (EE IX: 439, n°s 759 e 760) ou como sodalicium fullonum vista na epígrafe encontrada em Faleria (CIL IX 5450), sendo assim, marcadas de forma evidente. Ainda outro problema nesta hipótese seria que se o motivo fosse de adular o patrono, a inscrição também levaria a uma indicação formal desta relação, como vemos na AE 1915, 44, onde se observa a expressão

optimo patrono, ou até mesmo termos como cliens, amicus ou officium, beneficium, meritum e gratia que são utilizados geralmente para indicar a relação de patronato<sup>6Z6</sup>, já que assim também podiam mostrar claramente o seu prestígio através da influência de seu patronus<sup>6Z7</sup>.

Ainda outra tentativa de análise sobre os dedicantes do titulus encontrado na Fonte de São Vicente (AE 1983, 562) é vista em García Martínez<sup>6Z8</sup> que pensa que esta é resultado de uma onomástica comum quando duas comunidades vivem juntas, uma de origem indígena e outra latina, de maneira que os Coporici, que teriam um nome étnico relacionado aos Copori do conuentus Lucensis, e que se integraram dentro de um grupo latino, os Materni. Tal interpretação, no entanto, parece mostrar que estes se tornaram uma só família de fullones, identificados no nominativo plural, uma hipótese que não parece plausível.

Tendo em vista essas ressalvas, não podemos afirmar com segurança que existe apenas uma forma de interpretação, já que são quase todas válidas, com exceção, talvez, daquela oferecida por Sonia García Martínez<sup>6Z9</sup>, que parece improvável. Sendo assim, estamos mais inclinados a ver a interpretação aquela de Martins<sup>630</sup>, Carvalho<sup>631</sup> e Redentor<sup>63Z</sup>, apesar de não descartarmos a de Santos, Le Roux e Tranoy<sup>633</sup> e Tranoy<sup>634</sup> e a de Gimeno Pascual<sup>635</sup>.

Com essas informações vimos que as manifestações religiosas ao Marte romano-indígena se diferenciam daquelas ao Mars clássico. A primeira questão que vemos está relacionada à teonímia, afinal nas manifestações à deidade romana, a identificação dessa divindade, era pelo teônimo sozinho ou por ele somado a um qualificativo, ou até mesmo subentendido na iconografia, enquanto que o romano-indígena era apresentado correntemente em uma associação entre teônimo, epítetos e determinativos de origem toponímica e/ou gentilícia.

Designações que mostram prováveis diferenças nas funções dessa deidade, já que na clássica por sua iconografia (CIL II 2373) parece ter assumido uma função predominantemente bélica, e naquela romano-indígena parece ser protetor de um espaço físico ou de membros de uma família, à semelhança do

que se pensa sobre os deuses da religião pré-romana na região. Atuando, portanto, como protetor de uma comunidade ou grupo familiar contra os males exteriores.

Outra diferença entre esses votos trata-se do próprio corpo de cultores, afinal, enquanto no culto clássico observamos um peregrino e um liberto de peregrino, nas aras a Marte Cairiogiegus, Marte Cariecus e Marte Tarbuceli vemos a presença, possivelmente, apenas de pessoas do estatuto quiritário, notando a presença de uma família de pisoeiros.

Quanto à possível datação de cada uma, essa mostra que os seus períodos de maior frequência são levemente diferenciados, pois enquanto aqueles tituli à deidade clássica têm o seu auge durante o século I e metade do século II d.C., aqueles às divindades romano-indígenas equivalentes são mais frequentes ao longo do século II d.C., não existindo registos seus datáveis do século I d.C.

Entretanto, para consolidarmos a hipótese de que essas deidades envolvem uma categoria diferenciada daquelas romanas, precisamos analisar o território e os povoados relacionáveis a tais manifestações, a fim de entender se estes ocuparam zonas diferentes do território estudado.

TABELA 4 – O MARTE ROMANO-INDÍGENA NO OCIDENTE BRÁCARO

■

| Identificação      | Deidade romano- indígena | Dataçãoa      | Sítio            |
|--------------------|--------------------------|---------------|------------------|
| CIL II Suppl. 5612 | Mars Cairiogiegus        | 101- 200 d.C. | Tude             |
| AE 1983, 561       | Mars Cariecus            | 251- 300 d.C. | Capela de Santa  |
| AE 1983, 562       | Mars Tarbuceli           | 101- 200 d.C. | Fonte de São Vic |

■

a De acordo com Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2); b Sem informação.

Esses dados mostram que, possivelmente, não existiu um tipo de sítio específico que cultuou o Marte romano-indígena. Afinal, essas manifestações são possivelmente relacionáveis a: uma provável capital de ciuitas (CIL II Suppl. 5612), um possível casal rural (AE 1983, 561) e a um habitat (AE 1983, 562).

A primeira estava possivelmente relacionada ao sítio de San Bartolomé, em Rebordáns, Tui, o qual se localizava anteriormente a sede da ciuitas romana de Tude. Este lugar teve como provável povoado principal de origem o castellum Tyde, mencionado por Plínio (N.H., 4, 112). Um núcleo agrupado fortificado que, segundo Pérez Losada<sup>636</sup>, coexistiu com a cidade em seus primeiros anos, sendo abandonado (ou radicalmente transformado) para dar lugar a esse novo assentamento romano adjacente.

Circunscrita no território originário dos Grouii<sup>637</sup>, a ciuitas Tudensis, surgiu após o período Flávio e durante o século II d.C., se consolidando verdadeiramente no século III d.C., assumindo funções político-administrativas e viárias, já que era sede de uma ciuitas e mansio oficial da via XIX, oferecendo prestação de serviços viários e de mercado, além de também servir de posto para cobrar taxas de passagem do rio Minho e receptora de tributos<sup>638</sup>.

Já o segundo voto, dedicado ao Mars Cariecus (AE 1983, 561), foi encontrado no sítio onde atualmente se situa a Capela de Santa Eulália. Nela e nas propriedades circunvizinhas foram encontradas também: um capitel cavado em forma de pia, material de construção, fustes em granito, pedras almofadadas presentes no alicerce da capela, o que indica que ali, possivelmente, teria existido um pequeno templo, uma necrópole e uma casa de campo. Uma organização que indicaria um provável casal, centrado ao redor de um pequeno

templo ou fanum rural, que faria o arroteamento de uma vasta campina, agricolamente fértil e que se estenderia dos seus arredores até ao sopé do morro<sup>639</sup>.

A terceira manifestação, aquela ao deus Mars Tarbuceli (AE 1983, 562), no entanto, foi encontrada em um local que, apesar de mostrar indícios de ocupação romana e medieval, não pode ainda ser classificado em uma categoria específica de povoado, sendo assim chamado de habitat. Localizada no sopé da vertente Oeste do monte Montariol, em um terreno parcialmente abrangido pela ‘pedreira’ ali existente, a popularmente conhecida Fonte de São Vicente marca o terreno onde foi encontrada essa inscrição, nos muros vizinhos. Nela a água brota de uma rocha na qual foi talhada, em um formato de tanque quadrado de pequenas dimensões e com bordos rebaixados<sup>640</sup>.

Esses dados, contudo, nos mostram que os sítios estão ligados pelo fato de que só tiveram ocupação a partir do domínio romano, ou seja, são aglomerados de raiz romana. Entretanto, não conseguimos estabelecer se esse é possivelmente um culto típico do âmbito rural ou urbano, afinal temos registo das duas formas nos núcleos agrupados apresentados, sendo um encontrado, possivelmente, em ambiente urbano (CIL II Suppl. 5612) e dois em ambiente rural (AE 1983, 561 e AE 1983, 562).

Quanto aos povoados, no entanto, observamos que tendem a se localizar na faixa a norte da capital administrativa do convento brácara, provavelmente em zonas de vales de rios ou em proximidade de fontes de água, como Tude (CIL II Suppl. 5612) (no vale do curso inferior do Minho), Capela de Santa Eulália (AE 1983, 561) (no vale do curso inferior do Lima) e Fonte de São Vicente (AE 1983, 562). Sendo assim, como podemos ver pela Figura 2, os vestígios encontrados se localizam nas bacias hidrográficas do Minho, do Lima e do Cávado.

Essas regiões que ocupam possuem características diferentes umas das outras. A zona, por exemplo, onde foi encontrado o monumento epigráfico ao Mars



Tarbuceli (AE 1983, 562), a Fonte de São Vicente, se encontra, admissivelmente, no raio envolvente da periferia de Bracara Augusta, onde provavelmente se instalaram estabelecimentos de exploração de recursos, como uillae e casais, ligados as vias primárias, secundárias e terciárias com aquela cidade. Já a inscrição ao Mars Cairiogiegus (CIL II Suppl. 5612) foi encontrada no vale do curso baixo do Minho, uma zona totalmente diferente da anterior, onde apesar da boa capacidade agropecuária eram possivelmente ausentes os povoados de raiz romana, como as uillae e casais, que ali não se desenvolveram, presumivelmente, por causa da sobrevivência dos povoados de raiz pré-romana encontrados naquela área. E esta, por sua vez, se difere da situação encontrada no Lima, no local do voto ao Mars Cariecus (AE 1983, 561), onde, apesar da possível sobrevivência dos grandes oppida, que acabaram por se modificar a partir do contacto com os romanos, também existiram casais rurais, como aquele na Capela de Santa Eulália.

Dessa maneira, o que percebemos não só com o Quadro 4, mas também pela Figura 2, é que o Marte romano-indígena, possivelmente, se associou a núcleos agrupados de raiz romana, de hierarquias diferenciadas, ocupando, provavelmente, o território do interior da faixa ocidental do conuentus Bracaraugustanus, estando a norte de sua capital administrativa. Suas localizações parecem indicar uma possível ligação entre a escolha dos habitats e dos núcleos agrupados à água, que não parece se confirmar nos epítetos de base toponímica, que, provavelmente, mencionam outros elementos destacados da paisagem, como pedras, rochas e montes.

Outro elemento que percebemos foi que cada um dos povoados relacionáveis a esses votos, possivelmente ocupou uma região com características de povoamento diferentes uma das outras, se situando nas bacias dos cursos inferiores do Minho, do Lima e no curso médio do Cávado. Desse modo, podem possivelmente ter desenvolvido funções diferentes em cada território, podendo assumir funções agrícolas no caso do Mars Cariecus (AE 1983, 561) encontrado no casal rural romano, ou purificadoras, no caso do Mars Tarbuceli (AE 1983, 562) por causa da Fonte de São Vicente, uma fonte de água; e de proteção da comunidade no caso do Mars Cairiogiegus (CIL II Suppl. 5612) de Tude. No entanto, também podem, admissivelmente ter assumido todos esta última função,

já que parece ser uma característica do substrato religioso indígena.

Dessa maneira, as manifestações religiosas ao Marte romano-indígena possivelmente se diferem em alguns elementos daquelas ao deus romano equivalente, afinal enquanto umas estão no interior do território estudado e a norte de sua capital administrativa, as outras estão no litoral, tanto a norte quanto a sul de Bracara Augusta. E ainda, enquanto o Marte romano-indígena seria possivelmente associável a povoados de raiz romana de hierarquias diferentes e presentes tanto em âmbito urbano quanto rural, o Marte romano se encontra relacionável admissivelmente tanto a núcleos agrupados de raiz pré-romana, quanto romana, aparentando estar mais ligado ao ambiente rural.

## **Conclusão**

Com este capítulo conseguimos individualizar os cultos ao Marte romano e ao Marte romano-indígena que aparecem nas manifestações religiosas do Ocidente brácara, mostrando algumas das características de ambos. Como nos propusemos, analisamos a fórmula teonímica desses deuses, o estatuto jurídico de seus cultores, a cronologia de seus votos e os povoados, possivelmente associados a cada um deles.

O Marte romano geralmente pode ser apresentado apenas pelo teônimo isolado (CIL II 2463) ou por este em conjunto com um qualificativo de caráter apelativo (Redentor, 2011, nº 99) ou ainda apenas indicado pela interpretação da iconografia (CIL II 2373), assumindo como função, possivelmente, a de deus guerreiro. A cronologia de suas inscrições mostra que seu culto ocorreu durante os séculos I a III d.C., sendo ligeiramente mais frequente no século I e na primeira metade do século II d.C., quando a presença romana no território estudado se intensificava. E ainda, vimos que os seus cultores podiam estar entre os peregrinos e libertos e que essa deidade não se encontrava somente associado a núcleos de raiz romana, que apesar de aparecerem em um provável casal rural

também se ligam a um povoado fortificado que foi romanizado e que se tornou um ponto de apoio viário na via XVI. Povoados dispersos pelo território, sendo encontrados mais próximos do litoral, na bacia do Âncora e na Bacia do curso médio do Ave.

Já o Marte romano-indígena era apresentado correntemente em uma associação entre teônimo e epítetos ou determinativos de origem toponímica ou gentilícia, agindo em sua função de protetor de um espaço físico ou de membros de uma família. A cronologia das manifestações mostra que o seu culto foi mais frequente ao longo do século II d.C. O grupo de seus cultores, parecem envolver apenas pessoas de estatuto quiritário, no qual percebemos uma possível família de pisoeiros e os povoados associáveis a ele mostram núcleos agrupados de raiz romana, de hierarquias diferenciadas. Esses núcleos agrupados se situam nas bacias dos cursos inferiores do Minho, do Lima e no curso médio do Cávado, podendo ter desenvolvido funções diferentes em cada território, não só de proteção, mas de purificação ou ainda de deus agrícola – características que o diferenciam do deus Marte de caráter romano que aparece também nessa região.

## **Referências Bibliográficas**

Alarcão, Jorge. O Domínio Romano em Portugal. Sintra: Publicações Europa- América, 1988.

Alarcão, Jorge. “A Religião dos Lusitanos e Calaicos”. Conimbriga 48 (2009): 81- 121.

Albertos Firmat, María. “A Propósito de Algunas Divindades Lusitanas”. In “Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae”, Vol. 1, editado por José Melena. Suplemento, Anejos de Veleia 1 (1985): 469-474.

Alföldy, Géza. “La Cultura Epigráfica de la Hispania Romana: Inscripciones, Autorepresentación y Orden Social”. In *Hispania: El Legado de Roma; El Año de Trajano*, organizado por Martín Almagro-Gorbea e José Álvarez Martínez, 289-231. La Lonja-Zaragoza: IberCaja, 1998.

Almeida, Carlos. “Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima”. *Edição Especial, Estudos Regionais* 7-8 (1990).

Almeida, Carlos. “Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho”. Tese de Doutoramento, Vol. 1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

Álvarez Pérez, Xosé, Xacinta Varela Martínez e Antón Santamarina. “Permanencia de Léxico Antigo no Galego Actual: O Caso de Quiroga”. In *Lingua e Territorio*, editado por Rosário Álvarez, Francisco Dubert García e Xúlio Souza Fernández, 257-308. Santiago de Compostela: Consello da Cultura galega, 2006.

Andreu Pintado, Javier. *Fundamentos da Epigrafia Latina*. Madrid: Liceus E-Excellence, 2009.

Bendala Galán, Manuel. “La Paz Augustea y la Romanización”. In *Hispania: El Legado de Roma; El Año de Trajano*, organizado por Martín Almagro-Gorbea e José Álvarez Martínez, 127-138. La Lonja-Zaragoza: IberCaja, 1998.

Bermejo Barrera, José. “La Guerra de los Bárbaros y Marte Cosus”. In *Mitología*

y Mitos de la Hispania Prerromana, Vol. 2, editado por José Bermejo Barrera, 87-116. Madrid: Akal Universitaria, 1986.

Blázquez Martínez, José María. Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania. Madrid: Ediciones Istmo, 1975.

Blázquez Martínez, José María. Imagen y Mito: Estudios sobre Religiones Mediterraneas e Ibericas. Madrid: Ediciones Crisandad, 1977.

Blázquez Martínez, José María. “Religiones Indígenas en la Hispania Romana (Addenda et Corrigenda)”. Gerión 14 (1996): 333- 362.

Blázquez Martínez, José María. “Teónimos Indígenas de Hispania: Addenda y Corrigenda”. Palaeohispanica: Revista sobre lenguas y Culturas de la Hispania Antigua 1 (2001): 63-85.

Bouza-Brey Trillo, Fermín. “A Pía Megalítica de Mougás e as Prácticas Adiviñatorias da Galiza Antiga”. Boletín de la Academia Gallega 235-240 (1931): 175-192.

Bouza-Brey Trillo, Fermín. “Inexistencia del Epíteto ‘Cariocieco’ Supuesto Tópico de Marte”. Revista de Guimarães 63, nº 1-2 (1953): 140-144.

Brañas Abad, Rosa. “Entre Mitos, Ritos e Santuarios: Los Dioses Galaico-Lusitanos”. In Los Pueblos de la Galicia Céltica, coordinado por Francisco González García, 377-444. Madrid: Ediciones Akal, 2007.

Canto, Alicia. “Novedades en torno de la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA”. Conferência apresentada no Congresso Internacional Arte e Religião na Lusitânia, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Junho de 2016.

Carvalho, Helena. “O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”. Tese de Doutoramento, 2 vols., Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008.

Cébeillac-Gervasoni, Mireille, Maria Letizia Caldelli e Fausto Zevi. *Épigraphie Latine*. Saint Just La Pendue: Armand Colin, 2006.

Curchin, Leonard. “The Romanisation of Beliefs”. In *Roman Spain: Conquest and Assimilation*, 154-177. London: Routledge, 1991.

Curchin, Leonard. “Los Topónimos de la Galicia Romana: Nuevo Estudio”. *Cuadernos de Estudios Gallegos* 60, nº 121 (2008): 109-136.

Daremberg, Charles, Edmond Saglio e Edmond Pottier (dirs.). *Dictionnaire des Antiqués Grecques et Romaines: d’après les Textes et les Monuments*. Vol. 3 Parte 2, L-M. Paris: Librairie Hachette, 1904.

De Bernardo Stempel, Patrizia. “More Names, Fewer Deities: Complex Theonymic Formulas and the three Types of Interpretatio”. In *Divindades em análise: Actas do VII Workshop FERCAN*, coordenado por José d’Encarnação, 65-73. Cascais: CEAUCP, 2008.

*Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Porto: Porto Editora, 2015.*

Encarnação, José d'. "Interpretatio Romana: Quelques Questions à Propos de l'Acculturation Religieuse en Lusitane". In *Actas del V Colóquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, editado por Jürgen Untermann e Francisco Beltrán Lloris, 281-287. Colônia: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.

Filgueiras Valverde, José e Álvaro D'Ors (eds.). *Inscripciones Romanas de Galicia. Vol. 3, Museo de Pontevedra. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1955. (=IRG III).*

Flohr, Mike. *The World of the Fullo: Work, Economy and Society in Roman Italy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Fontes, Luís. "Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga". *Mínia* 1, S3 (1993): 31-88.

Fontes, Luís, Belisa Vilar, Helena Carvalho e Jorge Ribeiro. *Coleção de Epigrafia e Arquitectura Antigas (Séculos I a.C – VII d.C). Vol. 1, Epigrafia*. Braga: Instituto de História e Artes Cristãs da Arquidiocese de Braga, 2009.

García Martínez, Sonía. "La Romanización de los Coventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: Su Estudio Epigráfico". Tese de Doutoramento, Universidad de León, 1996.

García Martínez, Sonía. “Los Diferentes Artes y Oficios en el Noroeste Hispanorromano”. *Conimbriga* 34 (1995): 147-168.

Gimeno Pascual, Helena. *Artesanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1988.

Grimal, Pierre. *The Concise Dictionary of Classical Mythology*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1990.

Guerra, Amílcar. “Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular”. Tese de Doutoramento, 2 vols., Universidade de Lisboa, 1998.

Guerra, Amílcar. “Omnibus Numinibus et Lapitearum: Algumas Reflexões sobre a Nomenclatura Teonímica do Ocidente Peninsular”. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 5, nº 1 (2002): 147-159.

Häussler, Ralph. “Interpretatio Indigena: Re-Inventing Local Cults in a Global World”. *Mediterraneo Antico* 15, nºs 1-2 (2012): 143-174.

Hernández Fernández, Juan. “Los Vibii Pac(c)iaeci de la Bética: Una Família de Hispanienses Mal Conocida”. *Faventia* 20, nº 2 (1998): 163-176.

Holder, Alfred. *Alt-Celtischer Sprachschatz*. Vol. 2, I- T. Leipzig: B.G. Teubner, 1904.



Hübner, Emilio. *corpus Inscriptionum Latinarum*. Vol. 2, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Chico: Classical Micropublishing, Inc., 1869. (=CIL II; CIL II Suppl.).

Hübner, Emilio. *Ephemeris Epigraphica*. Vol. 9. Rome: Instituto Berolini, 1913. (=EE).

*L'Anée Épigraphique*. Paris: CNRS; Université de Paris I. (=AE).

Lassère, Jean-Marie. *Manuel d'Épigraphie Romaine*. Picard: Paris, 2005.

Le Roux, Patrick. "Cultos y Religión en el Noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio Romano: Nuevas Perspectivas". *Veleia* 26 (2009): 265-285.

Le Roux, Patrick. "La Romanisation en Question". *Annales: Histoire, Sciences Sociales* 59, n° 2 (2004): 287-311.

Le Roux, Patrick. "Mars dans la Péninsule Ibérique au Haut-Empire Romain". In *Mars en Occident: Actes du Colloque International Autour d'Allonnes (Sarthe), Les Sanctuaires de Mars en Occident*, editado por Véronique Brouquier- Reddé, Estelle Bertrand, Marie Bernadette Chardenoux, Katherine Gruel, Marie Claude L'Huillier, 87-95. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006.

López, Froi. "Onomástica Galega: Topónimo e Apel. 'Quiroga'". *Grial: Revista Galega da Cultura* 79 (Xaneiro\Febreiro\Marzo 1983): 107- 108.

López Cuevillas, Florentino. *La Civilización Céltica en Galicia*. Santiago de Compostela: Porto y Cia Editores, 1953.

López Cuevillas, Florentino e Rui de Serpa Pinto. “Estudos sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península: A Relixión”. *Arquivos do Seminário de Estudos Galegos* 6 (1933-1934): 297 – 367.

Luján, Eugenio. “Briga and castellum in North-Western Hispania”. In *A Greek Man in the Iberian Street: Papers in Linguistic and Epigraphy in Honour of Javier de Hoz*, editado por Eugenio Luján e Juan Luís García Alonso, 225-242. Innsbruck: Institut für Sprachen und Literaturen der Universität Innsbruck Bereich Sprachwissenschaft, 2011.

Lorrio, Alberto e Juan Carlos Olivares Pedreño. “Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”. *Revista de Estudios Taurinos: Toros y Arqueología* 18 (2004): 81- 141.

Marco Simón, Francisco. “Divindades Indígenas en la Hispania Indoeuropea”. *Veleia: Revista de Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología y Filología Clásicas* 16 (1999): 33- 49.

Martins, Manuela. *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho, 1990.

Martins, Manuela e Helena Carvalho. “Bracara Augusta and the Changing Rural Landscape”. In *Changing Landscapes: The Impact of Roman Towns in the*

Western Mediterranean; Proceedings of the International Colloquium, editado por Cristina Corsi e Frank Vermeulen, 281-298. Bologna: Ante Quem. 2010.

Martins, Manuela, Francisco Lemos e Fermín Pérez Losada. “O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses”. In *Unidade y Diversidad en el Arco Atlântico en Época Romana; III Colóquio Internacional de Arqueología en Gijón*, editado por Carmen Fernández Ochoa e Paloma García Díaz, 259-276. Oxford: Archeopress, 2005.

Mendes, Norma e Uiran Otero. “Religiões e as Questões de Cultura, Identidade e Poder no Império Romano”. *Phoînix* 9 (2004): 196-220.

Mendes, Norma, Regina Bustamante e Jorge Davidson, J. “A Experiência Imperialista Romana: Teorias e Práticas”. *Tempo* 18 (2005): 17-41.

Menéndez Pidal, Ramón. “Mars Cariociecus”. *Boletim de Filologia* 12, nºs 3-4 (1951): 225-227.

Mommsen, Theodor (ed.). *corpus Inscriptionum Latinarum*. Vol. 9, *Inscriptiones Calabriae Apuliae Samnii Sabinorum Piceni Latinae*. Berlin: Reimer, 1888-1926. (=CIL IX).

Nicols, John. “Indigenous Culture and the Process of Romanization in Iberian Galicia”. *The American Journal of Philology* 108, nº 1 (1987): 129-151.

Nicols, John. *Civic Patronage in the Roman Empire*. Leiden: Brill, 2013.

Olivares Pedreño, Juan Carlos. *Divindades Indígenas de la Hispania Romana*. Tese de Doutoramento, Universidad de Alicante, 2000.

Olivares Pedreño, Juan Carlos. “Interpretatio Epigráfica y Fenómenos de Sincretismo Religioso en el Área Céltica de Hispania”. *Historia Antiqua* 32 (2008): 213-248.

Olivares Pedreño, Juan Carlos. *Los Dioses de la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la História, 2002.

Pérez Losada, Fermín. “Cidades e Aldeias na Galiza Romana: Uma Proposta de Classificação Hierárquica do Habitat Galaico-Romano”. *O Arqueólogo Português* 16, S.6 (1998): 157- 174.

Pérez Losada, Fermín. “Entre a Cidade e a Aldea: Estúdio Arqueohistórico dos “Aglomerados Secundários” Romanos de Galicia”. *Edição Especial, Brigantium* 13 (2002).

Prósper, Blanca. *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2002.

Redentor, Armando. “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”. Tese de Doutoramento, 2 vols., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. (=Redentor, 2011).

Revell, Louise. *Roman Imperialism and Local Identities*. New York: Cambridge University Press, 2009.

Rivas Fernández, José. “Consideraciones sobre la Religión Galaico-Romana: Desmitificación de Supuestos Mitos”. *Boletín Auriense* 23, nº 23 (1993): 21-70.

Rosivach, Vincent. “Mars, the Lustral God”. *Latomus: Revue d’Études Latines* 42, nº 3 (Julho/Setembro 1983): 509-521.

Saller, Richard. *Personal Patronage under Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

Sampedro, Casto. “Aras Romanas en el Museo de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra”. In *Libro de Oro de la provincia de Pontevedra*, 32-34. Pontevedra: Editorial P.P.K.O, 1931.

Santos, Luciano, Patrick Le Roux e Alain Tranoy. “Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga* 37, nºs 83-84 F.96-97 (1983): 183-205.

Scheid, J. *An Introduction to Roman Religion*. Blomington: Indiana University Press, 2003.

Silva, Armando. *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.

Soutelo, Raquel. “Interação Cultural e Interpretatio na Epigrafia Votiva: O Caso da Fachada Ocidental do Conuentus Bracaraugustanus”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2015.

Tovar, António. Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas. Vol. 4, nº B. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora, 1949.

Tovar, António e Joaquín Navascués. “Algunas Consideraciones sobre los Nombres de Divindades del Oeste Peninsular”. In *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à Memória de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919)*, editado por Jacinto Coelho, 178-191. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1950.

Tranoy, Alain. “Enigmes Épigraphiques et Nouveau Cultes Indigènes dans le Conuentus de Braga”. *Revista de Guimarães* 94 (1984): 443-451.

Tranoy, Alain. *La Galice Romaine: Recherches sur le Nord-Ouest de La Péninsule Ibérique dans l’Antiquité*. Paris: Diffusion de Boccard, 1981.

Untermann, Jürgen. *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua*. Madrid: Universidad de Madrid, 1965.

Vasconcellos, José Luís. *Religiões da Lusitânia: Na Parte que Principalmente se Refere a Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

Villar, Francisco e Blanca Prósper. “La Toponimia Antigua del País Vasco y Navarra”. In *Vascos, Celtas e Indoeuropeus: Genes y Lenguas*, editado por Francisco Villar e Blanca Prósper, 429- 484. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2005.

Vives, José. *Inscripciones Latinas de la España Romana: Antología de 6.800 Textos*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1970. (=ILER).

## Nótula sobre Representações Zoomórficas nas Estelas Funerárias Romanas Transmontano-Zamoranas

*Armando Redentor (Universidade de Coimbra)<sup>641</sup>*

O tema das representações zoomórficas patentes em algumas estelas funerárias de Trás-os-Montes Oriental e do Ocidente de Zamora, mormente em exemplares do tipo Picote<sup>64</sup>Z, foi já objecto de uma abordagem monográfica da nossa parte<sup>643</sup>, tentando, principalmente, verificar a existência de qualquer padrão na selecção e individualização dos animais representados.

A investigação sobre aqueles suportes acumulava referências várias ao tema<sup>644</sup> sem que se concluísse claramente se existia qualquer relação entre os zoomorfos representados e os defuntos memoriados, sobretudo em função das categorias etárias e do género, pela (quase) omnipresença que têm esses dois aspectos nos dados constantes dos epitáfios.

O estudo que, então, realizámos submeteu à crítica todos os suportes em causa, baseando-se numa avaliação da iconografia zoomórfica cruzada com a análise revisória dos epitáfios.

\*\*\*

A conjugação dos dados relativos às características pessoais dos defuntos com as figuras zoomórficas que se lhes associam, maioritariamente suínos e cervídeos, evidenciou a relação directa entre o género da pessoa falecida e determinada família animal. Em resumo, concluiu-se que, enquanto as figurações de suínos



selvagens estavam estreitamente ligadas aos defuntos do género masculino, ao género oposto se associavam maioritariamente representações de fêmeas de cervídeo, e que nessas conexões não interferiam as categorias etárias.

Em face do quadro de correspondência ao género dos defuntos, afigurou-se factível a interpretação das figuras zoomórficas associadas aos epitáfios como representações simbólicas dos defuntos, decerto revestidas de carácter elogioso, uma espécie de ideograma.

Não seriam os animais recorrentemente figurados nos monumentos funerários da região transmontano-zamorana fruto de uma escolha desprovida de significado, sendo plausível, tratando-se de animais sobre os quais haveria um bom conhecimento por parte das populações, que também integrassem o seu universo mental, assumindo-se a diferença das famílias e/ou espécies como suporte conceptual da diversidade social.

A questão iconográfica, conjuntamente com os problemas relativos à datação das inscrições, foi, entretanto, reenfocada por Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos<sup>645</sup> em recente artigo sobre o contexto epigráfico de Pino del Oro, atribuindo-lhe estes autores uma conotação estritamente sacrificial<sup>646</sup>. Nesse ponto, aderem, precisamente, à ideia gizada por Alain Tranoy<sup>647</sup>, a propósito das estelas do tipo Picote, de que a figuração animal poderia testemunhar um sacrifício em favor do defunto, a qual não seguimos, contrariamente ao que admitem<sup>648</sup>. Pretendem reforçar essa perspectiva apontando modelos extra- peninsulares, nos quais se encontram representações de animais associadas à prática do sacrifício ocupando posição idêntica nos respectivos registos comparativamente às manifestações esteleformes transmontano-zamoranas. Por essa razão, assentem na ligação dessas imagens ao acto ritual do sacrifício sangrento em generalização no quadro da crença no destino astral dos mortos, plasmada na estrutura decorativa de raiz arquitectónica.

Essa assunção das figurações zoomórficas como referente de uma prática ritual

de âmbito funerário carece, contudo, de aprofundamento. Será de realçar que em nenhum caso das estelas transmontanas orientais e zamoranas ocidentais temos registo de outros elementos associados aos animais, nomeadamente de objectos vinculados à prática sacrificial ou de figuras humanas compondo cenas específicas. Tão-pouco se apreciam cenas de banquetes funerários ou de caça, como as exemplificadas noutros contextos peninsulares, mormente mesetenhos<sup>649</sup>, ou mesmo na epigrafia funerária da Pannonia aludida por aqueles autores<sup>650</sup>, que também apontam exemplos africanos de Ghorfa, embora baralhem monumentos votivos com funerários<sup>651</sup>.

Na epigrafia transmontana-zamorana, as famílias de animais comumente representados incluem-se na fauna temperada que decerto fazia parte do património genético regional. Ou seja, as espécies objecto de figuração são, sobretudo, selvagens, o que se coaduna mal com a perspectiva defendida por Beltrán Ortega e Alonso Burgos<sup>652</sup>, que assumem a ideia do sacrifício sangrento no quadro da simbologia templar e destino astral dos mortos mostrada pela organização arquitectónica que se desprende da iconografia das estelas e para a qual admitem uma decisiva influência romana. Sabemos que, entre os romanos, as vítimas animais mais comumente utilizadas nos sacrifícios correspondiam a animais domésticos, concretamente bovinos, ovinos e suínos – o que entronca na prática sacrificial tríplice indo-europeia – e que a relação da cor da pelagem e género das vítimas remetia simbolicamente para os destinatários sobre-humanos<sup>653</sup>.

No que ao ritual funerário propriamente dito respeita, a presença de animais pode cumprir diferentes papéis, o que, à partida, pode ser inferido através do registo arqueológico associado às áreas sepulcrais, embora muitos factores possam influir numa avaliação desse género, em boa medida dependentes da qualidade intrínseca desse mesmo registo. Assim, a existência de animais, ou partes, no registo funerário poderá ser classificada, em função do tipo de restos, da sua preparação, da sua contextualização no espaço sepulcral e inter-relação com outros vestígios, incluindo os restos humanos.

Sucintamente, poder-se-ão apontar fundamentações diversas para essa presença: como depósitos ou oferendas alimentares, ou dirigidas ao defunto, enquanto viático, ou destinadas aos entes divinos relacionados com a morte; como restos alimentares associados à prática do banquete funerário; também, como exemplos de indivíduos psicopompos, que por isso eram sacrificados aquando da morte dos que deveriam guiar<sup>654</sup>. Porém, do conhecimento existente acerca dos rituais relacionados com o culto dos mortos entre os romanos, as vítimas animais não faziam apenas parte da prática sacrificial associada ao dia do enterro, mas também à festa colectiva dos mortos (Parentalia) ou a aniversários particulares<sup>655</sup>.

Entre as vítimas preferenciais pontuavam os suínos, mas igualmente algumas aves domésticas, mormente o galo, como apontam os registos de necrópoles centro-europeias, havendo, inclusive, constatação de uma modificação de hábitos a esse nível entre o Alto e o Baixo Império, que acompanha a passagem do rito de incineração ao de inumação, com a utilização de suínos a ser superada pela de galos<sup>656</sup>. Não obstante, há que ter em atenção a documentação de rituais funerários de época romana, nomeadamente em contextos provinciais, nos quais, em diferentes momentos, animais ou carnes de diversas espécies de animais, como o cavalo, o boi, o cão e o gato ou, inclusive, caprinos têm cabimento<sup>657</sup>.

Todavia, um dado a relevar das análises zooarqueológicas incidentes sobre os registos funerários, olhando, pelo menos, ao universo centro-europeu estudado por Sébastien Lepetz<sup>658</sup>, é a escassíssima presença de restos de animais selvagens, pese embora algum caso de excepionalidade, como acontece em Antran, onde se encontrou um veado inteiro, acompanhado de vários javalis<sup>659</sup>. Essa muito fraca expressão dos animais selvagens nas práticas funerárias aparece em congruência com os registos relativos aos tempos pré-romanos, nomeadamente no respeitante à segunda Idade do Ferro nos territórios gauleses setentrionais, onde a sua rareza é documentada por algum resto de peça de caça, como a lebre, a perdiz ou o veado, sem que rivalizem com a forte presença de animais domésticos, com crescimento da presença do porco e das aves entre o século IV a. C. e a viragem da Era<sup>660</sup>.

Infelizmente, o conhecimento dos rituais funerários associados ao período pré-romano em Trás-os-Montes Oriental, tal como nas províncias de Zamora e Salamanca, é praticamente nulo, contrariamente ao que acontece para o âmbito vetão<sup>661</sup>. Todavia, no respeitante à tradição sacrificial indígena no contexto hispânico, a utilização dos cervídeos como vítimas não parece constituir prática comum, tal como outra fauna selvagem em geral – veja-se o exemplo sul-ocidental do altar de Castrejón de Capote<sup>662</sup>, onde o javali e o veado constituem elementos marginais da amostra, dominada por espécies domésticas, especialmente de gado bovino –, havendo, porém, nota documental da utilização de suínos, ovicaprídeos e bovinos, sendo este tipo de vítimas também comum nos *suouetaurilia* romanos<sup>663</sup>.



## FIGURA 1 – ESTELA FUNERÁRIA DE PRÓCULO(A), DE ALBÚCIO, E DE ATA

FONTE: Elaborada pelo autor

Mas o veado (macho), pela aura simbólica condensada na renovação anual das suas hastes, não deixa de aparecer representado na epigrafia funerária mesetenha, seja associado a cenas cinegéticas, seja de banquete<sup>664</sup>, podendo mesmo descortinar-se-lhe um sentido psicopompo, como claramente sugerimos<sup>665</sup> a propósito da sua inclusão na gramática ornamental de uma estela bragançana (Fig.ura 1) de Grijó de Parada<sup>666</sup>.

Das necrópoles romanas do sector transmontano oriental e zamorano ocidental também não se possuem dados significativos<sup>667</sup>, pelo que, por ora, o registo arqueológico não nos permite enriquecer a discussão do tema.



## FIGURA 2 – ESTELA FUNERÁRIA DE ÁUNIA, FILHA DE TURAIO

FONTE: Elaborada pelo autor

O que se verifica ao nível das estelas desse contexto territorial com representações zoomórficas é que elas surgem em campo específico ou exemptas, quase sempre sob a cartela epigrafada, evidenciando – como se viu – relação directa com o género do defunto, que temos por comprovada no dobrete suídeo-cervídeo, o qual concomitantemente reflecte a diferenciação macho- fêmea, bem patente na anatomia esboçada, iniludível no concernente aos cervídeos. Mas, na maioria dos exemplos zamoranos, a figura zoomórfica surge, inclusive, no interior dos campos epigráficos (Fig. 2), onde costumeiramente se identifica o defunto no texto do epitáfio, sendo que por duas vezes o elemento iconográfico parece mesmo dispensar a linguagem escrita<sup>668</sup>. A função simbólica dessas figurações é por demais evidente e a relação estreita com a identidade do defunto resumida no género aparece ainda bem retratada numa estela leonesa<sup>669</sup> na qual os defuntos, um casal e um filho, decerto de origem ásture meridional – plausivelmente Zoelae<sup>670</sup> – surgem figurados por uma cerva, um javali e, entre ambos, um cervato (Fig. 3), uma senha iconográfica que remete para um tema da cultura funerária da sua pátria. Nesse caso, a figuração de um cervídeo aparece excepcionalmente associada a defunto do género masculino, mas deve ser ressaltado que se trata de uma criança, no máximo de três anos, e que a representação em causa é a de um cervato. Intui-se que aqui possam ter intervindo novos estímulos culturais resultantes da inserção da família em mundividência distinta da habitual na sua pátria, ditada pela sua presença na orla da capital conventual e, especificamente, em Legio, pelo que, em linha mais intimista, o dedicante, no caso o avô materno, opta por, ao nível iconográfico, dar relevo ao facto de o neto estar ainda em idade de ligações maternas fortíssimas e, concomitantemente, de não exhibir uma sexualidade manifestamente afirmada, representando-o como cria, em contraponto com o comportamento social dos cervídeos, os quais também nessa fase inicial da vida permanecem junto das fêmeas e não se distinguem sexualmente de forma evidente<sup>671</sup>.





### FIGURA 3 – ESTELA FUNERÁRIA DE LUCRÉCIO PRÓCULO, VALÉRIA AMA E LUCRÉCIO PRÓCULO, FILHO DE AMBOS

FONTE: Elaborada pelo autor

\*\*\*

Mais dois exemplos, não incluídos no inventário anexo ao nosso trabalho que temos vindo a citar, podem ser aduzidos, reforçando os resultados da análise então expostos. Ambos os suportes correspondem a estelas do tipo Picote.

O primeiro refere-se a uma estela funerária procedente do Toural, em Palaçoulo (Miranda do Douro), descoberta na década de 40 do século transacto, encontrando-se presentemente depositada no Museu da Terra de Miranda (Fig. 4)<sup>67</sup>Z. Alarga a presença de representações zoomórficas na epigrafia associada a esse local, uma vez que o tema se encontrava já documentado numa estela que permanece com paradeiro incerto<sup>67</sup>3, apesar de o motivo agora em causa ter sido originalmente interpretado como antropomórfico.

Trata-se de estela de cabeceira semicircular de mármore ([55] x 25 x 4), com registo tripartido, cuja incompletude na parte inferior afecta substancialmente a figura zoomórfica gravada sob o campo epigráfico. A cabeceira, trabalhada em relevo plano, apresenta, em campo semicircular alongado, roda de seis raios curvos de orientação dextrorsa, com circunferência central, gravada sobre podium cuja parte superior é envolvida por motivos astrais: três crescentes, sobre pedestais lunulados unidos ao pódio, intercalados por dois círculos. A parte inferior do pódio é flanqueada por par de emblemas angulosos (também designados de esquadros) de estrutura dupla, de cuja extremidade superior despontam elementos fitomórficos vergados para o interior do campo.





## FIGURA 4 – ESTELA FUNERÁRIA DE ATA, DE LÚCIO

FONTE: Elaborada pelo autor

O registo medial é totalmente constituído por cartela de cantos reentrantes (ou cruciforme) definida por linha incisa, estruturando-se o epitáfio em quatro linhas no seu interior:

D(is)        M(anibus)

ATTE

LVCI

`AN`(norum) XXX

*Aos deuses Manes. A Ata, de Lúcio, de 30 anos.*

Abaixo, sem qualquer formalização, surge, incompleta, a figuração incisa de cervídeo, voltado à esquerda. Apenas se conserva parcialmente o contorno da cabeça e de um longo pescoço. A delgadeza e a projecção da cabeça que termina em focinho estreito, encimada por orelhas levantadas, sob as quais aponta o olho, induz a pensar na representação de uma cerva. Estaria representada de perfil e de pé, como é regra nos restantes exemplos regionais de figurações zoomórficas na epigrafia funerária, o que também se aprecia no segundo exemplo que trazemos à colação.

Estoutro foi descoberto, em 2007, no termo de Saldanha (Mogadouro), tendo sido por nós dado a conhecer recentemente<sup>674</sup>. Provém de um terreno de propriedade pública localmente referido como As Fontes, que se enquadra no

contexto do arqueossítio romano conhecido como Lombo do Ouro, classificável como povoado aberto<sup>675</sup>.

Corresponde a uma estela dupla de mármore (94 x 35 x 5,5), apresentando fractura horizontal sensivelmente a meio da sua altura, que afecta sobretudo um dos registos que estruturam a face anterior. Apresenta uma organização decorativa tripartida em cada um dos seus lados, simulando estrutura arquitectónica. Subjaz às cabeceiras, preenchidas pelos ornatos habituais nos suportes do tipo Picote integrados em campo rebaixado, com a forma de arco peraltado e de cantos reentrantes, duplo par de cartelas incisas, de cantos com a mesma particularidade geométrica decorrente da figuração estrutural enunciada, as quais se destinam aos textos e às figurações zoomórficas (Fig. 5).



## FIGURA 5 – ESTELA FUNERÁRIA DE CALPÚRNIO, DE SULA E DE ESCEVA, DE SULA

FONTE: Elaborada pelo autor

Em relevo plano, a ornamentação das cabeceiras tem como motivo central a roda de raios curvos biselada sobre característica representação de pódio, tomando a meia dúzia de raios que a estrutura uma orientação sinistrorsa, nascendo de círculo central com ponto ao meio. Envolve superiormente o pódio a representação relevada de torques de extremidades em escócia, que se desenvolvem ao nível do centro da roda, e pares de esquadros de figuração dupla ladeiam o pódio de cada uma das cabeceiras, encaixando sobre os cantos reentrantes da base.

As sequências duplas de cartelas incisas não possuem sulcos comuns. As que albergam os epítáfios apresentam desenvolvimento vertical, adaptado às necessidades da gravação dos textos:

D(is)        M(anibus)

CALPVR

NIO · SV

LAE    ·    AN(norum)

LXX

Aos deuses Manes. A Calpúrnio Sula, de 70 anos.

D(is) M(anibus)



SCEVAE

SVLAE

AN(norum) [·] XVI

Aos deuses Manes. A Esceva, de Sula, de 16 anos.

As cartelas que lhes subjazem surgem horizontalizadas incluindo no seu interior figurações incisas de porcos, em posição estática e voltados para a direita. A representação de cada um dos zoomorfos é bastante esquemática. Na da cartela do lado esquerdo foram introduzidos alguns pormenores, como a indicação das orelhas pontudas, erectas, e, ao nível do focinho, da boca, reduzida a sulco horizontal, e do par de presas, apesar de em perspectiva distorcida, aspectos que parecem não marcar a da outra cartela, estando ausente, em ambas, a indicação do rabo ou a individualização, ao nível dianteiro e traseiro, das patas. O zoomorfo da cartela esquerda é claramente um javali, mas não é possível tanta peremptoriedade no respeitante ao da cartela da direita, não só por não se vislumbrar indicação das presas, mas, sobretudo, pelo desenho da cabeça, que no caso dos javalis (*sus scrofa*) tem uma configuração algo cónica, com chanfro recto e longo, e que no porco doméstico (*sus scrofa domesticus*) é um tanto diferente, ao apresentar chanfro côncavo, mais curto e largo. O esquematismo aconselha prudência, pois é plausível que apenas se tenha pretendido representar um javali menos imponente, destituído da marca das suas presas, o que nos parece não estar alheio a uma linguagem metafórica que, decerto, teremos, neste caso concreto, de pôr em relação com as diferenças etárias dos defuntos.

Pela organização iconográfica de ambas as estelas vê-se reforçada a inferência anteriormente avançada relativamente à relação entre o género dos defuntos e os animais representados, pois, no primeiro caso, sob o epitáfio de uma defunta de trinta anos foi gravada uma figuração de fêmea de cervídeo voltada à esquerda e, no segundo, igualmente sob o epitáfio de cada um dos defuntos, um ancião e um jovem, se insculpiram representações de suídeos voltados para a direita.

As observações tipológico-cronológicas realizadas por Navarro Caballero<sup>676</sup> às estelas inseridas no tipo Picote auxiliam na sustentação de uma cronologia para estes suportes epigráficos situável entre os meados dos séculos II e III. Do ponto de vista tipológico, ambas as peças têm cabimento no grupo II definido por aquela autora<sup>677</sup> em função de aspectos morfológicos e da estrutura da mensagem escrita, no qual não são infrequentes os exemplares de cabeceira dupla. No respeitante ao primeiro aspecto, é de destacar a conciliação entre a lavra plana utilizada ao nível das cabeceiras e a delimitação incisa dos campos epigráficos e dos que contêm as representações zoomórficas – como no caso da estela dupla –, sendo todos eles de cantos reentrantes, como vimos. Quanto aos textos, a introdução da consagração aos Manes é um aspecto fundamental na individualização do grupo, no qual se rastreiam defuntos socialmente diferenciados, mas denotando larga latinização onomástica, como não deixam de ilustrar os casos vertentes.

Os três defuntos, Atta Luci, Calpurnius Sulae e Sceua Sulae, são peregrini, desvelando as suas nomenclaturas heterogeneidade linguística na onomástica familiar. Os antropónimos Atta e Sula repousarão numa origem autóctone, apesar de o primeiro também se conhecer no âmbito latino<sup>678</sup>, à semelhança do segundo, ainda que com consoante geminada<sup>679</sup>. Os restantes são indubitavelmente latinos<sup>680</sup>. Considerando o estatuto jurídico referido há que considerar, todavia, uma cronologia para ambas as estelas aquém dos meados do século III, atendendo às consequências jurídicas da constitutio Antoniniana relativamente à população livre do império.

No respeitante ao delicado problema das datações epigráficas, importa fazer um pequeno parêntesis para uma ressalva relativamente à afirmação de Beltrán Ortega e Alonso Burgos no trabalho que já se citou, pois, esses autores, revendo algumas posições mais recentes que tiveram o mérito de quebrar com a visão tradicional de que as inscrições transmontano-zamoranas não seriam muito antigas, datando-se preferentemente da segunda centúria em diante, também não reflectem com rigor o nosso posicionamento acerca do tema<sup>681</sup> ao dá-lo como inteiramente coincidente com o desses investigadores que, ao longo dos anos

90<sup>68</sup>Z, efectuaram uma revisão crítica consistente. No atinente às inscrições bragançanas, contrariamente ao que afirmam<sup>683</sup>, divergimos da aceitação do último quarto do século I como datação mais fiável para a emergência da prática epigráfica em termos privados, mormente a funerária, quando admitimos que a adesão a essa novel forma de comunicação deva ter acontecido pelo menos desde os meados da centúria, o que, evidentemente, atira o desenvolvimento do processo ainda para a sua primeira metade.

Com respeito à questão da idade dos defuntos memoriados em estelas com este tipo de representação, o conteúdo dos textos acima expostos revela-se congruente com as observações que já havíamos realizado<sup>684</sup>. Não obstante uma interpretação menos rigorosa das nossas conclusões acerca desse aspecto por parte de Beltrán Ortega e Alonso Burgos<sup>685</sup>, ao referirem apenas idades inferiores a 30 anos para os casos em que se verifica associação entre suídeos, cervídeos e defuntos dos géneros masculino e feminino respectivamente, os dados compulsados não avalizavam uma diferenciação ao nível etário como a encontrada relativamente ao género, tal como nesta nótula se reforça.

\*\*\*

Em síntese, o carácter simbólico das representações zoomórficas patentes nas estelas funerárias transmontano-zamoranas está fora de dúvida e a relação descortinada relativamente ao género dos defuntos continua com validade e afigura-se a mais significativa, embora aqui se lide com a desvantagem do escasso conhecimento procedente do registo arqueológico no que respeita às práticas funerárias, pelo que o seu entendimento ideogramático não deve ser subestimado, ainda que possa funcionar como alegorização enquadrável no ideário associado à morte.

São essas estelas escorço demonstrativo de que, mais do que adoptar cabalmente modelos alóctones e perfeitamente romanos, as comunidades autóctones souberam, também neste domínio da paisagem epigráfica funerária, enriquecê-

los por via de perspectivas peculiares sobre a vida e a morte, pela sua particular concepção do mundo. O recurso à representação simbólica por intermédio de figuração animal associada à fauna da floresta temperada, que difere em função do género dos defuntos, é, neste sentido, uma particularidade assinalável e intrínseca à epigrafia transmontana oriental e zamorana ocidental, afluando, sobretudo, nas estelas do designado tipo Picote, como é reforçado pelos dois exemplares aqui tratados.

## **Referências Bibliográficas**

Abascal Palazón, Juan Manuel. Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones e Universidad Complutense, 1994.

Abásolo Álvarez, José Antonio e Rosario García Rozas. “Sobre las Estelas Zamoranas y su Ornamentación”. In Actas del Primer Congreso de Historia de Zamora. Vol. 2, Prehistoria e Historia Antigua, 545-560. [Zamora]: Instituto de Estudios Florián de Ocampo, 1990.

Abásolo Álvarez, José Antonio e Rosario García Rozas. “La Romanización de la Provincia de Zamora a la Luz de sus Hallazgos Materiales”. In Segundo Congreso de Historia de Zamora: Actas. Vol. 1, 145-168. Zamora: Instituto de Estudios Florián de Ocampo, 2006.

Abásolo Álvarez, José Antonio e Marco Simón, Francisco. “Tipología e Iconografía en las Estelas de la Mitad Septentrional de la Península Ibérica”. In Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente, editado por Francisco Beltrán Lloris, 327-359. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 1995.

Álvarez-Sanchís, Jesús R.. Los Vettones. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999.

Álvarez-Sanchís, Jesús R. Los Señores del Ganado: Arqueología de los Pueblos Prerromanos en el Occidente de Iberia. Madrid: Akal, 2003.

Alves, Francisco Manuel. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Vol. 11, Arqueologia e Etnografia. Porto: Tip. da Empresa Guedes, 1947.

Beltrán Ortega, Alejandro e Fernando Alonso Burgos. “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”. In El Bronce de El Picón (Pino del Oro): Procesos de Cambio en el Occidente de Hispania, editado por Inés Sastre Prats e Alejandro Beltrán Ortega, 175-200. [Valladolid]: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2010.

Ben Abdallah, Zeineb Benzina. Catalogue des Inscriptions Latines Païennes du Musée du Bardo. [Roma]: École Française de Rome, 1986.

Berrocal-Rangel

,

Luis. El Altar Prerromano de Capote: Ensayo Etno-Arqueológico de un Ritual Céltico en el Suroeste Peninsular. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1994.

Caillat, Pierre. “Les Dépôts de Viande”. In Rites Funéraires à Lugdunum, editado por Christian Goudineau, 159. Paris: Éditions Errance, 2009.

Daremberg, Charles e Edmond Saglio. Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines. 5 tomos. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1873-1919 (= DAGR).

Encarnação

,

José d'

.

, “A Religião”. In Nova História de Portugal. Vol. 1, Portugal das Origens à Romanização, editado por Jorge Alarcão, 442-460. Lisboa: Presença, 1990.

Esparza Arroyo, Ángel. Los Castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora. Zamora: Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo, 1986.

García Martínez, Sonia María. “La Iconografía Animal en el Mundo de Ultratumba de los Zoelas”. Brigantia 20, no. 1-2 (2000): 93-106.

González Villaescusa, Ricardo. El Mundo Funerario Romano en el País Valenciano: Monumentos Funerarios y Sepulturas entre los Siglos I a. de C.-VII d. de C. Madrid e Alicante: Casa de Velázquez e Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert, 2001.

Groot, Maaike. *Animals in Ritual and Economy in a Roman Frontier Community: Excavations in Tiel-Passewaaij*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.

Hübner

,

Emil

.

*corpus Inscriptionum Latinarum. Vol. 2, Inscriptiones Hispaniae Latinae. Berolini: Gergium Reimerum, 1869 (= CIL II).*

Hübner

,

Emil

.

*corpus Inscriptionum Latinarum. Vol. 2, Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum. Berolini: Gergium Reimerum, 1892 (= CIL II).*

Instituto de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro. *Hispania Antiqua Epigraphica*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas e Instituto de Arqueología y Prehistoria Rodrigo Caro, 1950-1969 (= HAE).

Lemos, Francisco Sande. *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho, 1993.

Lepetz, Sébastien. “Les Animaux dans les Pratiques Funéraires”. In “L’animal dans la Société Gallo-Romaine de la France du Nord”, editado por Sébastien Lepetz. Edição Especial, Revue archéologique de Picardie 12 (1996): 148-153.

Lopo, Albino. Apontamentos Arqueológicos. Braga: Instituto Português do Património Cultural, 1987.

Marco Simón, Francisco. Las Estelas Decoradas de los Conventos Caesaraugustano y Cluniense. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 1978.

Ménier, Patrice. “Les Animaux dans les Rites Funéraires au Deuxième Âge du Fer en Gaule Septentrionale”. Anthropozoologica 35 (2002): 3-16.

Mourinho, António Maria. “Epigrafia Latina de entre Sabor e Douro desde o Falecimento do Abade de Baçal – 1947”. Brigantia 6, no.1-3 (1986): 3-36.

Nagy, László. “Les Symbolismes Astraux sur les Monuments Funéraires de la Population Indigène de la Pannonie”. In Laureae Aquincensis Memoriae Valentini Kuzsinszky Dicatae. Vol. 2, 232-243. Budapest: Pázmány University, 1941.

Navarro Caballero, Milagros. “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”. Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología 64 (1998): 175-206.



Pautreau

,

Jean-Pierre. “Espaces Funéraires et Sacrés: la Vie Spirituelle en Poitou au 1er Siècle Avant J.-C., une Approche Archeologique”. Bulletin de la Société des Antiquaires de L’ouest et des Musées de Poitiers 4 (1990): 84-89.

Pautreau

,

Jean-Pierre. “Sépulture Aristocratique Augustéenne à Antran (Vienne): Note Préliminaire”. Archäologisches Korrespondenzblatt Urgeschichte Römerzeit Frühmittelalter 21, no. 2 (1991): 271-282.

Prescendi, Francesca. “Sacrifier en Grèce et à Rome”. In Religions Antiques: Une Introduction Comparée, editado por Philippe Borgeau e Francesca Prescendi, 31-51. Genève: Labor et Fides, 2008.

Redentor, Armando. Epigrafia Romana da Região de Bragança. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2002 (= ERRB).

Redentor, Armando. “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”. In Congresso Internacional de Arqueologia Iconográfica e Simbólica: Livro de Actas, 163-199. [Condeixa-a-Velha]: Liga de Amigos de Conimbriga, 2003.

Redentor, Armando. “Iconografia Solar no Mundo Funerário da Astúria Meridional”. In O Sol Greco-romano, editado por Maria do Céu Fialho, José

d'Encarnação e Jaime Alvar, 225-247. Coimbra e Madrid: Universidade de Coimbra e Universidad Carlos III, 2008.

Redentor, Armando. “Nota a Propósito de Duas Novas Estelas Funerárias Romanas Procedentes do Nordeste de Portugal”. Veleia (no prelo).

Salinas de Frías

,

Manuel

. “

Sobre Algunas Especies Animales en el Contexto de las Religiones Prerromanas de Hispania”. *Palaeohispanica* 10 (

2010)

: 611-628.

Santos

,

Maria João

. “

El Sacrificio en el Occidente de la Hispania romana: Para un Nuevo Análisis de los Ritos de Tradición Indoeuropea”. *Palaeohispanica* 7 (

2007)

: 175-217.

Scheid

,

John. La Religion des Romains. Paris: Armand Colin, 2003.

Tranoy, Alain. La Galice Romaine. Paris: De Boccard, 1981.

Vallejo Ruiz, José María. Antroponimia Indígena de la Lusitania romana.  
Vitoria-Gasteiz: Servicio editorial, Universidad del País Vasco, 2005.

## **Sobre os Autores**

### **Alexandre Cozer**

**Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná e bolsista CAPES. Graduou-se em História pela mesma instituição, onde teve a oportunidade de realizar pesquisa graças à associação com o PET-História e a bolsas como do CNPq e CAPES. Com o apoio da mesma universidade, realizou um ano de estudos na Université Lumière Lyon 2, onde pôde aprofundar seus conhecimentos em História e Literatura Antigas.**

### **Álvaro Alfredo Bragança Júnior**

**Doutor em Letras, com especialidade em Letras Clássicas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio pós-doutoral em História Medieval pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha. Mestre em Linguística e Filologia Românica e bacharel e licenciado em Letras Português-Alemão e Português-Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Setor de Alemão da UFRJ e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História, UFRJ, como também do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Faculdade de Letras da mesma universidade.**

### **Armando Redentor**

**Doutor em História, na especialidade de Arqueologia, mestre em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia Romana e licenciado em História, variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património/Universidade de Coimbra (CEAACP/UC), onde desenvolve investigação no âmbito da Epigrafia e Arqueologia romanas.**

**Carlos Eduardo da Costa Campos**

**Doutorando em História, mestre em História Política, na linha política e cultura, e bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui estágios supervisionados de pesquisa na École Française D'Athenes e na Universidade de Coimbra, além da atividade de pesquisa no Centro Arqueológico de Saguntum / Valência- Espanha. Integra o Grupo de Pesquisa Atrivm-UFRJ, o Leitorado Antiguo-UPE, o LECA/Poiema - UFPel e o Arqueologia Histórica -Unicamp.**

**Debora Casanova da Silva**

**Doutoranda e mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na linha de pesquisa Poder, Cultura e Representações. Possui especialização Lato Sensu em História Antiga e Medieval pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Licenciada e bacharel em História pela Universidade Gama Filho. Pesquisadora nos grupos: Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo - Nero-Líber/Unirio e no Grupo de Estudos sobre Roma e as Províncias -**

**Romanitas/Unirio-UFRJ. Atualmente é professora tutora presencial da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, integrante do consórcio Cederj/UAB.**

**Érica Cristhyane Moraes da Silva**

**Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Franca e mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. É bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. É atualmente professora associada do Leir/ES e membro dos seguintes grupos de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir), e Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Gleir/Unesp- Franca).**

**Gilvan Ventura da Silva**

**Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, mestre em História Antiga e Medieval, bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor titular de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo, atuando no Departamento e no Programa de Pós-graduação em História. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Usp); Arqueologia Histórica (Unicamp); Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR); Serápis - Laboratório de Estudos do Mundo Helenístico-Romano (UnB); Cultura escrita e oralidade na Antiguidade e no Medievo (Uece); Estudos de gênero, discursos, religiosidades e uso e costumes do passado da Antiguidade Clássica à Tardia (UFPA) e ATRIVM - Espaço Aberto de Estudos Clássicos (UFRJ). É coordenador da seção ES do**

**Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir).**

**José d'Encarnação**

**Doutor em História, na especialidade de Pré-História e Arqueologia pela Universidade de Coimbra e licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. É professor catedrático desde 1991 pela Universidade de Coimbra, na qual foi docente desde 1976 até 2007 em disciplinas como História da Antiguidade Clássica, Epigrafia e respectivos seminários tanto no nível da licenciatura quanto do mestrado. Integra o Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto, como investigador e membro da Comissão Científica.**

**Luciane Munhoz de Omena**

**Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo atuando como pós-doutoranda na Universidade de Campinas\Unicamp. É integrante do grupo de pesquisa Imagens da Morte: a morte e o morrer no mundo Ibero- Americano, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, bem como do grupo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Leir\GO. É professora na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, com experiência em Antiguidade, atuando principalmente nos seguintes temas: representações da morte, filosofia e estudos sobre os aspectos sociais, políticos e religiosos da sociedade romana à época do Principado.**

**Luís Eduardo Lobianco**

**Doutor em História, mestre em História e bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense, além de ter uma graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense. É atualmente professor adjunto IV de História Antiga do Departamento de História e Relações Internacionais - DHRI - do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS - da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - campus Seropédica.**

**Maricí Martins Magalhães**

**Doutora em História Comparada e mestre em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Letras Português Alemão e Português Grego pela mesma universidade, além de uma graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, uma Laurea di Dottore in Epigrafia e Storia Romana na Università degli Studi di Napoli Lorientale e um aperfeiçoamento em Arqueologia e Conservação de Bens Culturais pela Università degli Studi di Napoli Suor Orsola Benincasa. Atualmente, está à frente da Comissão Avaliadora e Especialista em Numismática do Museu de Valores do Banco Central do Brasil.**

**Pedro Paulo Abreu Funari**

**Doutor em Arqueologia, mestre em Antropologia Social e bacharel em História pela USP, livre-docente em História e Professor Titular (2004) da Unicamp. Professor de programas de pós da Unicamp e USP, Distinguished Lecturer of the University of Stanford, Research Associate - Illinois State University, Universidad de Barcelona, Université Laval (Canadá), líder de**



**grupo de pesquisa do CNPq, assessor científico da FAPESP, orientador em Stanford e Binghamton, foi colaborador da UFPR, UFPel, docente da Unesp (1986-1992) e professor de pós das Universidades do Algarve, Nacional de Catamarca, del Centro de la Provincia de Buenos Aires e da UFRJ.**

**Renata Senna Garraffoni**

**Doutora, mestre e graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas, foi bolsista da British Academy atuando como pesquisadora na Universidade de Birmingham, Reino Unido. É professora no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (associado II), com experiência na História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: antiguidade clássica, cultura popular, cultura material e literatura latina, gladiadores romanos e releituras do mundo antigo na modernidade. No momento é líder do grupo de pesquisa Encruzilhadas de narrativas: discursos biográficos, história e literatura, da UFPR, e vice-líder do grupo de pesquisa CNPq Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado.**

[1 O presente livro foi todo formatado com base nas normas técnicas da Chicago 16th edition.](#)

[2 Ver, e.g. John Bodel. Epigraphic Evidence: Ancient History from Inscriptions. London: Routledge, 2001, 2-5.](#)

[3 cf. W. Eck. “Documents on Bronze: A Phenomenon of the Roman West?” In Ancient Documents and their Contexts, editado por J. Bodel e N. Dimitrova. Leiden: Brill, 2011, 127-51.](#)

[4 Ver esp. I. Calabi Limentani. Epigrafia latina. Milano: Editoriale Cisalpino, 1968, 325-8.](#)

5 cf. Eck, W. “Epigrafi e costruzioni sepolcrali nella necropoli sotto S. Pietro: a proposito del valore di messaggio delle iscrizioni funebri nel contesto dei complessi sepolcrali”. In Tra epigrafia, prosopografia e archeologia. Roma: Quasar, 1996, 251-69.

6 Dois excelentes estudos sobre este tema são: C. Kokkinia. “The role of individuals in inscribing Roman state documents: governors’ letters and edicts”. In Selbstdarstellung und Kommunikation: die Veröffentlichung staatlicher Urkunden auf Stein und Bronze in der römischen Welt, editado por R. Haensch. München: Beck, 2009, 191-206 ; e, J.-L. Ferrary. “La gravure de documents publics de la Rome républicaine et ses motivations”, In Ibid., 59-74.

7 Em um estudo detalhado as inscrições do túmulo dos Plautii, Mary Beard demonstrou como diferentes membros de uma mesma família manipularam o registro epigráfico para incrementar a impressão de suas carreiras públicas: Mary Beard. “Vita inscripta”. In La biographie antique, editado por W. W. Ehlers, Geneva: Fondation Hardt Entretiens 44, 1998, 83-118.

8 Ver, sobre o tema: A. K. Bowman. “Literacy in the Roman Empire: mass and mode”. In Literacy in the Roman World. JRA Supp. 3, 1991, 119-31.

9 Para um aprofundamento deste tema cf. esp. J. C. Barrett. Chronologies of remembrance: the interpretation of some Roman inscriptions. WorldArch 25.2, 1993, 236-47; I. Kopytoff, The cultural biography of things: commodization as process. In The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective, editado por A. Appadurai. Cambridge University Press, 1986, 64-91; J. Edmondson. “Instrumenta imperii: law and imperialism in Republican Rome”. In Law, Politics and Society in the Ancient Mediterranean World, editado por R. Halpern; D. Hobson. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1993, 156-92.

10 Ver, e.g., o estudo seminal de M. Corbier. “L’écriture dans l’espace public romain”. In L’urbs, espace urbain et histoire. Rome: Pub. de L’École française de Rome, 1987, 27-60.

11 cf. A. E. Cooley. Res Gestae Diui Augusti: Text, Translation, and Commentary. Cambridge University Press, 2009, esp. 26-30.

12 cf. V. M. Hope. At home with the dead: Roman funeral traditions and Trimalchio’s tomb. In Petronius: a Handbook, editado por J. Prag e I. Repath. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009, 140-60.

- 13 Perdoar-se-me-á se aludo demasiado a trabalhos meus; é que, na verdade, desde o início da minha actividade como epigrafista (defendi a tese de licenciatura Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal em Janeiro de 1970...), que tenho procurado escrever sobre este tema.
- 14 Giancarlo Susini, Epigrafia Romana.
- 15 Emílio Hübner, Ephemeris Epigraphica, Vol. 8.
- 16 Emílio Hübner, Ephemeris Epigraphica, Vol. 9.
- 17 Robert Étienne, “Le Centre Pierre Paris (ERA 522) et la Révision des Inscriptions Grecques et Latines de la Péninsule Ibérique”: 83-88.
- 18 Felipe Arias Vilas, Patrick Le Roux e Alain Tranoy, Inscriptions Romaines de la Province de Lugo.
- 19 José d’Encarnação, Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis.
- 20 Maria do Rosário Hernando Sobrino, Epigrafía Romana de Ávila.
- 21 Embora já desactualizada, como é natural, pode ver-se a lista desses corpora na 2ª edição de José d’Encarnação, Epigrafia: As Pedras que Falam, 214-219.
- 22 Giancarlo Susini, Il Lapidario Romano: Introduzione all’Epigrafia Latina.
- 23 Giancarlo Susini, Epigrafia Romana.
- 24 O VI Colóquio decorreu em Coimbra (Outubro 1994); o VII em Saragoça (Março 1997); o VIII em Salamanca (Maio 1999); o IX em Barcelona (Outubro 2004); o X em Lisboa (Fevereiro 2009); o XI em Valência (Outubro 2012); o XII, em Giessen, na Alemanha (Abril 2016).
- 25 Cf. José d’Encarnação, “Da Epigrafia como Ciência”, 144-159.
- 26 Os monumentos epigráficos são usados como exemplo de educação para o património cultural.
- 27 Foi publicado na revista Fichero Epigráfico nº 134, 2016, inscrição nº 559.
- 28 “Hispania Epigraphica Online Database”. <http://eda-bea.es/>

29 Juan Manuel Abascal Palazón, Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania, Múrcia, 86.

30 Sobre os Atellii de Granada opinam Maurício Pastor Muñoz e Angela Mendoza Eguaras (Inscripciones Latinas de Granada, 56) que “fueron los primeros de esta família, que luego se extenderían por algunas otras regiones de Hispania, como Gandía, Múrcia o Cartagena” – a que ora, por conseguinte, se acrescenta Castro Verde.

31 Claude Domergue, Les Mines de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité Romaine, 254, n° 1006.

32 Cf. CIL II, 1189.

33 Iiro Kajanto, The Latin Cognomina, 66, 68 e 263.

34 Milagros Navarro Caballero e José Luis Ramírez Sádaba, coord., Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana, 146, mapa 94. Por lapso, aí se insere ILER 5125, que traz o Clementinus repetido adiante no seu devido lugar.

35 Ibid., 313-316, mapa 289.

36 Juan Manuel Abascal Palazón, Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania, Múrcia, 30-31.

37 Creio que essa poderá ser uma das explicações mais viáveis para o facto de os teónimos indígenas apresentarem grafias diversas: Arentius, Arantius; Endovellicus, Enobolicus; Ataegina, Adaegina... Estamos perante nomes estranhos, em que se procuram latinizar sons do estrato linguístico pré-romano, e, por isso, não admira que o ouvido do lapicida a eles não esteja afeito.

38 Tive ocasião de leccionar, como professor convidado, de 9 a 31 de Outubro de 1989, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), um Curso de Extensão Universitária sobre Epigrafia Romana.

39 Membro do PLURALITAS- Núcleo Interdisciplinar de Estudos Históricos (UFRRJ/CNPq). Correio eletrónico do autor do presente artigo: [lelobianco@globo.com](mailto:lelobianco@globo.com)

40 Jean-Nicolas Corvisier, Sources et Méthodes en Histoire Ancienne, 21.

41 Ibid., 21.

42 Três diferentes nomes podem ser dados ao Egito durante os cerca de trezentos anos que esteve sob o domínio político de uma das mais importantes dinastias greco-macedônicas, portanto sucessora de Alexandre Magno: “Ptolomaica”, “Lágida” ou “Helenístico”. No primeiro caso há referência ao primeiro soberano desta família real Ptolomeu I Sôtér (Salvador). No segundo, o termo Lágida está ligado ao pai de Ptolomeu I, que se chamava Lagos e, finalmente, no terceiro caso, “helenístico” remete à uma união entre padrões culturais greco- clássicos e locais, neste caso, faraônicos, que sobreviveram até o Egito Romano, ao menos.

43 Jean-Nicolas Corvisier, Sources et Méthodes en Histoire Ancienne, 59.

44 André Paul. O Judaísmo Tardio. História Política, 69 - 71.

45 Jean-Nicolas Corvisier. Sources et Méthodes en Histoire Ancienne, 191.

46 Helenístico é o adjetivo que deriva do substantivo helenismo e significa o contato e mesmo a mescla de elementos culturais gregos, portanto clássicos, com aqueles do Oriente Próximo, como o Egito e a Judeia, ambos conquistados por Alexandre da Macedônia, na segunda metade do século IV a.C.

47 André Paul. O Judaísmo Tardio. História Política, 93.

48 Na realidade, entendo que o fim do Reino Ptolomaico só foi definitivamente selado com o suicídio da última rainha desta dinastia - Cleópatra VII Philopátor - , em 30 a.C.

49 Ramsay MacMullen, Romanization in the Time of Augustus, 1.

50 Norma Musco Mendes e Yuri Corrêa Araujo. “Epigrafia, Sociedade e Religião: O Caso da Lusitânia”, 257-279.

51 Ibid., 258.

52 Ibid., 259.

53 Ibid., 259.

54 A Torá (ou Lei de Moisés) é composta pelos cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica (a Tanach). O nome grego que equivale à Torá é Pentateuco.

55 Norma Musco Mendes e Yuri Corrêa Araujo. “Epigrafia, Sociedade e Religião: O Caso da Lusitânia”, 261.

56 Alan K. Bowman et al., eds., contra capa frontal de Oxyrhynchus. A City and its Texts.

57 Revel A. Coles, Oxyrhynchus: A City and its Texts, 3.

58 P. J. Parsons. The Oxyrhynchus Papyri, Vol. 42, (=POXY) 3015: Extracts from Court Records, 53-55.

59 Philopátor – Que ama seu pai.

60 P. J. Parsons .The Oxyrhynchus Papyri, Vol. 42, (=POXY) 3015: Extracts from Court Records, 54.

61 Luis Eduardo Lobianco. A Romanização no Egito: Direito e Religião (séculos I a.C. a III d.C.), 108-110.

62 Joseph Melèze Modrzejewski. “Diritto Romano e Diritti Locali”. In: Walter Barberis (coordenador). Storia di Roma. Volume Terzo – L’Età Tardoantica.- II – I luoghi e le culture, 985- 1009.

63 Peregrino, no Império Romano e até o Édito de Caracalla, em 212 d.C., refere-se a um homem livre das províncias romanas, que nelas vivia, porém, sem ser cidadão romano. Eles somavam a grande maioria dos habitantes do império nos séculos I e II e, por não terem àquela época, a cidadania romana, obviamente eram consideradas pessoas de segunda classe, contudo seus direitos eram válidos diante de Roma.

64 Joseph Melèze Modrzejewski, “Diritto Romano e Diritti Locali”, 985- 1009.

65 Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus. A Bíblia de Jerusalém, 1892, 1922, 1974, 1975, 2035.

- [66 Flávio Josefo. História da Guerra dos Judeus contra os Romanos, 388 - 391.](#)
- [67 André Paul. O Judaísmo Tardio: História Política, 69-70.](#)
- [68 Doutora, professora do Departamento de História da UFPR](#)
- [69 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Bolsista CAPES.](#)
- [70 Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, História da Leitura no Mundo Ocidental.](#)
- [71 Jean Pierre Cèbe, La Caricature et la Poésie dans le Monde Romain Antique des Origines à Juvénal.](#)
- [72 Maurizio Bettini, “As Reescritas do Mito”.](#)
- [73 Géza Alföldy. “La Cultura Epigráfica de los Romanos: La Diffusion de un Medio de Comunicación y su papel e la Integración Cultural.”](#)
- [74 Ramsay MacMullen. “The Epigraphic Habit in the Roman Empire”.](#)
- [75 Pedro López Barja. Epigrafia Latina.](#)
- [76 Ibid.](#)
- [77 Elizabeth A. Meyer. “Explaining the Epigraphic Habit in the Roman Empire: The Evidence of Epitaphs”.](#)
- [78 Pedro López Barja. Epigrafia Latina.](#)
- [79 Renata Senna Garraffoni e Ray Laurence, “Writing in Public Space from Child to Adult: The Meaning of Graffiti”; Jennifer Baird e Claire Taylor, Ancient Graffiti in Context.](#)
- [80 Helen Henrietta Tanzer, The Common People of Pompeii Study of the Graffiti.](#)
- [81 Jean-Pierre Cèbe, La Caricature et la Poésie dans le Monde Romain Antique des Origines à Juvénal.](#)

82 Ernest L. Abel e Barbara E. Buckley, The Handwriting on the Wall: Toward a Sociology and Psychology of Graffiti.

83 Para mais detalhes acerca dessa discussão, cf. Renata Senna Garraffoni, “Escritos e Inscrições: Uma Reflexão sobre a Pluralidade ao início do Principado.”

84 Renata Senna Garraffoni, “Escritos e Inscrições: Uma Reflexão sobre a Pluralidade ao início do Principado.”

85 Pedro Paulo Abreu Funari, A Vida Popular na Antiguidade Clássica; Pedro Paulo Abreu Funari, “Falos e Representações Sexuais: Representações Romanas para além da ‘Natureza’”.

86 Lourdes Conde Feitosa, Amor e Sexualidade: O Masculino e o Feminino em Grafites de Pompéia.

87 Sobre a questão da alfabetização, cf. a discussão de Pedro Paulo Abreu Funari, A Vida Popular na Antiguidade Clássica, 69-90.

88 Pedro Paulo Abreu Funari, “Falos e Representações Sexuais: Representações Romanas para além da ‘Natureza’”, 80.

89 Nicholas Horsfall, The culture of Roman Plebs.

90 Alfred Ernout e Antoine Meillet. Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine.

91 Manfred G. Schmidt. “Carmina Latina Epigraphica”.

92 Todas as traduções das inscrições são de responsabilidade dos autores.

93 Pedro Paulo Abreu Funari, “Falos e Representações Sexuais: Representações Romanas para além da ‘Natureza’”.

94 Renata Senna Garraffoni, “Felicitas Romana: Felicidade Antiga, Perspectivas Modernas”.

95 Pierre Laurens, L’Abeille dans L’Ambre: Célébration de L’Épigramme de l’Époque Alexandrie à la fin de la Renaissance.



- 96 Daniel Vallat, “Épigramme et Uariatio: Priape et le Cycle des Dieux”.
- 97 Pierre Laurens, L’Abeille dans L’Ambre: Célébration de L’Épigramme de l’Époque Alexandrie à la fin de la Renaissance.
- 98 Para outras leituras cf. Lourdes Conde Feitosa. “Amor e Sexualidade: O Masculino e Feminsmo em Grafites em Pompéia”.
- 99 Guilherme Gontijo Flores. Elegias de Sexto Propércio.
- 100 Anne Gangloff, “Les Poètes dans les Inscriptions Grecques de Rome : Éskisse d’une Approche Socioculturelle”.
- 101 Étienne Wolf. Martial ou L’Apogée de l’Épigramme.
- 102 Norberto Luiz Guarinello, O Império Romano e Nós, 14-5.
- 103 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 15; Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE, 250-280.
- 104 Patrick LeRoux, Império Romano, 22-30.
- 105 Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE, 254.
- 106 Patrick Le-Roux, Império Romano, 29-30.
- 107 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 10.
- 108 Cidadão de uma cidade municipal. Charlton T. Lewis e Charles Short, A Latin Dictionary, 1176. Segundo Álava, nas Hispanias, podemos denominar populus (pl. populi) o restante da população que não era detentora da ciues romani, pois a nomenclatura se faz presente em documentações textuais escritas e epigráficas. Estíbaliz Ortiz de Urbina Álava, Las Comunidades Hispanas y el Derecho Latino, 31.
- 109 Gerardo Pereira-Menaut, Prólogo, 12.
- 110 Vale mencionar que existe uma historicidade nas relações entre os

saguntinos e Otávio Augusto. Tanto que Nicolau de Damasco narra a entrada dos mesmos na orbita de influência do princeps, desde os tempos de Júlio César.

Assim, Nicolau ressalta que: Os saguntinos vieram a Otávio pedindo ajuda, pois havia uma série de acusações contra eles. Ele atuou como seu porta-voz, e falando perante César habilmente garantiu a libertação das acusações que esses sofriam. Ele enviou-os para casa muito contente, cantando seus louvores a todos chamavam-no de seu salvador. Então muitas pessoas se aproximaram dele para pedir o seu patrocínio, e ele se mostrou de grande valor para eles. Alguns aliviou das acusações feitas contra eles, para os outros, ele garantiu recompensas, e ele ainda colocou outras pessoas em cargos do Estado. Sua bondade, humanidade e prudência eram reveladas nesses encontros, pois todos observavam suas ações.

Na verdade, até o próprio César cautelosamente [lacuna] (Vida de Augusto, FGrH 90 F. 127.12).

111 Segundo Géza Alföldy e Josep Corell, os estudos etimológicos estabelecidos a partir dos escritos de Plínio, o Velho, e da documentação epigráfica denotam que o termo oppidum, que aparece recorrentemente na obra História Natural, equivale à terminologia municipium ao se referir ao estatuto das cidades das Hispanias. Géza Alföldy, Römisches Städtewesen auf der Neukastilischen Hochebene, 92-3; Josep Corell, Inscripciones Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori), Vol. 1-A, 19.

112 O tipo de suporte é pedestal e o material de produção do artefato é calcário azul. Ver: Josep Corell, Inscripciones Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori), Vol. 1-A, 78-9, nº 19.

113 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 50.

114 José d' Encarnação, A Epigrafia Latina como instrumento didático (X), 96.

115 Estíbaliz Ortiz de Urbina Álava, Las Comunidades Hispanas y el Derecho Latino, 30-1, 58-9.

116 Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE., 254.

117 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 50.

118 Josep Corell, Inscripciones Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori). Vol I – A, 30.

119 Olli Salomies, Names and Identities: Onomastics and Prosopography, 88.

120 Josep Corell, Inscripcions Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori). Vol. 1A – B, passim.

121 Ibid, vol. 1-A: nº55, 57,60, 63, 64, 65, 67 e 69.

122 Edward Said nos possibilita compreender como sustentações ideológicas o conjunto complexo de normas e valores culturais que possuem como suas referências modelos prescritos pelas elites ou dirigentes metropolitanos visando ao ordenamento social. Edward Said, Cultura e Imperialismo, 40-2.

123 Ibid., 31.

124 Mireille Corbier, L'écriture dans L'espace Public Romain, 31.

125 Edward Said, Orientalismo: O Oriente como uma Invenção do Ocidente, 30.

126 Mireille Corbier, L'écriture dans L'espace Public Romain, 32-3.

127 Josep Corell, Inscripcions Romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu Territori). Vol. 1- A, 133, 142-3, 144, 145-6.

128 Apesar das inscrições de número 55, 60, 67 e 69 não possuírem os decuriões configurando como os seus dedicantes, frisamos que os mesmos eram responsáveis pela permissão para implantação destas nos espaços públicos.

129 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 46 – 61.

130 Ibid.

131 Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE., 272.

132 Ibid.

133 A Lex Vrsonensis foi promulgada no século I a.C. para a regulamentação da Colonia Iulia Genetiva em Osuna, na Hispania Ulterior. Para Julio Mangas e Jörg Rüpke, a Lex Vrsonensis é uma base para se compreender as normatizações

que possivelmente regiam a organização das colônias e dos próprios municípios romanos nas áreas provinciais das Hispanias que não possuem vestígios de sua Lex de fundação. No caso de Sagunto, a Lex Vrsonensis poderia ser pensada como aplicável, pois a cidade ocupou o estatuto de colônia latina no século I a.C.. Desta forma, as normatizações oriundas de Roma para Sagunto poderiam apresentar similaridades com o conteúdo da Lex Vrsonensis. Todavia, não temos uma Lex de fundação ou normatização que seja propriamente saguntina. Julio Mangas, *Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana*, 32; Jörg Rüpke, *Urban religion and imperial expansion: Priesthoods in the lex Vrsonensis*, 14-5. No que tange ao conteúdo da Lex Vrsonensis ver: Allan Chester Johnson; Paul Robinson Coleman-Norton; Frank Card Bourne; Clyde Pharr [ed.]. *Ancient Roman statutes: translation, with introduction, commentary, glossary and index*, 97-104.

134 A concepção sobre as gentes foi elaborada a partir dos escritos de Max Radin, *Gens, Familia, Stirps*, 235-247.

135 José d' Encarnação, *Epigrafia: As Pedras que Falam*, 83.

136 Salientamos a presença de outras cinquenta e oito inscrições com diferentes classificações, catalogadas por Josep Corell, como as de números: 8, 21, 45, 46, 55, 56, 58, 68, 80, 105, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 157, 202, 330, 334, 354, 358, 363, 373, 410, 416, 426, 427, 451, 452, 457, 493, 507, 516, 520 e 525. Josep Corell, *Inscripcions romanes del país Valencià: (Saguntum i el seu territori)*. Volume I A-B, *passim*.

137 Ricardo Gonzalez -Villaescusa, *Bonificación de zonas palustres en el ager saguntinus*, 239.

138 W. Schulze, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, 133.

139 Charo Marco Gascó e Amparo Moreno Valero, *Domus Baebia Saguntina*, 248.

140 W. Schulze, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, 133.

141 Charo Marco Gascó e Amparo Moreno Valero, *Domus Baebia Saguntina*, 248.

142 Ibid., 249.

143 Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 163-72.

144 Charo Marco Gascó e Amparo Moreno Valero, Domus Baebia Saguntina, 248-9

145 Sobre os problemas da ambiguidade do termo ver as considerações: Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 132-33, nº 56.

146 O tipo de suporte é pedestal e o material de produção do artefato é o calcário azul. Ibid., 130.

147 O tipo de suporte, também, é o pedestal e o material calcário azul. Ibid, 133.

148 Ibid., 248.

149 Destacamos a presença dos Fabii em outras trinta e uma inscrições com diferentes classificações, as quais foram catalogadas por Josep Corell como os números: 6, 9, 52, 62, 73, 82, 97, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 179, 219, 329, 339, 340, 354, 355, 365, 404, 415, 515, 518 e 541. Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I A-B, passim.

150 W. Schulze, Zur Geschichte lateinischer Eigennamen, 162.

151 Alicia Maria Canto, Una familia Betica - Los Fabii Fabiani, 295.

152 Ibid., 294.

153 P. P. Ripollès e J. Velaza, Saguntum, colonia Latina, 289.

154 Luis Amela Valverde, El nomen Pompeivs en Hispania: algunos aspectos críticos, 257.

155 Tipo de suporte é o pedestal e o material de produção do artefato o calcário azul. Josep, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 142-43, nº: 63.

156 Tipo de suporte é o pedestal e o material de produção do artefato o calcário azul. Josep, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 144, nº:64.

157 Frisamos a presença dessa gens em outras dez inscrições com diferentes classificações, catalogadas por Corell como nos números: 66, 75, 188, 189, 190, 191, 326, 376, 470 e 538. Josep Corell, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I A-B, passim.

158 W. Schulze, Zur Geschichte lateinischer Eigennamen, 108, 142, 191.

159 Piero Berni; César Carreras Monfort; Oriol Olesti, La gens Licinia y el nordeste peninsular. Una aproximación al estudio de las formas de propiedad y de gestión de un rico patrimonio familiar, 168.

160 Ver informações sobre a gens Licinia em Inscriptiones Romaines de Catalogne: IRC. IV.62; I.36, I.62; I.73. Outra consulta é recomendada ao Corpus Inscriptionum Latinarum: CILZ 11.4282.

161 O tipo de suporte é o pedestal e o material não mencionado. Ver: Josep Corell, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 145-6, nº:65.

162 Frisamos a presença de outras sete inscrições com diferentes classificações, as quais foram catalogadas por Josep Corell com os números: 68, 120, 221, 222, 418, 461 e 479. Josep Corell, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I A-B, passim.

163 W. Schulze, Zur Geschichte lateinischer Eigennamen, 86.

164 O tipo de suporte é o pedestal e o material não mencionado. Ver: Josep Corell, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, Vol. 1-A, 147, nº:67.

165 Destacamos a presença dessa gens em outras três inscrições com diferentes classificações, catalogadas por Josep Corell como de números 70, 71 e 223. Josep Corell, Inscriptiões romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I a, passim.

166 W. Schulze, Zur Geschichte lateinischer Eigennamen, 250, 381 e 477.

167 Tipo de suporte é o bloco e o material calcário azul. Ver: Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 149-50, nº:69.

168 Ressaltamos a presença dessa família em outras inscrições com diferentes classificações, catalogadas por Josep Corell com os números: 142, 143, 144, 206, 322, 335, 405, 470, 483, 485 e 532. Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I A-B, passim.

169 W. Schulze, Zur Geschichte lateinischer Eigennamen, 138.

170 Juana Rodríguez Cortéz, Aspectos sociales de la religion romana en el area del Guadalquivir, 185-188.

171 Tipo de suporte é o pedestal e o material calcário azul. Ver: Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 138, nº:60.

172 Claude Nicolet, O cidadão e o político, 45.

173 Compreendemos como magistratura o cargo público exercido de forma gratuita em nome e representação do povo romano ou comunidade local na área provincial. O mesmo foi ocupado via eleição com base na aprovação de outros cidadãos com poder de voto. A função de um sujeito na magistratura, geralmente, era limitada a um período determinado, o qual poderia ser revogado se houvesse problemas com a sua gestão. Havia possibilidades de a magistratura ser ocupada de forma vitalícia em alguns casos, como nas províncias. Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE., 250-280; Julio Manga, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, passim.

174 Peter Jones, The World of Rome, 10.

175 Claude Nicolet, O Cidadão e o Político, 45.

176 José D' Encarnação, Epigrafia: As Pedras que Falam, 109-10; Jonathan Edmondson, Cities and Urban Life in the Western Provinces of the Roman Empire 30 BCE–250 CE., 257-9.

177 No viés italiano do direito romano, podemos considerar, como magistraturas

permanentes, o consulado, a questura, a pretura e a edilidade. Ana Carolina Marinho Marques, Direito romano: A Magistratura no Período Republicano, 01-12.

178 Julio Mangas, Leyes Coloniales y Municipales de la Hispania Romana, 32- 3.

179 Antonio David Pérez – Zurita, La edilidad y las elites locales en la Hispania Romana: proyección de una magistratura de Roma a la administración municipal, 16-7.

180 Ibid., 255.

181 Antonio David Pérez – Zurita, La edilidad y las elites locales en la Hispania Romana: proyección de una magistratura de Roma a la administración municipal, 27-8;33-4.

182 Julio Mangas, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, 78-9.

183 Antonio David Pérez – Zurita, La edilidad y las elites locales en la Hispania Romana: proyección de una magistratura de Roma a la administración municipal, 33-84.

184 Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, 141, nº 62.

185 Julio Mangas, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, 40-1.

186 Peter Jones, The World of Rome, 93.

187 Pela obra de Josep Corell, podemos frisar que, no século I d.C., há outra gens que exerceu a questura: a Tettienus. Corell ressalta que foi a única vez em que essa gens itálica foi mencionada em territórios ibéricos. Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. I-B, 628, nº 507.

188 Consultar as inscrições 64, 65, 67, 69 e 60. Josep Corell, Inscripcions romanes del País Valencià: (Saguntum i el seu territori). Vol. 1-A, passim.

189 Julio Mangas, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, 32-



34.

190 Segundo Mangas, tudo que foi apontado para os duúnviros pode ser aplicado aos prefeitos nas províncias. Julio Mangas, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, 36-37.

191 George Szemler, Religio, Priesthoods and Magistracies in the Roman Republic, 103-4; M. Beard; J. A. North; S. R. F. Price, Religions of Rome. V. 1, 165-7.

192 Julio Mangas, Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana, 36-37.

193 Os Baébios não apresentam inscrições que demarquem sua atuação como duúnviros, no século I d.C.. Todavia, a partir de Géza Alföldy, notamos que é um engodo pensarmos que os poderes políticos da gens Baebia fossem limitados, pois, no século II d.C., Lucius Baebio Avito ascendeu ao Senado de Roma, por meio de suas relações com o princeps Vespasiano. Géza Alföldy, Los Baebii de Saguntum, 15-7.

194 José d' Encarnação, Epigrafia: As Pedras que Falam, 109-10.

195 Professor de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – Seção Espírito Santo (Leir/ES) e Bolsista Produtividade I-C do CNPq. No momento, executa o projeto de pesquisa intitulado Protesto, trabalho e festa na cidade pós-clássica: a ocupação da rua pela população de Antioquia (séc. IV e V d.C.). Email: gil-ventura@uol.com.br

196 Professora de História Antiga do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil. Vice coordenadora do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano – Seção Espírito Santo (Leir/ES). No momento, executa o projeto de pesquisa intitulado Espaços do sagrado e do Direito no mundo antigo: topografia urbana, texto e cultura material. Email: ecmsilva@gmail.com

197 A. Natali. Christianisme et cité à Antioche, 46.

198 C. Saliou, Mesurer le paradis: contribution au portrati d'Antioche, 809.

199 A. Wharton, Refiguring the post-classical city; C. Rapp e H. Drake, The city in Classical and Post-Classical world.

200 J. H. W. G. Liebeschuetz, The decline and fall of the Roman city, 415.

201 O controle das finanças públicas por agentes especiais (curatores) nomeados pela administração central é um acontecimento que remonta ao governo de Trajano, mas que será institucionalizado pelos juristas da corte severiana ao legislarem no sentido de colocar as cidades sob tutela jurídica, prescrevendo, em termos legais, os encargos (munera) dos integrantes das cúrias urbanas e dos titulares dos honores, cf. G. Alföldy, A história social de Roma, 184-185.

202 B. Ward-Perkins, The cities, 375.

203 A. H. M. Jones, Le déclin du Monde Antique, 149.

204 J. M. Carrié e A. Rousselle, L'Émpire en mutation, 708.

205 Da segunda metade do século IV em diante, as liturgias, em Antioquia, deixam pouco a pouco de ser cumpridas pelo conselho local, sendo a tarefa assumida pelos honorati, personagens de destaque no contexto urbano que assumem as responsabilidades pela subvenção dos edifícios, pela manutenção das termas e pelo patrocínio dos festivais, das performances teatrais e dos ludi, incluindo os Jogos Olímpicos, bastante apreciados na cidade. Cf. A. Natali, Église et évergétisme à Antioche, 52.

206 “Cristianização” é uma palavra de origem inglesa. Surgida em fins do século XVIII, Christianisation passa formalmente a integrar o léxico quando da edição do dicionário inglês de 1833. Em 1843, o vocábulo recebe uma definição francesa, sendo logo depois absorvido pelos alemães, italianos e espanhóis. O seu sentido é duplo e dá margem a ambiguidades, pois cristianização designa ao mesmo tempo o “ato de se tornar cristão” e “o fato de ter se tornado cristão”, ou seja, o processo e o resultado do processo. Cf. H. Inglebert, Introduction, p. 9.

207 De fato, temos conhecimento de casos nos quais, a contrapelo do discurso eclesiástico “oficial” que condenava os gastos com as formas de lazer próprias da cidade, os bispos faziam instalar, nas residências episcopais, termas cujo uso era compartilhado com os demais integrantes do clero, ao mesmo tempo em que se estabeleciam em moradias amplas não muito distintas daquelas ocupadas pelos funcionários imperiais e membros da elite local, revelando-nos assim a

inserção inequívoca da Igreja nas estruturas urbanas preexistentes. Cf. C. Rapp, *Holy bishops in Late Antiquity*, 210.

208 R. Markus, *O fim do cristianismo antigo*, 145.

209 B. Ward-Perkins, *The cities*, 381-382.

210 M. Y. Perrin, *Le nouveau style missionnaire*, 586.

211 J. H. W. G. Liebeschuetz, *The decline and fall of the Roman city*, 58.

212 J. H. W. G. Liebeschuetz, *The decline and fall of the Roman city*, 414.

213 C. Rapp e H. Drake, *The city in Classical and Post-Classical world*, 2.

214 J. M. Carrié e A. Rousselle, *L'Empire en mutation*, 706.

215 P. Veyne, *L'Empire Gréco-Romain*, 236-237.

216 I. Sandwell, *Christian self-definition in the Fourth Century AD*, 46.

217 C. Witschel, *The epigraphic culture(s) of Late Antiquity*, 1-2.

218 R. Haensch, *Le financement de la construction des églises*, 47.

219 W. A. Meeks e R. L. Wilken, *Jews and Christians in Antioche*, 53.

220 D. E. Trout, *Inscribing identity*, 170.

221 Um exemplo emblemático da epigrafia oficial é o assim denominado *Edito do Máximo*, uma lista contendo o valor máximo que se poderia cobrar por determinado produto ou serviço no Império Romano (Figura 1). O edito foi emitido por Diocleciano, em 301, com o propósito de conter a espiral inflacionária que desequilibrava o sistema econômico, herança persistente da crise política e econômica que atingiu o Império durante a Anarquia Militar (235-284).

222 B. Salway, *Late Antiquity*, 366.

223 B. Salway, *Late Antiquity*, 367-368.

224 R. Haensch, Le financement de la construction des églises, 49.

225 R. Haensch, Le financement de la construction des églises, 51-52.

226 A. Lewin, Urban public building from Constantine to Julian, 27-37.

227 Mal. Chronicon, 12, 48; 13, 3; 13, 8; 13, 11, 12 e 14.

228 S. Basset, The urban image of Late antique Constantinople, 22-26.

229 S. Basset, The urban image of Late antique Constantinople, 123.

230 Mal. Chron., 13, 14; 13, 17.

231 Infelizmente, os arqueólogos que participaram da temporada de escavações em Antioquia entre 1932 e 1939 não tiveram sucesso em localizar as fundações da Domus Aurea de Constantino e Constâncio, também mencionada, nas fontes, como Igreja Octogonal, Igreja Nova, Igreja da Penitência e Igreja da Concórdia, mas conhecemos o perfil do edifício pela descrição fornecida por Eusébio, em sua Vita Constantini. Antigamente, supunha-se que a igreja estaria localizada próximo ao palácio imperial, na ilha formada pelo Orontes, o que foi refutado, em 1972, por Friedrich Deichmann. Para mais detalhes sobre o assunto, consultar E. W. Kleinbauer, Antioch, Jerusalem, and Rome.

232 Ioh. Chrys., De Statui, Hom. XIV, 16.

233 G. V. Silva, A sinagoga como espaço de sociabilidade, 33-52.

234 Am. Marc., Res gest., XXII, 9. 14.

235 G. Downey, Antioch in the age of Theodosius, p. 200-216.

236 Lib., Or. XI, 19-24.

237 Lib., Or. XI, 25-26.

238 Pal., Dial., 6.

239 R. Haensch, Le financement de la construction des églises, 48.

240 Lib. Or. XXII, 39.

- [241 J. B. Yon, Evergestism and Urbanism in Palmyra, 173.](#)
- [242 J. Lassus, Dans les rues d'Antioche, 121-124; Güven, Conviviality in Antioch on the Orontes, 404-414.](#)
- [243 J. Matthews, The Journey of Theophanes, 84.](#)
- [244 C. Shepardson, Controlling contested places, 241 e ss.](#)
- [245 A. Natali, Christianisme et cité à Antioche, 46.](#)
- [246 G. Vikan, Catalogue of the sculptures in the Dumbarton Oaks, 67-68.](#)
- [247 No tempo de Flávio \[...\], o próprio grandioso e glorioso comes orientis e o comes sacrarum largitionum, a terma pública Sigma \(?\) foi reconstruída desde a fundação, disposta com quatros lados, uma quadra \(tetrastoon\) colonada. A conclusão da construção no dia 1, do 586º ano \(537 ou 538\). Cf. G. Vikan, Catalogue of the sculptures in the Dumbarton Oaks, 68.](#)
- [248 Professora Adjunta de História Antiga da Universidade Federal de Goiás\Brasil. Pós-doutoranda, com o financiamento da FAPEG/CAPES, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UNICAMP, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari. E-mail: \[lucianemunhoz34@gmail.com\]\(mailto:lucianemunhoz34@gmail.com\)](#)
- [249 Professor Titular no Departamento de História, IFCH, Unicamp. Bolsista produtividade do CNPq, Coordenador do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte \(LAP/Nepam/Unicamp\) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais \(Nepam/Unicamp\). E-mail: \[ppfunari@uol.com.br\]\(mailto:ppfunari@uol.com.br\)](#)
- [250 Philippe Ariès, O Homem diante da Morte, 26.](#)
- [251 As discussões sobre o discurso de boa morte em contexto mediterrânico romano podem ser consultadas em David Noy, Livia's: dying in the Roman home.](#)
- [252 Philippe Ariès, O homem diante da morte, 29.](#)
- [253 Norbert Elias, A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer, 19.](#)

254 Norbert Elias, A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer, 20.

255 Cf. Maureen Carrol, Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration; Luciane Munhoz de Omena e Margarida Maria de Carvalho, Morte e

*gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material; Virginia L. Campbell, The tombs of Pompeii. Organization, Space, and Society; Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari, Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV d.C.), entre outros.*

256 Norbert Elias, A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer, 21.

257 Maureen Carrol, Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration, 67.

258 Suetônio. Domiciano, 23.

259 Cf. Janet Huskinson, Constructing childhood on Roman funerary memorials.

260 Ao que nos parece, o epitáfio a Ursilia Ingenua também apresenta preocupações com a manutenção das reverências, pois, como solicitado pelos genitores, as jovens do bairro de Corogenatos, com 400 sestércios, deveriam honrá-la com coroas de rosas (CIL V 5907).

261 Jonathan Edmondson, Roman Family History, 565.

262 Apud Judith Evans Grubbs, Stigmata aeterna: a husband's curse, 230-231.

263 Jonathan Edmondson, Roman Family History, 566.

264 Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari, Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV d.C.).

265 Civico Museo Archeologico di Milano N. INV. A. 0.9.11034. Transcrição de Sartori, Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche di Milano.

266 Maureen Carrol, Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing

identities in Roman funerary commemoration, 75-76. Consultar também Silvia Alfayé, *Sit tibi terra gravies: magical-religious practices against restless dead in the ancient world*.

267 Maureen Carrol, *Memoria and damnatio memoriae. Preserving and erasing identities in Roman funerary commemoration*, 76.

268 É interessante mencionarmos que os estudos mortuários incluem ainda abordagens vinculadas à geofísica, como, por exemplo, a compreensão dos espaços das necrópoles, pois, como argumenta Pearce, o mapeamento topográfico dos túmulos, ao longo do tempo, fornece evidências das mudanças dos limites da área ocupada e, desse modo, pode compreender-se o desenvolvimento do núcleo urbano nas cidades mediterrânicas. Além dessa perspectiva, para os estudos sobre os formatos dos tumuli, altares, relevos, urnas funerárias e sarcófagos, poderão ser consultadas as seguintes referências: John Pearce, *Marking the Dead: tombs and topography in the Roman provinces*,<sup>135</sup>; Stine Birk, *Man or woman. Cross-gendering and individuality on third century Roman sarcophagi*; Janet Huskinson, *Habent sua fata. Writing life histories of Roman Sarcophagi*; Barbara Borg, *Crisis & ambitio: tombs and burial customs in Third-Century CE Rome* (aqui, temos, em especial, o estudo das necrópoles subterrâneas); Virginia L. Campbell, *The tombs of Pompeii. Organization, Space, and Society*; Francisca Feraudi Gruénais, “*The Decoration of Roman Tombs*”, entre outros.

269 Alison E. Cooley, *The Cambridge Manual of Latin Epigraphy*, 127.

270 Ibid.

271 Ibid., 117.

272 Em termos historiográficos, temos uma recente coletânea organizada por Barbara Borg, intitulada “*A Companion to Roman Art*”, que contempla não somente estudiosos do Mediterrâneo, mas congrega discussões que, em termos metodológicos, definem o que caracterizaria a arte no contexto romano, produção, comissionamento, gênero e, em especial, o contexto de produção no espaço público e doméstico. Coloca em evidência, de fato, o entrelaçamento das distintas categorias, quando compreendidas a partir de seus respectivos espaços, sejam públicos ou domésticos. Em relação aos estudos mortuários, temos, por exemplo, o artigo “*The Decoration of Roman Tombs*” de Francisca Feraudi-

Gruénais, que, com muita pertinência, apresenta análises sobre a decoração dos túmulos romanos, pois, como argumenta a autora (“The Decoration of Roman Tombs”, 432), a decoração permanente das tumbas engloba pinturas nas paredes, decoração, pavimento de mosaicos, relevos em estuques. Trata-se de uma análise relevante, à medida que a decoração tumular se relaciona aos mobiliários móveis, como urnas decoradas com relevos, altares, sarcófagos e estátuas. A obra transforma, deste modo, o estudo de decoração de túmulos em algo complexo e heterogêneo. (Barbara Borg, Companion to Roman Art; Francisca Feraudi-Gruénais, “The Decoration of Roman Tombs”; Laura Chioffi, “Death and Burial”).

273 Laura Chioffi, “Death and Burial”.

274 Luciane Munhoz de Omena e Pedro P. A. Funari, “Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV d.C.)”.

275 Laura Chioffi, “Death and Burial”, 37.

276 Maureen Carrol, Memoria and Damnatio Memoriae. Preserving and Erasing Identities in Roman Funerary Commemoration, 68.

277 Antônio Sartori, Guida alla Sezione Epigrafica delle Raccolte Archeologiche di Milano, 82.

278 Segundo Donatella Caporusso et al (Immagini di Mediolanum. Archeologia e Storiadi Milano das V Secolo a.C. al V Secolo d.C., 126), as áreas de enterro da cidade de Milão desenvolveram-se ao longo da atual Via Manzoni-Manin, antiga região suburbana, a sudoeste do território italiano, onde se encontra hoje a Corso di Porta Romana, e ao lado dos subúrbios ocidentais, no percurso da estrada de Ticinum a Vercellae. Ainda de acordo com o autor, as principais necrópoles urbanas, além de alguns enterramentos isolados, referem-se a pequenos núcleos autônomos ao redor da cidade, que se localizam, em termos temporais, do século I a.C. ao V d.C., assim como o altar funerário de Ursilia, datado entre a passagem do século II ao III d.C., período tardo imperial. Nestas aéreas de enterramentos, temos a incineração em ossuário de terracota, em caixas de tijolos e ânforas; já as inumações estão em fossas, em caixas de madeira, em cappuccina e em longas ânforas (Donatella Caporusso et al, Immagini di Mediolanum. Archeologia e Storiadi Milano das V Secolo a.C. al V Secolo d.C., 131). Consultar também M. Justino Maciel, Arte Romana e



Pedreiras de Mármore na Lusitânia: Novos Caminhos de Investigação.

279 É importante ressaltarmos que temos também mármore utilizados em construções de pavimentos que, como sabemos, constituíam-se por cores avermelhadas, verdes, amarelos, brancos e pavonazetto. Este último era usado para a construção de desenhos geométricos, tal como se vê, ainda hoje, no piso do Pantheon, ou ainda formavam desenhos com diferentes tipos de cores.

Sabemos, pois, que a escultura, em exposição nos museus, é branca, entretanto, compunha ácido diluído, possibilitando, deste modo, o uso de cores que se perderam com o tempo. A utilização dos distintos mármore dependia do custo do transporte, como, por exemplo, o terrestre com seus enormes pesos, ou à distância pelo mar. Além disso, as pedreiras de mármore itálico não foram muito exploradas, com exceção às de Luna, uma vez que o mármore possuía uma alta qualidade, se comparado ao mármore amarelo de Numídia, o africano de Teos, ou o mármore egípcio vermelho. No período da Libera Res Publica, importava-se mármore branco de Atenas, em especial o mármore Pentelico, usado por Fídias e, em Roma, visível no templo das Vestais; enquanto que à época imperial, sobretudo, Augusto, importava-se da Hispânia, Grécia, Ásia Menor, Egito, Tripolitânia, Numídia e Mauritânia. Para maiores detalhes, consultar o site: <http://www.romanoimpero.com/2012/10/il-marmo-romano.html>. Data do acesso: 04\05\2016.

280 Cf. Suetônio. Augusto 28.

281 Peter J. Holliday, Roman Art and the State, 199.

282 Sêneca. Cartas a Lucílio. 114. 9; 115. 9.

283 Shelley Hales, The House and the Construction of Memory, 55.

284 Antônio Sartori, Guida alla Sezione Epigrafica delle Raccolte Archeologiche di Milano, 110.

285 Transcrição de Antônio Sartori, Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche di Milano, 117.

286 Janet Huskinson, Constructing childhood on Roman funerary memorials, 324.

287 Antônio Sartori, Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche

di Milano, 117.

288 Antônio Sartori, Guida alla sezione epigrafica delle raccolte archeologiche di Milano, 82.

289 Valerie M. Hope, Remembering Rome. Memory, funerary monuments and the Roman soldier, 130.

290 Contexto semelhante ao cortejo fúnebre, pois, como supomos, a família funesta não poderia praticar qualquer ação política, religiosa ou econômica (Cf. Darja Sterbenc Erker, 2011; Luciane Munhoz de Omena e Margarida Maria de Carvalho, Morte e gênero em Sêneca: um diálogo com os vestígios da cultura material.

291 Fanny Dolansky, Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory, 130.

292 Ausônio. Parentalia. IV

293 Fanny Dolansky, Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory, 126.

294 Lawrence Keppie, Roman Inscriptions, 102.

295 Ovídio. Fasti 2. 545, 550, nossa tradução.

296 José Remesal Rodriguez, Aspectos legais del mundo funerario romano, 370.

297 Fanny Dolansky, Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory, 144.

298 Ovídio. Fasti. 2. 540.

299 R. Stem, The Exemplary Lessons of Livy's Romulus, 461.

300 R. Brown, Livy's Sabine Women and the ideal of concordia, 292.

301 (Ovídio. Fasti. 2.533). Diferente de Ovídio, Ausônio explora a festividade aos mortos exortando mais seus sentimentos de perda (Ausônio. Parentalia. V. 10); entretanto, podemos notar, até aqui, que ambos enfatizam o dever dos papéis de

devoção, ao honrarem os laços familiares.

302 Ovídio. Fasti. 2.622.

303 CF. C. J. Smith, C. J, The Roman Clan. The gens from Ancient ideology to Modern Anthropology.

304 Civico Museo Archeologico di Milano, N. Inv. A 0.917767. Transcrição de Sartori, 1994. Nossa tradução (CIL V 5907).

305 Fanny Dolansky, Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory, 134.

306 CF. Tonio Hölscher, Roman historical representations.

307 Ovídio. Fasti 2.533-535.

308 Fanny Dolansky, Honouring the family dead on the Parentalia: ceremony, spectacle, and memory, 142.

309 Professora Adjunta do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Ceres- Caicó. E-mail para contato: borgesairan@gmail.com

310 Géza Alföldy, História Social de Roma, 108-109.

311 Ver a obra de Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, Poder central y autonomia municipal: la proyección pública de las elites romanas de Occidente, 2006.

312 Cifras presentes em Géza Alföldy, História Social de Roma, 114.

313 Adrian Nicholas Sherwin-White, The Roman Citizenship, 221.

314 Annals, 11, 25.

315 Tanto para atualizar os estudos e a montagem das bases de dados prosopográficas como na proposição de novas abordagens para o estudo sobre o cursus honorum dos membros dos ordines senatorial, equestre e decurional.

316 No estudo da Península Ibérica, uma das expressões desse movimento

reversionista é desenvolvida pelo Grupo de Investigação das Oligarquias Romanas do Ocidente (ORDO), sediado na Universidade de Sevilha e com intensas interlocuções com importantes instituições de Portugal, França Itália, Bélgica, Holanda, Reino Unido, Áustria e Alemanha. Tendo como precursores os Professores Carmen Castillo García, Juan Francisco Rodríguez Neila, Joaquín Gómez Pantoja, Antonio Caballos Rufino, Javier Navarro Santana e Enrique Melchor Gil, é fruto da parceria inicial entre as Universidades de Alcalá de Henares, Córdoba, Navarra e Sevilla. As atividades de investigação desenvolvidas pelo grupo concentram-se no estudo dos processos de promoção e vertebração social que caracterizaram o império romano, sendo o objetivo central a compreensão do surgimento, das identidades, dinâmicas e das peculiaridades funcionais das elites hispano-romanas, tanto a nível municipal como imperial. Assim como também, a atuação dos componentes da aristocracia imperial que exerceram as tarefas político-administrativas. Cf. [http://personal.us.es/caballos/?page\\_id=278](http://personal.us.es/caballos/?page_id=278).

317 Plínio, Naturalis Historia 3.3, 30: ‘Universae Hispaniae Vespasianus Imperator Augustus, iactatum procellis rei publicae Latium tribuit’ – ‘O Imperador Vespasiano Augusto generalizou a toda a Hispania o direito latino, que tinha sido atingido pelas tormentas do estado’ (Amílcar Guerra, Plínio, O Velho e a Lusitânia, 31).

318 Tradução de Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés ‘El Derecho como forma de integración em la Hispania romana’, 287.

319 Ibid., 288.

320 David Espinosa Espinosa, ‘El ius latii y la integración jurídica de Occidente: latinización vs romanización’. Estela García Fernández, ‘El ius Latii y los municipia latina’. 29-42.

321 Juan Francisco Rodriguez Neila, ‘A propósito de la noción de municipio en el mundo romano’. 147-149; Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de integración en la Hispania romana’. 288-299.

322 Ortiz de Urbina defende a existência de uma municipalidade virtual nos artigos Estíbaliz Ortiz de Urbina Álava ‘Derecho latino y municipalización virtual en Hispania, Africa y Gallia’.

323 Para Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de

integración en la Hispania romana’ 298; a noção de municipalidade virtual não parece apropriada na relação Latium – promoção municipal, se admitirmos que o ius Latium já seja reconhecido como ajustado ao direito romano dos iura e os instituta locais da comunidade indígena. Para os autores é evidente que, a partir deste reconhecimento, já haja as condições indispensáveis para que o municipium comece a funcionar. Todavia, concretamente em Hispania, a presença de testemunhos de municipia de promoção Flavia demonstraria como no momento em que havia civis romani e o ordenamento institucional indígena se homogeneizava à romana, surgia já o municipium como tal sem que tivessem que esperar que o mesmo fosse criado mediante uma lei municipal. De fato, a lei já existia como marco de referencia desde Vespasiano (entre os anos 68 - 79), mas que fora colocada por escrito possivelmente por Domiciano (entre os anos 81 – 96).

324 Gaio, Institutas. I, 95.

325 Cf. Juan Francisco Rodriguez Neila, Sociedad y administración local en la Bética romana.

326 Para aprofundar os estudos em outras frentes analíticas, ver os trabalhos de Ernest George Hardy, Roman Laws and Charter: three spanish charters and oders documents, publicado em 2005; Almudena Orejas Saco del Valle, ‘El territorio de las civitates peregrinas en los tratados de agrimensura: las civitates del noroeste hispano’, In.: Revista Habis, 389-406; e Alan K. Bowman, Edward Champlin e Andrew Lintott, tThe Augustan Empire 43 B.C. - 69 A.D., lançado em 1996.

327 Pareceram-nos pertinente as reflexões de Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo sobre o ius gentium: “O ius gentium remonta a organização tribal, anterior à monarquia – que foi instituída ao mesmo tempo em que a Cidade, em 754 a.C. – com um significado bastante diferente de direito internacional. A organização social da península itálica baseava-se, nesses princípios, num sistema denominado “gentílico”, porque constituía o direito das gens, das pessoas que pertenciam ao mesmo clã ou a clãs aparentados. Era possível distinguir entre “o ius gentilicum que regia as relações entre as classes superiores e as inferiores no seio de uma mesma gente, o ius gentilitatis que compreendia as leis em vigor no seio da classe superior dos gentis e o ius gentium que regulava as relações entre as diferentes gentes”. A gens representava tanto a fonte normativa como o fato jurídico por excelência; as normas jurídicas originavam-

se e destinavam-se à gens romana. Mais tarde, o ius gentium romano passou a aplicar-se àquelas relações entre os estrangeiros (peregrini) entre si e com os cives romanos. Tratava-se de um conjunto de ordenações cujos destinatários eram seres humanos, não organizações políticas. Além disso, consistia num direito intra gentes, não inter gentes. A partir de 242 a. C., era ministrado por um praetor peregrinus, uma figura itinerante; fator que permitiu que seus editos pudessem harmonizar propostas culturais e tradições jurídicas distintas. O pretor precisava, pois, privilegiar os acordos reais, não os vínculos formais, a substância, em vez da forma, pois esta é própria de uma só comunidade e não se pode universalizá-la com facilidade. Nos contratos, deveria privilegiar a voluntas, o consensus, ainda que a forma fosse precária. Essa qualidade destaca-se do restante do direito romano, formalista por essência. Mesmo nos seus primórdios, já se delineia a tarefa fundamental desse ramo: “governar as relações entre os estranhos”, entre seres que não pertencem à mesma tribo, ao mesmo clã, à mesma nação, à mesma cultura, mas que compartilham somente uma humanidade comum”. Deste modo, o ius gentium recepcionava e reelaborava os usos e costumes dos outros povos. Introduziu-se assim um corpo de ius aequum caracterizado pela preferência pela vontade real, em vez de uma fórmula instrumental; uma exigência de universalidade para favorecer a comunicação.

Ademais, a noção de bona fides, de fidelidade com a palavra empenhada, ocupava posição central. A boa fé revela-se fundamental para a estabilidade e a perenidade das relações comerciais e constitui uma garantia de credibilidade pessoal. Além de relações comerciais, Roma estabelecia com os estrangeiros relações de patronato, amicitia e hospitium. O ius gentium, assim, ocupava-se também da preservação dos mores. Esses conteúdos éticos tornavam o direito das gentes mais próximo do direito natural do que do direito positivo. Dessa feita, como o ius gentium apresentava-se como um conjunto de normas universais, com um processo de formação bastante vinculado ao do costume – o qual se perde em tempos imemoriais –, não se deve estranhar o fato dele ter sido, não raro, confundido com o próprio direito natural”. Paulo Emílio Vauthier Borges de Macedo, ‘A genealogia da noção de Direito Internacional’.

328 Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de Integración en la Hispania Romana’. 303.

329 Apenas após o serviço militar, aproximadamente 25 anos, quando obteria o diploma de honesta missio com a concessão da cidadania real. Observamos um caso no corpus epigrafico do municipium de Olisipo, localizado no Conventus Scallabitanus.

330 [Maurício Pastor, e Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de integración en la Hispania romana’. 304; D. W. Bradeen, ‘Roman citizenship per honorem’.](#)

331 [Aqui citamos De Res Publica, de Marco Tulio Cícero, De Architectura, de Vitruvius, Geographica, de Estrabão, o Naturalis Historia de Plínio – o – Velho como algumas das produções importantes para o estudo da temática.](#)

332 [Miguel Ángel Novillo López, ‘La administración cesariana en la Provincia Hispania Ulterior’. 282.](#)

333 [Estela García Fernández, ‘Sobre la función de la lex municipalis’.](#)

334 [Ver o trabalho de M. W. Frederiksen, ‘The Republican Municipal laws: errors and drafts’, 183- 198.](#)

335 [Antonio Francisco Caballos Rufino, ‘Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’, 35 - 55.](#)

336 [M. H. Crawford ‘How to create a municipium: Rome and Italy after the social war’. 31–46.](#)

337 [Antonio Caballos Rufino, ‘Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’, 36-37. Destaca-se, ainda, o estudo de P. A. Brunt, Italian Manpower: 225 a. C. - 14 d. C., lançado em 1987.](#)

338 [Michel Christol e Daniel Nony, Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras, 121.](#)

339 [Antonio Francisco Caballos Rufino, Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’, 36.](#)

340 [Antonio Francisco Caballos Rufino, Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’, 37.](#)

341 [Em conjunto com o Corpus Inscriptionum Latinarum de Theodor Mommsen, está, para o estudo das fontes jurídicas romanas, a obra formulada em 1909 por Carolus Georgius Bruns, intitulada Italian Iuris Romani Antiqui \(Tubinga\). Dentre os corporas mais recentes merecem destaque a obra em dois volumes editada por M. H. Crawford, Roman Statutes e o exaustivo trabalho](#)

organizado por Allan Chester Johnson, Paul Robinson Coleman-Norton, Frank Card Bourne, Ancient Roman Statutes: a translation with introduction, commentary, glossary and index.

342 Álvaro D'Ors, Epigrafia jurídica de la España Romana, 1953.

343 Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés, 'El Derecho como forma de integración en la Hispania romana', 306.

344 Dentre as normativas conservadas e datadas, Crawford (Roman Statues, número 16 ao 25) apresenta a seguinte relação das Leges:

Para a Península Itálica:

- Tabula Heraclensis – IV a. C.
- Lex Tabulae Bantinae e a Lex Osca Tabulae Bantinae : século II a. C.
- Lex Municipii Tarentini – entre os anos 90 – 62 a. C.
- Fragmento I B de Falerio e Fragmento II de Falerio – 70 a. C.
- Lex Antonia de Termessibus – 71 a. C.
- Fragmentos II e III de Veleia – fins do período republicano.
- Fragmento de Este.
- Fragmento B da Coleção Bauer.
- Fragmento de Susa – período Julio-Claudio.
- Fragmento de Fiesoli - período Julio-Claudio.
- Fragmento da Galleria Degli Uffizi – período Augústeo.
- Fragmento do Paco Medici Riccardi – período Augústeo.

No tocante às legislações hispânicas, tem-se a Lex Coloniae Genitivae Iuliae – de época cesariana (da cidade de Urso, na Província da Bética).



No presente texto, identificamos os fragmentos pelas siglas: Irni – para a Lex Flavia Irnitana, Mal – para a Lex Flavia Malacitana, Salp - para a Lex Flavia Salpensana e Vill – para Lex Flavia Villonensis.

345 Dos outros trinta e um fragmentos não se sabem a procedência nem a localização.

346 Mauricio Pastor, Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de integración en la Hispania romana’, 306. Consultar também a obra de Julian Gonzalez Fernandez, Bronces Juridicos romanos de Andalucia, 18.

347 A referida Lex encontra-se conservada em cinco conjuntos documentais dos quais um fragmento e partes dos primeiros capítulos do texto recuperados no mercado de antiguidades, e uma tabula com o registro do capítulo 13 ao capítulo 19 e a primeira linha do capítulo 20 recuperada de um forno de refundição do século XVIII na parte moderna da cidade de Osuna estão conservadas no Museu Arqueológico de Sevilla. Cinco tábuas de bronze procedente do fórum colonial e outros 11 fragmentos conhecidos como ‘Bronces de El Rubio’ encontrados em Sevilla estão no Museu Arqueológico Nacional em Madri.

348 Desde fins do século XIX, multiplicaram-se as bibliografias dedicadas ao estudo da Lex Ursonensis. Dentre os estudos mais citados estão os de Manuel Rodríguez de Berlanga y Rosado, Los bronce de Osuna, Málaga (1873) e Los nuevos bronce de Osuna (1876).

Já na década de 90 do século XX, pode-se destacar a edição editada por J. A. Pachón e M. Pastor, Los bronce de Osuna y los nuevos bronce de Osuna (1995), publicado pela Universidade de Granada acompanhada por um estudo preliminar; o artigo publicado por Ángel Gómez-Iglesias Casal na revista Studia Historica: historia antigua 15-16, 247-266, intitulado ‘ Lex Ursonensis cap. 109: la tutela en la Lex Ursonensis y la ley municipal’ (1997).

A partir dos anos 2000, têm-se os trabalhos El nuevo bronce de Osuna y la política colonizadora romana (2006), publicado por Antonio Caballos Rufino em Sevilla.

Já o texto da Lex foi publicado no CIL II, nº 5439; CIL II, nº 2, 5,1002; por Álvaro D’Ors Epigrafia jurídica de la España Romana . Vê-se também em Julian Gonzales Fernandez em Bronces Juridicos romanos de Andalucia, publicado em Sevilla em 1990 e Armin U. Stylow ‘Texto de la Lex Ursonensis’, 269-302.

349 Capítulo LXVI: quos pontífices quosque augures C. Caesaris quive iussu eius coloniam deduxerit fecerit. Complementado pelo capítulo CXXV: in decurionum loco ludos spectare vetatur, nisi qui ym magistratus erit iussi C. Caesaris dictatoris. Maurício Pastor e Héctor F. Pastor Andrés, ‘El Derecho como forma de integración en la Hispania romana’306.

350 No Apêndice A, ao final do artigo, apresento uma síntese das referências às atividades políticas do alto escalão municipal. A tabela foi desenvolvida a partir da seleção e tradução publicada por Antonio Caballos Rufino, ‘Referencias a senados municipales en las leyes municipales y coloniales’, 44-46.

351 Ver Políbio, Histórias, VI.

352 Airan dos Santos Borges e Norma Musco Mendes, ‘Os calendários romanos como expressão de etnicidade’, 77-99.

353 Com a aprovação da Lei Canuléia, em 451 a. C., que suspendia a proibição de casamentos entre patrícios e plebeus, formou-se uma nobreza patrícios - plebéia.

354 Indivíduos pertencentes às elites dos municípios italianos que receberam a cidadania romana plena.

355 A noção de “ethos social” corresponde às dimensões cívica, doméstica, produtiva e guerreira da vida do homem em sociedade, interagindo numa dinâmica de interdependência e complementaridade com ação imperialista. Ver William V. Harris, Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.), 17.

356 O termo dignitas significa a condição do cidadão comprovada publicamente, popularidade.

357 Princípio fundamental da cultura política romana e que era conferida apenas e somente pela dignitas da pessoa, instituição ou corporação que sancionava uma decisão. É algo contínuo que depende da manutenção de uma perpétua liderança militar e civil, como benfeitor da república. É demonstrada pelo meritum (virtudes e realizações), pelos benefícios de sua atuação (officium), os quais geravam a gratidão (gratia).

358 Todas as tabelas deste capítulo integram o quarto capítulo de minha tese de

doutoramento intitulada A paisagem imperial em cidades da Lusitânia: um estudo comparado das formas de integração da elite provincial entre os séculos I a. C. e III d. C., orientada pela Professora Doutora Norma Musco Mendes e defendida no Programa de Pós Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro em janeiro de 2016. A sigla Reg., na tabela 2 corresponde ao número de registro da ficha no catálogo da referida tese.

359 Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrico Melchor Gil, “Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania)”. 243.

360 Nosso posicionamento referente à monumentalização dos edifícios que segue a postura desenvolvida por Javier Andreu Pintado no artigo: “Construcción pública y municipalización en la provincia Hispania Citerior: la época flavia”, 39-75.

361 Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrico Melchor Gil, “Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania)”. 165-166.

362 Nicola Mackie, ‘Urban munificence and the growth of urban consciousness in Roman Spain’. 179-192; Jonathan C. Edmondson, ‘Romanization and urban development in Lusitania’, 152-178.

363 Enrico Melchor Gil. ‘Construcciones cívicas y evergetismo en Hispania romana’ 443-466, e ‘Consideraciones acerca del origen, motivación y evolución de las conductas evergeticas en Hispania Romana’, 78.

364 Javier Andreu Pintado, ‘Construcción pública y municipalización em la Provincia Hispania Citerior: la época flávia’, 39-75 ‘Augustalidad, servitrato y evergetismo: aproximación a la promoción social de los libertos en Lysitania’43-44.

365 Essencialmente, tal conceito assemelha-se ao conceito de benemerência. Ambos referem-se a um mesmo processo, ainda que partam de tradições linguísticas de distintas.

366 Ver a obra já consagrada de Paul Veyne, Le pain et Le cirque: sociologie historique d’un pluralisme politique, com a primeira edição publicada em 1976.

367 Juan Francisco Rodriguez Neila, “Políticos Municipales y Gestión Publica en la Hispania Romana”.166.

368 Juan José Ferrer Maestro, ‘Em torno a la ejecucion de las obras públicas en la Hispania Romana: promotores y artifices’, 101-117; Juan Francisco Rodriguez Neila, ‘Políticos municipales y gestión pública en la Hispania Romana’, 161-197; José Maria Blázquez Matinez, ‘El evergetismo em la Hispania romana’, 371-382.

369 Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, “Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania) 245.

370 Rosa Maria Mentxaka Elexpe, El senado municipal em la Bética hispana a La luz de la Lex Irnitana, 83-89; Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, “Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania)” 246.

371 Antonio Azara e Ernesto Eula, ‘Cooptatio’, 841-842; Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, Ibid., 247-248.

372 Ibid., 249.

373 Durante a República a idade limite para o acesso ao conselho local era de trinta anos, mas durante os séculos I e II a idade foi rebaixada para 25 anos, já anunciado por Augusto. Já em época severiana, no século III, se admitia magistrados com menos de 25 anos, mas sem direito ao voto. (Digesto 50, 4, 8 e 50, 2, 6,1, legislação estudada por Marc Kleijwegt, Ancient youth: the ambiguity of youth and the absence of adolescence in Greco-roman society, pp. 304-308).

374 Ver os trabalhos de Moses Finley, Política no mundo antigo, publicado em 1997; Michel Christol e Daniel Nony, Roma e o seu Império: das origens às invasões bárbaras, de 1999; e Patrick Le Roux, Romanos de España: ciudades y política en las provincias (siglo II a. C. – siglo III d. C), cuja primeira edição é datada em 1995.

375 Antonio D. Perez Zurita, ‘Movilidad y categorias en los Ordines Decurionum’,. 272.

376 Antonio D. Perez Zurita, ‘Movilidad y categorias en los Ordines

Decurionum', 273

377 Ibid., 273. Como leituras complementares, ver: Keith Hopkins, Death and renewal, 73 e Christian Settapani, Continuité gentile et continuité familial dans les familles senatoriales romaines a l'époque imperial: myth et réalité (Unit for Prosographical Research) – este último publicado em 2000.

378 Antonio D. Perez Zurita, Ibid., 274;

379 A referência alude aos estudos de Nicola Mackie, Local Administration in Roman Spain A.D. 14-212, de 1983; Elisabetta Folcando, 'Cronologia del cursus honorum municipale', editado em 1999.

380 Muito embora tal obra esteja distante cronologicamente do período em estudos, vale destacar a continuidade do desenvolvimento das possibilidades jurídicas do acesso ao cargo ainda no século VI. Para mais informações sobre o tema, ver a publicação de Juan Carlos Martin, Lecciones de derecho privado romano, de 2011.

381 Além dos estudos de Antonio D. Perez Zurita, 'Movilidad y categorias en los Ordines Decurionum', 275, observar o trabalho de Juan Manuel Abascal Palazón, 'Pedestal ecuestre para C. Laetilius M. f. em Carthago Nova (Hispania Citerior)'. 103-113.

382 Ao observamos a documentação epigráfica de outras regiões, o que se percebe é uma escolha, por parte do indivíduo, de registrar só o duunvirato, mesmo havendo desempenhado outras magistraturas, como no caso de L. Calpurnius Danquinius, que recebeu uma honra como duunviro (CIL II/ 5, 498), mas também aparece como edil, duunviro e prefeito em sua lápide funerária (registrada no CIL II/ 5,520). Ou ainda, C. Laetilius, de Carthago Nova, conhecido pela magistratura quinquenal, mas que desempenhou um cursus honorum mais amplo, com a edilatura, o duunvirato.

383 Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, "Ordines decurionum: procedimientos jurídicos de integración y de vinculación honorífica (con especial referencia a Hispania)", 260.

384 Cronologicamente, os ornamenta se situam no século II d. C., sendo os de tipo decurionalia os mais frequentes na Itália e nas províncias.

385 Não foram encontrados ornamenta da questura.

386 A maior parte dos ornamentarii foi localizada na Itália. Gian Luca Gregori recompilou cerca de cinquenta e cinco casos de trinta cidades e publicou no estudo intitulado ‘Concessione degli ornamenta decurionalia nelle città dell’Itália setentrionale’, 37-48.

387 Todos registrados no CIL II e distribuídos pelas cidades: Arva, Hispalis, Salpensa, Singilia Barba, Ugia, Lucurgentum, Carisia Aurelia e Barcino.

388 Também registrados no CIL II e localizados nas cidades: Barcino, Dertosa, Tarraco e Edeta.

389 Capítulos 62 e 66.

390 Como indicado na Lex Irnitana, capítulos 77 e 92.

391 CIL III, nº 1933.

392 Dialogam com essa abordagem os trabalhos de: José Miguel Serrano, Delgado, ‘Consideraciones sociales acerca de los ornamenta municipales con especial referencia a los libertos’, 265.

393 Sobre essa questão merece destaque o trabalho de Donato Fasolini intitulado ‘La fórmula Decreto Decuriorum en la epigrafía de la Península Italiana’, publicado na obra organizada em 2013 por Antonio D. Pérez Zurita, Juan Francisco Rodriguez Neila e Enrique Melchor Gil, Senados municipales y decuriones en el Occidente Romano.

394 Donato Fasolini, “La fórmula Decreto Decuriorum en la epigrafía de la Península Italiana”, 57-68.

395 A Profa. Dra. Maricí Martins Magalhães é atualmente membro do conselho diretivo do Comitato per gli Scavi di Stabia e pesquisadora do Centro di Studi e Ricerche Bartolomeo Capasso (Sorrento), Itália, onde já atuou ainda na Soprintendenza Archeologica di Pompei e no Museo Correale di Sorrento; já exerceu a docência como professora visitante junto ao Museu Histórico Nacional, à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi professora convidada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): [marici.magalhaes@iuol.com.br](mailto:marici.magalhaes@iuol.com.br). O Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior – o

qual gentilmente aceitou o convite para escrever a parte literária deste trabalho – é Professor Associado de Letras Anglo-Germânicas (Setor de Alemão) e faz parte do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em História Comparada do Instituto de História e do Programa de Pós Graduação em Letras Clássicas, sempre junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): [alvabrag@uol.com.br](mailto:alvabrag@uol.com.br)

396 Agradeço a Dra. Maria Rosaria de Simone (arqueóloga, Comitato per gli Scavi di Stabia) que tão gentilmente elaborou com exatidão as plantas e as perspectivas apresentadas nas Figuras 1 e 2.

397 Presidente do Comitato per gli Scavi di Stabia, ao qual agradeço imensamente por me confiar a epígrafe e pela honestidade intelectual. Na época demos conhecimento à Profa. Dra. Adamo Muscetolla (in memoriam) da Università degli Studi di Napoli Federico II, e ao Prof. Giuseppe Camodeca (Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”), mas não tivemos notícias bibliográficas, até a presente data, de que a peça tenha sido um dia estudada e publicada por um ou por outro.

398 Na época, a foto e a minha ficha epigráfica completa foram enviadas aos arquivos dos Professores Heikki Solin e Mika Kajava (Institutum Classicum, Università di Helsinki), curadores do CIL X (v. Referências Bibliográficas), os quais não sabiam de sua existência.

399 Sobre a cronologia do uso do nominativo, genitivo e dativo nas epígrafes funerárias Campanas, v., por exemplo, Antonio Varone, Note di Archeologia Sarnese: i cippi funerari a stilizzazione antropomorfe, in Apollo VI, 252-259.

400 Sobre tudo isso, remeto a Wilhelm Schulze, Zur Geschichte, 359, 424 e 426.

401 Afirma ainda o estudioso que o nomen seja uma forma com sufixo de Lucce-ius (p. 426), cfr. as já conhecidas e atestadas como Luucaï- e Lucei- de CIL XIV 4197 e III 713. No entanto, ao lado da forma em latim Lucceius (CIL VI 21538, por exemplo), v. também os testemunhos em Grego como (BCH 23, 68, non vidi) e (Eckinger 72, non vidi). Já a variante mais simplificada Luccius teria sido construída, provavelmente, a partir de Luc-ei-us (CIL IX 1520, por exemplo), no latim com geminação das consoantes no lugar do ditongo -ei- (Wilhelm Schulze, Zur

Geschichten, 424). Finalmente Lucius, inicialmente um praenomen no latim (e consequentemente um nome único, como também Manius, por exemplo), seria ainda uma forma simplificada do precedente Luccius com redução de geminadas (424 e 426, que remete também à variante Luucius, in CIL II s. 59, V 994, X 994, 5305 e 5490, XI 4807). De qualquer modo, o estudioso afirma que o nomen não foi testemunhado em outras línguas itálicas até então. Todavia posteriormente foi publicado em Emil Vetter, Handbuch, 200 g 5) como legenda de moeda Samnita em osco. No entanto, recordemos ainda do Grego , um dos epítetos do deus Apollon, ligado aos lobos e à luminosidade (cf e \* ou raiz-, respectivamente), e patrono justamente da Lycia ou.

402 Heikki Solin-OllieSalomies, Repertorium nominum, 107.

403 Mario Mello-Giuseppe Voza, Le iscrizioni latine diPaestum I-II, Napoli: Università degli Studi, 210, 4-5.

404 Matteo della Corte-Paolo Soprano, ‘Onomasticum Herculense’, Rendiconti della Accademia di Archeologia, Lettere e Belle Arti di Napoli n.s. vol. XXVII, Napoli.

405 Per Nuceria, Maricé Martins Magalhães, Ordo Populusque Nucernus, no prelo, Index: Nomina; para Stabiae, Ead. Stabiae romana, Indices: Nomina; enfim para Surrentum, Ead. Surrentumromana, Indices: Nomina.

406 Paavo Castrén, Ordo Populusque Pompeianus, 184-185: no período republicano encontramos um leader militar mencionado na Guerra Social (Liv. Epit. 75) e cf. ainda Emil Vetter, Handbuch n. 200 G 5, legendas de moedas Samnitas em ouro, 90-88 a.C.: NI . LÚVKI [.] MR VÍTELIÚ = N(umerius) Luci(us) M(a)r(aei f.) - Italia.

407 CIL X 1136 e 1141.

408 Paavo Castrén, Ordo Populusque Pompeianus, 133.

409 Paavo Castrén, Ordo Populusque Pompeianus, 103-104.

410 CIL I 2 664, 2505 e 1758, respectivamente.

411 CIL X 5090-5091; 5197-5198; 4873, respectivamente.



412 Sobre esta gens em Capua, cfr. Gennaro d'Isanto, Capua romana, 161-162.

413 Gennaro d'Isanto Capua romana, 161.

414 CIL X 3685-88 e 3697.

415 PIR (Prosopographia Imperii Romani) 2 L 352; per i Lucceii di Cumaeremeto aAugust Friedrich Pauly; George Wissowa,Real-Encyclopädie der klassischenAlttertumswissenschaft 13, 1553 – Münzer, sub voce) e ainda a Giuseppe Camodeca, 'Sui senatori romani d'origine flegrea: qualche addendum', Puteoli 6, 1982: 121.

416 Cic. Fam. 5, 15, 2; John d'Arms, J. Roman on the Bay of Naples. A Social and Cultural Study of the Vilas and their Owners from 150 B.C. to A.D. 400, Cambridge Mass.: Harvard University Press, 88; William McDermott, 'De Lucceiis', Hermes 97, 233-256; CIL X 2670, etc.

417 CIL X 1126.

418 Por exemplo, CIL VI 32445 e 35722.

419 CIL VI passim; para os últimos, v. CIL VI 8639 b, 7 e 21563.

420 Heikki Solin;Ollie Salomies, Repertorium nominum, Indices Nomina.

421 Maricí Martins Magalhães, Stabiae romana, 173-174, atribuído erroneamente a Herculaneum.

422 Maricí Martins Magalhães, Surrentum romana, 272 e CIL III 8119.

423 Gennaro d'Isanto, Capua romana, 120-121.

424 CIL X 4590.

425 CIL X 4762 e 4767; X 4828, respectivamente.

426 Do Grego , -:em Roma era uma pequena parte apresentada no final de uma comédia (Anatole Bailly, Dictionnaire Grec Français).

427 Um interessante resumo sobre os Samnitas na Campania pode ser

encontrado em Francesco Sartori, Problemi di storia costituzionale italiota, passim e sub voce Atella. E também, em Felice Senatore. La lega sannitica.

428 O chamado cepo Ópico era constituído pelas populações Itálicas, de origem Indo-Européia, falantes do Proto-Osco ou Pré-Itálico (já conhecido através de inscrições), que viviam nas planícies Campanas e Vesuvianas pelo menos desde a Idade do Ferro (XI-X séc. a.C.). A denominação “Ópico” é dada pelos estudiosos ao inteiro ethnos composto por estes povos somente para este período. Posteriormente serão chamados todos “Oscos” (referência ao nome da língua) ou, melhor ainda, Samnitas (etnia), a partir do momento em que se unem a seus parentes do mesmo cepo descidos das montanhas da Itália Central no V séc. a.C. (cf. recentemente Maricí Martins Magalhães, De Nuceria Alfaterna a Nuceria Constantia: Uma reflexão sobre as Especificidades do Domínio Imperial Romano. 66-73 e passim), com ampla bibliografia sobre o assunto.

429 Sobre o assunto, cf. Stefano de Caro-Angela Pontrandolfo. Campania. Guide archeologiche, 204-205.

430 Para um perfil de Atella, cf. Maricí Martins Magalhães, Monete italiche, italiote e siceliote del Museo Storico Nazionale di Rio de Janeiro, sub voce Atella, , no prelo.

431 Renata Cantilena, Monete della Campania antica, Napoli: Banca di Napoli, 197-198, que ainda nos dá um longo excursus histórico sobre a presença Itálica na Campânia; e Francesco Catalli, Monete dell’Italia Antica, Roma, 129.

432 Maricí Martins Magalhães, Ordo Populusque Nucerinus, no prelo.

433 Renato Serafino, L’area archeologica di Atella. L’archeologia in Campania.

434 Alguns estudiosos afirmam que o território da Atella Samnítico-Romana seria tão vasto, de modo a alcançar os territórios hoje ocupados pelas comunas de Caivano, Cardito, Cesa, Succivo, Frattamaggiore, Grumo Nevano, Sant’Antimo e a fração de Fratta Piccola, da antiga comuna de Pomigliano d’Atella; outros ainda acrescentam as comunas de Afragola, Casavatore, Casoria e os quarteirões da área setentrional de Nápoles.

435 O trecho foi retirado da Tabula Peutingeriana: [www.tabula-peutingeriana.de/tp/tp\\_st.html](http://www.tabula-peutingeriana.de/tp/tp_st.html)

436 Sobre todas as notícias arqueológicas, v. o longo relatório de Enrico Iorio. Parco Ambientale Archeologico di Atella: storia, scoperte, sviluppi, 1-13. [www.iststudiatell.org/atella](http://www.iststudiatell.org/atella).

437 Museo dell'Agro Atellano. notizie [www.cir.campania.beniculturali.it](http://www.cir.campania.beniculturali.it).

438 Lamentavelmente não tivemos acesso à obra de Paolo Frassinetti, *Atellanae Fabulae*. (Poetarum Latinorum Reliquiae: Aetas Rei Publicae, vol. vi, pars I.). Rome: Edizione dell'Ateneo, 1967, para a elaboração deste capítulo.

439 Šarka Hurbánková, “Characters and comic situations in Roman comedy: the Atellan farce and mime”, 70

440 William Beare, *The Roman stage*, 127.

441 Joel Trapido, “The Atellan plays”, 382.

442 Robert Webb, “On the origin of Roman Satire”, 183.

443 Doravante utilizaremos a forma farsa atellana para designar tal tipo de gênero, pois entendemos que o termo farsa pode englobar tanto as representações teatrais, pequenas peças cômicas quanto narrativas.

444 William Beare, *The Roman Stage*, 127.

445 Entendamos “ridículas” como “dignas de provocar o riso”.

446 Apud William Beare, *The Roman Stage*, 336.

447 Joel Trapido, “The Atellan plays”, 383.

448 Ibid., 384.

449 William Beare, *The Roman Stage*, 127.

450 George E. Duckworth, *The Nature of Roman Comedy: A Study in Popular Entertainment*, 10-11.

451 Apud Joel Trapido, “The Atellan plays”, 382.

452 Sobre a questão de utilização de máscaras na fase literária da Atellana, cf.

ver Trapido (p. 382). Joel Trapido, “The Atellan plays”, 382.

453 Ibid., 383.

454 Sobre este tema ver Šárka Hurbánková, “Characters and comic situations in Roman comedy: the Atellan farce and mime”.

455 Em Varro apud William Beare (The Roman Stage, 337) lê-se “putas eos non citius tricas Atellanas quam id extricatuos?”

456 William Beare, The Roman Stage, 127.

457 William Beare, The Roman Stage, 127.

458 Todos os comentários de ordem etimológico-semântica de Beare aqui resumidos estão às páginas 129 e 130.

459 Com referência à disparidade de significados, Beare não encontra explicação, apenas alude às explicações etimológicas de Walde e Meyer-Lübke.

460 Discute-se ainda sobre a etimologia de Dossenus como derivada de uma correção de Müller, que teria visto ad obs(c)enum como corrupção de Dossenus. Sobre isso leia-se Trapido (“The Atellan plays”, 388) e Beare (The Roman Stage, 130).

461 Embora, ainda da fase pré-literária, tenham sido encontradas pinturas de cenas e de personagens em vasos que se referem às Atellanas. Ver Joel Trapido, “The Atellan plays”, 382.

462 Apud William Beare, The Roman Stage, 127.

463 William Beare, The Roman Stage, 131.

464 Ibid., 137.

465 Ibid., 137.

466 Segundo A.M. Calderini, Dizionario di Antichità Greche e Romane, sub voce “esodio - exodium”; um aceno ao exodium faz P. Harvey, Dicionário Oxford de Literatura Clássica Grega e Latina. sub voce “Farsas Atellanas”. Ver

ainda A. Bailly, Dictionnaire Grec Français. sub voce , - (); e F. Gaffiot, Dictionnaire Latin Français, sub voce “exodium, -i”.

467 G. Boissier, sub voce “Atellanae Fabulae” (e “Exodium”), 513-515.

468 William Beare, The Roman Stage, 337.

469 Uma listagem mais acurada, embora antiga, está presente em Eduard Munk (De fabulis Atellanis, 135-160).

470 Vici, (uicus), entendidos como bairros, seriam entidades geográficas, religiosas e sociais que englobam uma pequena área do espaço urbano correspondendo a uma pequena rua e suas casas contíguas, apartamentos em edifícios, e seus negócios ou lojas. No centro físico e social de cada bairro havia um cruzamento (compitum) onde o uicus mantinha um santuário para seus dois espíritos tutelares, os Lares. John Bert Lott, The Neighborhoods of Augustan Rome, 4.

471 Pleraque pessimi exempli in perniciem publicam aut ex consuetudine licentiaque bellorum ciuiliū durauerant aut per pacem etiam exstiterant. Nam et grassatorum plurimi palam se ferebant succinti ferro, quasi tuendi sui causa, et rapti per agros uiatores sine discrimine liberi seruique ergastulis possessorum suppressantur, et plurimae factiones titulo collegi noui ad nullius non facinoris inhubuit, ergastula recognouit, collegia praeter antiqua et legitima dissoluit. Suêtonio, Vita Diui Augusti 32. Nesse trecho, Suêtonio relata as modificações de Augusto, em particular a oficialização e regulamentação dos colégios.

472 Andrew Wallace-Hadril, Rome’s Cultural Revolution, 223.

473 Augusto, Res Gestae 35.

474 Diane Favro, ‘Pater Urbis’: Augustus as City Father of Rome, 119.

475 Quando eu digo clientes incluo diretamente os grupos familiares e profissionais, religiosos e os demais que integravam os bairros dentro da cidade de Roma.

476 Paul Zanker, The Power of Images in the Age of Augustus, 18-19.

477 Cícero, De Domo Sua 1.3;6-7.

478 Aparecendo com nomes diversos tais como collegium, sodalicium, sodalitas, corpus, contubernium, convivium, amicitia, studium; nas quais seus membros se reconheciam pelos títulos de socii, collegae, sodales, sodalicii, convictores, corporati, culturos, comestores, frates, scratii, consacranei, religiosi, amici, collegiati, essas associações podem ser divididas em: “I – Associações constituídas exclusivamente com o intuito de prestar e promover o culto particular a certa divindade; II – Associações funerárias, constituídas apenas com o objetivo principal de assegurar sepultura a todos os membros; III – Associações constituídas de membros que exerciam a mesma profissão ou mesmo ofício; corpo artístico ou artesanal, com intenção profissional; IV – Associações políticas (no período republicano); V – Associações de passatempo ou clubes sociais”. Attilio De Marchi, Il Culto Privato di Roma Antica. Vol. 2, La Religione Gentilizia e Collegiale, 67.

479 Andrew Lintott, The Romans in the Age of Augustus, 101-102.

480 Marcus Bunson, Encyclopedia of the Roman Empire, 129.

481 Clódio instruía os membros dos grupos cooptados por ele para percorrer a cidade à noite mobilizando a plebe urbana. Um dos exemplos da cooptação da plebe por Clódio foram os motins de 57 que faziam frente a alta dos preços dos grãos. Cicero, Epistulae ad Atticum 4.1.6–7, De Domo Sua 6–7, 10–16, Epistulae ad Familiares 5.17.2.

482 W. Jeffrey Tatum, The final crisis (69-44), 200-202; Andrew Lintott, Violence in Republican Rome, 190-193.

483 Pierre Bourdieu, O Poder Simbólico, 81-83.

484 A violência irrompeu contra as eleições de magistrado nos anos 21, 19 e 7. Gregory Aldrete, Riots, 430.

485 Dionísio de Halicarnasso apud John Bert Lott, The Neighborhoods of Augustan Rome, 31.

486 As doações aparecem em alguns dos altares do Lares e Genius Augusti, assim como no relevo ‘A Procissão dos Vicomagistri’, assim como em um trecho do poema de Ovídio, os Fasti. Segundo Ovídio: “A cidade tem mil Lares e

Genius, do princeps, que os deu ao povo, e os bairro cultuam as três divindades.”  
“mille Lares Geniumque ducis, qui tradidit illos, / Vrbs habet, et vici numina  
terna colunt.” Ovídio, Fasti 3.137-146.  
<http://www.thelatinlibrary.com/ovid/ovid.fasti5.shtml>.

487 Utilizei-me da expressão “Família Imperial” entendendo-a como a família de  
Augusto, o que vai caracterizar a Domus augustana ou a “Casa de Augusto”.

488 Tito Lívio, Ab Vrbe Condita 4.30.7.

489 Ovídio, Fasti 3.137-146.  
<http://www.thelatinlibrary.com/ovid/ovid.fasti5.shtml>.

490 Fica evidente a dificuldade de padronizar os magistri e os ministri do culto  
realizado nos bairros, quanto ao seu status social e gênero, já que em nenhuma das  
documentações trabalhadas por mim encontram-se nomes femininos para os  
oficiantes. Ibid., 91-97.

491 Ovídio, Fasti 5.145-146.

492 Virgílio, Aen. 8.116-117.

493 Plínio, o velho, HN 3.66-67.

494 Frances H. Han, Performing the Sacred: Prayers and Hymns, 238.

495 Andrew Lintott, The Romans in the Age of Augustus, 10.

496 A maioria dos compita no interior dos bairros eram mantidos pelos collegia,  
contudo sabemos que tal qual hoje nos sítios arqueológicos é possível confirmar,  
alguns desses compita estavam ligados diretamente a um estabelecimento comercial  
(uma taverna em especial), e poderiam ser administrados por um único dominus.  
É comum encontrarmos estabelecimentos comerciais que faziam parte das domus,  
contando com uma parede de ligação entre o estabelecimento e a casa.

497 Me refiro a espaço secundário em contraste com os espaços políticos de  
sociabilidade onde aconteciam as votações e assembleias, assim como os locais  
públicos oficiais; tais como o fórum, os circos e termas, e os grandes templos.

498 Outro tipo de representação do Genius, que é possível encontrar nos lararia, é a forma de uma serpente indo em direção ao altar e, na maior parte dos lararia encontrados esse animal traz na boca algum tipo de oferenda, seja o fogo sagrado ou uma fruta. O Genius como uma serpente, consistia em uma forma arcaica de representação: era entendido como o Genius da casa ou do local, genius loci. Por isso, por vezes, nos lararia a serpente (representando o Genius) surge na mesma cena que o Genius como paterfamilias. Duncan Fishwick, The Imperial Cult in the Latin West: Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire, 383.

499 Os altares aqui citados são especificamente os do ritual dos Lares e Genius Augusti, contudo saliente que para outros rituais mantinha-se o formato original das peças, o que diferia eram os motivos encontrados no suporte.

500 Os altares de mármore somente começaram a ser comuns após a reforma do ano 7. Anteriormente os altares eram feitos somente de pedra, o que não os fazem menos ricos quanto a beleza dos entalhes, somente os diferem quanto ao valor pago.

501 Spatium Urbis in regions uicosque diuisit instituitque, ut illas annui magistratus sortito tuerentur, hos magistri e plebe cuiusque uicinia lecti. Aduersus incendia excubias nocturnas uigilesque commentus est; ad coercendas inundations alueum Tiberis laxauit ac repurguit completum olim rudibus et aedificiorum prolationibus coartatum. Suetônio, Vita Diui Augusti, 30.

502 Moede Katja. Reliefs, Public and Private, 167.

503 Lothar Haselberger. Urbem Adornare: Rome's Urban Metamorphosis under Augustus, 224-227.

504 John Bert Lott, The Neighborhoods of Augustan Rome, 161.

505 Marietta Horster, Living on Religion: Professionals and Personnel, 332.

506 Segundo Jeffrey Tatum, a partir de uma manobra inteligente apoiada por Júlio César e Pompeu, Clódio declinou de sua posição de patrício para a de plebeu para então poder ocupar a função de Tribuno da Plebe, ganhando a autoridade de vetar decretos e legislações hostis às empreitadas de César. Em um primeiro momento, contudo, Clódio promulgou quatro leis, duas delas voltadas a satisfazer desejos da plebe. Como consequência de seus atos, Clódio conseguiu a



empatia dos collegia e dos habitantes dos bairros, tendo livre acesso à constituição de suas operae. Na origem do nome patrício a grafia correta seria Claudius (Publius Claudius Pulcher), contudo foi modificado para Clodius, para uma melhor adaptação a plebe. Jeffrey Tatum, The final crisis (69-44), 201-202.

507 John Bert Lott, Neighborhoods of Augustan Rome, 142-143.

508 Ativas dentro dos bairros da cidade, alguns comitia foram suspensos por causa do tumulto provocado por elas. Jeffrey Tatum, The Final Crisis (69-44), 200-202; Andrew Lintott, Violence in Republican Rome, 190-193.

509 Mireille Cébeillac-Gervasoni, Maria Letizia Caldelli e Fausto Zevi, Épigraphe Latine, 11-12.

510 Norma Mendes, Regina Bustamante e Jorge Davidson, “A Experiência Imperialista Romana: Teorias E Práticas” 41.

511 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 33.

512 Helena Carvalho, “O Povoamento Romano Na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”, Vol. 1, 71-72, 78 e 80.

513 Manuela Martins, Francisco Lemos, Fermín Pérez Losada, “O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses”, 261.

514 Helena Carvalho, “O Povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarensis”, Vol. 1, 182, 206 e 212.

515 Fermín Pérez Losada, “Cidades e Aldeias na Galiza Romana: Uma Proposta de Classificação Hierárquica do Habitat Galaico- Romano”, 159.

516 Manuela Martins, Francisco Lemos, Fermín Pérez Losada, “O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses”, 265.

517 Manuel Bendala Galán, “La Paz Augustea y la Romanización”, 132; Louise Revell, Roman Imperialism and Local Identities 44.

518 Este termo é aqui utilizado como preconizado por Pérez Losada, como qualquer assentamento de habitação permanente de caráter coletivo e concentrado. (Fermín Perez Losada, “Entre a Cidade e a Aldea: Estúdio Arqueohistórico dos ‘Aglomerados Secundários’ Romanos de Galicia”, 23)

519 Helena Carvalho, “O Povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarensis”, Vol. 1, 117-118.

520 Ibid.

521 Alain Tranoy, La Galice Romaine, 402.

522 Norma Mendes e Uiran Otero, “Religiões e as Questões de Cultura, Identidade e Poder no Império Romano”, 202.

523 Patrick Le Roux, “La Romanisation en Question”, 292.

524 Javier Andreu Pintado, Fundamentos da Epigrafia Latina, 3.

525 Também conhecida como Ilia, era filha de Aeneas ou Numitor, o rei de Alba (dependendo da tradição). Amada por Marte ficou grávida deste e foi colocada na prisão. Morreu possivelmente após o parto. (Pierre Grimal, The Concise Dictionary of Classical Mythology, 387).

526 Pierre Grimal, The Concise Dictionary of Classical Mythology, 258.

527 Júpiter, o deus supremo da religião romana, possuía funções ligadas à natureza e à política, fazendo parte tanto da tríade arcaica com quanto da tríade capitolina com Juno e Minerva. Sua função naturalista ligava-o ao céu e ao tempo atmosférico, sendo ele o senhor da luz serena e do calor, da tempestade, da chuva, dos relâmpagos e dos raios. (Pierre Grimal, The Concise Dictionary of Classical Mythology, 231).

528 Uma divindade romana antiga, que provavelmente era um deus da guerra de origem sabina, e por isso tem o seu nome derivado ou da cidade sabina de Cures ou do nome sabino para lança, curis. Ele seria, portanto, o deus da colina Quirinal e da comunidade sabina (Pierre Grimal, The Concise Dictionary of Classical Mythology, 384).

529 Jon Scheid, An Introduction to Roman Religion, 156; Patrick Le Roux,

[“Mars dans la Péninsule Ibérique au Haut-Empire Romain”, 87.](#)

[530 São rituais purificadores, que podem ser direcionados tanto para o passado quanto para o futuro, purgando influências adversas que já aderiram as pessoas, lugares ou coisas ou prevenindo sua aderência no futuro \(Vincent Rosivach, “Mars: The Lustral God”, 515\).](#)

[531 Vincent Rosivach, “Mars: The Lustral God”, 510- 515.](#)

[532 Pierre Grimal, The concise dictionary of Classical Mythology, 258; Vincent Rosivach, “Mars: The Lustral God”, 509.](#)

[533 Vincent Rosivach, “Mars: The Lustral God”, 516, 519-520.](#)

[534 Ibid., 518; Francisco Marco Simón, “Divindades Indígenas en la Hispania Indoeuropea”, 37; Jon Scheid, An Introduction to Roman Religion, 158.](#)

[535 José Carlos Bermejo Barrera, “La Guerra de los Bárbaros y Marte Cosus”, 104; Ralph Häussler, “Interpretatio Indigena: Re-Inventing Local Cults in a Global World”, 167 e 169.](#)

[536 Falamos em seis epígrafes que mencionam Marte de acordo com a maioria das leituras atuais, mas ressalvamos que A. Canto \[“Novedades en torno de la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA” \(Conferência, Museu Nacional de Arqueologia, 02 de Junho, 2016\)\] fala na possibilidade de outra inscrição também retratar este deus, uma epígrafe de Alvarelhos \(AE 1977, 451\), a qual outros autores como Redentor \(“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs \(Pars Occidentalis\): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2, 187, nº 264\) leram como MADĒ/QUIS\(enses?\).](#)

[537 Blanca Prósper, Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica, 29-30.](#)

[538 Ibid., 29-30 e 32.](#)

[539 Jorge de Alarcão, “A Religião dos Lusitanos e Calaicos”, 89.](#)

[540 José Rivas Fernández, “Consideraciones sobre la Religión Galaico-romana: Desmitificación de Supuestos Mitos”, 37.](#)

541 Dicionário da Língua Portuguesa com o Acordo Ortográfico, 2003-2015, s.v. determinativo.

542 Ressaltamos que esta observação foi feita por Canto [“Novedades en torno de la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA” (Conferência, Museu Nacional de Arqueologia, 02 de Junho, 2016)] após uma cuidadosa observação da peça.

543 Uma interpretação de Lorrio e Olivares Pedreño (“Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”, 120), que se assemelha a de Blázquez Martínez (Imagen y Mito: Estudios sobre Religiones Mediterraneas e Ibéricas, 367) que, por sua vez, vê o touro representado na couraça da imagem. A menção da presença deste animal no aplique no fundo da pátera, no entanto, não encontra paralelos nas descrições da peça feitas por Ribeiro (“Os exércitos, a guerra, a vitória e seus deuses”, 428- 429, nº 96) e por Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2: 245, nº 355), mas foi confirmada por Canto [“Novedades en torno de la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA” (Conferência, Museu Nacional de Arqueologia, 02 de Junho, 2016)].

544 Elementos observados apenas na análise de A. Canto [“Novedades en torno de la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA” (Conferência, Museu Nacional de Arqueologia, 02 de Junho, 2016)].

545 Charles Daremberg, Edmond Saglio e Edmond Pottier (dirs.), Dictionnaire des Antiqués Grecques et Romaines: d’après les Textes et les Monuments, 1623.

546 Ibid.

547 Alberto Lorrio e Juan Carlos Olivares Pedreño, “Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”, 120.

548 Ibid.

549 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 1, 188.

550 Francisco Villar e Blanca Prósper, “La Toponimia Antigua del País Vasco y Navarra”, 471.

551 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 314.

552 Helena Carvalho, “O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”, Vol. 2, 92, nº 16021302.

553 Ibid., Vol. 1, 167; Vol. 2, 83, nº 13140301.

554 Resultado observado nos estudos da autora que podem ser visto em sua dissertação de Mestrado. Raquel Soutelo. Interações culturais e interpretatio na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do Conuentus Bracaraugustanus.

555 Ibid.

556 Esta inscrição foi considerada por Tranoy (La Galice Romaine, 300, 303- 304 e 377; “Enigmes Épigraphiques et Nouveau Cultes Indigènes dans le Conuentus de Braga”, 445, nº 2, n.5); Santos, Le Roux e Tranoy (“Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 190- 191, nº 13, Lám. V, Fig. 14- 15), AE 1983, 561, Almeida (“Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima”, 147 e 149, nº 84; Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho, Vol. 1, 217- 219, nº 133), Marco Simón (“Divindades Indígenas en la Hispania Indoeuropea”, 47, Mapa 5), Fontes et alii (Coleção de Epigrafia e Architectura Antigas (Séculos I a.C – VII d.C), 60) e Le Roux (“Cultos y Religión en el Noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio Romano: Nuevas Perspectivas”, 282, nº 10) como dedicada a divindade Lar, entretanto, após cuidada observação da peça e uma comparação a inscrição CIL II Suppl. 5612, acreditamos que se trate de Marte.

557 José Rivas Fernández (“Consideraciones sobre la Religión Galaico-romana: Desmitificación de Supuestos Mitos”, 43) menciona que esse epíteto, na verdade, faz alusão a um tipo local de culto e não um indicativo de outra deidade, como um culto romano. Entretanto, tendo em vista que vemos um adjetivo que, segundo as interpretações analisadas, remetem ao substrato indígena, decidimos analisar este dentre o conjunto de deidades romano- indígenas.

558 Patrizia De Bernardo Stempel, “More Names, Fewer Deities: Complex Theonymic Formulas and the three Types of Interpretatio”, 66.

559 As leituras mais recentes mostram Cariociecus presente no CIL II 5612 e no IRG III, 16 e nas obras de Vasconcellos (Religiões da Lusitânia: Na Parte que Principalmente se Refere a Portugal, Vol. 2, 306- 307), Tovar (Estudios sobre las Primitivas Lenguas Hispánicas, 137), Tovar e Navascués (“Algunas Consideraciones sobre los Nombres de Divindades del Oeste Peninsular”, 181, nº 50), Menéndez Pidal (“Mars Cariociecus”, 225- 227), Bermejo Barrera (“La Guerra de los Bárbaros y Marte Cosus”, 107), Silva (A cultura castreja no Noroeste de Portugal, 290), Encarnação (“Interpretatio Romana: Quelques Questions à propos de l’Acculturation Religieuse en Lusitane”, 281) e Hernández Fernández (“Los Vibii Pac(c)iaeci de la Bética: Una Familia de Hispanienses Mal Conocida”, 173). Além de outras, com menos apoiantes, como: Capriociecus, por Bouza-Brey Trillo (“A Pía Megalítica de Mougás e as Prácticas Adiviñatorias da Galiza Antiga”, 191- 192, “Inexistencia del Epíteto ‘Cariocieco’ Supuesto Tópico de Marte”, 140-144), AE 1957, 316 e ILER 684; Capriociegus, por Tranoy (La Galice Romaine, 304 e 377) e Nicols (“Indigenous Culture and the Process of Romanization in Iberian Galicia”, 144- 145); Caprio ciecus, por Sampedro (“Aras Romanas en el Museo de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra”, 32); Caprio cecus, por López Cuevillas e Serpa Pinto (“Estudos sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península: A Relixión”, 300) e López Cuevillas (La Civilización Céltica en Galicia, 395); Ca[.]riogiegus, por Álvarez Pérez, Varela Martínez, Santamarina (“Permanecia de Léxico Antigo no Galego Actual: O Caso de Quiroga”, 303- 305) e Cariociegus, por Prósper (Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica, 319, nº XI.XIII). E por fim, Cairiogiegus, apresentada por Olivares Pedreño (Divindades Indígenas de la Hispania Romana, 95; “Interpretatio Epigráfica y Fenómenos de Sincretismo Religioso en el Área Céltica de Hispania”, 245, nº 15), Blázquez Martínez (“Religiones Indígenas en la Hispania Romana (Addenda et Corrigenda)”, 354; “Teónimos Indígenas de Hispania: Addenda y Corrigenda”, 65) e Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 2, 97, nº 126), a qual após a observação cuidada da peça, concordamos.

560 Sua interpretação envolvia inclusive a possibilidade deste mostrar que Marte era um deus violento e cego (Casto Sampedro, “Aras Romanas en el Museo de la Sociedad Arqueológica de Pontevedra”, 32).

561 Fermín Bouza-Brey Trillo, “A Pía Megalítica de Mougás e as Prácticas Adiviñatorias da Galiza Antiga”, 191, n.4.

562 Para esses dois últimos autores, a menção de um caprino no epíteto relacionaria este deus àquele mencionado por Estrabão (Geog., 4, 16), cujos seres a serem sacrificados eram os bodes.

563 Alain Tranoy, La Galice Romaine, 304.

564 Ramón Menéndez Pidal, “Mars Cariociecus”, 225- 227.

565 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 1, 347.

566 Froi López, “Onomástica Galega: Topónimo e Apel. ‘Quiroga’”, 107.

567 Uma posição tomada também por Bermejo Barrera (“La Guerra de los Bárbaros y Marte Cosus”, 107), apesar deste não elaborar sobre o assunto.

568 Ramón Menéndez Pidal, “Mars Cariociecus”, 225- 227.

569 Armando Silva, A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, 290.

570 Ramón Menéndez Pidal, “Mars Cariociecus”, 225- 227.

571 José María Blázquez Martínez, Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania, 53.

572 Jürgen Untermann, Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua, 92- 93, Mapa 31.

573 José María Blázquez Martínez, Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania, 53.

574 Ibid.

575 Xosé Álvarez Pérez, Xacinta Varela Martínez e Antón Santamarina “Permanecia de Léxico Antigo no Galego Actual: O Caso de Quiroga”, 303.

576 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol. 1, 347.

577 Juan Carlos Olivares Pedreño, Divindades Indígenas de la Hispania Romana, 96-97.

578 De acordo com a recente interpretação de Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 347), esta inscrição não apresenta teônimo.

579 Juan Carlos Olivares Pedreño, Divindades Indígenas de la Hispania Romana, 97-98.

580 Vincent Rosivach, “Mars: The Lustral God”, 518.

581 Francisco Marco Simón, “Divindades Indígenas en la Hispania Indoeuropea”, 37.

582 Jon Scheid, An Introduction to Roman Religion, 158.

583 Tranoy (La Galice Romaine, 300, 303-304, 377; “Enigmes Épigraphiques et Nouveau Cultes Indigènes dans le Conuentus de Braga”, 445, nº 2), Santos, Le Roux, Tranoy (“Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 190- 191, nº 13), AE 1983, 561, Almeida (“Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima”, 147 e 149, nº 84; Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho, Vol. 1, 217- 219, nº 133), Fontes et alii (Coleção de Epigrafia e Architectura Antigas (Séculos I a.C – VII d.C), 60) e Le Roux (“Cultos y Religión en el Noroeste de la Península Ibérica en el Alto Imperio Romano: Nuevas Perspectivas”, 282, nº 10) admitiam a possibilidade de ser referente a deidade Lar. Devido a existência daquela inscrição a Marte Cairiogiegus (CIL II Suppl. 5612) e a observação da própria peça, no entanto, acreditamos, assim como outros autores, que se trate daquela deidade maior e não a divindade Lar.

584 Patrizia De Bernardo Stempel, “More Names, Fewer Deities: Complex Theonymic Formulas and the three Types of Interpretatio”, 66.

585 Xosé Álvarez Pérez, Xacinta Varela Martínez e Antón Santamarina, “Permanecia de Léxico Antigo no Galego Actual: O Caso de Quiroga”, 303.

586 Autores e obras periódicas como: Tranoy (La Galice Romaine, 304), AE 1983, 562, Santos, Le Roux, Tranoy (“Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 192), Gimeno Pascual (Artesanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania, 44, nº 56), Curchin (“The Romanisation of Beliefs”, 156), García



Martínez (La Romanización de los Coventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: Su Estudio Epigráfico, 769- 770), Alarcão (O Domínio Romano em Portugal, 170), Olivares Pedreño (Divindades Indígenas de la Hispania Romana, 101; Los Dioses de la Hispania Céltica, 75), Brañas Abad (“Entre Mitos, Ritos e Santuarios: Los Dioses Galaico-Lusitanos”, 407) e Martins e Carvalho (“Bracara Augusta and the Changing Rural Landscape”, 292) não partilham desta classificação. Estes o mencionam como um adjetivo relacionado a um nome de lugar, ou seja, um epíteto, em uma fórmula teonímica muito comum nesta parte do Conuentus Bracaraugustanus.

587 Patrizia De Bernardo Stempel, “More Names, Fewer Deities: Complex Theonymic Formulas and the three Types of Interpretatio”, 66.

588 María Albertos Firmat, “A Propósito de Algunas Divindades Lusitanas”, 472.

589 Amílcar Guerra, “Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular”, Vol. 1, 226, E. 168; “Omnibus Numinibus et Lapitearum: Algumas Reflexões sobre a Nomenclatura Teonímica do Ocidente Peninsular”, 150.

590 Guerra (“Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular”, Vol. 1, 226, E. 168), em sua tese de doutoramento, inclusive propõe que talvez Tarbuceli aja aqui como um determinativo da palavra fullones, deste modo, em sua concepção, a inscrição seria a Marte (identificado apenas pelo teônimo) dedicada pelos pisoeiros de Tarbucelum. Porém, como apontado por Redentor (“A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 289) é visível um ponto separando esta palavra no genitivo da indicação profissional, o que associado ao fato de Mars também poder assumir epítetos ou determinativos locais, nos faz acreditar que a relação com o teônimo seja o mais provável, apesar de não excluirmos totalmente a hipótese que este talvez esteja ligado à indicação de profissão.

591 Blanca Prósper, *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, 114.

592 Eugenio Luján, “Briga and castellum in North-Western Hispania”, 236.

593 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol.

1, 289.

594 Sonía García Martínez, “La Romanización de los Coventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: Su Estudio Epigráfico”, 769-770.

595 Alberto Lorrio e Juan Carlos Olivares Pedreño, “Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”, 120.

596 Rosa Brañas Abad, “Entre Mitos, Ritos e Santuarios: Los Dioses Galaico-Lusitanos”, 407.

597 Blanca Prósper, Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica, 114.

598 Leonard Curchin, “Los Topónimos de la Galicia Romana: Nuevo Estudio”, 125.

599 Alfred Holder, Alt- Celtischer Sprachschatz, Vol. 2, s.v. –taurus, 1773.

600 Alberto Lorrio e Juan Carlos Olivares Pedreño, “Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”, 81.

601 José Carlos Bermejo Barrera, “La Guerra de los Bárbaros y Marte Cosus”, 102.

602 Alberto Lorrio e Juan Carlos Olivares Pedreño, “Imagen y Simbolismo del Toro en la Hispania Céltica”, 119.

603 Ibid.

604 Blanca Prósper, Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica, 114.

605 Jorge de Alarcão, O Domínio Romano em Portugal, 170.

606 María Albertos Firmat, “A Propósito de Algunas Divindades Lusitanas”, 472, nº 10.

607 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana”, Vol.

1, 290.

608 Ibid.

609 Ibid., Vol. 2.

610 Géza Alföldy, “La Cultura Epigráfica de la Hispania Romana: Inscripciones, Autorepresentación y Orden Social”, 292- 293 e 298.

611 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 129, Quadro 7 e 134, Quadro 9.

612 Ibid., 365.

613 Ibid., 93.

614 A relação patrocínio/ clientela é baseada em um relacionamento mútuo, contínuo, extra legal ligado pela moral entre duas partes de estatutos e recursos diferenciados. Estas fazem trocas de bens e/ou serviços que não precisam ser de mesmo valor monetário e podem envolver também os descendentes de ambas (John Nicols, Civic Patronage in the Roman Empire, 2-3).

615 Luciano Santos, Patrick Le Roux, Alain Tranoy, “Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 192.

616 Manuela Martins e Helena Carvalho, “Bracara Augusta and the Changing Rural Landscape”, 292.

617 Sonía García Martínez, “Los Diferentes Artes y Oficios en el Noroeste Hispanorromano”, 155.

618 Manuela Martins, O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, 85, nº 66.

619 Helena Carvalho, “O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”, Vol. 1, 316.

620 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conventvs Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol.

1, 289, n.35.

621 Jean-Marie Lassère, Manuel d'Epigraphie Romaine, 89 e 91.

622 Luciano Santos, Patrick Le Roux, Alain Tranoy, “Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 193, n.10.

623 Alain Tranoy, “Enigmes Epigraphiques et Nouveau Cultes Indigènes dans le Conuentus de Braga”, 446, nº 4.

624 Olivares Pedreño (“Interpretatio Epigráfica y Fenómenos de Sincretismo Religioso en el Área Céltica de Hispania”, 228, nº 52 e 245, nº 53) aparenta partilhar desta idéia, no entanto, enquanto em um momento menciona se tratar de uma família de um Coporicus Maternus (na página 228, nº 52) em outro menciona a hipótese de serem os Coporici, filhos de Maternus (na página 245, nº 53). Entretanto, acreditamos que talvez a hipótese apresentada na página 228, seja um equívoco.

625 Helena Gimeno Pascual, Artesanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania, 43-44.

626 Richard Saller, Personal Patronage Under the Early Empire, 8.

627 Mike Flohr, The World of the Fullo: Work, Economy and Society in Roman Italy, 309.

628 Sonía García Martínez, “La Romanización de los Coventus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: Su Estudio Epigráfico”, 396.

629 Ibid.

630 Manuela Martins, O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, 85, nº 66.

631 Helena Carvalho, “O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”, Vol. 1, 316.

632 Armando Redentor, “A Cultura Epigráfica no Conuentus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis): Percursos pela Sociedade Bracara da Época Romana”, Vol. 1, 289, n.35.

633 Luciano Santos, Patrick Le Roux, Alain Tranoy, “Inscrições Romanas do Museu Pio XII em Braga”, 193, n.10.

634 Alain Tranoy, “Enigmes Epigraphiques et Nouveau Cultes Indigènes dans le Conuentus de Braga”, 446, nº 4.

635 Helena Gimeno Pascual, Artesanos y Técnicos en la Epigrafía de Hispania, 43-44.

636 Fermín Pérez Losada, “Entre a cidade e a Aldea: Estúdio Arqueohistórico dos “Aglomerados Secundários” Romanos de Galicia”, 61- 62 e 70.

637 Ibid., 63- 64; Manuela Martins, Francisco Lemos, Fermín Pérez Losada, “O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses”, 266.

638 Fermín Pérez Losada, “Entre a Cidade e a Aldea: Estúdio Arqueohistórico dos “Aglomerados Secundários” Romanos de Galicia”, 86.

639 Carlos Almeida, “Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho”, Vol.1, 217- 219, nº 133.

640 Luís Fontes, “Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga”, 73; Helena Carvalho, “O Povoamento Romano na Fachada Ocidental do Conuentus Bracarensis”, Vol. 2, 33-34, nº 3033103).

641 Endereço electrónico: aredutor@gmail.com. Trabalho integrado no projecto HAR 2014-51821-P, financiado pelo Ministério de Economia y Competitividad.

642 Alain Tranoy, La Galice romaine, 349-350; Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 175-206; Armando Redentor, Epigrafia Romana da Região de Bragança, 196-205.

643 Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 163-199.

644 V. g. Alain Tranoy, La Galice Romaine, 235-236; António Maria Mourinho, “Epigrafia Latina de entre Sabor e Douro desde o Falecimento do Abade de Baçal – 1947”, 20 e 24; José d’Encarnação, “A Religião”, 461; Francisco Sande

Lemos, O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Vol. 1b, 478; Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 191; Sonia María García Martínez, “La Iconografía Animal en el Mundo de Ultratumba de los Zoelas”, 93-106.

645 Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”, 175-200.

646 Há a detalhar que o nosso estudo não enfoca primordialmente a relação entre o sexo do defunto e o do animal, como afirmam estes autores (Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”, 187), mas que a revisão epigráfica por nós efectuada, a propósito dessa investigação específica, aponta, efectivamente, no sentido de se estabelecer uma ligação entre o género dos defuntos e determinadas representações zoomórficas, como vimos anteriormente, em oposição à subestimação de Milagros Navarro Caballero (“Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 191, n. 66) relativamente a uma relação entre as imagens dos animais das estelas do tipo Picote e aspectos individuais dos defuntos, como sexo ou idade.

647 Alain Tranoy, La Galice Romaine, 349-350.

648 Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental” 187. Inferem que retomamos essa ideia do investigador francês (Alain Tranoy, La Galice Romaine, 349-350) pelo facto de admitirmos uma dimensão funerária para algumas esculturas zoomórficas de cronologia claramente romana, quando nesse aspecto apenas nos fazemos eco da periodização proposta por Jesús R. Álvarez-Sanchís (Los Vettonos, 278-294).

649 Cf. Francisco Marco Simón, Las Estelas Decoradas de los Conventos Caesaraugustano y Cluniense, 29-37.

650 V. g. László Nagy, “ Les Symbolismes Astraux sur les Monuments Funéraires de la Population Indigène de la Pannonie ”, est. XLIX, 1.

651 V. g. Zeineb Benzina Ben Abdallah, Catalogue des Inscriptions Latines Païennes du Musée du Bardo, 92-93, n.º 233). Partindo dessa mesma base

bibliográfica, não será, contudo, despicienda a invocação do exemplo de estela funerária de Haïdra (Ammaedara), datável da primeira metade do século I, que, no campo subjacente ao epigráfico, tem plasmado um cavalo, numa organização ornamental idêntica à das estelas transmontanas, verificando-se que o animal está em relação directa com o defunto ao aludir à sua especialidade militar (Zeineb Benzina Ben Abdallah, Catalogue des Inscriptions Latines Païennes du Musée du Bardo, 23-24, n.º 43). A mesma interpretação pode ser avançada para outra estela da primeira centúria, contendo o epitáfio de um militar cujo cursus é marcado pela cavalaria, na qual, acima do campo epigráfico, um personagem surge representado em posição central segurando dois cavalos afrontados (Zeineb Benzina Ben Abdallah, Catalogue des Inscriptions Latines Païennes du Musée du Bardo, 24-25, n.º 45). Não obstante, esses exemplos não foram evidenciados por aqueles autores.

652 Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”, 187-188.

653 Francesca Prescendi, “Sacrifier en Grèce et à Rome”, 33.

654 Sébastien Lepetz, “Les Animaux dans les Pratiques Funéraires”, 148-153.

655 DAGR, s. v. “Funus”; Ricardo González Villaescusa, El Mundo Funerario Romano en el País Valenciano: Monumentos Funerarios y Sepulturas entre los Siglos I a. de C.-VII d. de C., 81-83; John Scheid, La Religion des Romains, 138-149.

656 Sébastien Lepetz, “Les Animaux dans les Pratiques Funéraires”, 148-153.

657 A título de exemplo, para além dos dados manuseados por Sébastien Lepetz (cf. n. 14), refiram-se ainda, por se tratar de trabalhos recentes e pela ênfase colocada nos vestígios zooarqueológicos, os registos produzidos no âmbito da ciuitas Batauorum, com destaque para as investigações realizadas na necrópole de cremação de Tiel-Passewaaij, ou em Lugdunum. Nessa cidade gaulesa, confirmando o forte predomínio do porco, sobretudo no Alto Império, seguido da galinha, sendo esta mais frequente no Baixo Império (Pierre Caillat, “Les Dépôts de Viande”, 159). No interessante caso holandês, de mais acentuado pendor provincial, onde parecem mesclar-se tradições locais com as romanas, atestando que o porco, o frango (por vezes ganso) e os ovicaprinos assumem

relevo, os primeiros possivelmente colocados na pira de incineração e estes últimos talvez consumidos durante o funeral; mas aparecendo também o cavalo e os bovinos, com destaque em actividades rituais tidas como posteriores ao enterro, documentados por resquícios de tranches recolhidos sobre o solo original ou nas valas da sepultura, talvez representando ofertas depositadas sobre os túmulos, dedicadas aos antepassados ou às divindades relacionadas com a morte (Maaïke Groot, *Animals in Ritual and Economy in a Roman Frontier Community: Excavations in Tiel-Passewaaij*, 165-188).

658 Sébastien Lepetz, “Les Animaux dans les Pratiques Funéraires”, 148-153.

659 Jean-Pierre Pautreau, “Espaces funéraires et Sacrés: la Vie Spirituelle en Poitou au 1er Siècle avant J.-C., une Approche Archéologique”, 84-89 e “Sépulture Aristocratique Augustéenne à Antran (Vienne): Note Préliminaire”, 271-282 apud Sébastien Lepetz, “Les Animaux dans les Pratiques Funéraires”, 151.

660 Patrice Méniel, “Les Animaux dans les Rites Funéraires...”, 3-16.

661 Ángel Esparza Arroyo, Los Castros de la Edad del Hierro del Noroeste de Zamora, 377-378; Jesús R. Álvarez-Sanchís, Los Vettones, 81-92.

662 Luís Berrocal-Rangel, El Altar Prerromano de Capote: Ensayo Etno-Arqueológico de un Ritual Céltico en el Suroeste Peninsular.

663 Cf. Maria João Santos, “El Sacrificio en el Occidente de la Hispania romana: Para un Nuevo Análisis de los Ritos de Tradición Indoeuropea”, 175- 217; Manuel Salinas de Frías “Sobre Algunas Especies Animales en el Contexto de las Religiones Prerromanas de Hispania”, 611-628.

664 Francisco Marco Simón, Las Estelas Decoradas de los Conventos Caesaraugustano y Cluniense, 49-50.

665 Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 175.

666 ERRB 76.

667 José Antonio Abásolo Álvarez e Rosário García Rozas, “La Romanización de la Provincia de Zamora a la Luz de sus Hallazgos Materiales”, 145-168;



Armando Redentor, “Iconografia Solar no Mundo Funerário da Astúria Meridional”, 225-226.

668 Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 172. V. g. HAE 1823, ilustrada na figura 2.

669 CIL II 2668.

670 Alain Tranoy, La Galice Romaine, 360.

671 Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 173.

672 Francisco Manuel Alves, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança 11: Arqueologia e Etnografia, 432-433; Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 194, grupo II, n.º 11. Fotografia correspondente à figura 4 gentilmente cedida por Celina Pinto.

673 Albino Lopo, Apontamentos Arqueológicos, 109-110; Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 194, grupo II, n.º 12; Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 187, n.º 17.

674 Armando Redentor, “Nota a Propósito de duas Novas Estelas Funerárias Romanas Procedentes do Nordeste de Portugal”, no prelo.

675 Francisco S. Lemos, O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, Vol. 2a, 298, n.º 400.

676 Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico-Cronológicas”, 180-191.

677 Ibid., 184-187.

678 José María Vallejo Ruiz, Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana, 191.

679 Armando Redentor, “Nota a Propósito de duas Novas Estelas Funerárias Romanas Procedentes do Nordeste de Portugal”, no prelo.

680 Cf. Juan Manuel Abascal Palazón, Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania.

681 Armando Redentor, Epigrafia Romana da Região de Bragança, 211.

682 José Antonio Abásolo Álvarez e Rosario García Rosas, “Sobre las Estelas Zamoranas y su Ornamentación”, 551; José Antonio Abásolo Álvarez e Francisco Marco Simón, “Tipología e Iconografía en las Estelas de la Mitad Septentrional de la Península Ibérica”, 329-330 e 337-339; Milagros Navarro Caballero, “Las Estelas en Brecha de Santo Adrião: Observaciones Tipológico- Cronológicas”, 188-189.

683 Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”, 183.

684 Armando Redentor, “Representações Zoomórficas na Epigrafia Funerária Transmontano-Zamorana Ocidental da Época Romana”, 171-172.

685 Alejandro Beltrán Ortega e Fernando Alonso Burgos, “El Contexto Epigráfico de Pino del Oro, Zamora: Escritura, Símbolo y Poder en el Área Transmontano-Zamorano Occidental”, 187.

# Table of Contents

[Capa](#)

[Sumário](#)

[Os Estudos Epigráficos em Portugal](#)

[Epigrafia, Papirologia e Iconografia Grega, Latina e Faraônica como Testemunhas do Antigo Oriente Próximo para a Eternidade](#)

[Espaços da Escrita: Um Diálogo entre a Poesia Romana e as Inscrições Urbanas no Início do Principado](#)

[O Estatuto Municipal de Sagunto e a Inserção de seus Municipales na Dinâmica Romana: Um Estudo de Caso sobre os Séculos I A.C. – I D.C.](#)

[Evergetismo e a Vida Urbana em Antioquia: Considerações à Luz da Epigrafia \(Séc. IV-V\)](#)

[O Fio da Memória: O Condutor dos Mortos nos Parentalia](#)

[As Formas de Integração, as Redes de Comunicação e Promoção Política das Elites Provinciais Lusitanas no Alto Império](#)

[A Inscrição do Poeta Lucceius Conservada em Stabiae: As Fabulae Atellanae e o Exodium Atellanicum](#)

[Magistri Vici: A Autopromoção dos Vicomagistri nos Bairros de Roma sob o Principado de Augusto](#)

[O Culto ao Marte Romano-Indígena no Ocidente Brácario: A Epigrafia no Auxílio dos Estudos dos Contatos Religiosos em Período Romano](#)

[Nótula sobre Representações Zoomórficas nas Estelas Funerárias Romanas Transmontano-Zamoranas](#)

[Sobre os Autores](#)